

FACULDADE DE LETRAS
INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

CONIMBRIGA

VOLUME XXIV



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

1985

CONIMBRIGA

REVISTA DO INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA
DA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA (PORTUGAL)

DIRECTOR

JORGE DB ALARCÃO

SECRETÁRIO DA REDACÇÃO

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

Toda a correspondência (envio de originais e de publicações para recensão,
pedidos de permuta, etc.) deve ser dirigida directamente ao

DIRECTOR DO INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA
FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE — 3049 COIMBRA — PORTUGAL

CONIMBRIGA

FACULDADE DE LETRAS
INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

CONIMBRIGA

VOLUME XXIV



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

1985

EDUARDO PIRES DE OLIVEIRA

Técnico da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho

NOTÍCIAS ARQUEOLÓGICAS DE BRAGA EM JORNAIS BRACARENSES

«Conimbriga», XXIX (1985), p. 5-83

RESUMO: Transcrevem-se, anotando-as, notícias de interesse arqueológico relativas ao concelho de Braga, publicadas em jornais bracarenses desde a 2.^a metade do séc. xix até aos começos do séc. xx. A análise desse noticiário permite precisar o contexto arqueológico de muitos achados.

RÉSUMÉ: Des notices archéologiques sur Braga et son terme publiées dans les journaux depuis la deuxième moitié du XIX^{ème} siècle jusqu'au début du XX^{ème} sont ici transcrites par l'Auteur. L'analyse de ces informations permet de préciser le contexte de beaucoup de trouvailles archéologiques.

(Página deixada propositadamente em branco)

NOTÍCIAS ARQUEOLÓGICAS DE BRAGA EM JORNAIS BRACARENSES

(Estudos Bracarenses, 9)

1. Os jornais donde extraímos as notícias que agora apresentamos são todos de Braga. Na medida do possível, vimos as colecções completas; no entanto, e dado que dificilmente poderemos, em tempos próximos, ter possibilidades de tempo para vermos outras colecções, incluímos aqui algumas notícias de outros jornais bracarenses de que só compulsámos um ou outro número.

As colecções consultadas foram:

O Bracarense: 1855 a 1859

Comércio do Minho: 1872 a 1921 (pesquisa integral)

Correio do Minho: 1926 a 1974

Diário do Minho: 1919 a 1974

Ecos do Minho: 1911 a 1918 (pesquisa integral)

O Imparcial: 1912 a 1915 (pesquisa integral)

O Independente: 1858 a 1859

A Propaganda: 1910 (pesquisa integral)

Consultámos ainda números avulsos de outros jornais, como *O Brado Liberal*, *A Abelha*, *Notícias do Norte*, *O Amigo do Povo*, *O Liberal*, *Liberdade*, etc..

2. Esta pesquisa foi efectuada porque, no decorrer dos estudos que vimos fazendo sobre a arqueologia da cidade e do concelho de Braga, temos deparado com informações que nos pareciam estar incorrectas. O recurso à «notícia do dia» veio-nos confirmar a cautela que é preciso tomar com os relatos feitos fora do tempo (quantas vezes só muitos anos depois ou, pior ainda, por

interposta pessoa): veja-se o caso flagrante da notícia número 92, que dá como local de achado ocasional de uma inscrição, a rúa Cruz de Pedra, o que contraria a informação dada 21 anos mais tarde por CORTEZ, 1958, que a dizia procedente da Fonte do Idolo, quer dizer, do extremo oposto da cidade romana e de um contexto muito peculiar, erro que só agora é desfeito.

De salientar ainda é o facto de muitas destas notícias estarem hoje inteiramente perdidas, não se conhecendo delas qualquer informação; são mais alguns locais que assim ficam referenciados. E, mais uma vez, a chamada de atenção para a necessidade de se fazerem pesquisas sistemáticas na tão rica fonte de informação que são os jornais.

3. O critério que usamos foi o de transcrever todas as notícias que parecessem ter um mínimo de interesse para a Epigrafia, Numismática, História da Arqueologia, Carta Arqueológica, etc., fazendo apenas uma enumeração comentada, no fim, de outras que nada pudessem trazer, agora, de novo: visitas de estudo, cursos de divulgação, textos de simples divulgação, textos já publicados em outros locais, anterior ou posteriormente, etc..

Sempre que possível, acrescentamos algumas notas para uma melhor referência da notícia. As notas, para facilitar, terão a mesma numeração das notícias.

Excluimos os textos do Cónego Arlindo Ribeiro da Cunha e de Alberto Feio porque temos em vista a sua publicação: em separado, no caso do primeiro destes nomes; e no contexto da sua obra dispersa, no caso do segundo.

1. *Sepultura antiga*

Descobriu-se uma sepultura antiga, no dia 30 de Junho, proxima da capella da Senhora-a-Branca, do lado do norte, por occasião de se andar a fazer um passeio diante d'uma casa particular.

Já por vezes, segundo é publico, tem sido descobertas mais algumas sepulturas antigas nas mesmas visinhanças da capella, tanto do lado do norte como do lado do sul.

A construcção geral destas sepulturas, é de tijolos assentes em barro por camadas alternadas, sem primor de construcção. E os tijolos ainda mesmo também não manifestam esmero de fabrico.

A sepultura antiga que acaba agora de ser descoberta, era d'uma analoga construcção das de mais outras por vezes descobertas, mas forrada no seu interior de «calcáreo (lioz) de grosseiro polido», no fundo, nos lados, e nos topos.

O lavrado do calcáreo não era regular senão apenas pelas faces interiores: nas faces externas havia ainda bem sensiveis indícios da falta de aprimoramento.

A tampa da sepultura era tosca e grosseira, e composta de pedras transversaes. Apenas pela face inferior é que ellas manifestavam indícios d'algun lavrado. Eram de «arkosa», frequente por estas pedreiras d'aqui.

Os lados e os topos do «calcáreo» apenas estavam juxta postos aos tijolos do sepulchro, estando os lados mantidos no seu competente desvio por duas «varas de ferro», sobre as quaes assentavam as pedras da tampa.

Appareceu dentro uma ossada de homem, a qual dava indícios de haver pertencido a «pessoa bem fornida, e de estatura apessoada». E tudo leva a crer que era de pessoa de consideração na ordem social da sua epocha d'enterramento.

De que idade, porem, seria acaso a sepultura descoberta? Seria do tempo dos romanos?

De certo que não: fallece-lhe a construcção propria d'essa epocha pro- vecta. Nem os tijolos revelam o fabrico de então, nem o seu organisamento é o proprio d'esses tempos do povo rei, (*populum late regem*). Nem o estado da conservação dos ossos revela tão remota idade.

Qual será, pois, a antiguidade provável de essa sepultura, os tijolos e ferro da qual, com a sua respectiva ossada, se acham guardados na casa da camara desta cidade?

E' o que procuraremos fazer nos seguintes numeros.

O Bracarense, 10-7-1857

2. *Chegada*

O sr. Augusto Soromenho acha-se outra vez entre nós, continuando a assistir no Hotel Real.

O ilustre commissionado, da nossa academia, vem ultimar os seus trabalhos sobre as lapidas antigas da cidade.

O sr. Augusto Soromenho tenciona dirigir-se ao depois, d'aqui para as Caldas de Vizella, a fim de examinar as lapidas romanas d'aquella localidade

O Independente, 4-11-1858

3. *Antiguidades*

Na excongosta da Palmatoria, hoje tapada, existiam no muro das freirás dos Remedios, umas pedras antigas, que eram do tempo dos romanos, e do dominio da vista do publico e dos amadores.

Não queremos dizer com isto que fosse boa ou má medida o contracto com que se procedeu á tapagem da congosta. O que porem, é de necessidade e de brio nacional, é que se extraham do muro as pedras, e que se colloquem n'um sitio publico, onde todos as possam ver.

Hão de concordar, que isto não é desarrasoado, e lembrávamos mesmo, o local das Carvalheiras como um digno depositario d'aquellas antiguidades, que ennobrecem a Braga.

Gazeta de Braga, 8-8-1865

4. *Sepultura*

Nas excavações que se andam fazendo na rua de Traz da Sé para o encanamento das aguas, appareceu uma sepultura, que se estende por debaixo da torre. Não tem inscripção alguma pela qual se possa precisar o tempo a que remonta. Os ossos estão reduzidos a pó, e o maior pedaço que se vê nem tem o comprimento d'um decimetro.

Comércio do Minho, 22-7-1873

5. *Columna romana*

Nas escavações a que se está procedendo para a construcção da nova rua da Sé, appareceu, nas proximidades da torre denominada da Ajuda, que ha annos se demoliu, uma columna, cuja inscripção, não obstante estar algo carcomida, mostra ser dos marcos miliarios da via-romana.

Comércio do Minho, 18-3-1875

6. *Duas lapidas romanas*

I

No anno anterior— 1874 — procurou o sr. visconde de Pindella ao professor Pereira Caldas, com uma carta d'um amigo de Lisboa pedindo-lhe a verificação de duas fotografias em que se figuravam duas lápidas romanas de Braga.

O professor Pereira-Caldas respondeu ao sr. visconde de Pindella, na tarde do mesmo dia, enviando-lhe a *noticia* que passamos a transcrever das *Artes e Lettras* de Lisboa — publicação periodica esplendida, honrosa para o nosso paiz.

II

Tiramos do n.º 9 da 3.^a serie esta transcrição, precedida pelo exm.º Vilhena Barbosa — illustração provadissima — das seguintes palavras lisongeiras:

...«Publica este numero duas lápidas romanas com inscripções, existentes na cidade de Braga, cuja descripção e decifração — como abaixo segue — devemos á benevolencia do sr. Pereira-Caldas, digno professor do lyceu d'aquella cidade, e distincto archéologo».

III.

—«As copias das duas lápidas romanas estão exactas no seu aspecto geral, conforme ellas o revelam no muro onde estão collocadas — muro outr'ora da extincta cangosta da Palmatoria, e hoje de quintal particular na travessa do Hospital de S. Marcos.

—«Examinadas com miudeza, e mais com auxilio do tacto que por meio da vista, não é difficil ao epigraphista o poder lêr as lacunas dos desenhos —■ e bastantes que são.

IV.

— «Eis a incipção da lápida dos libertos — Agathópodo e Zetho:

AGATHOPOD (o)
T(iti). SATRI (liberto)
Z B T H V S
CoNSERWS

— «Ambos os libertos são gregos d'origem, como os seus nomes patenteam.
— Não são unicos aqui.

V.

— «No cimo da lápida está figurada em relêvo, ainda que um pouco apagada, urna *pátera* de pequenissimo cabo, se nao é por ventura um *pileo* de pequenissima acuminação. — As *fasces*, a *seguite*, e o *málleo*, figurados por baixo da inscrição, não deixam de confirmar a supposição da *pátera* — a *phiállé* dos gregos.

—«No fundo da lápida lê-se a custo um pouco:

Foi achada
a 14 palmos
neste sitio
anno 1751

VI.

— «A leitura *Titi Satri Liberto*, attenta a palavra *Conservus*, parece-me preferivel á de *Titi Satri Filio*, usual aliás n'outras inscrições, frequentes entre nós aqui em Braga.

VII

—'«Eis a inscrição da lápida do soldado romano bèjense, achada ao pé da anterior:

M(arcus). ANTONIVS MF(Marci Filius)
GAL(erià). AVGVSTIVVS
PACE. MILES. LEG
VIL GEM.. FEL.
O. MAMILI
LVCANI. AN
XLV. AER. XIIX
H. S. E.
SEMPRONIVS
GRAECINVS
RERES. F(ieri). C(curavit).

VIII.

(O M e F estão ambos ligados, assim como o I e V do *Augustinus*, sendo mais alto o I: e o VII tem um traço por cima).

IX

—«Ha uma cousa a notar n'esta inscrição de Marco Antonio Agostinho, da tribu Galéria, oriundo de Beja (*Pax Julia*), e soldado da legião septima gémina feliz.

— E' que a palavra AER não diz respeito a *era* alguma; dizendo-o designadamente ao estipendio militar AES.

— «Com esta observação — óbvia para o epigraphista, mas extranha talvez ao amator curioso — não há difficuldades de leitura n'esta inscripção.

X.

— «Escrevi em letras minúsculas, como é d'uso epigráfico, o complemento das palavras da inscripção *abbreviadas*, em que o amator curioso poderia achar difficuldades de leitura.

— «para os epigraphistas, era isso desnecessário.

— «Braga, 1874.

— «PEREIRA--CALDAS.

XI.

A estas linhas que deixamos transcriptas, apenas acrescentaremos agora, que o quintal onde existem estas *duas lápidas*, pertence ao sr. José Antonio Rebello da Silva, abastado proprietario bracarense.

Estão alli collocadas no muro da cêrca do convento de Religiosas dos Remedios, da Terceira Ordem do Seraphico Padre S. Francisco d'Assis — casa que têm a regalia, na occasião do fallecimento dos prelados primazes, de tanger os sinos a sé vacante, como costumam fazer os conegos na egreja cathedral.

XII.

Muito seria para desejar, que o nosso senado municipal fizesse transferir d'alli estas *duas lápidas*, collocando-as ambas no campo das Carvalheiras.

Ficavam então conjunctas com as columnas milliarias das vias romanas de Braga a Astorga, e com outras lápidas ainda do povo dominador do mundo — com rasão cognominado na phrase do poeta Mantuano como *rei à larga*, assimilando-a do seu emphático *laté regem*.

XIII.

São ambas estimáveis estas duas lápidas romanas, sendo-o com primazia a do soldado bèjense.

E' um documento inconcusso de granito, comprovativo do engano do consciencioso Masdeu — auctor da *Historia Critica de la Espana, y de la cultura española en todo genero*, traduzida do italiano em hispanhol — em querer achar á força n'estas Ipáidas, como outros epigraphistas portuguezes e hispanhoes, alguma *era* no *estipendio* d'ellas.

XIV.

Deixaram os bracarenses perder outr'ora urna lápida d'um soldado romano, que era *tribuno da segunda cohorte de vigiles*, e de que só resta a memoria em *Grutero* — na sua valiosa colecção epigráfica.

Acharão os amadores em 1101, 3, esta memoria de Lucio Terendo, da tribu Quirina.

XV.

Não deixemos perder agora tambem esta lápida prestimosa.

E' uma congénere valiosa das nossas tres lápidas de Caio Julio Vero Maximino — urna quasi gasta de todo — comprovativas de seu *quinto poder tribunicio*, contra o asserto geral dos historiadores da sua epocha imperatoria.

E' congénere valiosa egualmente da nossa lápida de Flavio Magnencio, comprovativa de terem as Hispanhas seguido o seu partido como as Gallias — quando elle se rebellára entre os narbonenses contra Constante, filho de Constantino Magno, fazendo-se acclamar imperador pelas suas legiões.

XVI.

Salvemol-a d'alguma eventualidade que a possa destruir: — e colloquemol-a onde aos amadores seja fácil aprecial-a á vontade, no meio das suas outras congéneres.

PEREIRA-CALDAS

Brado Liberal, 30-4-1875

7. *Carta do professor Pereira-Caldas do Lyceu Nacional Bracárense ao Illustradissimo Arcebispo Coadjutor de Braga e Futuro Sucessor o Ex.º D. João Chrysostomo d'Amorim Pessoa para Inauguração d'um Atheneu Archeologico em Braga.*

Ex.^{mo} Sr..

Entre os Prelados enobrecedores d'esta Egreja Primaz de Braga, foi D. Diogo de Sousa o maior dos beneficiadores d'esta capital do Minho.

Sabe-o V. E muito bem, como consummado na historia do nosso paiz. — Não é por isso como novidade, que lembro agora a V. E. esta circumstancia.

Ampliou e reformou D. Diogo de Sousa esta cidade, restaurando-a e additando-a com mão dadivosa, condigna d'um dos successores de S. Geraldo — o amigo dilecto do conde D. Henrique, progenitor egregio do Primeiro dos nossos reis.

Melhorou D. Diogo de Sousa ruas e praças antigas; abriu ruas e praças novas; aformoseou edificios acanhados, erigiu edificios desafogados: construiu fonte publicas; agremiou em um grande hospital os pequenos d'então; engrandeceu templos antigos; levantou templos novos; e estabeleceu estudos publicos geraes.

No meio d'estes engrandecimentos successivos de Braga, não se esqueceu D. Diogo de Sousa de velar ainda pela conservação das reliquias archeologicas da dominação romana, esparsas na sua diocese em estado de se perderem d'um dia em outro.

«Mandou levantar em muito boa ordem — Diz na *Historia dos Arcebispos de Braga* o nosso D. Rodrigo da Cunha — as pedras e columnas que os romanos, quando senhorearam Braga, levantaram a diversos imperadores: — para que n'aquellas lettras tivessem os curiosos em que gastar o tempo, e se fizessem peritos nas antiguidades da sua patria».

Preferi transcrever este contexto — em lugar de o exprimir com frases minhas — do Tomo II. Cap. LXXI n. 2 da obra alludida. — Dou assim toda a venerabilidade a esta occorrença momentosa.

Desde esses tempos de D. Diogo de Sousa atégora — vai em mais de 3 séculos e meio — tem ido sempre em augmento o achado de monumentos romanos em Braga, acontecendo também por vezes a perda d'alguns d'elles no meio da propria abundancia. — Tem tido assim logar mais uma vez — em desproveito do estudo e com magua dos estudiosos — aquelle *inopem me copia fecit* vulgarissimo.

A inauguração d'um *Atheneu Archeologico* n'esta cidade de Braga, com protecção do Prelado da Diocese e do Governador-Civil do Districto, é o meio proficuo do meu ideal d'ha muito, para aqui se desenvolver á larga — como convém a esta capital do Minho — a concepção archeologica de D. Diogo de Sousa. — Fallecia-me no entanto a oportunidade auspiciosa para isto; e deparou-se-me agora.

Nasceu V. E. com espirito civilizador e coração patriota, como comprovam á saciedade os actos de V. E. na vastissima Egreja Primaz do Oriente, onde será indelevel o renome de V. E....

No pouco tempo em que temos a V. E. aqui em Braga — gerindo a administração d'esta diocese vastissima — tem V. E. lançado os liceamentos d'um governo auspiciosissimo. — Nos desenvolvimentos successivos d'elle, a que V. E. mira com energia inabalavel, hade o proceder illustrado de V. E. grangear o renome dos Diogos de Sousa, dos Bartholomeus dos Martyres, dos Agostinhos de Jesus, dos Rodrigues da Cunha, dos Rodrigues de Moura Telles, e dos Caetanos Brandões.

Em nome d'estas virtudes civilizadoras e patrioticas de V. E. — em recordação dos tempos saudosos do nosso tyrocinio universitario — digne-se V. E. assumir agora a iniciativa da realisação d'este meu alvitre d'ha muito.

Com ella prestará V. E. a esta cidade de Braga — a nossa patria adoptiva d'agora — os serviços vadosissimos de D. Fr. Manuel do Cenaculo ás cidades de Beja e Evora, onde será sempre inolvidável o renome d'este seu Prelado.

O nosso Governador-Civil do districto — illustrado como é — folgará d'associar-se a V. E. n'esta iniciativa auspiciosa. — O nosso visconde de Margaride é amador das letras.

Ao lado de personagens de tam elevada posição social, agremiar-se-hão dedicados os cultores conscienciosos dos nossos estudos archeologicos, concorrendo com os seus esforços patrioticos para esta instituição prestimosa.

Não será só de proveito para os curiosos seculares — como poderia talvez antolhar-se á primeira vista — a inauguração do *Atheneu Archeologico* de Braga.

Com esta instituição auspiciosa, será fácil até ao clero da nossa diocese — frequentador d'esta capital do Minho em seu tyrocínio escolar — o locupletar-se de conhecimentos indispensáveis das antiguidades patrias.

«Como os emprêgos a que os ecclesiasticos são chamados, têm diversos caracteres — *devendo por isso no clero, tomado em sua generalidade brilhar o merecimento de todos os generos d'erudição* — é necessário promover e sustentar este decoro da Igreja».

Disse-o assim o nosso egregio D. Fr. Manuel do Cenaculo — em nome da rasão — na sua *Instrucção Pastoral do Bispo de Beja ao Clero e Ordenandos da sua Diocese*, dada á luz em Lisboa em 1784.

Para um Prelado da illustração vastissima de V. E., não ha novidade alguma n'este asserto: — mas ha da minha parte n'esta occasião, como preizador do renome dos nossos varões preclaros, a obrigação litteraria de não olvidar a um dos maiores.

Ninguem conhecia melhor que elle, *o que póde e o que vale o clero cultivado*.

Não foi com effeito ao brandir das armas, que a heresia pelagiana fugira vencida n'outrora: — foi ao esplendor dos conhecimentos proficuos do clero, *versado em todo o genero d'erudição*.

No desmoronamento do mundo romano — ante as hordas immensas dos barbaros — não houve legiões algumas, que lhes fizessem rosto então. — Arrojou-se no entanto a contel-as nos excessos — com as armas unicas da palavra — o clero cultivador das letras.

Foi assim, que S. Serverino domára a Odoacro. — Foi assim, que S. Leão detivera a Atila. — Foi assim, que S. Gregorio amansára os lombardos.

Quando a noite da barbárie cobrira de todo a terra com as trevas da ignorancia; foi no clero dos mosteiros, onde então se asylára vivida a erudição geral. — Sem estas «arcas de salvação litteraria», teria sido submergido no diluvio d'então o mundo do saber.

Para exemplificar — aos que o não sabem — o que é, o que vale o clero versado em todos os generos d'erudição, sobra-me o que fica summariado de D. Emilio Castelar — varão immensamente maior que o seu nome — nas suas famigeradíssimas *Cartas a um Bispo*.

O dia 24 de Junho — como dia do Sancto do nome de V. E. — parece-me o dia mais apropriado para a inauguração do *Atheneu Archeologico* de

Braga. — A não ser esse no entanto o dia escolhido, ser-lhe-ha perierivel então dia de de S. Pedro e S. Paulo — Apostolos memorabilissimos da Igreja Cristan, de que Y. E. é apostolo tambem.

De V. E.

Ex.^{mo} e R.^{mo} Snr. D. João Ghrysostomo d'Amorim Pessoa, Arcebispo
Coadjutor de Braga e Futuro Successor
Respeitador Affectuoso

José Joaquim da Silva Pereira-Caldas, Professor do Lyceu no Curso de Mathematicas Elemenares no 4.º e 5.º anno, e no Curso de Lingua Alleman no 1.º e 2.º anno.

Braga, 1 de Junho de 1876.

Comércio do Minho, 17.6.1876

8. *A the neu archeologico*

Está marcado o dia 29 do corrente para a inauguração d'um *Atheneu archeologico*, que, por iniciativa do illustre professor do lyceu, dr. Pereira-Caldas, — um dos nossos antiquarios mais justamente considerados, tanto no reino como no estrangeiro—e com a valiosissima coadjuvação do preclarissimo prelado que actualmente preside aos destinos da Igreja bracarense, se vae estabelecer n'esta cidade.

A inauguração será feita n'um dos salões do palacio archiepiscopal, e presidida pelo exm.º e revm.º snr. arcebispo coadjutor.

Para este fim começaram a ser expedidas as cartas de convite, que são do theor seguinte:

Não desconhece V. ... a importancia e utilidade do estudo das antiguidades em geral, e com muita especialidade as da nossa patria memorável.

Até nos assumptos em apparencia triviaes, e a que nós com frequência não prestamos toda a attenção, vem dar-nos luz muitas vezes o estudo das antiguidades, para a intelligencia cabal d'elles.

Será bastante o descer apenas a um exemplo.

Não ha quem não conheça a expressão vulgar — *levar as lampas a alguém* — como significativa de *levar-lhe vantagem*, e de *conseguir um desejo com antecipação*.

Os que se acostam ao nosso Duarte Nunes de Leão, na sua *Origem da Lingua Portuguesa*, olham a palavra *lampus* como substantivo oriundo do adjectivo *lampo*, significativo de *temporão*: e dão como exemplo comprovativo os *fructos lampos*, colhidos na quadra do S. João.

Eis-aqui as proprias palavras de Duarte-Nunes:

«E disemos *lampeiro* o que faz alguma cousa *ante tempo*, tomado das figueiras que dão *figos temporãos*. O que parece vem de *lampas* por *relampado*».

Não se accommodam de certo com esta explicação, os que são dados ao estudo das antiguidades em geral. E' do *certame das lampadas*, jogo publico dos gregos, que deduzem a origem e explicação da phrase alludida.

Eis-aqui o que se lê a este respeito nas *Annotações ao Tractado sobre a Unidade da Egreja*, composto pelo Bispo de Carthago S. Cypriano, e traduzido do latim em portuguez pelo nosso Luiz Antonio d'Azevedo.

«Chamaram sempre os portuguezes *lampeiro* ao homem que diz, ou faz alguma cousa antes de tempo, derivando o vocabulo —a meu ver — da palavra grega *lampadéforos*, ou como nós dizemos *lampadéforo*, que significa o que leoa a lampada, tocha, ou brandão: — alludindo ao jogo dos gregos *Lampadeforia* ou *Lampa dedrómia*, isto é, *certame de levar lampadas* — de correr com lampadas, isto é, *fachas accésas*; cuja descripção achará o leitor na *Grécia Feriada* de Meursio no jogo *Lampas*».

«O que serve pois para o nosso intento, é saber, que n'aquelle *certame* só conseguia a victoria, e a quem se não apagava a *facha* na carreira em que ia, até o logar destinado. E porque ás vezes corriam mais de vagar, para que a agitação da carreira lhes não apagasse a *facha* — motivo por que davam palmadas uns nos outros para excitar o riso entre si e aos mais — declarando assim ao mesmo tempo, que o affrouxar na carreira não era o rigor da lei, ou estilo d'aquelle *certame*».

«D'aqui vem o ser provável, e eu para mim o tenho quasi por certo, que — assim como no referido *certame* naturalmente haviam muitos por brio d'estugar o passo, mais accelerados do que d'elles se requeria, vindo assim a perder a victoria; — do mesmo modo ao homem que se antecipa circumspecto no que obra, deram os portuguezes o nome de *lampeiro*, visto adiantar-se nas coisas mais do que a sua obrigação requer, e o decoro o permite; perdendo também — se é que o tinha — o conceito de discreto e sisudo».

«A mesma phrase portugueza — *levar as lampas a alguém*, por *levar vantagem*, é tirada immediatamente do *certame* que acima referimos, onde *lampas* é syncope de *lampadas*: — e esta mesma é a origem do termo *lampso*».

«A este jogo alludiram os auctores gregos e latinos, fallando dos ascendentes que entregam a seus descendentes *bem como accesa* a candeia da vida, para se perpetuarem sobre a terra: — como se póde ver em Platão no Livro VI das *Leis* pag. 300 do vol. VIII da edição de Duas-Pontes; Lucrecio Livr. II. v. 78; Persio Sat. VI v. 61; e finalmente Varão *De Re Rustica* Livr. III. Cap. 16 — onde Appio, tendo discorrido physicamente da natureza e economia das abelhas, materia que não era a principal de que alli se havia de tractar, mas só do fructo d'ellas, sobre o qual parece que esperava com impaciencia Axio que já se entrasse a fallar, e querendo dar logar a Merula para expor a utilidade e o fructo das mesmas abelhas, diz assim:

«Sed, o Merula, Axius noster ne, dum baec audit, physicam arcessat — outros lêem *addiscal*, *achiscal*, ou *accuset*, que é o mesmo que *arcessal* — quod de fructu nihil dixi, nunc cursu lampada tibitrado.

«Vem a dizer: — Mas para que o nosso amigo Axio, em quanto ouve estas cousas, não se impaciente com a physica — porque não tenho dicto nada do fructo das abelhas — agora, na mesma carreira que levava, te entrego a minha lampada nas tuas mãos, ó Merula, para dares principio ao teu discurso».

Apesar do promettimento de se não descer senão apenas a um exemplo da importancia e utilidade do estudo das antiguidades; descer-se-ha, ainda assim, a um exemplo mais somente.

Far-se-ha com as proprias palavras do tradutor anonymo do *Theologo e Orador. Christão, instruido sobre as regras d'entender e expor a Sagrada Escriptura, nos Quatro Livros da Doutrina Christiana do inclito Doutor da Egreja Santo Agostinho*.

Eis-aqui o contexto fiel do Padre Antonio Joaquim da Congregação do Oratorio de Lisboa, que fora o alludido traductor anonymo. Transcreve-se do *Prologo* do Tom. 1:

«Todo o catholico convêm, em que n'este logar de S. Mattheus, Cap. XVI, onde Christo Senhor Nosso diz a S. Pedro: — *Tili daboclaves regni coelorum: et quod-cumque ligaveris super terram, erit ligatum et in coelis; et quodcumque salveris super terram, erit solutum et in coelis*: — Eu te dou as chaves do reino do céu; tudo o que atares sobre a terra, será atado no ceo; e tudo o que desatares na terra, será desatado no ceo.

Todos convem, digo, em que n'este logar se falla do poder que o Senhor deu a seus ministros sobre as almas, *as quaes* podem em certo modo, por meio censuras e d'absolvição sacramental, *atar e desatar*. Esta a intelligencia, quanto á substancia; mas a propriedade com que o Senhor fallou, só se conhece entendida a razão, porque disse antes *atares e desatares* e não *abrir* e *fechar*; pois é certo, que com as chaves só se *abre e fecha*, e não se *ata* nem *desata*».

«O reconhecimento da propriedade d'esta expressão só se póde conseguir pelos monumentos antigos e historia profana».

«E' pois de saber, que algum dia não havia nas portas o que chamamos *fechaduras*; mas faziam as vezes d'essas uns *nós de corda ou de couro* mui artificiosos. Cada qual tinha o seu, com que resguardava a sua casa. O artificio estava, em terem as pontas de tal sorte escondidas, que se lhes não conhecia facilmente o principio».

«D'aqui procedeu aquelle *nó celebrado da antiguidade*, que chamaram *Gordiano* ou *Cordiano*, de que faz menção Quinto Curcio no Livr. III: — *Notabile erat vinculum adstrictum cimoluribus nodis in semetipsos implicatis, celantibus nexus* — Onde refere Curcio o dicto d'Alexandre: — *Nihil, iniquit, interest quo modo solvantur: — gladioque ruptis omnibus loris, oraculi sortem vel illusit, vel implevit*».

«Estava este *nó* em um famoso templo da Asia, com um oraculo que dizia, que quem o destasse seria senhor da Asia».

«Nem todos os *nós* seriam tam artificiosos como este; mas todos tinham seu artificio maior ou menor: — e para os *desatar*, serviam ordinariamente *chaves de pau*, de figura mui differente das que hoje se usam; porque umas

eram recurvadas como foices, outras constavam d'uma haste comprida com uma pequena curvatura no fim».

«Consta o que dizemos d'estas *figuras de chaves*, d'algumas *estatuas antigas* onde se vêem esculpidas, principalmente nas d'*Osiris* e *Isis*.

«Dos *?iós*, faz menção Homero na *Odyssea*, VIII. 443.

«Refere o poeta n'este logar os presentes, que os pheacianos mandaram a Ulysses em um cofre, recommendando-lhe que elle o fechasse com o seu *nó*, para que ninguem os roubasse: — e que Ulysses assim o fizera, com o *nó engenhoso* que Circe lhe ensinára».

«O mesmo se comprova d'Eustachio, pag. 1603, vers. 50 —

«Correndo os tempos, se mudou a *fôrma das chaves* e das *fechaduras* em diversas figuras».

«Usou-se muito terem as portas um buraco, por onde se mettia a chave, e esta corria uma barra de ferro, que estava pela parte de dentro da porta. — D'este modo, deixava fechada a sua casa, quem sahia d'ella para fóra».

«Algumas d'estas *chaves* imitavam a figura d'uma Cruz.

«Supposto isto, clarissimo fica a propriedade com que Christo fallou na sobriedicta metáphora, explicando-se por *atar e desatar*, e não d'outro modo».

Visto como os *monumentos antigos* explicam usos e costumes d'outr'ora, e que d'outro modo não seriam de nós conhecidos; corre-nos o dever de velar pela conservção d'essas reliquias archeologicas, estudando-as minuciosamente á luz da philologia, em proveito da illustração da humanidade.

Foi esta a causal essencial da creação dos *museus d'antiguidades*, como foi a origem civilisadora das *conferencias dos estudiosos do passado*, explicando e illucidando cada um d'elles os espécimens de mais predilecção.

Eis-aqui o que se lê em relação á importancia e utilidade dos *museus*, no opusculo *As Ruinas do Carmo*, devido á penna do nosso escriptor Sá Villela de Lisboa:

«Os *museus* são hoje tidos — mais do que nunca — como um dos melhores e mais importantes recursos para o estudo das sciendas, das bellas-artes, e da industria».

«As nações mais civilisadas disvellam-se na propagação e no enriquecimento d'estes templos da illustração, que já se contam aos centos, e até mesmo pelas cidades de 2.^a e 3.^a ordem».

«Em 1868, contavam-se 43 *museus municipaes ou departamentaes* só em França: — e bem se entende, que n'este numero não são comprehendidos os *primeiros museus* d'aquelle *ilustrado paiz*».

«A capital do pequeno reino da Dinamarca contém não menos de 8 *museus*: — e a collecção do seu *museu d'anatomia* é muito interessante para os estudos *anthropologicos*».

«Mas entre todos os *museus*, os que últimamente vão attrahindo mais a attenção, e as diligencias dos sabios de todos os paizes, são os *museus archeologicos*, especialmente os d'*archeologia pre-historica*».

«Citam-se já hoje *museus archeologicos* muito notáveis, e da maior importancia para a sciencia».

«Entre os menos conhecidos, podem citar-se como dos mais ricos e apreciáveis o *museu archeologico* de Gluny, o *museu* de Namur, o *museu* de Saint-Germain, verdadeiramente pre-historico, e o *museu ethnographico* de Copenhague, opulento de preciosidades orientaes, que não occupam menos de 28 salas.

— Em Madrid, tambero já existe, ha muito, um *museu d*archeologia*: e a nossa visinha Hispanha pode datar, sobre 20 annos, algumas das suas curiosas pesquisas archeologicas pelas cavernas da Andaluzia, e d'outras provincias:

— apesar de que infelizmente esta nação, victima constante das commoções politicas, não tem podido desinvolver taes explorações, como os seus archeologos — já hoje conhecidos na Europa — muito desejariam».

«Entre nós — e muito me custa fazer esta confissão — ainda que nos estudos e investigações archeologicas se possam citar nomes illustres, desde André de Resende até ao zeloso Cenáculo; modernamente quasi que chegou a escarnecer-se d'esta scienda, desdenhando-se até das indagações litterarias sobre as nossas antiguidades».

N'estes ultimos tempos, despertou-se felizmente em nossa patria o amor dos estudos archeologicos, e expandiu-se no paiz com entusiasmo auspicioso, graças ao impulso vigoroso da alavanca da associação.

No anno de 1875, deram-se á luz em Lisboa umas *Observações sobre o actual estado do ensino das artes em Portugal, a organização dos museus, e o serviço dos monumentos historicos e da archeologia*. — Offereceu-as à Commissão, nomeada por Decreto de 10 de Novembro de 1875, um vogal da mesma Commissão.

Eis-aqui o que se lê n'este opusculo ácerca da importancia e utilidade dos *museus provincials*:

«A criação em Lisboa de *museus centraes* não dispensa a existência de *museus provinciales*, tanto mais que temos para elles elementos em muitas terras».

Não é por certo necessario, que haja em cada capital de districto pequenas collecções, que sejam — por assim dizer — reproduções em eschala diminuta dos museus de Lisboa. — O que é necessario, é que — aproveitando os os nucleos ou elementos que existam em cada terra — se tracte com cuidado da sua conservação, e do seu engrandecimento».

«Os municipios poderiam facilmente ser levados a concorrer para a sustentação d'estes *museus*; e até os particulares não deixariam de contribuir, para que elles tomassem increemnto».

«Junto das *collecções provinciales*, deve também haver *pequenas bibliothecas*, contendo livros de bellas-artes, d'archeologia, e sobretudo d'applicação do desenho à industria; e além d'isso, photographias de monumentos, d'objectos d'arte, etc. etc..

Como V. estará compenetrado da importancia e utilidade dos *museus d'antiguidades*; e de que são as *associações dos amadores* os sustentáculos essenciaes d'estas instituições prestimosas; não se negará de certo V. a comparecer n'estes Paços Archiepiscopaes no dia 29 do corrente, dadas que sejam as 11 horas da manhan.

Terá então lugar a inaguração solemne do *Atheneu Archeologico* de Braga, consagrado ao desempenho amplamente momentoso, de que ficam exemplificadas em summa as proficuidades inconcussas.

A comparencia de V. a esta solemnidade — no dia e hora que lhe são designados — abrilhantará o acto para que é merecidamente convidado, e que é continuação d'iniciativas gloriosas de Prelados Illustres, de que sempre terá d'ufanar-se esta Egreja Bracarense.

Braga, 15 de Junho de 1876.

De V.

Comércio do Minho, 22-6-1876

9. *Atheneu Archeologico*

Teve lugar a inaguração do *Atheneu Archeologico* Bracarense no dia 29, commemorativo dos Apostolos S. Pedro e S. Paulo, no salão da galeria dos Prelados Primazes nos paços archiepiscopaes.

Presidiu o venerando Arcebispo, e foi numerosa e selecta a reunião alli congregada: compunha-se de quanto ha em Braga em illustração e amadores, e em cultores das bellas-artes. E' a primeira das reuniões n'esta especie, que tem tido lugar n'esta capital do Minho, tanto em quantidade como em qualidade.

O venerando Arcebispo, ao approximar-se o meio-dia, appareceu em meio dos seus convidados, a quem saudou com a delicadeza e mimo em que timbra, e leu um brilhante *Discurso* em relação á utilidade e inauguração do instituto projectado, pedindo por fim a nomeação d'uma Mesa Provisoria.

O snr. Pereira-Caldas, iniciador da concepção, agradeceu ao venerando Prelado a voz eloquente e a mão poderosa, com que S. Ex.^a tomou a peito esta instituição; agradeceu igualmente a solicitude e dedicação dos cavalheiros presentes; e dirigiu-se depois aos representantes da imprensa da localidade e de fóra que no salão se achavam como convidados.

Dizendo, que não devia alçar a voz em presença do venerando Prelado, entregou ao director decano da imprensa local, o snr. José Maria Dias da Costa, director do «*Commercio do Minho*», uma *Allocução* impressa em cartão dourado, que no mesmo dia disse começar a mandar distribuir pelos cavalheiros reunidos, e de certo enviará também ao jornalismo do paiz. Logo depois, entregou outra *Allocução* igual ao decano dos correspondentes da imprensa de fóra da cidade, o snr. Antonio Maria da Fonseca, correspondente do «*Commercio do Porto*». Pediu a um e outro, que recebessem esta homenagem, como consideração ao modo como a imprensa do paiz tinha annuciado a sua concepção, realisada alli nobremente pelo venerando Arcebispo, a quem tinha em primeiro lugar entregado duas *Allocuções* analogas, cada uma d'ellas douradas com todo o mimo, e em cartão de superior formato.

Publicaremos o *Discurso* do venerando Arcebispo, se no-lo permitir S. Ex.^a, de quem nos honraremos de o solicitar.

A *Allocução* do snr. Pereira-Caldas aqui a publicamos agora:

ALLOCUÇÃO

SENHORES

Vereis amor da patria não movido
De premio vil, mas alto e quasi eterno;
Que não é premio vil ser conhecido
Por um pregão do ninho meu paterno.

Camões — LUSÍADAS

Ao manusear pela primeira vez as *Decadas da Asia* do nosso João de Barros, calaram-me com magua no coração algumas palavras exprobatórias, irrogadas alli contra a nossa negligencia geral na coordenação de memorias historicas, enunciadoras dos nossos feitos assombrosos.

Eis-aqui estas palavras censuratorias, escriptas pela penna eloquente do nosso classico famigerado, *filho talvez dos mais gloriosos de Braga, no meio da incerteza geral dos seus hiographos*:

«Certo grave e piedosa cousa d'ouvir» — Vêr uma nação a que Deus deu tanto animo, que — se tivera creado outros mundos — já lá tivera mettido outros padrões de vixtorias, assim é descuidada na posteridade de seu nome: — como se não fosse tam grande louvor dilatal-o por penna, como ganhá-lo pela lança»»

Falla-nos assim o nosso Tito Livio Portuguez na Decada I, Livr. V, Cap. XI.

Eram justas então estas palavras, sem deixarem de o ser ainda em parte até os nossos dias.

Provêm essa negligencia dos nossos maiores — educados no meio do clangor das tubas guerreiras — da origem tumultuaria da firmiação da nossa independencia, roborada no campo da batalha ao estridor fremente das armas.

Cortava então a espada todas as difficuldades do mundo. — Cada um dos nossos maiores era um Alexandre Magno em Gordio na Phrygia.

O bulicio aprasivel das palestras litterarias, convívios feracissimos de fructos valiosos, não era o alvo dos nossos maiores. — Cifravam-se as lettras então n'algumas endeixas de paladino enamorado, e n'alguma canção de poeta cavalleiro.

O nosso paiz foi desencravado da coroa mussulmana á ponta de lança, assim como os outros territorios da peninsula, desde os primeiros arrojões dos heroes de Covadonga nos alcantis das Asturias no século VIII.

Foi assim, que esses gigantes da monarchia goda, salvos da batalha sangrenta do Guadalete, firmaram os lineamentos do reino d'Oviedo, e serviram de modelo patriotico aos nossos maiores no século XII.

Com o volver dos annos, sumiram-se na voragem dos evos as aspirações guerreiras, e assumiram a sua posição outras aspirações sociaes.

Apenas os nossos maiores firmaram a nossa nacionalidade, começaram para logo a não vêr com bons olhos, que o montante do senhor feudal

— encastellado no cimo da montanha — pezasse mais que o Codigo das Leis na balança da justiça.

Affervoraram-se então em organizar-se em *communas*, e cimentaram com perseverança os lineamentos das nossas liberdades municipaes. — Firmaram a emancipação burgueza contra o despotismo senhoreai. — Codificaram assim os germens da soberania popular. — Libertaram em fim das peas do feudalismo, alliados á realeza, o burguezismo enobrecedor do nosso paiz.

Existem ainda vestigios da lucta, entre a feudalidade moribunda e a burguezia nascente, em não poucos dos nossos concelhos, ainda que menos desastrosa que n'outras partes..

Começaram então as letras a florir entre nós auspiciosas, deixando entre-ver com fulgor, o como no campo da civilisação — atravez da estrada do futuro — nos daria o progresso um logar d'honra no mundo.

Affeitos ao manejo das armas, empunhamos de nova a espada limpadora das hostes mussulmanas, arrojadas corajosamente do paiz para fóra. —Abrimos com ella penetraes immensos na Africa, na Asia, na America, e na Oceânia, dando logar assim a entrar por elles a civilisação moderna, guiada pelos padrões que nós alli hasteamos á sombra da Cruz.

Existem ainda alguns d'elles nos sertões que descobrimos, para attestarem ao mundo inteiro, que nós fomos um povo de gigantes, quando outros ainda poucos signaes davam de si.

Quem vir alli esses padrões d'outr'ora, ha que maravilhar-se d'elles, como quem se maravilha das pyramides do Egypto: — collossos de granito, assentes no meio d'um oceano d'areas, de que a maré subterradora não tem refluxo»

Deixamos os nossos lares em abandono, para irmos á descoberta de regiões longinquas: — e concitamos d'esde logo contra nós as invejas dos estranhos, ao mesmo passo que também abrimos a porta ao viver luxuoso.

Seguiram-se então as phases que deviam seguir-se, depois de lançados entre nós ao solo do paiz estes germens sociaes.

Destruiram-se não poucos dos nossos monumentos historicos durante as quadras que bosquejo: — e deixaram-se de prescrutar outros muitos que depois appareceram em varios pontos do paiz.

Não foi senão no século XVIII, no reinado do rei D. João V, que por Decreto de 8 de Dezembro de 1720 se creara entre nós uma associação litteraria, consagrada essencialmente aos estudos historicos do nosso paiz, e com elles á guarda e conservação dos nossos monumentos archeologicos.

Refiro-me á *Academia Real da Historia Portugueza*, de que foram confirmados os Estatutos em Decreto de 4 de Junho de 1721.

Foi mais tarde, que se inaugurára entre nós também a *Academia Real das Sciendas*, de que foram confirmados os *Estatutos* que primeiro tivera, em Aviso de 24 de Dezembro de 1779.—Promoveu esta inauguração do Duque de Lafões, tio da rainha D .Maria I, varão de provada illustração e dedicado amor da patria.

Na *Collecção das Memorias da Academia Real da Historia Portugueza*, nas publicações de 1733, lê-se impresso um *Discurso sobre os antiquissimos e rudes altares que se acham em varias partes de Portugal, e que vulgarmente se chamam antas*. — Escreveu-o Martinho de Pina e Proença, e recitou-o em conferencia de 30 de Julho: — e fez-se a impressão d'elle na «Parte Segunda» da *Collecção das Memorias* do alludido anno.

Foi alli, que pela primeira vez se tractára dos monumentos célticos entre nós, descrevendo-se com individuação á luz da epocha. — Não foi no entanto senão em 1868, que o Dr. Francisco Antonio Pereira da Costa, um dos meus çIllustrados contemporaneos universitários, escrevera á luz da nossa idade um trabalho prestimoso a este respeito.

Tem por titulo *Monumentos prehistóricos: noções sobre o estado prehistórico da terra e do homem, seguidas da descripção d'alguns dólmenes ou antas de Portugal, com a traducção franceza de Dathunty*.

Foi impresso na typographia da Academia Real das Sciendas de Lisboa, publicando-se em 4.º maximo:—e é acompanhado de 3 estampas lithographicas.

Em 8 de Setembro do mesmo anno, n'um «folhetim curioso» da *Revolução de Setembro*, dá-nos uma relação d'estes monumentos muito numerosa, existentes em Portugal, o nosso estudiosíssimo Dr. José Silvestre Ribeiro. — Memora alem de 300 estando ainda muito pouco prescrutado o paiz a este respeito, como sabem os que são dados ás letras.

Os que memora o Dr. Pereira da Costa — alem d'uma vintena — são existentes sómente nas visinhanças de Castello de Vide no Alemtejo.

São olhados estes monumentos célticos em geral, como documentos comprovativos dos primeiros povos que vieram invadir os ibéros em nossa peninsula, nos tempos mais antigos a que nos é dado remontar. — Deu-se esta invasão com plausibilidade uns 16 séculos antes da era vulgar.

No *Armstrong's Gaelic. Diction*, deduz-se a etymologia do nome *cella*—derivação a que não assinto — ou da palavra *CEIL*, *occultar* — ou da palavra *CEILTACH*, *assistente nos bosques* — ou ainda da palavra *coille*, significativa de *floresta*.

Conforme os trabalhos recentes de Steur, na sua *Ethnograph. des peupl. de l'Europ. avant Jésus-Christ*, outra é a etymologia da palavra *cella*.

Nas linguas do norte da Europa, d'onde vieram mediatamente os *cellas* para o sul d'ella, exprime-se a qualidade *frio* pela raiz *kell*, euphonisada algumas vezes em *kalt*.

Nos povos de raça indo-germinaica, são usuaes ainda as expressões correlativas d'estas raizes. — Ha no inglez, por exemplo, a palavra *colt*; no belga e hollandez, a palavra *koud*; e no allemão, a palavra *kalt*.

Na palavra *cella*, assim como na correlativa *kaltaf* luz a fusão litteral das raizes *kelt* e *da* — significando ambas em lingua céltica *povos dos paizes frios*—agentes das regiões do norte» — em contraste com os *povos dos paizes quentes* do sul.

Seria êrro olhar os nomes *keltoi* e *kéllike*, usuaes nos escriptores gregos, como *nomes proprios*, e não como *nomes appellativos*. — Nem seria êrro menor, o attribuir-se-lhe ainda uma procedencia hellenica.

Não tem os nomes dos povos primitivos da Europa outra procedencia vocabular, senão a dos *nomes appellativos*, como palavras indicadoras da situação das suas hordas, e do viver característico de cada uma d'ellas.

Nos escriptores latinos, não são usuaes os nomes *kéltoi* e *kéltiké* dos gregos — expressões ainda com a fôrma *kéltai* em Apollodoro. — Acha-se em logar d'estas palavras o nome *galli* de que os escriptores francezes derivaram o nome *gaulezes*.

Foi dos *insúbros* — a tribo mais numerosa dos invasores de Roma, e cognominada então *gaalen* entre os germanos — que os escriptores da cidade dos sete montes assimilaram para a sua lingua o nome *galli*.

Não faltam historiadores no entanto, a quem esta palavra não passa d'uma adopção antonomastica do *gallo*, de que usavam os *gaulezes* como emblema nacional. — Olham para isto apenas, como olham para a *pomba*, emblema dos assyrios e baby- Ionios; para o *crocodilo* e o *hippopotamo* emblema dos egypcios; para o *boi*, emblema dos cimbro, em que nós euphonisamos os *kimris*; para o *dragão*, emblema dos chinezes; para a *aguia*, emblema dos persas e romanos; para o *lobo* e o *tigre*, emblema dos germanos e francezes. para o *gato*, emblema dos alanos; e para a *cauda de cavallo*, emblema das tribus nômadas do interior da Asia.

Este nome *gaalen* dos *insúbros* em geral — vindos do norte da Europa com os seus congêneres d'invasão para as Gallia, d'onde se dirigiram todos ao depois sobre Roma — deriva-se da raíz *gaal*, a que é equivalente a raíz *gael* — ambas euphonisadas pela raíz *gal*.

Significam todas ellas *inimigo* na lingua céltica: — e são a designação cumulativa dos povos agressores da Europa, distinctos como *brancos de pelle* e *arruivados de cabello*, como a nenhum cultor das lettras é licito deixar de crer.

De serem *celtas* e *gallos* um e o mesmo povo, acha-se em Cesar um testemunho de toda a prova, ao fallar-nos dos povos das Gallias nos seus *Commentario* famigerados.

Eis-aqui o contexto a que me refiro: — *Quiipsorum linguâ Celtae, nostrâ Galli appellantur*.

Não se esqueça no entanto, que não se allude na phrase *nostrâ linguâ* senão a um nome de novo romanisado: — o que se vê expressamente em Tito Livio, nas phrases correlativas *gens nova et novum nomen romanorum*.

Resulta o que deixo dicto, do estudo das antiguidades a que os cultores da lettras se têm consagrado modernamente, coadjuvando-se mutuamente nas suas investigações archeologicas, e auxiliando-se prestimosamente dos monumentos archivados nos museus.

Conforme os estudos ultteriores dos ethnógraphos, não são attinentes aos *celtas*, como se têm crido atégora, os «monumentos rudes e toscos», a que os nossos maiores davam o nomem d '*antas* em geral, e a que os estrangeiros dão em geral o nome de *dólmens*.

Os archeólogos allemães, e com elles os inglezes e os francezes, olham estes monumentos da *primitiva idade de pedra*—«estas reliquias cyclopeas venerandas» — como attinentes a povos da *raça amarella*, que antes da invasão dos *celtas* estancearam em nossas regiões.

E asserto sem curso entre nós esta opinião ethnographica recente; porque ninguém sonhou nunca até os nossos dias com vestigios primitivos da *raça amarella* na Europa, e muito especialmente nas suas regiões do sul.

Apesar das concitações de Wormsae contra estas doutrinas hodiernas, conjuncto com outros sabios do norte; ha de proclamar-se contra elles convictamente, quem se der a lêr a obra de Gobineau, a que elle se consagrara a este respeito com toda a dedicação.

Vêr-se-ha d'este escripto *Sur inégalité des races humaines*, que não foram os *iberos* e os *celtas*, mas «outros povos anteriores a elles», os que n'esta nossa peninsula estancearam como *autochthónos*. — Eram povos da *idade de pedra*, a que não pertencem evidentemente os *celtas*, «raça branca mais illustrada que elles, e que é hoje collocada nas *edades de bronze e de ferro* pelos archeólogos cultivados dos nossos dias».

Aos argumentos das investigações geológicas e da anatomia comparada — inconcussos na sua especie — accresce ainda uma prova archeologica de valor para o caso.

Os monumentos cyclopeus, a que ninguém contesta a existencia, estendem-se do sul da Europa ao norte pela Dinamarca, pela Suecia, e pela Russia.—Atravessam o Ourai pela Alta-Siberia: — passam o estreito de Behring: penetram nas florestas da America do norte: — descem ás margens do Mississippi: — e na maxima parte d'estas regiões immensas não estancearam os *celtas*.

Contam por isso 3000 annos d'existencia ao menos — como é plausivel de vêr aos estudiosos de datas — os perlustramentos da nossa peninsula pelos antecessores dos *iberos* e dos *celtas*, olhados atégora como os nossos maiores primitivos.

Yê-se d'este quadro que deixo esboçado — e de que me sirvo de preferencia no meio d'outros de que não falho — qual é a prestimosissima utilidade da inauguração d'um *Atheneu Archeologico* aqui n'esta nossa Braga, para dessiminação mutua d'estes conhecimentos entre nós, e das illucidações accessorias em correlação com elles.

Com o mutuo concurso de todos nós, em cujos corações vive entusiastico o amor da patria, aprenderemos muitissimo uns dos outros; e daremos a esta capital do Minho — berço natalício para uns, e patria adoptiva para outros — o renome de que ella é crédora, não só como povoação alegre e ridente, circumdada d'um horisonte amplo e vistoso, e coberta por um ceo limpido e fascinador, senão ainda orno repleta de recordações gloriosas em todas as edades, e em todas as phases da historia.

Não é sem espinhos a estrada que vamos trilhar: — mas nada ha, que os não tenha de sobra, em quanto peregrinamos na terra em que vivemos.

Removel-os com gloria; ceifal-os em proveito da humanidade; é dos homens inquebrantáveis, a quem o porvir allumia com o facho do progresso nos páramos da civilização.

O genio da gloria patria, que nos olha como filhos dilectos, brada-nos *àvante* a cada um de nós, collocando-nos sob a égide do Venerando Prelado Primaz.

Diz-nos a um por um no intimo do coração, o que o meu finado contemporaneo de Coimbra Antonio Gonçalves Dias — honra da villa de Cachias na provincia do Maranhão — pozera na *Canção do Tamoio* nos labios do pae a enthusiasmar o filho:

As armas ensaia;
Penetra na vida:
Pezada ou querida,
Viver è lutar.
Se o duro combate,
Os fracos abate;
Aos fortes, aos bravos,
Só pôde exaltar.

Braga, 29 de Junho de 1876.

Per eira-Caldas

A Mesa Provisoria ficou composta do Venerando Arcebispo como presidente, e dos snrs. visconde de Pindella como presidente da camara, Deão da Sé Primaz, Director das Obras Publicas, e Professor Pereira-Caldas como secretario.

No fim d'este acto solemne recitaram mimosas e arrebatadoras poesias os snrs. Alfredo Campos, Correia Junior, e Cunha Vianna.

Solicitamos estas poesias, que publicaremos apenas as tenhamos.

Comércio do Minho, 1-7-1876

10. *Atheneu archeologico bracarense*

Reúne no proximo domingo, no salão do Paço, a meza provisoria do Atheneu archeologico, afim de lhe serem apresentados os estatutos d'aquella sociedade.

Comércio do Minho, 4-7-1876

11. *O Atheneu Archeologico de Braga*

Do seio da nossa obscuridade soltaremos também um brado de approvação ao proveitoso commettimento, que acaba de realisar-se em Braga. Saudamos com jubilosa esperanza a inauguração do Atheneu Archeologico

(Testa cidade, e antevemos os proficuos resultados, que para o estudo das antiguidades patrias, tão descurado entre nós, devem advir da existencia d'este novo estádio aberto ás intelligencias, que em gloriosos e inoffensivos certames poderão d'ora avante disputar alli os premios devidos à illustração, e ao estudo, com que esta se adquire.

Não tentaremos agora encarecer a importancia da Archeologia. Penna muito mais hábil, que a nossa, acaba de fazel-o proficientemente na circular para o convite do Atheneu Archeologico. Limitar-nos-hemos pois sómente a affirmar, que é lamentável, é vergonhosa mesmo a incuria, com que temos olhado até hoje para a conservação e estudo dos nossos monumentos; e não menos vergonhosa é a ignorancia, que se nota em escriptores nossos, aliás eruditos, ácerca das antiguidades patrias, e dos auctores classicos, com o auxilio de cujas obras podêmos investigabas.

Pedimos venia para fazer algumas citações comprovativas do que acabamos de dizer.

Publicou-se recentemente, sob o venerando nome de Fr. Domingos Vieira, um Diccionario da lingua Portugueza; á frente do 1.º tomo d'este imprimiu-se um trabalho sobre a mesma lingua, escripto por um mancebo, que gosa ahi da reputação de muito erudito. Ora a paginas 198 d'essa introdução lê-se o seguinte:

«Não se pode determinar com certeza qual foi a segunda camada de habitantes da Hispanha. *A passagem de Ligures entre os Ibéris e os Celtas*, com quanto possi vel, *não ha nenhum testemunho historico, que nol-a faça olhar como provável*».

O periodo, que transcrevemos em itálico, revela a mais *crassa ignorancia* dos testemunhos historicos, legados pela antiguidade, ácerca dos primeiros habitantes da Peninsula Ibérica. Se o escriptor citado houvesse lido Estrabão, Avieno, e outros escriptores antigos, saberia por certo, que os *Ligures* eram propriamente de *raça ibérea*, que a primitiva estancia dos *Ligures* e a sua cidade de *Lygilina* ficava não longe do *Tartessus* (Gibraltar); que d'alli foram expulsos pela invasão dos Celtas, e obrigados a emigrar para á Gallia e Italia, impedindo também diante d'elles os *Sicanos* — outro povo de procedencia ibérica — que Thucydides colloca igualmente em Hispanha, nas margens do Ségre, e que d'alli passaram a habitar Sicilia.

Em face de todos estes testemunhos dos auctores gregos e romanos só a insciencia mais indesculpável pode ousadamente affirmar que — *não ha nenhum testemunho historico que tios faça olhar conig* provável (!!) *a passagem de Ligures entre Ibéros e Celtas*.

No volume IV do *Archivo Pittoresco* ha um artigo do snr. Manoel da Gama Xaro (que é justamente reputado como um dos nossos mais distintos antiquarios) ácerca dos habitantes de *Cetobriga* anteriores aos Romanos. Ahi sustenta elle, que a costa da Lusitania, delimitada pelo Tejo e pelo Guadiana (*Tagus e Ana*) fora habitada pelos *Bastulos*, opinião singular, que tem indusido depois em erro a varios escriptores, entre os quaes o estimável e infatigável auctor do *Portugal antigo e moderno*.

E sobre que dados fundava o snr. Xaro esta sua opinião de todo o ponto inexacta? Sobre urna simples passagem de Plínio, que se esqueceu de comparar com outras passagens do mesmo geographo, e sobretudo com os textos de Estrabão e de Pomponio Méla.

Plínio diz: *Ab Ana autem Atlantico Oceano obversa, Bastulorum Turdulorumque est.* E o snr. Xaro accrescenta: «Ternos portanto Bastulos e Turdulos desde a foz do Guadiana por toda a costa do Oceano, até onde?» — Se consultasse a Pomponio Méla, acharia esta sua questão resolvida de uma maneira bem differente d'aquella, por que elle erradamente a resolveu. Pomponio escreve assim: «Ao sahir do Estreito (de Gibraltar) sobre a direita, topa-se com a costa occidental da *Betica* que... apresenta uma linha recta até ao Ana. *Aqui habitam os Turdulos e os Bastulos*»—Logo os Bártulos eram povos da *Betica* e não da *Lusitania*, e estanceavam a Leste e não a Oeste do *Ana*, que formava a linha divisória entre as duas provincias.

Estrabão concorda perfeitamente com Pomponio Méla. «Entre a parte do littoral ibérico (diz elle), em que se abrem as fozes do Betis e do Ana, e a extremidade da Maurosia, uma irrupção do mar Atlantico formou o estreito das columnas d'Hercules, que hoje dá communicacão entre o mar exterior e o interior. Ora alii proximo, no territorio dos Ibéros Bastamos, também denominados *Bastulos*, está o monte Calpe, etc.».

E n'outro lugar: «A Turdetania tem por limites a O. e N. o curso do Ana... ao sul enfim essa *estreita faxa de terra comprehendida entre Calpe e Gadir a* (Cadix), que é occupada por urna parte da nação *bastetana*, e depois o proprio mar até ao Ana».

E o snr. Gama Xaro leu tão mal esta passagem do geographo grego, que na estreita faxa de terra, tão bem determinada por elle, viu o terreno de Troia, entre o rio Sáo e o mar» *aliquando bonus dormitai...*

Não nos surpreendem estes lapsos, proprios da debilidade da nossa natureza tão sujeita ao erro. Lamentamos porém que tão inexactas opiniões hajam passado em julgado, e sejam ahi admitidas como irrefragaveis por toda a gente; o que prova o abatimento, a que entre nós hão descido os estudos das antiguidades patrias, e a especie de desprezo, com que são olhadas no nosso paiz as investigações archeologicas, a que lá fóra se está hoje ligando tão subida attenção.

Graças pois á nobre empreza, a que ardidamente se votaram os dignissimos instituidores do Atheneu Archeologico bracarense. Que os seus nobilissimos exforços seja secundados por todos os que em Portugal cultivam a verdadeira sciencia, e que d'elle resulte o maximo proveito para as letras patrais, eis os votos sinceros, que não cessará de fazer o humilde signatario d'estas mal traçadas linhas.

D. M. SOTTO-MAYOR

Comércio do Minho, 11-7-1876

12. *Atheneu Archeologico Bracarense*

No domingo 9 reuniu-se nos paços archiepiscopaes a Meza Provisoria do Atheneu Archeologico Bracarense.

Discutiui na generalidade os Estatutos da associação: e no domingo seguinte começa a sua discussão na especialidade, assim como a discussão dos Regulamentos respectivos.

Os Estatutos, e os Regulamentos são modelados pelos dos estabelecimentos analogos que temos na Europa.

A não haver ante-hontem a procissão do Carmo, que é uma das principaes desta terra, ter-se-hia n'este dia começado as discussões na especialidade.

Comércio do Minho, 18-7-1876

13. *Achado*

Nos desaterros a que se está procedendo aqui em Braga, na rua aberta de novo entre a antiga torre de S. Bento e a rua nova da Sé, achou-se uma comunicação subterranea de torre a torre, pertencente ás fortificações primitivas da cidade, devidas ao reinado d'el rei D. Diniz.

Eram 8 as portas que n'essa epocha tinha Braga, ligadas umas a outras por muralhas fortes, no gosto da epocha a que pertenciam.

Nos annos de 1375, reedificou estas muralhas el-rei D. Fernando enobrecendo-as com novas torres vigorosas.

No interior d'esta circumvalação, havia um forte castello, que ainda hoje realça donairoso o aspecto da cidade, a quem a observa do passeio de Sant'Anna para o occidente.

Este aqueducto anda se limpando na altura de um homem, e tencionam aproveitall-o para o escoadouro das agoas do campo de S. Sebastião, e mesmo da nova rua, — o que prova que a edificação da mesma foi feita sobre base antiga e pavimento muito mais baixo.

Comércio do Minho, 9-3-1876

14. *Cippo*

Nas escavações a que se anda procedendo para escoadouro das aguas na rua da Misericordia, appareceu um grande cippo, a prumo sobre base. O local ficava por debaixo das casas que se demoliram para o alargamento d'aquella rua, — o que prova que a edificação da mesma foi feita sobre base antiga e pavimento muito mais baixo.

Comércio do Minho, 11-7-1878

15. *Congresso Internacional d'Anthropologia e de Archeologia prehistórica*

Tem de abrir-se em Lisboa este anno, a 20 de setembro, fechando-se a 29 do mesmo.

E' a nona sessão, de que é presidente o exc.^{mo} Andrade Corvo e secretario geral o exc.^{mo} Carlos Ribeiro; aquelle, ministro dos estrangeiros no governo da regeneração; e este, deputado na actual legislatura.

São numerosos os membros correspondentes d'este Congresso; pertencem á Allemanha, á Austria, á Belgica, á Dinamarca, á Hespanha, a Finlandia, á França, á Grã-Bretanha Irlanda, á Grecia, á Hongria, á Italia, ao Luxemburgo, á Noruega, aos Paizes Baixos, á Romania, á Russia, á Suecia, á Suissa, á Turquia, ao Egypto, ao Cabo da Boa Esperança, á India, á Australia, aos Estados Unidos da America, ao Canadá, ás Bermudas, ao Porto Rico, a Nicaragua, á Republica Argetina, ao Chili, e ao Brasil.

Dos membros correspondentes nacionaes, representam esta Cidade de Braga no Congresso os seguintes:

Adolpho Pimentel.
Antonio Brandão.
Fernando Castiço.
Jeronymo Pimentel.
Pereira Caldas.

Comércio do Minho, 18-3-1880

16. *Archeologia*

Em S. Martinho de Dume, suburbios d'esta cidade procedendo-se á abertura d'um poço, foram encontradas varias medalhas d'uma alta antiguidade, esqueletos, varios capiteis jonicos e um formoso fuste de columna.

Alguns amadores da archeologia reuniram no domingo, para examinar os objectos encontrados.

Comércio do Alinho, 3-4-1883

17. *Moedas antigas*

Nas escavações a que se está procedendo na rua do Cabbido, tem-se encontrado grande numero de antigas moedas de subido valor archeologico.

Comércio do Alinho, 5-7-1883

18. *Alosaicos*

Fomos brindados pelo nosso distincto amigo ex.^{mo} snr. dr. Pereira Caldas, .ilustrado--.professor, do Lyceu de Braga, com duas photographias

representando as ruínas de dous pavimentos de mosaico, encontrados ñas excavações a que se tem procedido para a construcção dos alicerces do novo seminário dos Orphãos de S. Caetano.

Os mosaicos são feitos de marmores de varias cores; o fundo é feito de *lizo* de Pero Pinheiro.

Uma das photographias é um valioso espécimen do que os romanos denominavam *pavimenta sectilia*.

A outra é bellissima também, porem, menos primorosa: os romanos davam-lhe o nome de *pavimenta tessellata*.

Ambas representam o fundo de duas piscinas, urna (a mais primorosa), de recreio, e outra de deposito de aguas, a que os romanos chamavam *piscina subdialia*.

As photographias foram tiradas com a maxima nitidez e perfeição pelo snr. Cezar Lima, photographo da casa filial de Sola & C.º, estabelecida n'esta cidade, á custa do snr. Pereira Caldas, distincto amator d'estes primores, notáveis pelo seu valor artistico e pela sua antiguidade.

Comércio do Minho, 19-1-1884

19. *Lápide romana inédita*

I. — Em 28 do Agosto findo, achou-se aqui em Braga uma *lapide romana* — entre uns entulhos d'um cano d'esgôto — ao lado da igreja matriz de S. João do Souto, e defronte da *direcção geral* das obras publicas do districto.

E' uma *lapide inédita* ainda — e duplamente valiosa, por isso mesmo, para a historia da *epigraphia romana* em Braga.

II. — Eis-aqui o *contexto lapidar* d'esta *columneta emoldurada*, com 0,64 de altura — 0,24 de largura central — e 0,29 nas duas bases, tudo em forma regularmente quadrangular, e com *engaste* no cimo para uma divindade:

F R O V I D A (e)
S A C R V M
M A T E R N V S
F L A C C I
E X X V I S V
V. S. L. M.

III. — Eis-aqui a *licção corrente* d'esta *inscripção*, em que formam uma *sigla de ligação*, na linha terceira, o *T* e o *E* de MATERNVS: FROVIDAE. SACRVM. MATERNVS. FLACCI, (*filius*). EX. VISV. V (*otvm*). S (*olvit*) L (*ibens*). M (*erito*):

(*Monumento*) consagrado a Frovida: Materno, filho de Flacco — em virtude d'uma visão — de bom grado cumpriu este voto.

Conimbriga, 24 (1985), 5-83

IV. — O nome da divindade *Frovida* — claramente gravado na lapide — da meritos lapidares a esta columneta inédita.

E' um *nome ritual* mais, entre os não poucos de divindades pre-romanas, de que de dia em dia augmentam a lista os novos achados.

V. — *Lapides votivas* — com a designação EX VOTO expressa — não há quasi dia, em que não appareçam aqui e alii sobterradas — alem das conhecidas em geral.

Com a formula EX VISV, não são por aqui em Braga usuaes as *lapides* — assim como o não são também com as formulas EX VOTO SVSCEPTO, EX VOTO PVBLICO, EX RELIGIONE, EX IVSSV NVMINIS, e EX PONTIFICIS IVSSV, alem das formulas EX VOTO SOLVTO, e EX ORACVLO.

Em *Argote nas Memorias de Braga* — Tom. I. Num. 381—acha-se a formula epigraphica EX PRAECEPTO, em consagração ao *Deus Evento*.

VI. — Os *Maternos* e os *Matérmanos* — assim como os *Flaccos* e os *Flacos*, alem dos *Flaccinso* ainda — são personagens frequentes na *lapidaria romana* da península hispânica.

Nem raras são também as *Maternas* tam pouco — embora menos usuaes que os *Maternos* e os *Maternianos*.

Braga, 3 Septembro 1885.

O Professor do Lyceu, *Per eira-Caldas*

A Abelha, 6-9-1885 e *Comércio do Minho*, 8-9-1885

20. *Descoberta archeologica*

N'um pequeno beco que se anda a alargar e que desemboca na rua da Cruz de Pedra, foi encontrado, nos escombros d'uma casa velha, um monte de ladrilhos sobrepostos, e presos com argamassa romana. Suppõe-se que aquillo era o pé d'alguma estatua; D. Rodrigo de Moura refere-se a ella. Noticiaremos mais d'espaco

Comércio do Minho, 29-5-1886

21. *Moedas romanas*

Em umas obras que o snr. Fernando Castiço mandou fazer junto á torre do seminario, appareceram algumas moedas romanas, com os cunhos bem visiveis, mas completamente cobertas de verdete.

Comércio do Minho, 28-10-1886

Conimbriga, 24 (1985), 5-83

22. *Mais antiguidades*

Nas obras a que o snr. Fernando Castiço anda procedendo no seu quintal, proximo ao seminario, foi encontrado últimamente, a uma profundidade de tres metros, um rolete de moedas de cobre do tempo dos romanos, e tambem dous bronzes do mesmo tempo. Todas estas moedas, que são em numero de 10 ou 12, estavam cobertas de verdete que mal deixa ver os cunhos do dinheiro.

Comércio do Minho, 6-11-1886

23. *Moedas antigas*

Numa casa da rua dos Sapateiros que se anda a reedificar, pertencente ao snr. Paulino Evaristo da Rocha, digno sollicitador do foro de Braga, foram encontradas, n'um esconderijo, grande porção de moedas antigas, no valor de 900\$000 reis.

Comércio do Minho, 20-9-1887

24. *Thesouro sim, dinheiro não*

Desmente-se a noticia que circulou n'esta cidade, de haver o snr. Paulino Evaristo da Rocha encontrado n'uma casa que anda reedificando na rua dos Sapateiros, um thesouro com moedas de ouro antigas, no valor de 900\$000 reis.

Parece que o snr. Paulino encontrou só o *sítio* do dinheiro, cheio de pó e teias de aranha.

Que desapontamento.

Damos sinceros pésames ao nosso amigo snr. Paulino, pois do coração desejávamos que encontrasse não só o *sítio*, mas o thesouro repleto de bagalhocha, contendo pelo menos, 900:000\$000 reis.

Comércio do Minho, 22-9-1887

25. *Moedas antigas*

Não foi exacta ainda a noticia que demos no numero passado, ácerca do thesouro encontrado pelo snr. Paulino Evaristo da Rocha na casa que traz em reconstrução na antiga rua dos Sapateiros.

As ultimas averiguações dão o seguinte resultado:

E' verdade que appareceu o cofre onde devera estar dinheiro, muito dinheiro talvez; mas tambem é verdade que esse cofre ou thesouro não continha apenas pó e teias de aranha.

Appareceram algumas moedas de ouro, antiquissimas e em perfeito estado de conservação, com legendas distinctas e effigies magnificamente cunhadas.

O valor feal d'estas moedas não é de 900\$000 reis, nem sequer se approxima d'essa quantia; porém o valor estimativo é muito superior, e eremos que o snr. Paulino poderia, querendo vendel-as, apurar muito mais de 900\$000 reis.

Consta-nos, porém, que o snr. Paulino não as venderá por preço nenhum, porque deseja guardal-as como merecem.

Aos museus e colleccionadores de antiguidades conviria muito a aquisição d'algumas d'estas moedas, que na realidade são preciosas; pena é que o possuidor não as offereça a qualquer instituição d'este genero, pois estamos certos de que seriam devidamente apreciadas.

A'quelles que se gloriaram por nós haveremos dado uma noticia *falsa*, respondemos agora que cantaram cedo de mais, pois a blague só existe no valor real de 900\$000 reis que attribuíramos ás moedas antigas, quando o seu valor é todo estimativo.

Erramos n'este ponto, é verdade; mas quem ha que não erre?

Errare humanum est.

Comércio do Minho, 24-9-1887

26. *Moedas romanas*

Diz a «Palavra»: «O dono do predio da cidade de Braga, onde ha dias foi encontrado um grande cofre contendo moedas de oiro romanas, vae mandal-as ao snr. dr. Aragão, afim d'este cavalheiro as classificar e apreciar».

Comércio do Minho, 1-10-1887

27. *Moedas antigas*

Nas escavações a que se anda procedendo junto da egreja das Carvalheiras, para o nivelamento da rua de S. Sebastião, teem apparecido algumas moedas antigas, bem como columnas de pedra e outros objectos d'arte, que alguém diz pertencerem ás velhas muralhas da cidade.

Um operario vendeu uma d'essas moedas a um transeunte, pela modica quantia de 200 réis.

Comércio do Minho, 30-4-1889

28. *Museu archeologico*

A camara municipal d'este concelho deliberou organizar um museu archeologico no logar das Carvalheiras.

Conimbriga, 24 (1985), 5-83

Foi encarregado d'este serviço o snr. dr. José de Sousa Machado, digno secretario da camara.

Os trabalhos para o museu já principiaram.

N'elle vão ser collocados o antigo pelourinho da cidade, armas de edificios publicos, cruzeiros, pedras com inscrições apparecidas ultimamente, etc..

Comércio do Minho, 4-2-1892

29. *Moedas antigas*

Nas escavações a que se anda procedendo no bairro das Travessas, para a edificação de predios, teem apparecido algumas moedas d'ouro, de grande valor estimativo.

Os operarios que as teem achado, vendem-as por um preço diminuto.

Vimos hontem 3 moedas, bem conservadas, que foram compradas por uns 10\$000 réis; pois já offereceram por ellas mais de 60\$000.

Duas são romanas e teem em volta da effigie a seguinte inscrição: D. N. HONORIVS. P. F. AVG. AYR.

Comércio do Minho, 4-6-1892

30. *Dinheiro antigo*

Na tarde de quarta-feira appareceu uma talha de barro com muitas moedas antigas, nas escavações a que se anda procedendo na antiga rua do Coelho, para o encanamento de aguas.

As moedas são de cobre e pesam cerca de 80 kilos.

A camara municipal d'este concelho tomou posse d'este thesouro.

Comércio do Minho, 16-7-1892

31. *Subterraneo*

Parece que na antiga rua do Coelho, onde ha pouco appareceram muitas moedas antigas, existe um subterraneo.

A ex.^{ma} camara vae mandar proceder a excavações.

Comércio do Minho, 23-7-1892

32. *Moedas romanas*

O snr. dr. Francisco Sarmiento offereceu uma collecção de moedas romanas das que foram achadas últimamente nas escavações da antiga rua do Coelho, d'esta cidade, ao museu de archeologia e numismática de Guimarães.

Comércio do Minho, 2-8-1892

33. *Inscrições e lettreiros*

Com o titulo de «Inscrições e lettreiros da cidade de Braga e algumas freguezias ruraes», acaba de sair á luz um volume de 182 paginas, impresso em bom papel e subscripto pelo nosso amigo snr. Albino Bellino.

Como o titulo indica, o livro contém zincographias das inscrições e lettreiros que se encontram nas egrejas, capellas, conventos, fontes e antigos edificios de Braga e seus arredores, acompanhadas de curiosas indicações sobre a fundação e phases por que passaram estes monumentos, algumas sabidas já, outras corrigidas e ampliadas, muitas ignoradas até agora e todas de grande valor como subsidios para a historia d'esta cidade.

Em seguida a um pequeno prologo do auctor vem uma carta-prefácio do snr. dr. Pereira Caldas. A obra é offerecida á Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, á Sociedade de Geographia de Lisboa e á Associação Patriótica Primeiro de Dezembro, de que o snr. Albano Bellino é socio. Insere o retracto do auctor, em phototypia, ostentando as insignias d'aquellas tres aggremações.

O preço da obra é 600 réis, e encontra-se á venda nas principaes livrarias.

Dando sinceros parabéns ao snr. Albano Bellino pelo exito do seu livro, ao qual os entendidos teem feito plena justiça, agredecemos-lhe penhoradamente a offerta de um exemplar e a amabilidade da dedicatoria com que nos distinguuiu.

Comércio do Minho, 10-9-1895

34. *Archeologia*

Na sua faina constante de investigador archeologo, acaba de encontrar n'esta cidade mais algumas inscrições inéditas romanas e visigóticas, o nosso amigo snr. Albano Bellino.

Está fazendo um estudo que por estes dias entregará ao prélo, porque, segundo informações que temos, estas inscrições são, como as do seu ultimo livro, de altissimo valor epigraphico.

Que o snr. Bellino trabalha com boa vontade e orientação scientifica, prova o facto de encontrar estas ultimas lapides poucos dias depois de visitar Braga em procura de velharias o sr. Leite de Vasconcellos, de Lisboa, acompanhado de varios individuos d'aqui.

Comércio do Minho, 11-4-1896

35. *Muzeu archeologico*

O reo. P.e Martins Capella, presidente da commissão encarregada pela camara municipal de proceder á installação d'um muzeu archeologico junto á escola industrial d'esta cidade, propoz que á referida commissão fossem aggregados os snrs. Albano Bellino e dr. Pereira Caldas.

Comércio do Minho, 4-3-1897

36. *Monumentos nacionaes*

Alguns jornaes noticiaram ha tempos que o nosso amigo snr. Albano Bellino fora nomeado vogal correspondente da commissão dos monumentos nacionaes nas Taipas.

Essa noticia carecia, porém, de fundamento, visto que o dedicado archeologo acaba de receber do ministerio das obras publicas o diploma da sua nomeação para o cargo de vogal correspondente da commissão dos monumentos nacionaes em Braga, e d'esta commissão um officio convidando-o a indicar os monumentos que n'esta cidade têm de ser considerados nacionaes.

Endereçamos sinceros parabéns ao nosso amigo pelo frisanste testemunho de apreço que vem de ser-lhe conferido.

Comércio do Minho, 30-3-1897

37. *Alhano Bellino*

Este nosso presado amigo e incansável archeologo foi últimamente nomeado socio de merito da Sociedade Archeologica de Pontevedra (Hespanha), em attenção aos serviços prestados ao museu d'aquella sociedade.

Enviamos ao nosso amigo cordeaux felicitações pela distincção que lhe foi conferida.

Comércio do Minho, 22-3-1898

38. *Archeologia portuguesa*

Na ultima sessão da Real Associação dos Architectos Cívicos e Archeologos Portuguezes foram votados socios, além d'outros, os snrs. Ernesto Korrodi, que foi professor na escola industrial de Braga, drs. Accacio da Silva Guimarães, José Joaquim dos Santos Motta e padre Manoel José Pereira, professores do lyceu d'esta cidade.

Comércio do Minho, 31-3-1898

39. *Uma cidade romana*

O nosso talentoso amigo e infatigável archeologo snr. Albano Bellino, que últimamente tem effectuado varias excursões archeologicas, n'este e n'outros concelhos proximos, encontrou a uma legua de Braga, para os lados de Guizande e Veiga, uma estação luzo-romana (cidade) que se lhe afigura de altissima importancia, a avaliar pelos fragmentos de cerâmica e *tegulae* que de lá trouxe para o seu museu particular.

O snr. Bellino, que também colheu uma inscrição romana inedita, tem muita confiança na exploração, que deve produzir optimos resultados. Na mesma occasião tomou conhecimento d'outra antiga povoação fortificada, aqui nas proximidades de Braga.

Comércio do Minho, 25-4-1899

40. *Achados archeologicos*

O nosso presado amigo snr. Albano Bellino obteve já dos proprietarios do respectivo terreno a auctorisação necessaria para proceder a explorações no monte denominado de Christello, para os lados da Veiga de Penso, onde o estudioso archeologo descobriu ha dias indicios d'uma antiga estação luso-romana, de altissima importancia.

O snr. Bellino vae em breve dar começo aos seus trabalhos de investigação.

Comércio do Minho, 2:5-T899

41. *Explorações archeologicas*

A Associação dos Archeologos Portuguezes, tendo lido em sessão um officio do nosso amigo snr. Albano Bellino, em que pede auxilio pecuniario para proseguir as suas explorações archeologicas nos arredores d'esta cidade, deli-

berou-se responder que a associação ia officiar á camara de Braga para lhe prestar todo o auxilio, visto que os recursos da associação não permittiam conceder qualquer auxilio pecuniario.

Comércio do Minho, 27-5-1899

42. *Archeologia*

O snr. Manoel Simões Braga, zeloso juiz da irmandade de Santa Martha, vae hoje com o snr. Albano Bellino ao alto do monte onde brevemente devem principiar as explorações archeologicas a que já nos referimos.

Comércio do Minho, 17-6-1899

43. *Archeologia*

O snr. João Antonio Gonçalves Braga, que foi socio da firma commercial — Valença, Filhos & C.^a, possuidor de todo o terreno em que se acha construida a 2.^a muralha da *cidade* romana no monte da Santa Martha, auctorizou bizarramente o nosso amigo snr. Albano Bellino a mandar proceder ás necessarias escavações archeologicas no referido terreno.

Este offerecimento é de grandissimo alcance, porque o maior numero das construções circulares e quadrilongas encontra-se na área pertencente áquelle proprietario.

E' digno de louvor o snr. Gonçalves Braga pelo seu patriotico offerecimento.

Na proxima semana vão proseguir com actividade as escavações archeologicas, devendo ser occupados n'ellas os cantoneiros municipaes.

Comércio do Minho, 8-7-1899

44. *Moedas romanas*

Nas escavações archeologicas a que se anda procedendo na Falperra, sob a direcção do nosso amigo snr. Albano Bellino, foram encontradas algumas moedas romanas.

Comércio do Minho, 1-8-1899

45. *Descobertas archeologicas*

O nosso estimável amigo e estudioso archeologo snr. Albano Bellino interrompeu por algum tempo os trabalhos a que andava procedendo no

monte da Falperra e passou a explorar o monte de S. Mamede, ñas proximidades da freguezia de Guisande, d'este concelho. D'ahi resultou já a descoberta de importantes vestígios d'uma praça da dominação romana, encontrando-se longas paredes e casas circulares, com o competente lastro, fragmentos de tijolos, grandes telhas, etc..

O snr. Bellino espera que dentro de alguns dias esteja visível urna grande parte do espaço de duas muralhas, para depois apresentar a sua opinião sobre a descoberta que acaba de verificar.

O snr. Torquato Alvares Ribeiro, proprietário do terreno em exploração, não só concedeu auctorisação para se proceder n'elle aos respectivos trabalhos, como auxilia com jornaleiros seus as escavações archeológicas. Torna-se por isso digno dos mais alevantados encomios.

Comércio do Minho, 31-8-1899

46. *Museu archeologico*

Sua ex.^a rev.^{ma} o snr. arcebispo primaz cedeu ao nosso amigo snr. Albano Bellino uma loja do paço archiepiscopal para alli recolher todos os objectos do seu museu particular, que se compõe d'alguns dos mais notáveis monumentos epigraphicos da epocha romana, muitos framentos de cerâmica, alguns mosaicos, tijolos, machados de pedra, etc.

Tudo isto não tem por emquanto uma disposição apropriada, mas pôde desde já considerar-se o inicio d'um futuro museu de alta importancia para a capital do Minho.

Crê-mos, pois, removida uma antiga difficuldade, porque o snr. Bellino, com o producto da exploração das duas cidades romanas que vae pondo a descoberto nas visinhanças de Braga, ha-de enriquecer o referido museu, que representa mais uma prova da sua dedicação extraordinaria por tão pesados estudos.

Comércio do Minho, 16-9-1899

47. *Archeologia*

A expensas do snr. Torquato Alvares Ribeiro, do Porto, e sob a direcção do estudioso archeologo bracarense e nosso amigo snr. Albano Bellino, recommçaram ha dias os trabalhos de exploração no Mõnte Redondo, freguezia de Guizande d'este concelho.

Nas escavações tẽem apparecido algumas moedas de cobre romanas e portuguezas dos primeiros reinados. Este facto é importantissimo para a historia d'aquella cidade morta.

E' muito para louvar o auxilio pecuniario que o snr. Torquato Ribeiro, um dos maiores proprietarios d'aquelles sitios, tem prestado ao snr. Albano Bellino.

Comércio do Minho, 18-9-1900

48. *Museu archeologico*

A este florescente museu, fundado pelo nosso amigo snr. Albano Bellino, foram últimamente offerecidos os objectos seguintes:

Um capital da Ordem corinthia e dois dos séculos xn e xiv, provenientes do antigo convento de Tibaes — offerta do snr. commendador J. A. Vieira Marques.

Uma lapide com inscripção romana tumular — offerta do snr. commendador Domingos José Ferreira Braga.

Outra lapide com inscripção romana, votiva — offerta do snr. Antonio da Cunha Araujo Braga.

Um fragmento de mosaico romano encontrado nas escavações da rua de S. Thiago — offerta do snr. José Alves Lorôto.

Varias moedas de cobre e um peso de tear romano—offerta do snr. Ferreira Torres.

Uma estatua colossal de granito — offerta da snr.^a D. Francisca Xavier Machado.

Duas mós manuais e um pedaço de muralha romana — offerta do snr. Vasco Jacome de Souza Pereira de Vasconcellos (Avellar).

Dois tijolos dos banhos romanos de Vizella — offerta do snr. dr. Abilio Torres.

Estatua de granito fino, representando um bispo — offerta do snr. Simão Ventura da Luz Pinheiro, por intermedio dos snrs. Antonio d'Araujo Torres e Antonio Mendes Ribeiro.

Um grande tijolo de encanamento romano, encontrado no desaterró da antiga rua do Coelho — offerta do snr. Antonio de Lemos Amorim.

Comércio do Minho, 9-10-1900

49. *Publicações*

Archeologia Christã, por Albano Bellino. E' mais um bom volume com que o distincto antiquario enriquece as letras patrias. Trabalhador incansável e consciencioso, o snr. Albano Bellino tem trazido ao conhecimento do publico a riqueza archeologia de Braga e Guimarães. No presente livro vêem mangíficas photogravuras dos principaes monumentos das duas cidades, acompanhadas de descripções em que se corrigem muitos erros e se esclarecem muitos pontos até agora duvidosos. Sirva de exemplo o sino de S. Geraldo, da Sé

Primaz, cuja complicada inscrição o dedicado investigador teve a paciência de copiar integralmente, tendo para isso de mandar construir sobre a balastrada da cupula da torre urna estada de madeira, á qual subiu, volteando 3 vezes o sino para que não lhe escapasse a minima letra ou sinal gravado no bronze. Louvável e pouco vulgar dedicação pela verdade historica!

Além do merecimento archeologico do livro do snr. Albano Bellino, avultam n'elle os synchronismos dos séculos, em que o illustre auctor semeia vasta erudição recheiando-os de curiosissimos factos historicos, esquecidos por alguma gente e ignorados por muita mais. Bastava esta parte do livro para o tornar interessante e digno de ser lido, archivado e consultado. Mas tem ainda outra qualidade valiosa e recommendal-o: é a indicação de todas as egrejas, capellas, oratorios e cruzeiros de Braga e Guimarães, dizendo acerca de cada um o que de mais notável consta sobre a sua origem, fundação, vicissitudes por que passou, factos historicos que com elle se prendem, inscrições que contém, solemnidades que n'elle se realisam, etc., etc., de fórma que qualquer visitante d'alguma ou d'ambas as cidades encontra alli um *guia* mangifico a libental-o das erradas informações e exageros encomiásticos de *cicerones* pouco illustrados.

Comércio do Minho, 14-1-1902

50. *Archeologia*

O snr. Visconde da Torre fez doação ao Museu Ethnologico Portuguez de duas estatuas romanas de marmore, de subido valor archeologico, existentes, pelo menos ha dous séculos, na sua quinta titular.

Comércio do Minho, 11-3-1902

51; *Câmara Municipal*

Deliberou auctorisar o snr. Albano Bellino a remover para o seu museu archeologico uma lapide romana que está nas proximidades do palacete do snr. conde de S. Martinho.

Comércio do Minho, 29-7-1902

52. *Museu archeologico*

No extracto que fizemos da ultima sessão camararia lê-se que o snr. Albano Bellino foi auctorisado a remover para o seu museu archeologico, estabelecido nos baixos do Paço Archiepiscopal, uma inscrição lapidar que ha muito se encontra abandonada no largo das Carvalheiras.

Conimbriga, 24 (1985), 5-83

A camara é digna dos maiores elogios por ter d'este modo provido á conservação d'aquelle monumento, pois do contrario não tardaria a desaparecer d'alli, como por vezes tem acontecido com outros objectos que accusam a antiguidade e importanda d'esta cidade augusta.

A nosso vêr a camara deveria fazer transportar para o referido museu do snr. Bellino os capiteis, as columnas, os escudos e os baldaquinos que o rapasio dia a dia vae mutilando no primeiro quarteirão da alameda, onde se encontram a granel.

Só assim, com o concurso de todos, poderá ir por diante a fundação definitiva d'um museu em Braga.

Comércio do Minho, 31-7-1902

53. *Archeologia*

A instancias do nosso amigo snr. Albano Bellino, estudioso archeologo bracarense, foi removida para o seu museu archeologico uma lapide votiva dedicada ao deus Júpiter, existente na alvenaria d'uma escada da rua de S. Vicente.

Comércio do Minho, 20-11-1902

54. *Associação dos Architectos e Archeologos*

Foram eleitos socios correspondentes da Associação dos Architectos e Archeologos Portuguezes os revs, conego Antonio José da Silva Correia Simões, José Martins Barreto Junior e abbade José do Egypto Vieira, bem como o snr. dr. Francisco José de Faria, todos d'esta cidade.

Comércio do Minho, 3-1-1903

55. *Um Museu*

No «Jornal de Noticias», do dia 12 do corrente, lê-se o seguinte que transcrevemos para mais uma vez por este meio extranharmos a falta de patriotismo que a este respeito se nota em Braga:

«Segundo o informe de amigo nosso que visitou recentemente a cidade de Bragança, o Museu Municipal tem já hoje um destaque notável, entre os estabelecimentos congengeres do paiz. Installado ha poucos annos pela iniciativa intelligente do capitão Albino dos Santos Pereira Lopo, o valioso

archivo archeologico progride rapidamente, favoneado pela sympathia publica amparado pelos constantes disvellos do zeloso archeographo brigantino. A propaganda intensa do benemérito instituidor fructifica depressa; as offertas affuem e o museu opulenta-se dia a dia, pelo concurso de todo o districto, com crescente numero de padrões venerandos das velhas culturas indigenas.

Impossivel compendiar em breve noticia a serie complexa de monumentos archaicos, exhibidos na acanhada sala cedida pelo senado brigantino. Pelo chão, nas paredes, em montras, agglomeram-se dezenas de objectos interessantissimos, testemunhos da antiguidade historica e ante-historica da região. O archeologo, o ethnographo e até o naturalista tem ahi largo thema de estudo. Aham-se representadas mais ou menos abundantemente todas as edades, porque evoluciou a provinda transmontana — a da pedra polida, a do bronze e a do ferro; e sobretudo a phase mais recente da civilização callaico-romana. E' distincta em especial a serie lapidar: em numerosas estellas, aras, cippos e marcos milliarios lêem-se originaes inscrições votivas, honorificas e funerarias. Hubner, o celebre epigraphista allemão ha pouco fallecido, apreciou-a no justo valor, colligindo nas suas obras de vasta erudição todos os elementos epigraphicos que o museu ministra. Destaca-se também a collecção de fibulas de bronze, os velhos alfinetes de segurança com que o Lusitano apertava o negro «sagem» de lã grosseira: as formas e as ornamentações são das mais originaes e artisticas que se teeem encontrado no paiz. E, como estes, variadissimos monumentos minusculos e interessantissimos das civilizações antepassadas.

Devendo-se fundamentalmente esta bella obra sicientifica ao esforço intellectual e até aos sacrificios monetarios do capitão Lopo, folgamos em consignar aqui um publico testemunho de apreço ao benemérito creador de um dos mais proveitosos estabelecimento educativos do paiz».

As linhas que ahi ficam transcriptas são para meditar no que respeita á iniciativa particular que no caso presente supplanta a obra dos nossos governos.

Assim todas as terras mais importantes do paiz, onde surge um benemérito da historia nacional, vão auxiliando os empreendimentos que as illustram aos olhos de toda a gente culta.

Em Braga, no principal Convento Juridico da Provinda Tarraconense, nada se faz de proveito.

Ha talvez um século que se reclama a fundação d'um museu aqui, mas das vereações que se succedem apenas ha a registar «a boa vontade e um pequeno auxilio» da que foi presidida pelo snr. dr. Balthazar Aprigio!

Entregue a toda a serie de sacrificios temos, como nenhuma terra, um archeologo incansável, o snr. Albano Bellino, que, apesar da indiferença geral dos bracarenses, vae recolhendo no seu museu particular todos os monumentos mais valiosos de Braga, não podendo ainda assim, por falta de auxilio, completar a sua obra de preservação de tudo o que vae apparecendo e do mais que se conserva occulto em locaes bem conhecidos, bastando para estes o alvião.

Pede o snr. Albano Bellino urna casa apropriada para expor ao estudo dos sabios e ao exame do publico em geral, essa rica collecção, mas não surge quem o comprehenda, quem ame com fervor esta terra, livrando-a da vergonha que ha tanto pesa sobre os seus habitantes mais illustres»

Pois pena é que não se aproveite a boa vontade de um homem competente.

Comércio do Minho 15-10-1904

56. *Arckeologos portuguezes*

A Real Associação dos Archietectos e Archeologos Portuguezes, em sua ultima sessão, consignou na acta um voto de sentimento pela morte do seu socio correspondente snr. Albano Bellino, e admitiu como socios correspondentes n'esta cidade os rev.^{mos} conegos Gonçalo Joaquim Fernandes Vaz e José Martins Peixoto, e o snr. dr. Manuel Monteiro.

Comércio do Minho, 8-1-1907

57. *Espolio archeologico de Albano Belinno*

Na quarta-feira penúltima chegaram a Guimarães, indo d'esta cidade em oito carros de bois, alguns objectos de valor archeologico, os quaes faziam parte do museu que o saudoso Albano Bellino aqui possuia.

Pela exc.^{ma} viuva do illustre extinto foram offerecidos ao museu da Sociedade Martins Sarmento, de Guimarães, onde se vae fundar uma secção á parte, intitulada Albano Bellino.

Comércio do Minho 14-2-1907

58. *Marcos miliarios*

Com os ultimos temporaes algumas arvores do formoso local das Carvalheiras foram derrubadas, levando estas na sua derrocada dois marcos miliarios.

A comissão municipal ordenou que os mesmos fossem novamente levantados, trabalho este que ficou concluido no ultimo sabbado.

Comércio do Minho, 22-1-1908

59. *Architectos e archeologos*

Assumiu a presidencia da delegação da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes em Braga o capião d'engenharia militar snr. d**. João Teixeira da Silva.

Comércio dc Minho, 4-12-1909

60. *Liga de Braga*

O snr. dr. Francisco José de Faria, illustre presidente da «Liga de Defesa e Propaganda dos Interesses de Braga», officiou á camara municipal communicando-lhe a installação legal de aquella collectividade, com séde provisoria no edificio da Associação Commercial, enviando-lhe um exemplar do seu estatuto e offerecendo o seu auxilio á municipalidade.

A «Liga» está resolvida a concorrer para a fundação d'um museu archeologico no recinto das Carvalheiras, e tenciona apresentar á apreciação da camara o projecto d'um edificio n'aquelle local e com tal destino.

Para o projectado museu concedeu já o snr. ministro da guerra dous escudos de granito, existentes no quartel d'infantaria 8, que se suppõe terem pertencido á antiga frontaria da igreja do Populo e ao jazigo do fundador dos frades agostinhos.

Além d'isto, a «Liga de Braga» conta com valiosas offertas e com a dedicação dos apaixonados pela archeologia.

Oxalá o patriotico intuito encontre o applauso de todos para a sua realização.

Comércio do Minho, 13-1-1910

61. *Achado romano*

Na abertura de uma das vallas a que se anda a proceder para o abastecimento d'aguas da cidade, o alvião dos trabalhadores cortou um enorme pavimento romano, que se suppõe ser o lastro d'uma piscina grandiosa.

Deu pelo caso o nosso amigo José Teixeira, espirito intelligentemente curioso, que consagra uma culta dedicação ás coisás d'outr'ora.

Communicando-o ao nosso collaborador Manoel Monteiro este, por sua vez, foi ao local proceder ao devido exame e logo conseguiu do dr. Arthur Soares uma bateria de trabalhadores que, se o tempo o permitir, procederá ás devidas excavações para arrancar do seio da terra a inesperada reliquia do tempo do dominio romano.

No proximo numero daremos minuciosa noticia da grata occorrença.

Propaganda, 21-2-1910

62 *Museu archeologico municipal*

A «Liga de Propaganda» acaba de receber o officio que abaixo publicamos.

Sabemos que sem perda de tempo se vae dar principio aos trabalhos indicados pela Associação dos Archeologos por modo que ainda n'esta quadra seja feita a plantação e regulado o jardim do recinto das Carvalheiras.

Ao mesmo tempo será dada disposição convenientes a alguns dos monumentos alli existentes e a outros que para aquelle local vão ser removidos. Com enthusiasmo applaudimos esta patriótica iniciativa.

III.^{mo} e Ex.^{mo} Snr.

Autorisado pelo Ex.^{mo} Snr. Presidente da Delegação da Associação dos Archeologos e Architectos Civis, n'esta cidade, cumpre-me participar a V. Ex.^a que se deliberou aproveitar o local das Carvalheiras para o projectado Muzeu Archeologico Bracharense, cuja ideia, absolutamente louvável, eu me abstenho de encarecer agora.

Ora sendo certo que o alludido sitio é, pela sua disposição e pela sua tradição, o mais naturalmente indicado para tal fim, carece contudo de ser por completo arborisado e de soffrer um ligeiro arranjo para que os objectos a expor se tornem visiveis ao publico sem esforço e com methodo e com logica.

Repellindo o arboricidio, como um crime que devia ser punido por lei, cumpre-me dizer a V. Ex.^a que é necessario poupar as velhas arvores existentes, ao lado das quaes se deve plantar o arvoredo novo, afim de completar o revestimento frondoso, que outr'ora deu nome ao ameno local e de que muitos dos nossos concidadão saudosamente se lembram.

O plantio, porém, tem de ser feito á orla dos futuros canteiros a organizar segundo o parecer que eu tenho a honra de submeter á apreciação de V. Ex.^a que se dignará acceita-lo ou não:

Um arruamento circuitante será feito em cada um dos dois planos destinados a guardar as antiguidades — as romanas e medievaes no inferior e as da Renascença em deante no superior.

Dentro d'esse arruado ou perimetro dividir-se-ha aquelle em quatro talhões, subordinados á obra de cantaria que ali se encontra e se não deve inutilisar.

O de cima, na parte direita, será cortado por duas ruas diagonaes formando quatro canteiros triangulares, e, na esquerda, estes serão semicirculares, com os diametros voltados para o exterior.

Munidas de bancos as alamedas e guarnecidas as paredes de grades, eis o remate indispensável para tornar o magnifico recinto n'um recanto delicioso pelo deleite panorâmico que d'elle desfructa a retina e pela lição e pelo ensinamento a colher nas coisas do passado, que V. Ex.^a pretende ali reunir com solicitude e carinho.

Braga, 19 de Fevereiro de 1910.

III.^{mo} e Ex.^{mo} Snr. Presidente da «Liga de Defeza e Propaganda de Braga».

MANUEL MONTEIRO

Propaganda, 21-2-1910

63. *Museu municipal*

O snr. presidente da «Liga de Defeza e Propaganda de Braga», acaba de receber da Delegação da Associação dos Architectos e Archeologos de esta cidade o officio que em seguida publicamos.

Sabemos que as indicações n'elle contidas vão ter rapida solução.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Snr. Presidente da «Liga de Propaganda»

Em additamento ao meu ultimo officio cumpre-me lembrar a V. Ex.^a, que, nem só o recinto das Carvalheiras pode ser destinado ao Museu Archeologico.

E' absolutamente imprescindivel um edificio condigno, onde se arrecadem e ponham ao abrigo todos os objectos que não podem expor-se á acção do tempo.

N'esta conformidade e sabendo que não ha capitaes ou recursos para se erigir um edificio apropriado a tal fim, e sabendo muito melhor que a educação portugueza, alheia a interesses d'esta ordem, não origina rasgos beneméritos que nos auxiliem na consecução d'este dezideratum, propoz o Ex.^{mo} Snr. Presidente da Delegação da Associação dos Architectos e Archeologos d'esta cidade, na sua derradeira reunião, que se indicasse a V. Ex.^a a ideia do arrendamento d'uma parte do rez do chão do palacete da familia S. Martinho, também sito nas Carvalheiras.

Provisoriamente se guardariam aqui todas as velhas reliquias já adquiridas e as que se venham a adquirir com o appello que V. Ex.^a, conjuntamente connosco, se dignará fazer á generosidade e ao patriotismo dos cidadãos bracharenses.

Braga, 26-11-1910.

Ill.^{rao} e Ex.^{mo} Sr. Presidente da «Liga de Propaganda».

MANOEL MONTEIRO

Propaganda, 28-2-1910

64. *Achado romano*

Ainda se não pôde proceder, por completo, á desobstrucção dos restos do mosaico enxergado na ruptura d'uma das vallas que se andam a aluir para a collocação dos canos destinados ao abastecimento d'aguas da cidade.

Já se recolheram alguns fragmentos de mosaico; outros faltam ainda.

Conforme o tempo o permitir assim se procederá com cuidado ao levantamento do que se acha soterrado e será descripto aqui, com minucia, logo que a exploração se termine. Consola affirmar que todos os espiritos cultos d'esta terra seguem com verdadeiro interesse os trabalhos de remoção do interessantíssimo achado.

Propaganda, 28-2-1910

65. *Achado archeologico*

No largo de S. Thiago principiaram sabbado as escavações para pôr a descoberto um supposto pavimento de piscina romana, cujos indícios foram encontrados ao abrir urna valla para a canalisação das aguas.

Comércio do Minho, 1-3-1910

66. *Escavações*

Teem continuado conforme o tempo o permite, as escavações no largo do Collegio, onde appareceram supostos restos d'uma piscina romana.

Ignora-se por emquanto do que se trata.

Cousa antiquissima, é; romana, que o digam os entendidos.

O que se vê é um trecho de pavimento formado por argamassa rija, parece que revestido de curioso azulejo, de que foram encontrados pedaços.

Ha mais uns canos evidentemente para agua, cujo lastro e capeamento é formado de magnificos tijolos, e as paredes lateraes de pedra.

Estes canos parece partirem d'aquelle pavimento, seguindo um d'elles a direcção do arco do Collegio.

Veremos o que mais descobre o alvião dos operarios, e iremos informando os nossos leitores.

Comércio do Minho, 5-3-1910

67. *Escavações*

Pouco se tem adeantado nas que se andam fazendo no largo do Collegio, a proposito d'uma supposta piscina romana.

Por emquanto, o que ha de mais notável são os canos de tijolo a que já nos referimos, e que nos parece não terem nada de romanos.

Mas os competentes dirão da sua justiça, e nós acataremos a sua respeitável opinião.

Comércio do Minho, 10-3-1910

68. *Sepultura romana*

Ao proceder-se á excavação para o plantio d'uma oliveira, no Campo de Portas, pertencente á familia S. Martinho e sito em S. Pedro de Maximinos, encontrou-se uma sepultura cavada em terreno salão e com os lados guarnecidos de largos tijolos romanos.

Participado o facto ao honrado e muito digno administrador da casa S. Martinho, o snr. João Vieira, fez-se gentilmente acompanhar de dois entendidos no assumpto, que effectivamente verificaram tratar-se d'um coval, sim-

ples, revestido lateralmente de tijolo, sendo este, por signal, o meio usado na cobertura.

Um e outro revestimento cerâmico achavam-se em bom estado de conservação. O seu comprimento era de 1,^m70, a sua profundidade de 0,^m58 e a sua maior largura de 0,^m56.

Pelo conspecto feito averiguou-se que a curiosa sepultura já havia sido violada e exhumada.

Propaganda, 14-3-1910

69. *Sepultura romana*

Diz-se que no campo de Portas, em S. Pedro de Maximinos, ao ser plantada uma arvore, foi encontrada uma sepultura guarnecida de tijolos romanos.

Comércio do Minho, 17-3-1910

70. *Archeologia e arte*

Foi segunda-feira publicado um decreto segundo o qual, para o effeito da defeza dos interesses artisticos e archeologicos, é dividido o paiz em tres circumscripções: a 1.^a comprehendendo os districtos administrativos de Santarém, Portalegre, Lisboa, Evora, Beja, Faro e os das ilhas adjacentes; a 2.^a, os de Aveiro, Coimbra, Vizeu, Leiria, Guarda, Castello Branco; e a 3.^a os de Vianna do Castello, Braga, Porto, Villa Real e Bragança. A 1.^a terá como séde Lisboa; a 2.^a, Coimbra; e a 3.^a, o Porto.

Na sede de cada uma das circumscripções funcçãoará, com attribuições consultivas e deliberativas, um conselho de arte e archeologia.

Comércio do Minho, 1-6-1911

71. *Achado archeologico*

Nas excavações a que se procede na extincta igreja dos Remedios, foi encontrado um «carneiro» e uma pedra com esta inscripção:

0SSA3BA-
CVLVM FVN-
DATORIS
NOSTRI
JACENT HIC.

Conimbriga, 24 (1985), 5-83

O «carneiro» continha uma ossada humana fragmentada, que se supõe seja a de D. Frei André de Torquemada, bispo titular de Dume e coadjutor do arcebispo D. Manuel de Souza, e fundador do convento dos Remedios.

Comércio do Minho, 11-5-1912 e *Ecos do Minho*, 12-5-1912

72. *Bibliotheca e archivo*

O director da bibliotheca publica d'esta cidade, snr. dr. Alberto Feio, voltou a conferenciar com o snr. ministro do interior, sobre a criação de um museu de arte e archeologia junto de aquelle estabelecimento. O snr. dr. Rodrigo Rodrigues ficou de levar ao parlamento uma proposta de lei sobre o assumpto. O snr. dr. Alberto Feio ainda tratou com o snr. ministro do interior da questão dos archivos da mitra de Braga.

Comércio do Minho, 22-5-1913

73. *Achado arqueológico*

Em frente ao número 64, no lado norte do largo da Senhor a Branca, quando se procedia à construção de um aqueduto encontrou-se à profundidade de 80 centímetros uma espécie de sepultura com bordas e tampas de tijolo com mais de 2 centímetros de espessura.

Comércio do Minho, 24-4-1913 e *Ecos do Minho*, 26-4-1913

74. *Apparecimento de catacumbas nos terrenos do antigo convento dos Bemédios*

No pavimento onde durante algumas centenas d'annos esteve erecto o templo do extincto convento dos Remedios, últimamente demolido, appareceram agora, a pequena profundidade, muitas sepulturas, todas com tampas de granito, vendo-se n'algumas inscripções e n'outras emblemas heráldicos, o que demonstra que as monjas n'ellas sepultadas deviam pertencer a familias nobres.

Essas sepulturas foram encontradas em virtude de estar a proceder-se á reforma do largo, pois se assim não fosse ali ficariam ignoradas.

Crescido numero de curiosos tem ido ao local para verem o pequeno cemiterio.

As sepulturas não foram descobertas após a demolição do templo, porque entre ellas e o soalho da egreja havia uma espessa camada de terra d'alguns centímetros, agora removida.

Comércio do Minho, 17-8-1913

75. *Achado archeologico*

Junto de um dos cafês da Arcada, onde se anda a proceder a obras, terreno que pertence á irmandade da Lapa, foi descoberta uma porta ogival, voltada ao nascente, tendo no cimo um braço que estava encoberto com uma espessa camada de cal.

Esta porta, situada a poucos metros da torre de menagem, parece que dava para ella entrada.

Comércio do Minho, 23-8-1913 e *O Imparcial*, 23-8-1913

76. *As sepultura dos Remedios*

Tem-se encontrado, nas obras de demolição do velho convento, varias inscrições, armas e braços, que os entendidos em archeologia se aprestam a estudar.

Ecos do Minho, 18-9-1913

77. *Achado de alguns objectos interessantes de armaria e indumentaria*

Continuam sendo removidas para o cemiterio publico as ossadas e objectos que vão sendo encontrados nas sepulturas da demolida igreja dos Remedios, d'esta cidade.

Ha dias appareceu um espadim com copos de prata lavrada, um par de esporins e uma peça de um capacete.

N'outro dia foi encontrada uma mitra, que se suppõe pertencer a D. Fr. André de Torquemáda, fundador da igreja e convento dos Remedios.

Comércio do Minho, 23-9-1913 e *Ecos do Minho*, 25-9-1913

78. *Achado arqueológico*

Na demolição de uma parede da Quinta do Cravinho, à rua dos Marchantes, appareceu uma pequena porção de moedas romanas de cobre. O senhor doutor Arnaldo Machado, dono da referida quinta, ofereceu as moedas encontradas à Biblioteca Pública de Braga para enriquecer a respectiva colecção numismática.

O Imparcial, 6-12-1913

79. *Moedas romanas*

No quintal da residencia do sr. Adriano Aragão, na rúa Gabriel Pereira de Castro, appareceram diversas moedas romanas do tempo do imperador Constantino, perfeitamente conservadas. Estavam encerradas n'um vaso, e foram encontradas quando se procedia a uma escavação.

Ecos do Minho, 3-4-1914

80. *Poisson d'avril*

Não passou de partida do primeiro de abril, a noticia de ter sido encontrado, no quintal do predio habitado pelo snr. Adriano Aragão, á rúa de Gabriel Pereira de Castro, um vaso cheio de moedas romanas.

Algumas pessoas chegaram a ir ao engano, a casa do snr. Aragão, para verem as famosas moedas do imperador Constantino.

Comércio do Minho, 4-4-1914

81. *Conselho de arte e archeologia*

Foi publicada uma portaria confirmando a eleição dos snrs. dr. Manuel Monteiro e Antonio Albino Marques de Azevedo para vogaes do conselho de arte e archeologia da 3.^a circumscripção.

Comércio do Minho, 8-12-1914

82. *Museu archeologico*

A direcção da delegação em Braga da Sociedade de Propaganda de Portugal vai pedir ao governo a cedência de parte do edificio em construcção para repartições publicas no largo do Barão de S. Martinho, afim de instalar ali um museu archeologico.

Comércio do Minho, 10-3-1917

83. *Museu archeologico*

Vae ser levantada a planta da cerca do antigo paço archiepiscopal, a fim de ser adaptada ao museu que se projecta crear n'esta cidade.

Comércio do Minho, 1-12-1917

84. *Museu e bibliotheca*

Foram assignados decretos creando um museu de archeologia em Braga, que será installado no antigo paço archiepiscopal, onde ficará também a bibliotheca publica.

Para este fim será restaurada a parte do paço archiepiscopal voltada para a praça Municipal.

Esta importante noticia foi telephonicamente transmittida sexta-feira, pelo snr. presidente da republica, ao snr. governador civil d'este districto, e telegraphicamente, pelo snr. ministro da instrucção, ao snr. dr. Alberto Feio, que n'esse dia regressára de Lisboa onde fora tratar d'este assumpto e d'outros que se prendem com a futura remodelação dos serviços das bibliothecas e archivos.

Ao museu archeologico de Braga será dado o nome de D. Diogo de Souza.

Ao ministro da instrucção foram dirigidos telegrammas de agradecimento da junta geral d'este districto, camara municipal d'este concelho, delegação da Sociedade Propaganda de Portugal, Atheneu Commercial, Associação Commercial e commissão que promoveu a creação do museu.

Pela nossa parte congratulamo-nos sinceramente por mais este melhoramento concedido a Braga.

Comércio do Minho, 31-3-1918

85. *Sem titulo*

Ontem e onteontem foram transportadas em carretas para o Museu Dom Diogo de Sousa, desta cidade, os miliários romanos existentes há muito, no Horto Municipal, ás Carvalheiras.

Diário do Minho, 18-1-1925

86. *Importantíssima descoberta na rua de S. Vicente*

Ontem, pelas 9 horas da noite, quando os ouvintes do sr. Dr. Fontes saíam da igreja de S. Vicente, depararam na rua com uma multidão de rapazes, em delirante algazarra, como em arraial quente de festa.

Os jornaleiros da Câmara teem andado a fazer escavações na rua Cândido Reis, Largo dos Penedos e rua de S. Vicente, para substituir a tubagem subterrânea.

Um garotinho da rua de S. Vicente, da janela da casa de seus pais, lobrigara no fôssco, qualquer coisa reberberando, coruscando em um deslumbramento, á luz das lâmpadas eléctricas.

Conimbriga, 24 (1985), 5-83

Desceu pressuroso, em manifestação irreprimível de alegria, alvoroçado como quem vai recolher um tesouro.

Das casas próximas, dentro em pouco, irrompeu a garotada, curiosamente atraída pelos gritos estrepitosos do visinho.

Os pequenos, escarvando com as mãos no ponto irradiante, descobriam um depósito de moedas de ouro em avultado número — algumas que trazem legendas constantinianas, sendo, portanto, da mais remota idade, — nada mais, nada menos que do IV século da nossa era.

Algumas peças são encarterísticas, parece que de metais diversos.

A Câmara pensa em organizar um museu de numismática, em memória e para guardar a preciosidade, que os senhores Padre Aguiar P»arreiros e Dr. Alberto Feio, afirmam ter importância apreciabilíssima, pois as legendas vão dar que fazer aos arqueólogos e, possivelmente, causar uma revolução histórica.

Diário do Minho, 20-3-1928

87. *Um Sarcófago romano-cristão — como apareceu*

Em diversas dependências da Sé de Braga, próximas do claustro, alguns túmulos antigos se divisam, inepígrafos todos, que aí foram arrumados por ocasião das obras de D. Rodrigo de Moura Teles (1707-1728) e depois. Um, todavia, me chamou particularmente a atenção, a pesar-de encontrar-se quasi sumido no meio de materiais vários de construção, acantonado no esconso da escada nobre que dá para a Casa Capitular e Tesouro de Arte Sacra.

Como está de ver, o deplorável a que, desde longa data, o reduziu o uso extranho de receptáculo para a queima da cal e a penumbra quasi fechada do recinto a custo permitia lobrigar, através da crosta adensada que o envolvia, uma ornamentação indecisa, nas testeiras e uma das faces; que a matéria prima, essa, não tardou a denunciar-se mármore rijo, levemente rosado.

Não me sendo possível proceder desde logo à indispensável limpeza, que me consentisse estudá-lo, aguardei para mais tarde o convinável ensejo.

Prestes, no entanto, mo forneceu a decisão magnífica do Cabido em reunir, no terraço contíguo ao Tesouro, as pedras de valor arqueológico e artístico dispersas naquele meio e noutros, ainda, que podesse angariar, de forma a constituir mais uma secção interessante daquela, já hoje iniciada e em marcha auspiciosa.

Nos fins de Março último foi, pois, o túmulo removido, a titulo provisório, para uma das alas do claustro, onde mais facilmente podia tornar-se conhecido e servir de incentivo apetitoso a quantos as velhas pedras comovem. Oito meses, porém, já decorreram que farte, para que o belo sarcófago haja de prestar-se por mais tempo, ali, às exigências dos decalques, fotografias e medidas — o que, aliás, não o impede de continuar, como desde então, a instrutiva incumbência no lugar que lhe está destinado.

Posto isto, vem agora de molde aquilatar do valor dêste sarcófago, o qual, tendo incontestável direito a uma bem documentada monografia, apenas conseguiu, até ao presente, sugerir a pobreza mesquinha desta singela notícia.

Tenho para mim que o referido túmulo é romano-cristão, possivelmente do século iv.

A cuva, talhada em paralelograma, à moda romana, apresenta em minguado relêvo, numa das testeiras, o primitivo monograma de Cristo composto das letras gregas X e P, que são as duas primeiras do nome de XPISTOS, acompanhado da primeira e última letra do alfabeto grego A M (alfa e omega), vendo-se nos intervalos disseminadas pequenas rosas de seis pétalas — tudo a preencher o amplo vasio de uma coroa, que semelha a de loiros. Nas juntas ao fundo, os ângulos adornam-se de nervadas folhas de parcimonioso recorte.

Na testeira oposta ostenta-se uma ânfora romana cercada de rosas, em tudo iguais e na mesma ordenança das outras.

Identicamente romana é a ornamentação de uma das faces, enquadrada em vergôntes de regular simetria, em que, à parte o monograma e a coroa, se repetem os motivos anteriores. Nesta face, todavia o adorno, à conta da imperdoável rasura de um pico vandálico, pouco mais do que vestígios conserva.

Por desdita, falta ao sarcófago a tampa, em cujo rebordo, de topo, levaria, quiçá, uma inscrição; que assim era, de ordinário, o sistema desta classe de sarcófagos limitados aos símbolos e decoração simplesmente ornamental.

Que túmulo é *cristão* manifesta-o evidentemente o monograma que assinala; *romano*, indica-o a rigor a identidade da forma e do estilo com os de Roma, no século iv, os quais, por sua vez, revelam, nesta centúria, um descuido acentuado de técnica, tal como neste da Sé de Braga. E' que a influência de Roma na indústria dos sarcófagos do Ocidente foi muito real.

E' o sábio H. Quenstedt quem o diz (Manuel d'Archeologie Chrétienne, Tom. II, pag. 304): «Durante todo o século iv, Roma forneceu de sarcófagos, de modelos ou de escultores a Itália, a Gália e os países ribeirinhos do Mediterrâneo. A exportação dos sarcófagos por terra e por mar ocasionou a fundação de sucursais longínquas, onde, pouco depois, a arte romana imperava a distâncias consideráveis do seu centro».

G. MANUEL DE AGUIAR BARREIROS

Diário do Minho, 6-12-1932

88. *Uma Citânia no Monte das Caldas*

A convite dum velho amigo subimos ante-ontem o *Monte das Caldas*, elevação penhascosa que a cinco quilómetros a leste de Braga dominam as extensas veigas de Sequeira e Cabreiros e donde deslumbrantes panoramas se descobrem até muitas léguas para qualquer dos pontos cardiais.

Sabíamos, os da campanha, que manhã cêdo o sr. dr. Carlos Teixeira com alguns cavadores para ali se tinha dirgido no intuito de proceder a escavações no ponto mais elevado da montanha, porque uma visita há tempos ali efectuada lhe deixara a certeza da existência duma antiga povoação no género das já nossas conhecidas do Sabroso ou de Briteiros.

Não era pois sem uma certa emoção que monte acima procurávamos os difíceis atalhos por onde possivelmente buscavam sua morada os luzitanos de tam aguerrida fama, ou outros povos mais antigos ainda que por lá curtissem as amargas penas duma vida acidentada e difícil.

Para dar alento à ascensão, os companheiros bem dispostos disparavam frases de espirito e inofensivos remosques ao passo vagaroso dos retardatários.

A frente, saltitando alegres, o Dr. J. Louro e o Dr. M. Braga da Cruz na ânsia de atingirem depressa a cumeada e surpreenderem o investiagdor a contas com . moiims *encantadas*ou calcurriando a passo lento velhos corredores de secretas passagens.

Atrás, devagar, saboreando a doçura duma tarde amena após tantos dias de frio polar, os Drs. Prieto e Olindo Pelaio, atentos às evoluções dos caminheiros da frente.

Tendo desafiado as atenções do vulgo que nos destacou alguns miúdos para nos servirem de guias pelas melhores veredas, chegamos ao cimo da montanha e logo de entrada nos demos por recompensados da penosa marcha.

A nossos olhos apareciam, como por encanto, os alicerces das antigas habiçõs de povos cuja fama se perdeu.

O trabalho de investigação fora coroado de esplendido êxito e o sr dr. Carlos Teixeira rejubilava ao deparar com as casinhas circulares ou rectangulares, ou ainda rectangulares de cantos arredondados, já suas conhecidas de outros *castros* que têm sido cuidadosamente estudados.

Contornamos o vasto planalto terreno de mato e pinheiros, pertença actual do abastado proprietário sr. Ferreira Dias, também regedor de Sequeira e que obsequiosa e gentilmente nos acompanhou.

Este domínio coroa o Monte das Caldas e em tôda a volta pudemos ver as linhas de defeza da antiqúissima cidade.

Em alguns pontos as pedras da muralha afloram do terreno alinhado, deixando antever a possibilidade da existência de largos e altos muros soterrados. Aqui e além junto de pedreiras que foram exploradas para extracção do lindo granito da região, vêem-se alguns metros da cintura exterior que cercava o *povo*. As pequenas escavações realizadas deixaram a descoberto o solo das moradias, de barro calcado, à mistura com cinzas. Objectos de uso ou de adorno não apareceram ,senão os restos de ânforas ou quaisquer outros artefactos em barro modelado à mão.

E' possível, todavia, que apareçam inscrições ou utensilios que permitam uma reconstituição histórica, se alguém com dinheiro e boa vontade determinar a fazer mais profundas investigações.

Foi desta arte que Martins Sarmento procedeu em Briteiros, no Sabroso e no Monte Redondo.

Verifica-se que as elevações que circundam a cidade de Braga foram todas noutros tempos povoadas e que magníficas reconstituições da pre-história se podem fazer neste rincão abençoado do Minho, onde vivemos agradecidos a Deus que nos deu por morada tam encantador paraíso e onde viveram enlevados no mesmo bucolismo e sentimento os celtas, os lígures e os luzitanos. Que não esmoreça no prosseguimento dos seus estudos e averiguações científicas o nosso amigo, sr. dr. Carlos Teixeira, são os votos que faz o cronista do passeio de quinta-feira passada.

Diário do Minho, 2-2-1935

89. *Foram encontradas no Monte de Castro as ruínas duma cidade pré-romana em tudo idêntica ao Castro de Sabroso — As investigações tem sido efectuadas pelo sr. dr. Carlos Teixeira que hoje explica aos leitores do «Correio do Minho» o que ela vale e representa*

Há já bastante tempo que sabíamos se andava a fazer importantes escavações no Monte de Castro. Sabíamos, ainda, que as orientava o sr. dr. Carlos Teixeira, discípulo e continuador do Professor Mendes Correia nos estudos pré-históricos. No entanto, não nos atrevíamos a trazer o assunto para o jornal receosos de prejudicar, com uma notícia inconveniente, os trabalhos do novo mas já talentoso investigador.

Circunstancias fortuitas demoveram-nos, agora, dessa resolução, espontaneamente adoptada.

Conhecedora das escavações, que já se encontravam adiantadas, a gente das proximidades nomeadamente a da Avenida Artur Soares — mudou-lhes o objectivo e o sentido, afirmando, alvoraçada, que se havia descoberto no referido monte um tesouro precioso. Estabeleceu-se o «levante» surgindo com êle, a conveniencia de se esclarecer a verdade dos factos.

Chegava, assim, mansamente, a hora do jornalista.

O sr. dr. Carlos Teixeira reside, actualmente, no Internato Liceal onde é professor.

E' uma pessoa de extraordinário merecimento, embora use uma vincada modestia e o maior desprendimento por tudo que signifique ambição ou prazer material. A sua via de estudante decorreu num ambiente de estudo e de reflexão interior. Durante ela revelou-se um espírito penetrante e profundo e um apaixonado das sciências antropológicas, onde se havia de distinguir merecidamente.

E' esta a pessoa, pois, que vai dizer aos leitores do «Correio do Minho» no Monte de Castro.

O sr. dr. Carlos Teixeira recebe o jornalista na pequena sala de visitas do Internato — uma sala modesta, é certo, mas onde ha beleza, harmonia e

higiene. Urna sala duma verdadeira casa de educação. Trocados os breves cumprimentos protocolares diligenciamos expor, com o necessario cuidado com nitido receo — os fins que ali nos levavam. Referimo-nos aos estudos feitos e á necessidade, que nos parecia haver, de ensinar o publico, de lhe explicar a natureza do tesouro...

O nosso entrevistado — porque agora já o era — sorriu, amavelmente, e concordou. — Pois sim. Falemos, então, dos Castros e das minhas investigações.

Houve, seguidamente, uma pequena pausa — para alinhar ideias, para fixar juízos. Depois, indo direito ao nosso objectivo, principiou:

O que eram os Castros

Os castros (também chamados crastos, citanias, cividades, castelos, crastelos, etc.) eram povoações primitivas, situadas geralmente no alto de montes, limitadas por fossos e contornadas por linhas, quasi sempre duplas ou triplas de grossas muralhas, onde se abrigavam os nossos antepassados de há mais de 2 000 anos. Nessas épocas recuadas o estado de guerra era constante. Compreende-se pois a necessidade de tais fortificações que, pela sua situação em lugares quasi inacessíveis, se tornavam facilmente defensáveis.

No espaço limitado pelas muralhas e em planos sucessivos erguiam-se, feitas de pedra solta, as casas, de pequenas dimensões, a maior parte das vezes irregularmente dispostas e, nos castros do Norte de Portugal e Galiza, de forma geralmente circular. A sua cobertura era feita com barro ou colmo e só mais tarde, após a invasão romana, foi usada a telha. O pavimento era feito com barro batido, sem cosedura e algumas vezes construído com pedra ou tijolo. Uma estaca colocada a meio da casa, sobre uma pedra, servia de apoio ao tecto. A porta era acanhada e janelas parece que raras vezes existiam.

Os habitantes, que nós costumamos designar por *Lusitanos*, eram pastores, fabricavam louça e utensílios grosseiros de barro, usavam armas e adornos de ferro e de cobre, etc..

O pão que comiam era feito, segundo hoje se crê, com landres de carvalho torradas e moídas. A caça, o leite e a carne dos seus rebanhos constituíam a sua alimentação principal.

Vestiam, como nos mostram várias estátuas de pedra representando guerreiros, uma espécie de túnica, feita de lã ou pêlo de cabra, que lhes descia quasi até ao joelho e a que os Romanos chamavam *sagum*. Tinham por armas um punhal curto e usavam escudo redondo.

Estrabão descreve estes povos como sendo robustos e fortes, de cabelos compridos e dados a dansas e jogos de agilidade e destreza.

Tinham deuses próprios que adoravam, mas após a subjugação romana adoptaram facilmente os deuses dos invasores, muitos dos quais, mais tarde, foram, digamos assim, transformados em santos cristãos.

A entrada para os castros era feita por portas abertas na muralha mas em muitos déles esta é contínua e então a passagem fazia-se através de pranchões de madeira facilmente removíveis á noite e em ocasiões de perigo.

A maioria dos castros tem uma origem pré-histórica como o provam objectos achados em muitos déles.

O sr. dr. Carlos Teixeira expõe com impressionante facilidade a sua lição...

E nós, interessados em ouvir e registar, não nos atrevemos a interrompê-lo...

Este parêntesis faz-se aproveitando uma ligeira pausa, mas logo o ilustre professor continua:

— Os nossos montes estão em grande numero coroados pelas ruínas de castros e citanias. A abundancia destas povoações castregas surpreendeu deveras *Virchow* quando, durante o congresso de Antropologia de 1880, percorreu as nossas províncias do Norte.

E o povo que não lhes esqueceu o nome, pois a maior parte são-nos revelados pela toponímia, cobria-os, no entanto, de ingénuas e doiradas lendas. Não há ruína destes onde a gente inculta (e a culta até) não veja sitio de tezoiros ignorados e da qual não conte poéticas históricas de moiras e encantos. E no seu pensar tudo é trabalho de mouros...

Sendo a dominação árabe na Península muitíssimo mais moderna não é de admirar que perdesse mais viva na alma popular.

Quanto os povos castrejos eram aguerridos e ardilosos provam-nos as lutas que os Romanos tiveram de sustentar para os subjugar. Mas, pouco a pouco, foram adoptando os costumes dos invasores, abandonando os seus redutos montanhosos para se fixarem no vale.

Os restos encontrados nas ruínas dos castros são geralmente diminutos pois o seu abandono foi lento; são constituídos mais geralmente por fragmentos de cerâmica, fíbula, mós, esculturas várias, etc.. Nos romanizados encontram-se ainda abundantemente telhas de rebordo — *tegullae* e *imbrex* — moedas de imperadores romanos, inscrições, etc..

Ms investigações no Monte de Castro

Uma pausa longa leva-nos a concluir que o sr. dr. Carlos Teixeira acabou de leccionar...

Decidimo-nos, por isso, a lançar uma interrogação:

— Mas porque despertou, o Monte do Castro, o interesse destas pesquisas?

— Levado pela curiosidade e pela indicação toponímica visitei um dia o Monte de Castro, quasi certo de não achar vestígios já dos seus remotos

habitantes, pois dada a sua proximidade da cidade, era de supor que estivessem destruídos.

Enganei-me. Logo no primeiro dia encontrei vários fragmentos de cerâmica manual com ornamentação incisa analoga á de fragmentos encontrados em Sabroso que eu conhecia do museu de Martins Sarmento, e descobri mesmo uma pequena parte da parede de uma casa.

— Perante tão animadores resultados?...

— Resolvi proceder a pesquisas mais aturadas, que não conclui ainda, durante as quais encontrei fragmentos de cerâmica manual, alguns com ornamentações lindíssimas, umas incisas outras estampadas, conoides, isto é, pequenos pesos de barro pergurados que serviam talvez como volantes de fuso, polidores, uma moeda romana de Constancio, etc.

Entre as ornamentações ceramologicas mais interessantes figuram os chamados palmípedes estilizados, os escudetes carregados de besantes, os círculos concentricos, os arcos em forma de ferradura, etc. caracteristicamente da idade do ferro.

Alguns fragmentos pertenceram a vasos enormes, de grandes bordos horisontais e outros mostram a existência de azas interiores analogamente aos encontrados noutros castros.

— Mas falaram-nos de uns alicerces...

— Sim. Puz a descoberto os alicerces de uma casa circular que não sei que vândalos destruíram já...

— Encontrou alguns vestígios de muralha?

— Não. Da muralha nada resta já mas pode desenhar-se aproximadamente a linha que seguiria á vista do fosso cujos vestígios ainda existem.

— Tinha conhecimento de outros achados no Monte de Castro?

— Guardo em meu poder, encontrados ali, uma parte de uma fíbula de cobre e um machado de pedra polida (fibrolite) partido que me concedeu para estudo o Senhor Doutor Oliveira Machado. E o P.e Sena Freitas diz algures que possuia varias moedas romanas também ali achadas.

— Então já leu referências ao Monte de Castro?...

— Já. A citação mais antiga do Monte de Castro é feita em documentos de 840 e 905 sendo designado por «Castrum Maximum».

Em conclusão: trata-se dum castro pré-romano, pois não há vestigio algum de romanisação (a moeda encontrada estava situada superficialmente) bastante típico, com afinidades marcadas com outros castros entre os quais o de Sabroso.

— Vai tornar conhecidas estas investigações?

— Com os elementos que já tenho e com outros que obtenha em futuras pesquisas, não só do Monte de Castro mas doutros castros próximos, estou elaborando um pequeno estudo, que apresentarei á Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, talvez em Março.

Pena é que Braga não possua um museu de arqueologia pré-histórica onde se guardassem todas estas reliquias dos nossos primitivos antepassados, subtraindo-se á acção devastadora e selvagem de supersticiosos e ignorantes.

Caía a tarde quando deixamos a pequena saleta do Internato onde o sr. dr. Carlos Teixeira nos acolhera.

O que ouvimos do distinto investigador — e que aí fica satisfazia plenamente a nossa curiosidade. E deve também satisfazer a do leitor que se não tenha deslumbrado com a possibilidade da descoberta de tesouros... onde só existe a afirmação duma época e dos seus costumes.

Comércio do Minho, 24-1-1935

90. *Achado arqueológico — Apareceu perto da Sé um mosaico romano*

Determinou ontem o Mestre Geral das obras camarárias que uma brigada dos trabalhadores que dirige, procedesse, na rua dos Mártires da República, à abertura de uma vala de ligação com os canos de águas pluviais para estabelecimento de uma escoante ao enxurro que, em ocasião de chuvas ali toma notáveis proporções.

Prosseguindo no trabalho, vieram os operarios municipais a pôr a descoberto, pelas 10 horas da manhã, qualquer coisa que lhes despertou a atenção, obra de arte que não podiam avaliar, mas cuja importância logo entreviram. Suspendendo imediatamente os trabalhos, com um criterio superior ao que seria de exigir em tão modestos funcionarios, foram procurar o seu chefe que por sua vez reclamou a intervenção do senhor dr. Alberto Feio, director do Museu Municipal.

Comparecendo ali, o ilustre especialista verificou a descoberta de um mosaico romano, de vario colorido e desenho perfeito, de bom gosto artistico, dando instruções para que não sofresse qualquer estrago.

Vão tomar-se as medidas necessarias para fazer a exploração metódica do local onde está assente o mosaico, para se descobrir a sua extensão. Deve tratar-se de um *atrium*, certamente, e o prosseguimento da excavação dirá, possivelmente, a sua natureza e a época da construção a que pertencia.

Como primeira medida, rodeou-se a excavação já feita de uma vedação de arame, e como se aglomerasse o rapazio curioso, foi pedida à noite uma especial vigilância da policia, para que não soffra qualquer estrago o interessante achado arqueológico.

O local onde se encontrou, é poucos metros acima da Sé, em terreno pouco antes occupado por edificios da estreita rua de Santa Maria, de que são restos as casas do lado Nascente da actual rua dos Mártires da Republica e demolidas nos fins do século passado para alargamento dessa artéria.

Diário do Minho, 27-9-1934

91. *Achados arqueológicos com as obras de saneamento*

Desde que as obras de saneamento entraram na zona da antiga cidade, têm sido vigiadas a-fim-de recolher todos os elementos arqueológicos postos a descoberto.

Na rua D. Paio Mendes surgiu um pano da muralha romana, na extensão de 9 metros, o que permitiu marcar com exactidão o extremo Norte da *urbs*, além de moedas, restos de colunas, cerâmicas, etc..

Nas ruas adjacentes à Sé também as excavações puseram a descoberto um lindo capitel corintio, em granito, bases de colunas, mós manuais, cerâmica, etc..

Diário do Minho, 23-6-1937

92. *Achados arqueológicos*

No decurso das obras de Saneamento têm aparecido numerosas peças arqueológicas a que por vezes fizemos já referência.

E decerto que outras preciosidades terão passado despercebidos, como outras muito interessantes apareceriam se fosse possível fazer uma exploração metódica no subsolo da cidade, especialmente em certas zonas.

Registamos ultimamente o aparecimento de numerosa cerâmica, romana, e em bom estado de conservação, bem como algumas moedas, na rua dos Granjinhos— (toda essa vertente do Este é riquíssima). Entre essas peças de cerâmica apareceram algumas lâmpadas verdadeiramente notáveis.

Ontem quando se abria a trincheira na rua da Cruz de Pedra foi descoberto um cipo com inscrição muito nítida. E' dos exemplares mais perfeitos dêste género que conhecemos. A legenda é a seguinte:

TINTA
MI. BO
BO AE
N.I.F.A.Y.

A pedra mede 30 por 70 centímetros e as letras tem 6 centímetros de altura. Foi transportada para a Câmara donde seguirá para o Museu.

Diário do Minho, 9-7-1937

93. *Urge riscar a Fonte do Idolo, do Guia do Turismo...*

O caso merecia comentário apropriado, mas basta contá-lo para que quem de direito veja como o nome de Braga é diminuído aos olhos das pessoas que nos visitam e que tem de retirar enojadas sem poderem apreciar um

Conimbriga, 24 (1985), 5-83

monumento nacional que o Guia do Turismo insere como pré-romano, coisa raríssima na Península.

Referimo-nos, como os nossos leitores já adivinharam, à Fonte do ídolo, existente na rua do Raio, com uma taberna ao pé, onde jogadores do «fíto», de gargantas avinhadas, proferem, durante a tarde, os mais obscenos palavrões.

Ontem, duas senhoras de nacionalidade suíça, acompanhadas de um cavaleiro de Lisboa, munidas do guia turístico da cidade, visitaram diversos monumentos e, atraídas pela raridade da Fonte do ídolo, dirigiram-se para ali, na esperança de apreciarem coisa nunca vista.

Porém, quando chegavam junto do monumento, um espectáculo estranho fê-las retirar envergonhadas: dois matulões, de calças arreadas, estavam a transformar aquilo em gabinete sanitário...

Escusado será dizer que o quadro, completado com a imundície do local e com as palavras soeses dos jogadores de patela, estava completo e não precisava de qualquer pincelada mais para afugentar os visitantes, sobretudo quando se trata de senhoras.

Ora isto, com se conclue, não está certo e representa uma vergonha para qualquer terra civilizada.

Se não há meio de evitar semelhantes escândalos, ao menos risque-se do Guia do Turismo a Fonte do Ídolo e o nome da terra não mais será diminuído perante estranhos.

Assim é que não pode ser.

Diário do Minho, 15-1-1948

94. *Importantes investigações arqueológicas na Santa Marta da Falperra*

Na Santa Marta da Falperra estão a decorrer importantes escavações promovidas pela Câmara Municipal e executadas sob a orientação do conhecido e ilustre arqueólogo dr. Russel Cortez, bolseiro do Instituto para a Alta Cultura e professor no Porto.

As observações estão a ser feitas no Oppidum situado na plataforma inferior à Capela de Santa Marta das Cortiças e tem sido registados os melhores sucessos nos trabalhos já levados a cabo.

Removidas as primeiras terras, logo afloraram à superfície restos de uma parede, de aparelho romano, com os silhares belamente trabalhados num granito que não é local.

Esperamos que com o prosseguimento destes trabalhos novos restos arquitecturais surjam de forma a transformar o monte de Santa Marta numa ruína arqueológica de interesse nacional.

Mais uma atracção turística e monumental a incluir obrigatoriamente no circuito turístico da Falperra.

O sr. Dr. Russel Cortez tem dirigido os trabalhos em colaboração com o ilustre escritor e arqueólogo bracarense P.e Arlindo Ribeiro da Cunha,

que desde há muito dispensa à historia e achados arqueológicos da Santa Marta a melhor atenção e que tem feito algumas das suas comunicações através do «Correio do Minho».

Correio do Minho, 23-5-1953

95. *A região de Braga é habitada há 30.000 anos!... —Novas revelações das investigações arqueológicas levadas a efeito pela Câmara Municipal*

Em aditamento às notícias que temos dado e em vista de trazer os nossos leitores informados dos resultados já obtidos e quebrando talvez a confidência duma conversa despretenciosa com o sr. dr. Russel Cortez vamos sumariar o que este ilustre arqueólogo, que ora vem dirigindo as investigações arqueológicas da região de Braga, nos confidenciou.

Entre outros pormenores soubemos que o testemunho da ocupação humana da região bracarense pode afirmar-se remotíssima, pois num dos taludes da nova estrada marginal o sr. dr. Russel Cortez localizou uma estação do Paelolítico inferior, do tempo em que o homem se servia de instrumentos de pedra lascada — ha mais de 30 000 anos.

O sr. dr. Sérgio Pinto, vereador do pelouro de Cultura mostrou-nos um dos instrumentos *achevienses*, recolhidos por aquele arqueólogo, esclarecendo-nos que o sr dr. Russel Cortez, Bolseiro do Instituto de Alta Cultura, no Centro de Estudos de Etimologia Peninsular da Universidade do Porto, não foi nesta época a Paris, à reunião da Comissão Internacional de Ciências Históricas, de que é membro, só para poder acompanhar de mais perto os trabalhos em curso, que sob proposta do pelouro de Cultura, a nossa Câmara vem financiando, correspondendo ao entusiasmo do seu desvelado Presidente e demais vereação.

Sobre o opido de Santa Marta notamos um certo alvoroço, nas palavras do sr. dr. Russell Cortez, quando nos disse parecer-lhe terem surgido restos de parede de um edificio de planta basilical, nas escavações que ali, de colaboração com o Rev.º P.e Arlindo Cunha, vem dirigindo. Mais nos segredou que espera poder atribuir os vestígios achados a uma basílica cristã, pois a sua planta, orientação e técnica construtiva é mui semelhante à basílica de Rolle que o mesmo antropólogo visitou na Jugoslávia.

Disse-nos, por último que o Rev.º P.e Arlindo Cunha tem sido um admirável companheiro de trabalho, de tenaz assiduidade na presente campanha.

Esperamos que a inconfidência seja perdoada, mas o segredo jornalístico só pode guardar-se onde começa o interesse dos nossos leitores.

Correio do Minho, 7-7-1953

96. *Escavações em Santa Marta*

A convite do sr. Dr. Sérgio Pinto, vereador do Pelouro da Cultura da Câmara, fomos ontem ver as escavações que por conta da Câmara estão a ser levadas a cabo naquela estância, tão querida de todos os bracarenses.

Tendo como cicerones dois ilustrados arqueólogos, Srs. Cónego Arlindo Ribeiro da Cunha e Dr. Russell Cortez pudemos admirar a amplitude dos trabalhos já efectivados e as grandes esperanças que depositam no que ainda está para descobrir.

Na realidade, a zona a desbravar é enorme, metida numa larga cintura de muralhas e o que já vai descoberto permite formar os mais arrojados sonhos a propósito da riqueza arqueológica ali escondida.

Para já, esclarecemos o leitor de que acaba de ser feita uma descoberta que não vai deixar dormir os interessados, pelo inesperado do que pode revelar.

Com efeito, acaba de ser descoberto o traçado udm grande edifício que deve ter sido de interesse colectivo: religioso ou civil? Basílica ou qualquer outro edifício civil?

Pelas suas dimensões e pela actual disposição, inclinam-se a aceitar a hipótese de ser uma basílica e, a confirmar-se terá de ser revista, ao que julgam, parte do que até hoje sabemos da arqueologia cristã da península.

Esta leve referência aos trabalhos em curso pretende apenas chamar a atenção do leitor para um dos acontecimentos de mais interesse de hoje, nos domínios da arqueologia, e que virá a constituir, para Braga, motivo de legítimo orgulho, quando devidamente estudado e esclarecido.

Diário do Minho, 19-9-1954

97. *Protecção às ruínas arqueológicas do Monte de Santa Marta*

O «Diário do Governo» publicou uma portaria que manda fixar, conforme planta anexa, o perímetro de protecção das ruínas arqueológicas do Monte de Santa Marta, freguesia de Nogueira, concelho de Braga, classificadas como imóveis de interesse público.

Correio do Minho, 28-12-1955

98. *Um monumento fontenário pagão ainda em uso na idade média*

Pois que me não foi possível levar o meu contributo ao Congresso Histórico de Portugal Medieval, venho por este meio dar conhecimento de mais um padrão da antiguidade existente no concelho de Braga, e em sítio

que pode despertar o encanto dos turistas e a curiosidade de estudiosos. E' a «Fonte das Pardelhas», em Palmeira.

Para os estudiosos bastaria dizer que está junto duma estação Arqueológica, que segundo o Senhor Dr. Russell Cortez tem objectos e eu possuo um raspador paleolítico e um «fóssil petrificados. Mas não ficam por aqui os elementos que despertam o interesse dos Arqueólogos.

Não vai há mais duma década que lá foi encontrado um grande «Dolium» cujo diâmetro bocal é de perto de 0,70 m. e a abetrura de bojo faz calcular a sua capacidade em mais de uma pipa. Apenas a parte superior foi extraída conservando-se em alguns bocados no Museu Pio XII. Nela se vêem várias inscrições como «RUTINI» e uma data do século xn. Daqui a ligação com o Congresso Medieval, por ainda ser utilizada na Idade Média, no nascimento de Portugal. O restante deve estar soterrado.

Até aqui ainda ninguém viu que esta poça ou fonte tivesse nada que a ligasse ou assemelhasse à «Fonte do Idolo». Mas nela se achou também muita coisa arqueológica. De cinza foram tonealadas que em 1948 o possuidor actual tirou, quando procedia à sua limpeza e afundamento! As brasas enchiam cestos! Isto numa poça abaixo do nível do chão tres metros, junto da Povoação de Santo Estêvão das Pardelhas, de importância remotíssima, como refere o «Paroquial Suévico».

Ainda mais, uns bustos muito grosseiros, com orelhas mal cavacadas e de que se encontram as relíquias no já referido Museu.

Ao centro da poça, está um penedo com umas letras que a água impede de ler. Na base, quando se afunda, aparecem pedras trabalhadas. Con-vém dizer ainda não se atingiu o fundo nem extraiu o que possa dar a luz definitiva.

Era sem dúvida uma fonte pelo menos romana pois de lá veio uma Ara Romana que está no citado Museu. Essa fonte era monumento dos mortos ou consagrada a algum Deus, porque as brasas e as cinzas indicam cremação ou sacrifício. Tanto mais numa fonte... Umas tantas hipóteses que agradava esclarecer.

A povoação de Pardelhas serviu-se dessa fonte de abastecimento durante muitos séculos. Ai, para substituir o culto pagão se introduziu a devoção a Santo Estêvão Velho, como S. Victor o Velho. Em plena idade média teve seu esplendor, ficava perto da ponte romana de Prado e por aí passava uma via de comunicação. Ali encontrei uma moeda rara de D. Manuel I, que não importa agora descrever.

Eis à laia de apontamentos umas breves notas o propósito do Congresso.

MAGALHÃES SANTOS

Diário do Minho, 10-11-1959

99. *Coroados de êxito os trabalhos arqueológicos realizados em Maximinos e em Santa Marta das Cortiças*

Foram coroados de êxito os trabalhos arqueológicos, ultimamente realizados, promovidos pelo Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Braga. Dirigiram-nos os arqueológicos Rev. Dr. Pinho Brandão, professor de Arqueologia da Faculdade de Letras do Porto, e Prof. Rigaud de Sousa, do Conservatorio Regional de Braga, com a colaboração do Rev. Cónego Arlindo Ribeiro da Cunha. Participaram nestes trabalhos alunos da Faculdade de Letras do Porto.

Na semana de 9 a 13 de Agosto fizeram-se sondagens na zona de Maximinos destinada a construções que se projectam para breve. Houve a preocupação de recolher, nesta zona, elementos de interesse para a historia antiga de *Bracara Augusta*. Dos vestígios aí encontrados durante as sondagens destacam-se: moedas romanas, uma pedra de anel, pedras ornamentais, fragmento de pulseira de vidro, fragmentos de *sigillata* arretina, hispânica, Sud Galaica e clara, fragmentos de lucernas, fragmentos de cerâmico de épocas diversas. Simultaneamente, os orientadores das sondagens tomaram conhecimento de objectos encontrados na mesma zona por particulares e em sua posse.

As escavações no Monte de Santa Marta decorreram de 16 a 30 de Agosto. Realizaram-se a W—NW da Capela numa pequena superfície junto da primeira ordem das muralhas.

Os trabalhos fizeram-se com o maior rigor científico. Os cortes feitos no local permitiram identificar fundamentalmente duas camadas sobrepostas perfeitamente distintas: a inferior, tardia, havendo entre as duas um considerável hiato de tempo.

A cerâmica da camada superior distribui-se por um período que não parece anteceder o século m depois de Cristo e se prolonga até época tardia.

Além de vestígios de construções foram encontrados objectos de interesse. Entre eles: pequenas contas de colar, fragmentos de vidro, cerâmica ornamentada, *sigillata*, tardia, uma *tessela* de mosaico, um fragmento de *acus crinalis*, um pequeno machado polido. Recolheram-se, perto da zona explorada, duas mós oblongas.

As presentes escavações vieram lançar luz sobre os problemas arqueológicos relacionados com a estação arqueológica de Santa Marta, que futuras escavações melhor esclarecerão. Na parte final, o mau tempo impediu a boa marcha dos trabalhos.

Acompanharam com interesse as escavações o Dr. Egídio Guimarães, do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Braga, promotor das escavações, e o Dr. Sérgio Pinto, da Faculdade de Letras do Porto.

Entre outros visitantes estiveram nas escavações os distintos arqueólogos tenente-coronel Afonso do Paço e Prof. Santos Júnior.

Os resultados das sondagens em Maximinos e das escavações do Monte de Santa Marta da Falperra serão apresentados, em estudo desenvolvido, ao *V Colóquio Português de Arqueologia*, a realizai no Porto, no próximo mês de Novembro, pelos arqueólogos que orientaram os trabalhos Rev. Doutor Pinho Brandão e Prof. Rigaud de Sousa.

Correio do Mitiho, 31-8-1966

100. *Os Trabalhos na Estação Arqueológica da Falperra*

O Vereador do Pelouro da Cultura, Dr. Egídio Guimarães, apresentou na sessão de ontem a seguinte proposta:

«Ao apresentar, hoje, o relatório referente à campanha de trabalhos arqueológicos na estação arqueológica da Falperra (Santa Marta das Cortiças), a qual decorreu durante o mês de Agosto passado, de que é relator o Sr. Professor José João Rigaud de Sousa, trabalhos que tiveram assinalado êxito como se poderá ver por este relatório, é meu dever, como Vereador do Pelouro da Cultura deste Município, testemunhar o mais profundo reconhecimento a todos aqueles que trabalharam em estreita colaboração de modo a que esse êxito se concretizasse. É dever deste Pelouro, além disso, propôr, nesta Sessão da Ex.^{ma} Edilidade Bracarense, tal agradecimento público porque lhe coube a sorte de ser o instigador das novas investigações arqueológicas em curso e porque tem sido a Câmara Municipal de Braga a principal responsável pela sua efectivação.

Este agradecimento dirige-se, antes de tudo, a Junta Distrital de Braga representada pelo distinto Arqueólogo, Rev. do Senhor Cônego Arlindo Ribeiro da Cunha e ao Professor José João Rigaud de Sousa que foi o arqueólogo que assumiu a responsabilidade técnica do campo de trabalhos e cujos conhecimentos e métodos de investigação arqueológica mereceram dos sábios arqueólogos professor Santos Júnior, Catedrático da Faculdade de Ciências do Porto, e Tenente-Coronel Afonso do Paço, os mais altos e significativos elogios.

Ainda ao Professor Rigaud de Sousa desejo expressar um muito especial agradecimento pelo curso de iniciação ao estudo da arqueologia que regeu, graciosamente, desde Janeiro a Junho, no Conservatório Regional de Música, e que foi frequentado por grande número de estudantes dos últimos anos do Curso Liceal, os quais quase todos prestaram ótimos serviços em trabalhos de campo, durante as escavações arqueológicas em apreço.

Também quero dirigir o meu profundo reconhecimento ao Senhor Reitor do Seminário de Santiago, ao Superior do Seminário Carmelita da Falperra e às Madres Superiores do Instituto Missionário Espiritano, de Fraião e do Colégio Teresiano, desta cidade, pelo acolhimento que deram aos estudantes que tomaram parte nos trabalhos arqueológicos, estudantes quase todos de fora de Braga, sendo estrangeiros alguns deles, e que sacrificaram, aqui, o melhor mês das suas férias grandes, o mês de Agosto.

Perante o valor da estação arqueológica da Falperra, aproveito a ocasião para propor, também, que seja feito um estudo no sentido de ser demarcada toda a sua zona e que esta seja considerada de interesse público.

Igualmente proponho que se mande proceder à reparação do acesso que conduz da Falperra ao alto da Santa Marta das Cortiças de modo a facilitar a ida até ao alto da montanha, de automóveis ligeiros, isto enquanto se não puder construir uma estrada como o merece o valor desta estação arqueológica, cujo estudo de exploração ainda se encontram, praticamente, no início.

Diário do Minho, 8-12-1967

101. *Vidros romanos de Brácara Augusta*

Só agora começa a tornar-se conhecida em pormenor a civilização romana em Braga. Hoje vamos ocupar-nos um pouco, explanando o tema dos vidros romanos em Brácara Augusta. Para isso temos diante de nós demonstrações de fragmentos encontrados em sepulturas romanas ou em estratos de terreno romanizado. Por isso o método científico e a documentação são seguros.

Reunindo três fragmentos, conseguimos reconstituir o fundo de um grande vaso romano de vidro negro como laca, pouco transparente, fortemente oxidado, irisado de roxo. É caracteristicamente romano. Foi encontrado na Gividade, há tempos. É grosso, com expressura desigual e bastante primitivo quanto ao fabrico e fundição dos silicatos. Largura: 12 cm; comprimento: 15 cm. A parte posterior era achatada, o fundo encovado e as faces abauladas. É pena este exemplar exhibir-se tão incompleto. Mesmo assim constituiu um valioso e raro espécime de vidro romano de Brácara Augusta, que atribuímos ao século I por certas razões que agora não podemos explicar.

Outro exemplar é constituído por um fundo de copo de vidro branco, irisado de verde e roxo, oxidado, bastante manchado e gasto. Diâmetro: 7 cm.

A grossura é desigual e variável, o que revela primitivismo de fabrico. A transparência é bastante perfeita.

Doutro copo depararam-se-nos dois pequeninos fragmentos com ornamentos, belamente expressivos nas suas linhas desigualmente quebradas, a toda a volta do bordo, na parte superior. De alto abaixo apresenta traços e pontos marcados a água. O vidro é branco, pouco transparente, muito oxidado e belamente irisado de cores lindas provenientes da oxidação e patina da antiguidade. Pela sua perfeição de fabrico deve ser, dos séculos I ou II depois de Cristo.

Um pequeno frasco de vidro branco, transparente, ligeiramente oxidado, de grossura desigual, de que só apareceu a metade interior octogonal, apresenta no fundo a palavra latina FIDELIS em caracteres do século I.

O mais artístico vaso romano descoberto em Bracara Augusta mas todo fragmentado, apresenta a forma de dedos em palma de mão, separados por séries de pontos borbulhados. A cor é branca, mas o fabrico é imperfeito quanto à cozedura.

Assemelha-se pela forma a outro vaso descoberto nas ruínas da Gitânia de Briteiros há anos, por Martins Sarmento, em vidro verde-claro e com nervuras externas.

O vidro colorido raramente apareceu em Bracara Augusta. Só raros fragmentos de vidro cor de vinho, de verde-azul e bastante de verde claro, se descobriram.

Quanto à grossura, predomina o vidro denso próprio de recipientes de líquidos, de cor escura, quase negra e de escassa transparência.

Exumou-se um pequeno fragmento escuro, com a largura de 1 centímetro, grossíssimo como se deduz.

A indústria vidreira romana penetrou na Gália nos meados do século i, mas já antes ali se fabricavam contas de colar e braceletes.

Dos vidros romanos descritos, alguns seriam de fabrico local bracarense, e outros de importação gaulesa e itálica.

Na Citânia de Briteiros foram descobertos muitos framentos vítreos de várias cores. Ali «foi possível reconstituir, quase completa, uma formosa taça de tom verde-claro (...) com nervuras exteriores, de um modelo frequente noutros meios lusitano-romanos...» (Mário Cardoso, *Citânia de Briteiros e castro de Sabroso*, Guimarães, 1956, p. 53).

Por este nosso artigo e por esta citação se antevê que nos séculos i e ii, no termo de Bracara Augusta, estava em uso o vidro de várias cores. Utilizava-se no fabrico de vasos, de contas de colar, de taças com nervuras exteriores e de copos ornamentais.

A. AMBROSIO DE PINA S. J.

Diário do Minho, 23-9-1968

102. *Campanha Arqueológica da Falperra-1969*

Quem subir a estrada da Falperra e lançar os olhos para a esquerda dá logo de caras com o ponto mais alto da serra — 600 metros acima do nível do mar e uns trinta e cinco aproximadamente mais elevado que o Sameiro, conhecido pelo monte das Cortiças, cuja plataforma superior assenta de quase todos os lados numa penedia ciclópica que se aprestava a ser utilizada pelos indígenas de antanho como suporte da muralha defensiva de um povoado castrejo.

Logo à vista ressalta uma ermida branca, a capelinha de Santa Marta, do sec. xvi, mandada edificar pelo arcebispo D. Diogo de Sousa, utilizando

materiais mais antigos e sobre outro santuário que podia remontra aos primeiros dias da cristandade da Península ou possivelmente mais velhos no qual se deu, como era uso após a conversão das comunidades, se fez a substituição da divindade pagã por um santo advogado das mesmas necessidades ou credor das *virtudes* semilares às que se atribuíam à divindade local. No caso devia ser qualquer deusa da fecundidade, muito querida das lactantes. Do lado nascente — a capela, sem fugir às normas dadas aos velhos construtores, para ali está orientada — foram incrustados na parede, sem critério algum (uma das pedras está deitada) e com finalidade para nós desconhecida, dois *cachorros* do primitivo romântico.

A festa de Santa Marta das Cortiças ou Santa Marta Velha — em oposição à Santa Marta o Leão cuja ermida está mais abaixo, para nascente realiza-se no dia 29 de Julho.

A noroeste foi erguido, aí há uns vinte anos — diz-nos o tio José Costa — o obelisco dedicado à Senhora da Assunção, obra de que o impulsionador, segundo nos disseram, foi um tal padre Guilherme, pároco de Esporões, e já falecido, com um facto curioso que logo apontaremos.

A partir do cimo encontram-se os vestígios de uma povoação luso-romana que tem sido campo de algumas escavações arqueológicas realizadas nos últimos anos. Paredes, bases de colunas, frgamentos de cerâmica comum, tégulas. De tudo isso falam os relatórios.

As moedas são na maioria do tempo de Constantino e algumas de Constâncio Cloro. Isto faz-nos relacionar o castro com alguns circunvizinhos. Da Citânia (Briteiros) falava-nos ontem a Senhora Maria Carpinheira, de Esporões que trabalha nesta exploração como jornaleira da Câmara.

Eram aliados os dois «povos». E os meios de comunicação eram tão facilitados que bastava a uns arrebolarem pelo ar um machado para os outros o receberem do outro lado!

Ora é neste local que desde o dia sete de agosto decorre uma campanha arqueológica na qual toma parte um grupo de estudantes.

Este Campo de férias é patrocinado pela Câmara Municipal e pela Junta Distrital de Braga.

ANTÓNIO DE MATOS REIS

Diário do Minho, 23-8-1969

103. *A procura dos despojos venerandos da Bracara Augusta*

As escavações em curso na zona de Maximinos, mercê das quais acabam de ser encontradas as ruínas de um edifício da época romana, incluindo colunas, capitéis e outros elementos arquitectónicos, além de algumas moedas, fragmentos de cerâmica, de vidro, etc., foram visitadas pelo Sr. Dr. Jorge de Alarcão, director da estação arqueológica de Conimbriga, que considerou a parte já desobstruída, do maior interesse.

Conimbriga, 24 (1985), 5-83

No acto da visita, encontravam-se presentes os Srs. Dr. Viriito Nunes, presidente da Câmara Municipal; Dr. Egídio Guimarães, vereador do pelouro da Cultura; Cónego Arlindo Ribeiro da Cunha, Dr. Rigaud de Sousa, Alberto Jorge de Matos, secretário da presidência da Câmara e vários alunos do Curso de Introdução à Arqueologia, alguns dos quais têm tomado parte activa nos trabalhos.

No decorrer da troca de impressões suscitada pelos resultados das pesquisas, foi apontada a necessidade da delimitação de uma zona de interesse público ou, mesmo, camarário, onde se realizem em maior escala trabalhos de sondagem, tendentes a trazer à superfície os despojos venerandos da Bracara Augusta.

Diário do Minho, 15-11-1969

NOTAS

- 1 — Uma sepultura de tijolo semelhante foi encontrada em Braga na Avenida da Liberdade, em 1966. Sobre outros achados nesta zona, ver VASCONCELOS, 1918, p. 366. Quanto ao espólio, desconheço onde possa estar. Não voltámos a encontrar noticiário sobre este assunto, contrariamente ao que o jornal prometera; nem noutros jornais da mesma época. Ver ainda notícia 73.
- 3 — CIL 2 2425 e 2431. Actualmente guardam-se no museu D. Diogo de Sousa, em Braga. Ver texto 6.
- 4 — A rua de Trás da Sé correspondia à actual rua da Senhora do Leite. BELINO, 1900, p. 66, refere sepulturas, mas à frente da Sé.
- 5 — Desconheço o seu paradeiro. Deve porém referir-se que em local imediato (jardim do Solar das Carvalheiras), Albano Belino encontrou um miliário, não sabemos em que condições. Não nos admiraria que fosse o mesmo, uma vez que o possuidor daquele solar, Jerónimo da Cunha Pimentel, era um homem muito culto que, entre outras, participou na Conferência Citanense de 1877 e no Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pre-histórica (Lisboa 1880).
- 6 — As duas lápides estudadas são as CIL 2 2425 e 2431. Actualmente guardam-se no Museu D. Diogo de Sousa, em Braga. Ver texto 3.
- 7 — Sobre o problema deste Museu ver OLIVEIRA, 1983 e textos 8-12.
- 13 — Desconheço qualquer outro pormenor sobre este achado.
- 14 — Desconheço qualquer outro pormenor sobre este achado.
- 16 — Desconheço qualquer outra referência a este achado. Dume érica de achados arqueológicos e foi sede de um importante bispado na Idade Média.
- 17 — desconheço qualquer outro pormenor sobre este achado.

- 18 — Sobre este mosaico ver, entre outros, OLIVEIRA, 1978, p. 26, nota 19; VASCONCELOS, 1923-24, p. 164-65, com reprodução e FIGUEIREDO, 1899, p. 179-80.
- 19 — Perdida. Para a sua bibliografia ver SOUSA, 1973.
- 20 — Desconheço qualquer outra notícia referente a esta estátua. Desconheço também qualquer livro deste arcebispo. Procurei também em D. Rodrigo da Cunha, mas nada encontrei.
- 21 — Sobre descobertas neste local ver BELINO, 1895, VASCONCELOS, 1918, p. 258 e SOUSA-PONTE, 1970.
- 22 — Ver nota 21.
- 23 — A rua dos Sapateiros corresponde ao troço da rua D. Frei Caetano Brandão entre a rua da Sé e a rua D. Diogo de Sousa. Porque as notícias são confusas e mostram bem a mentalidade da época, transcrevemo-las todas.
- 27 — Sobre outros achados na ocasião destes trabalhos, ver apenas OLIVEIRA, 1978, p. 27-28.
- 28 — Sobre a acção da Câmara de Braga no domínio da arqueologia e seus esforços para a criação de um museu ver OLIVEIRA, 1979 e OLIVEIRA, 1983.
- 29 — Sobre o achado de uma moeda de Honório neste local ver HIPÓLITO, 1961, p. 18.
- 31 — Há a tradição da cidade de Braga estar minada por uma rede de subterrâneos. De concreto, porém, nada sabemos. Quanto a uma posterior intervenção da Câmara desconhecemos qualquer notícia.
- 33 — -Ver BELINO, 1895(1).
- 34 — Ver BELINO, 1896.
- 37 — Sobre Albano Belino ver, além das notícias aqui referidas, OLIVEIRA, 1979, p. 166.
- 38 — O arquitecto Ernesto Korrodi publicaria a primeira monografia sobre a capela de S. Frutuoso.
- 39 — Refere-se ao monte Redondo, Guisande, Braga. Sobre os trabalhos que aí desenvolveu, ver BELINO, 1909, p. 7-15 e 19-28 e textos seguintes.
- 41 — Sobre esta deliberação ver OLIVEIRA, 1979, p. 179.
- 42 — Sobre estas escavações ver BELINO, 1909, p. 15-18. Sobre esta estação ver SOUSA, 1970.
- 46 — A colecção arqueológica de Albano Belino viria a ser, mercê da incúria da Câmara de Braga e dos cidadãos bracarenses, dispersa pelo Museu da Sociedade Martins Sarmento, Guimarães e Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Pouco terá ficado em Braga. Ver CARDOSO, 1972, TAGILDE, 1907 e *Aquisições do Museu Etnológico Português*, «Arqueólogo Português», Lisboa, 13, 1908, p. 375; 16, 1911, p. 110, 116 e 122. Sobre a colecção ver SEVERO, 1903.
- 50 — O Visconde da Torre era cidadão bracarense. Desconheço qualquer outro pormenor sobre esta notícia.

- 51 — Desconheço qual seria a lápide. BELINO, 1905, estuda duas do mesmo local mas que me parece não serem as mesmas. Esta notícia já tinha sido dada em OLIVEIRA, 1969, p. 180.
- 53 — Actualmente no Museu da Sociedade Martins Sarmiento, em Guimarães. Ver BELINO 1895, p. 7 e CARDOSO 1972, p. 49.
- 57 — Sobre o destino da colecção de Albano Belino ver texto 46 e nota.
- 60 — Notícia já referida em OLIVEIRA, 1979, p. 180-81.
- 61 — Sobre o assunto ver OLIVEIRA, 1978, p. 25.
- 62 — Sobre o problema da criação do museu arqueológico ver OLIVEIRA, 1983.
- 64 — Penso ser o mesmo local da notícia 61, isto é no largo de S. Paulo. Ver bibliografia na nota aquela notícia.
- 68 — O campo de Portas ficava a Este da actual Avenida Cidade do Porto. Ver OLIVEIRA, 1978, p. 29 e mapa.
- 71 — Actualmente no Museu dos Biscainhos, Braga.
- 72 — O museu, que seria o museu D. Diogo de Sousa, só viria a ser criado em 1918. Ver OLIVEIRA, 1983.
- 73 — A zona envolvente da igreja da Senhora-a-Branca é uma das mais desconhecidas da arqueologia bracarense. Os únicos achados que se conhecem são de natureza funerária. Ver texto 1 e respectiva nota.
- 75 — Pensamos ser a mesma pedra de armas estudada por NÓBREGA, 1970, p. 168-75 que se guarda no museu D. Diogo de Sousa, Braga. O café em obras naquela data era o café Viana.
- 78 — Para uma localização desta quinta ver o mapa de OLIVEIRA, 1978.
- 80 — Pelo seu insólito e pelo que poderá representar como elemento de conhecimento público da arqueologia bracarense, transcreve-se esta notícia bem como a seguinte.
- 82 — Sobre a problemática da criação deste museu ver OLIVEIRA, 1983.
- 86 — Desconheço qualquer outra notícia ou informação sobre este texto.
- 87 — Sobre este sarcófago, que se guarda no Tesouro da Sé de Braga, ver BARREIROS, 1933, 1951 e 1952 e FEIO, 1951 e 1953.
- 88 — É esta a primeira e única notícia até agora publicada sobre este grande castro. Segundo uma informação que nos foi dada, pessoalmente, pelo professor Carlos Teixeira, a exploração que efectuou neste povoado foi feita simultaneamente com a que fez no Monte Castro (ver notícia seguinte). Carlos Teixeira era, ao tempo, professor no liceu Sá de Miranda, Braga, e responsável pelo seu internato.
- 89 — Primeira notícia de certo vulto sobre este castro. Sobre ele ver TEIXEIRA, 1936, CASTRO, 1980 e nota à notícia 88.
- 90 — A rua Mártires da República é a actual rua D. Gonçalo Pereira. Segundo o senhor cônego Luciano Afonso dos Santos me informou, foi recolhido um bom pedaço deste mosaico no Tesouro da Sé de Braga que, porém, se desfez com o tempo. Ignoro se foi fotografado.
- 91 — Os objectos encontrados recolheram ao Museu D. Diogo de Sousa. Uma segunda notícia do provável troço de muralha seria dada em FEIO, 1956.

- 92— As lucernas referidas são as estudadas por TEIXEIRA, 1938 e depois reestudadas por SOUSA, 1966. A inscrição deve ler-se PINTA / MI.BO / / BOAE / NLF.A.V., segundo CORTEZ, 1958. Deve referir-se que este autor localiza o seu aparecimento na Fonte do Idolo, o que está errado. Todos estes objectos estão guardados no Museu D. Diogo de Sousa, Braga.
- 93 — Notícia sobre o estado de abandono em que se encontra este monumento nacional, um dos mais singulares da arqueologia portuguesa, A imprensa voltaria a chamar, de quando em quando, a atenção para o seu lastimável estado de abandono.
- 95 — Os resultados destas escavações só foram parcialmente publicados por CUNHA, 1954 e 1954 (1). Ver ainda CORTEZ, 1954. O espólio paleolítico foi guardado no museu D. Diogo de Sousa e o do povoado da Santa Marta no Museu Pio XII, em Braga.
- 96 — Sobre este edifício ver PALOL, 1958.
- 97 — A sua zona de protecção foi dada em 27-12-1955. A classificação foi objecto de decreto-lei de 20-10-1945 e ainda dos decretos-lei 251/70, de 3-6-1970 e do 516/71, de 22-11-1971.
- 101 — Desconheço onde se encontram guardados estes vidros.
- 103 — Sobre este edifício ver Sousa, 1982.

OUTRAS NOTÍCIAS

Para além das notícias que acima republicamos, saíram ainda algumas mais que, por nada trazerem de novo ao conhecimento actual da arqueologia bracarense, não transcrevemos; damos, porém, a sua referência.

A notícia 1 nada acrescenta às já publicadas; as 2 e 3 transcrevem informações já dadas a conhecer com mais pormenor em OLIVEIRA, 1979; as 4-12 terão apenas interesse para uma história da arqueologia em Braga; as 13-16 são mais algumas justas chamadas de atenção para o estado de abandono a que continua a ser votado o monumento romano denominado «Fonte do ídolo» (como aliás a notícia transcrita com o número 93); a 17 foi já publicada, em 1880, em Braga, e a número 18 viria também a sê-lo em 1900 (BELLINO, 1900,1); as 19 e 20 nada trazem de novo ao que já era conhecido nas datas em que foram publicados; a 21 é

um chorrilho pegado de asneiras; a 22 não se republica agora porque o já foi, na integra, em OLIVEIRA, 1983, as 23-25 são notícias de circunstância cujos títulos são bem explícitos sobre o seu conteúdo, sendo a 25, igual à 24; a 26 não é mais que o questionário arqueológico que a Real Associação dos Arqueólogos Protugueses enviou para todas as câmaras municipais do país em 1881 e de que se conhece a resposta bracarense (CRUZ, 1980); e, finalmente, a 27 é um longo artigo que, para além de informações colhidas em Argote e D. Rodrigo da Cunha, refere as inscrições depois republicadas em CIL 2 4755 e SOUSA, 1973, 4.4 6-15 e 4.4 2-11 e dá uma informação ainda hoje desconhecida: *«na obra de recolher a água das vertentes do chafariz da S. Tiago... foi encontrada, na profundidade de 10 palmos, uma larga rua de pedra e de argamassa de boa esquadria»*.

- 1 — *Nos trabalhos arqueológicos realizados ultimamente em Maximinos e em Santa Marta das Cortiças foram encontradas vestígios para a história antiga de Bracara Augusta*, «Diário do Minho», 31-8-1966.
- 2 — *Câmara Municipal*, «Comércio do Minho», 26-1-1897.
- 3 — *Câmara de Braga*, «Comércio do Minho», 6-6-1899.
- 4 — *Curso de iniciação à arqueologia*, «Correio do Minho», 13-1-1967
- 5 — *Curso de iniciação à arqueologia*, «Correio do Minho», 22-1-1969.
- 6 — *Por terras da Lusitânia... O passeio de estudo dos alunos do curso de introdução à arqueologia*, «Correio do Minho», 23-4-1969.
- 7 — C[arvalho], Afntónio] de — *Curso de introdução à arqueologia. Ecos de um passeio de estudo*, «Correio do Minho», 16-4-1970.
- 8 — *Passeio de estudo do curso de introdução à arqueologia*, «Diário do Minho», 18-4-1972.
- 9 — *Curso de introdução à arqueologia*, «Correio do Minho», 18-4-1972.
- 10 — *Curso de introdução à arqueologia. Lição do sr. D. Domingos Pinho Brandão*, «Correio do Minho», 21-2-1973.
- 11 — *Curso de Arqueologia*, «Correio do Minho», 19-10-1973.
- 12 — *Beccmeçam as aulas do curso de arqueologia*, «Diário do Minho», 19-10-1973.
- 13 — *Fonte do idolo*, «Diário do Minho», 30-3-1945.
- 14 — CORTE-REAL, João Afonso — *Monumento pré-histórico. O abandono da Fonte do ídolo em Braga*, «Correio do Minho», 23-9-1950.
- 15 — *Fonte do idolo*, «Diário do Minho», 3-9-1971.

- 16 — *Onde fica a Fonte do Idolo?...*, «Diário do Minho», 8-2-1974.
- 17 — CALDAS, J. J. Pereira — *Carta epigráfica ao auctor indefesso do Portugal Antigo e Moderno*, «Comércio do Minho», 29-3-1879, 1-4-1879; 8-4-1879; 10-4-1879; 12-4-1879; 1-5-1879; 3-5-1879.
- 18 — *Archeologia*, «Comércio do Minho», 11-8-1900.
- 19 — *Cadeia de Braga*, «Comércio do Minho», 11-1-1903.
- 20 — COELHO, Constantino — *Onde era a Braga romana*, «Diário do Minho», 10-10-1925.
- 21 — PINA, A. Ambrosio de — *Louça romana de Bracara Augusta*, «Diário do Minho», 9-3-1970.
- 22 — *Museu D. Diogo de Sousa*, «Correio do Minho», 5-6-1973.
- 23 — *No Semuário Conciliar de Filosofia, após uma brilhante sessão solene em honra de S. Tomás de Aquino e de homenagem a Pio XII foi inaugurado o museu de arqueologia e arte sacra*, «Correio do Minho», 27-4-1956.
- 24 — *Associação dos Arqueólogos Portugueses. Foram postas em evidência as escavações levadas a efeito pela Câmara de Braga*, «Correio do Minho», 30-1-1955.
- 25 — *Associação dos Arqueólogos Portugueses*, «Diário do Minho», 8-2-1955.
- 26 — ALIQUIS — *Antigualhas de Braga. Qual teria sido a relação [de monumentos] enviada [pela Câmara de Braga] há 82 anos?*, «Diário do Minho», 2-2-1964.
- 27 — FREITAS, Bernardino de Sena — *Excertos para a história de Braga. Fundação do Convento das Beligas da Conceição*, «O Futuro», 3-7-1872.

ABREVIATURAS E BIBLIOGRAFIA

- BARREIROS, 1933 — Manuel Aguiar Barreiros — *Um sarcófago romano cristão. Como apareceu*, «Acção Católica», Braga, 18(1), Janeiro 1933, p. 27-28.
- BARREIROS, 1951—idem—*Um sarcófago romana cristão do século IV*, «Bracara Augusta», Braga, 2(17), Fevereiro 1951, p. 361-362.
- BARREIROS, 1952 — idem —* *Ainda o sarcófago romano cristão da Sé de Braga*, «Bracara Augusta», Braga, 4(22-24), Dezembro, 1952, p. 96-100.
- BELINO, 1895 — Albano Belino — *Inscrições romanas de Braga (Inéditas)*, Braga, 1895.
- BELINO, 1895(1) — idem — *Inscrições e letreiros da cidade de Braga e de algumas freguesias rurais*, Porto, 1895.
- BELINO, 1896 — idem — *Novas inscrições romanas de Braga (Inéditas)*, Braga, 1896.
- BELINO, 1900 — idem — *Archeologia christã*, Lisboa, 1900.
- BELINO, 1900(1) — idem — *Questionário archeológico*, Braga, 1900.
- BELINO, 1905 — idem — *Bracara Augusta*, «Arqueólogo Português», Lisboa, 10, 1905, p. 118-119.
- BELINO, 1909 — idem — *Cidades Mortas*, «Arqueólogo Português», Lisboa, 14, 1909, p. 1-28.
- CARDOSO, 1935 — Mário Cardoso — *Catálogo do Museu Martins Sarmento, Secção de epigrafia latina e escultura antiga*, Guimarães, 1935.
- CASTRO, 1980 — João Sampaio e Castro; Susana Correia; Eduardo Pires de Oliveira—*O Castrum Maximum (Monte Castro) Braga. Arqueologia e História*, in Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular, vol. 2, Guimarães, 1980, p. 37-53.
- CASTROVIEJO, 1974 — Fernando Acuña Castroviejo — *Mosaicos romanos da Hispânia Citerior. Ill Conventus Bracaraugustanus*, «Studia Archeológica», Valladolid, 31, 1974.
- CORTEZ, 1954 — Fernando Russel Cortez — *Belatório da 2.^a Campanha de escavações arqueológicas mandadas efectuar pela Câmara Municipal de Braga*, Braga, 1954 (dactilografado).
- CORTEZ, 1958 — idem — *Museu D. Diogo de Sousa. Boteiro Sumário*, Braga, 1958.
- COSTA, 1941—Avelino de Jesus da Costa — *Aos reverendíssimos párocos. Questionário arqueológico-histórico*, «Acção Católica», Braga, 26(12), Dezembro 1941, p. 615-618.
- CRUZ, 1980 — Manuel Braga da Cruz — *Braga no ano de 1882*, «Bracara Augusta», Braga, 34(71), 1980, p. 705-710.

- CUNHA, 1954 — Arlindo Ribeiro da Cunha — *No «oppidum» da Santa Marta*, «Correio do Minho», Braga, 14-10-1954; 11-11-1954; 25-11-1955.
- CUNHA, 1954(1) — idem — *Escavações no «oppidum» da Santa Marta*, «Bracara Augusta», Braga, 5, 1954, p. 241-243.
- CUNHA, 1955 — idem — *A cidade velha da Santa Marta*, «Diário do Minho», Braga, 14-10-1955.
- Excursion dans le nord du pays, Braga et Citdnia de Britciros*. In *Congres International d'Anthropologie et Archeologie Prehistorique. Compte rendu de la 9^{eme} session a Lisbonne 1880*. Lisbon, 1884, p. 647-662.
- FEIO, 1951 — Alberto Feio — *Um sarcófago bizantino da Sé de Braga*, «Bracara Augusta», Braga, 3(1), Junho 1951, p. 31-35.
- FEIO, 1953 — idem — *Mais duas palavras sobre o sarcófago bizantino da Sé de Braga*, «Bracara Augusta», Braga, 4(4), Agosto 1953, p. 256-259.
- FEIO, 1956 — idem — *Coisas memoráveis de Braga. II Origens da cidade. Braga romana*, «Diário do Minho», Braga, 30-9-1956.
- FIGUEIREDO, 1889 — A. C. Borges de Figueiredo — *Analecta archeológica. I. Braga*, «Revista Archeológica», Lisboa, 3, 1889, p. 179-180.
- HIPÓLITO, 1961 — Mário de Castro Hipólito. *Dos tesouros de moedas romanas em Portugal*, «Conimbriga», Coimbra, 2-3, 1961, p. 1-166.
- MOTA JUNIOR, 1895 — José Carlos Araujo de Mota Júnior — *Os congressistas em Braga e Citânia em 1880*, Braga, 1895.
- NOBREGA, 1971 — Vaz Osório da Nóbrega — *Pedras dt Armas e Armas Tumulares do Distrito de Braga*, Vol. 1, tomo 2, Braga, 1971.
- NUNES, 1980 — Henrique M. Barreto Nunes — *Manuel Monteiro. Notas Bio-bibliográficas*, Braga, 1980.
- OLIVEIRA, 1978 — Eduardo Pires de Oliveira — *Os apontamentos arqueológicos de Braga de José Teixeira*, «Minia», Braga, 2.^a série, 1(1), 1978, p. 20-44.
- OLIVEIRA, 1979 — idem — *A Câmara Municipal de Braga e a Arqueologia (1837-1974)*, «Minia», Braga, 2.^a série, 2(3), 1979, p. 164-197.
- OLIVEIRA, 1983 — idem e Maria Isabel Granja Fernandes — *O Museu D. Diogo de Sousa (Braga)*, Braga, 1984 (no prelo).
- PALOL, 1958 — Pedro de Paiol — *Arqueologia Cristiana de la España Bomana, Siglos IV-VI*, Madrid, 1958.
- SANTOS, 1973 — Luciano Afonso dos Santos — *Breve Catálogo do Museu Pio XII (I — Secção Lapidar)* in *Falam Documentos*, 2.^a edição, Braga, 1973.
- SEVERO, 1903 — Ricardo Severo — *A colecção archeológica de Albano Belino em Braga*, «Portugália», Porto, 1, 1903, p. 651-652.
- SOUSA, 1966 — J. J. Rigaud de Sousa — *Inventário de Materiais para a Arqueologia Bracarense*, «Bracara Augusta», Braga, 20(43-44), 1966, p. 165-178.
- SOUSA, 1970 — idem — *A estação arqueológica da Falperra. Notas para a sua história*, «Arquivo de Beja», Beja, 25-27, 1970, p. 57-64.

- SOUSA, 1973 — idem — *Subsidios para a carta arqueológica de Braga*, «Studia Arqueológica», Santiago de Compostela, 23, 1973.
- SOUSÁ, 1982 — Idem e Eduardo Pires de Oliveira — *Subsidios para o estudo das olarias de Bracara Augusta*. «Trabalhos de Antropologia e Etnologia»; Porto, 24(2), 1982, p. 359-69
- SOUSA-PONTE, 1970 — idem e Maria La Sálete da Ponte — *Novos elementos para a arqueologia bracarense* in Actas das I Jornadas Arqueológicas, vol. 2, Lisboa, 1970, p. 389-411.
- TAGILDE, 1907 — Abade de Tagilde — *O Museu Archeológico* — «Revista de Guimarães», Guimarães, 24, 1907, p. 79-81.
- TEIXEIRA, 1936 — Carlos Teixeira — *Subsídios para a arqueologia bracarense*. I *O Monte Castre (Castrum Maximum)*, «Anais da Faculdade de Ciências», Porto, 21, 1936. Republicado em «Bracara Augusta», Braga, 6-7 (31-34), 1955-56.
- TEIXEIRA, 1938 — idem — *Subsidios para o estudo da arqueologia bracarense*. II *Lucernas*, «Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia», Porto, 8(3-4), 1938.
- VASCONCELOS, 1902 — José Leite de Vasconcelos — *Notícias Várias*, «Arqueólogo Português», Lisboa, 1902, p. 283-88.
- VASCONCELOS, 1918 — idem — *Braga romana*, «Arqueólogo Português», Lisboa, 23, 1918, p. 356-360.
- VASCONCELOS, 1923-4 — idem — *Monumentos arqueológicos. 5 Mosaicos de Braga*, «Arqueólogo Português», Lisboa, 26, 1923-24, p. 164-65.

(Página deixada propositadamente em branco)

MARIA MANUELA ALVES DIAS

Assistente convidada da Faculdade de Letras de Lisboa

PEQUENAS NOTAS DE HISTÓRIA ANTIGA E EPIGRAFIA
«Conimbriga», XXIV (1985), p. 85-95

- RESUMO:**
1. Na sequência do artigo do Prof. Robert Étienne sobre o *carré magique* («Conimbriga», XVII, p. 15-34), a A. assinala a presença de palavras da fórmula mágica (*sator, tenet, opera, arepo*) num documento do séc. xvm, ou mesmo do séc. xix, de um processo da Inquisição de Lisboa.
 2. A inscrição funerária romana da Quinta da Macheia, Torres Vedras («Conimbriga», XXI, p. 42-49) apresenta urna forma ortográfica antiga de *cuius*; este pormenor reforça a correcção da cronologia proposta por V. G. Mantas para este epitáfio.
 3. A propósito de um sinete falso, com os nomes consulares de 488 a.C., pertencente ao Museu de Évora, a A. analisa alguns problemas da falsificação de sinetes romanos e as dificuldades de verificação de autenticidade.

- RÉSUMÉ:**
1. À la suite de l'article du Prof. Robert Étienne sur le *carré magique* («Conimbriga», XVII, p. 15-34), P.A. signale la présence des mots de la formule magique (*sator, tenet, opera, arepo*), dans un document du XVIIIème/XIXème siècle d'un procès de l'Inquisition de Lisbonne.
 2. L'inscription funéraire da Quinta da Macheia, Torres Vedras («Conimbriga», XXI, p. 42-49) présente une forme orthographique ancienne de *cuius* qui renforce la chronologie proposée par M. Mantas pour cet épitaphe.
 3. A propos d'un sceau (avec les noms consulaires de l'année 488 av. J.-C.) du Musée d'Évora, l'A. analyse quelques problèmes de la falsification de sceaux sigillaires romains et les difficultés de vérification d'authenticité.

(Página deixada propositadamente em branco)

PEQUENAS NOTAS DE HISTÓRIA ANTIGA E EPIGRAFIA

1. *A fórmula rotas/sator e a sua sobrevivência cultural*

Recentemente, num excelente artigo publicado nesta revista ^(x), foram analisadas as questões genéricas e os principais eixos da problemática actual do famoso *carré magique*, encontrado agora também em Conímbriga ⁽²⁾.

Entretanto, aparecia numa prova dum processo da Inquisição de Lisboa, guardado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa, um vestígio da sobrevivência cultural da fórmula mágica, datável dos últimos anos do século xvm, ou até mesmo dos dois ou três primeiros anos do século xix ⁽³⁾.

Trata-se de um «pacto com o demónio», escrito com o sangue do pactuante e ilustrado com as figurações dum crucifixo, de armas, brancas e de fogo, de uma serpente alada, duma forca; uma mão-de-finado, um tambor, uma muralha, bombardas, elos duma cadeia metálica, uma edificação de dois pisos (igreja?) e um corpo feminino desnudo, bem como um cálice de ofício com um Menino Jesus saínte, completam a iconografia 'passiva' ⁵ ou 'estática' ⁵, seja a que não exprime qualquer movimento, e cujo valor mágico, da sua própria natureza emblemática, é mais passível de interpretações categoriais diferentes. As restantes figurações, os 'retra-

P) ROBERT ÉTIENNE, *Le «carré magique» à Conímbriga (Portugal)*, «Conímbriga», XVII, Coimbra 1978, p. 15-34.

(2) *Fouilles de Conímbriga*, II, *Épigraphie et sculpture*, Paris 1977, p. 168-170; tijolo, com letra do séc I, encontrado «hors stratigraphie» em 1970 e guardado no Museu Monográfico de Conímbriga.

(3) [ANTÓNIO J. R. GUERRA], *Pacto com o Demónio. Inquisição de Lisboa, Processo 14 649, de Matias Gonçalves Guizanda-Preto, preso em 1803, em Olinda*, «História e Sociedade», 4-5, Lisboa 1979, doc. III.

tos', são as de Diabos-maiores (que têm, aliás, os nomes expressos), Lúçifer, Satanás e Barzabú (*Brazabul*), e as de quatro Diabos-menores (aparentemente Diabos-menores, ou mesmo facanitos, se os não quisermos entender como 'feitiços⁵ ou como 'males⁵ ou como 'passos⁵ duma liturgia satânica), somando, portanto, os Sete-diabos; destes últimos, um deles é representado numa forma híbrida da mulher-leão, outro na forma dum galináceo, o galo; ora são estes, os Diabos-menores, que têm, precisamente, junto, como que a nomeá-los assim, as palavras da fórmula mágica: *Satro* (por *sator*), *teneto* (por *tenet*), *Operas* (por *opera*) e *Arepo*. *Arepo* é a única palavra que conserva a sua forma original tal qual; *rotas* encontra-se efectivamente ausente; as pequenas corruptelas populares que as outras palavras inscritas apresentam parecem-nos pouco significativas, no entanto, é curioso observar que, na sua 'viagem semântica⁵, chamemos-lhe assim, até este documento, as palavras da fórmula mágica tenderam para a nominalização, ou para o seu reforço, assim, acabou-se por 'substantivar⁵ o elemento verbal, *tenet*, que passou a *teneto* e que aqui aparece como que a nomear a ave, o galo; este mesmo elemento verbal é reconhecível na primeira palavra da curta locução de feitiço: «*Tenato*, ferrato, andato, passe por baixo», da tradição portuguesa, capítulo de bruxarias (4).

A longa viagem subterrânea do *carré magique* e os seus intensos e constantes contactos e interpenetrações com o mundo das superstições, do satânico e do maravilhoso documentam-se, pois, uma vez mais agora, com este vestígio português do Brasil colonial. Parece-nos também que, com ele, se acentua a importância de Portugal na rota da sobrevivência cultural do *carré magique* (5);

(4) A[UGUSTO] C[ARLOS] TEIXEIRA DE ARAGÃO, *Diabruras, santidades e prophecias*, 2.^a ed., Lisboa s/d, p. 39.

(5) Cf. [ANTÓNIO AUGUSTO DA] ROCHA PEIXOTO, *A origem d'uma fórmula mágica*, «PorlugáHa», II, Porto 1903, p. 628-629 e JOSÉ LEITE DE VASCONCELLOS, *Uma fórmula mágica*, «O Archeólogo Português», XXIII, Lisboa 1918, p. 321-323. Sobre a *continuidade* da forma combinatória do *carré magique* em Portugal, no período barroco em poesia (c até numa tese de Direito Civil, de 1726) e a prática da sua imitação cf. ANA HATHERLY, *Labirintos portugueses dos séculos XVII e XVIII*, «Colóquio-Artes», 45, Lisboa 1980, p. 20-29 e A. HATHERLY, *A experiência do prodígio*, Lisboa 1983, p. 97-98 e fig. 84.

apesar dessa facilmente reconhecível importância, será certamente prematuro admitir, por tal, que, no período tardorromano, teriam sido muito intensas e frequentes, na Lusitânia e no ocidente galaico, práticas mágicas deste tipo, ligadas a uma ou a outra das duas principais religiões de salvação que aqui nos chegaram talvez mesmo pouco depois do início do Império: o Mitraísmo e o Cristianismo ⁽⁶⁾; no entanto, será essa uma hipótese a que deve estar atento o historiador que lide com os microelementos culturais, religiosos e ideológicos mais persistentes da longa duração ⁽⁷⁾. Nota-se, ainda, que a sobrevivência cultural da fórmula *rotas!sator* que chega até nós, pelo menos até ao fim do século XIX, se deu, aparentemente, à custa duma transferência, radical talvez, do *campus* social e cultural; trata-se, enfim, em poucas palavras, de uma forma de resistência do paganismo (ou dum cripto-judaísmo messiânico progressivamente, cada vez mais, de grupos sociais de baixíssimo relevo sócio-jurídico) no Mundo Ocidental medieval e moderno ⁽⁸⁾.

⁽⁶⁾ Há, como se sabe, duas teses essenciais: a numérica que associa o *carré magique* ao Mitraísmo, cf. WALTER O. MOELLER, *The mithraic origin and meaning of the Rotas-Sator square*, Leiden 1973, e a que o associa ao Cristianismo primitivo, cf. JÉRÔME CARCOPINO, *Les fouilles de Saint-Pierre et la tradition. Le Christianisme secret du carré magique*, Paris 1963, p. 12-112; a questão pôs-se a partir de 1934 com as escavações de Dura-Europos dirigidas por M. Rostovtzeff, cf. R. ÉTIENNE, *op. cit.*, p. 17-18; sobre a coexistência das práticas mitraicas e cristãs em Dura-Europos, na fronteira do Império com os Partos, na Síria, cf. M. ROSTOVITZEFF, *Dura-Europos and its Art*, Oxford 1938; muito mais recentemente, Paul Veyne, na esteira de G. A. de Jerphanion, sustenta o primado do carácter lúdico sobre o mágico do *carré magique*, cf. R. ÉTIENNE, *op. cit.*, p. 25-34.

⁽⁷⁾ Na acepção braudeliana, evidentemente; cf. FERNAND BRAUDEL, *Écrits sur l'Histoire*, Paris 1969, p. 11-85.

⁽⁸⁾ Mesmo se o *carré magique* for entendido originariamente como um produto judaico, anterior ao Cristianismo, e que tenha acompanhado subterraneamente a diáspora israelita, cf. MARCEL SIMON, *Verus Israel: Etude sur les relations entre Chrétiens et Juifs dans l'Empire Romain*, Paris 1964, p. 410-413. Aliás, o 'quadrado' é uma forma que, no séc. I d.C., pertencerá à simbologia profética da 'redução' de Israel e do seu povo, cf. JOSEPH., *Rèll. Judaic.*, YI.V.4: 311 e STANISLAS GIET, *l'Apocalypse et l'Histoire — Etude historique sur l'Apocalypse johannique*, Paris 1957, p. 13 e 38.

2. Forma pronominal antiga numa inscrição de Torres Vedras

A inscrição funerária da Quinta da Macheia (freguesia de Matações, concelho de Torres Vedras), recentemente publicada, de novo, nesta revista ⁽⁹⁾ apresenta uma forma pronominal, *quius* (l. 6), que se pode considerar, ortográfica e morfologicamente, intermédia entre a arcaica, *quoios*, e a clássica, *cuius* ⁽¹⁰⁾.

De facto, a forma *quius* (genitivo singular uniforme de *qui*, *quae*, *quod*) que poderíamos chamar talvez tardo-republicana, terá 'sucedido' ⁵, em Roma ⁽ⁿ⁾, à forma arcaica *quoios* ⁽¹²⁾ e parece que perdeu, na Hispânia ⁽¹³⁾, em contraponto de resistência à forma 'clássica' ⁵, nova, *cuius*.

Certamente que nem todas as situações em que, nas inscrições romanas da Hispânia, um *q* aparece em lugar dum *c*, podem

⁽⁹⁾ VASCO GIL MANTAS, *Inscrições romanas do Museu Municipal de Torres Vedras*, «Conimbriga», XXI, Coimbra 1982, p. 42-49: *Licinia P(ublii) f(ilia) Maxs/uma M (arcus) Antisti/us M(arci) f(ilius) Gal(eria tribu) Facund/us h(ic) s(iti) s(unt)* ¹⁵ *Cornelia: T(iti) f(ilia) Boutiaj quius posita est/ in prima parte ima/go viva se f(aciendum) c(uravit)*. Trata-se da primeira publicação cuidada desta inscrição, integrada, aliás, numa publicação extensa (p. 5-99), onde se estudam treze inscrições funerárias romanas, todas elas importantes para o conhecimento histórico da romanização no território noroeste do aro de *Felicitas Iulia Olisipo*, no *Conventus Scallabitanus*. Traz a bibliografia anterior.

⁽¹⁰⁾ Cf., v. g., B. L. GILDERSLEEVE and G. LODGE, *Latin grammar*, 3th ed. London 1965, p. 59 e L. R. PALMER, *The latin language*, London 1966, p. 255. V. tb. ALFRED ERNOUT, *Morphologie historique du latin*, Paris 1953, p. 86-87.

⁽ⁿ⁾ Cf. *CIL*, I, 2, 1297 (= *CIL*, VI, 16 614), *Ultima / suorum / Cupieinnia / L(ucii) f(ilia) Tertulia* ¹⁵ *fuveit quius / heic / reliquiae / suprema / manent*, de Roma.

⁽¹²⁾ Cf., v. g., *CIL*, I, 2, 6-7 (há uma fotografia desta inscrição tumular em A. H. McDONALD, *Roma Republican*, trad. da ed. ingl., Lisboa 1971, fot. 4 e capa) e 1 206; v. tb., (para *quoi*), C. J. FORDYCE, *Catullus: a commentary*, Oxford 1961, p. 3 e 84.

⁽¹³⁾ Cf. *CIL*, II, 1964 (*Lex Malacitana*, LVI, 1. 46, *quiusque*)', há um comentário jurídico ao passo, onde se inclui esta forma, em ÁLVARO D'ORS, *Epigrafia jurídica de la España romana*, Madrid 1953, p. 320-321. Emil Hübner, em *CIL*, II, 2 601, inscrição votiva da Galiza dedicada a *Navia*, desenvolveu a última linha da inscrição em: *q(uoios) e(um) c(ompotem) f(ecit)*; parece-nos agora que um desenvolvimento em *q(uius)*, etc., seria talvez mais consentâneo.

ser entendidas como indícios de arcaísmo no latim usado, ou, pelo menos, na sua ortografia. Além dos exemplos já indicados (n. 13), como indicio de arcaísmo, temos, em inscrições peninsulares, o uso de *q* em vez de *c*, seguramente apenas nas seguintes duas palavras: *qum*⁽¹⁴⁾ e *pequnia*⁽¹⁵⁾.

Assim a forma, digamos, 'antiga⁵, de *quius*, reforça a correcção da datação proposta por V. G. Mantas ⁽¹⁶⁾.

É de notar também a importância de ter sido encontrado, precisamente no ocidente da Lusitânia, este exemplo republicani-zante dum genitivo pronominal que, como se sabe, estaria, então, a originar o adjectivo *cuius*, *cuia*, *cuium* que teve um destino próprio nas línguas românicas peninsulares ⁽¹⁷⁾.

No caso desta inscrição, tão bem caracterizada, é de excluir ainda, a qualquer título, a hipótese de se tratar de um erro do lapicida, do *ordinator* ou do *scriptor* ⁽¹⁸⁾.

⁽¹⁴⁾ *CIL*, 1222 e 2215.

⁽¹⁶⁾ *CIL*, II, 2041 e 3421; para esta forma cf. A. ERNOUT, *Recueil de textes latins archaïques*, Paris, 1966, p. 80, 81, 86, 90, 96 e 97 o E. H. WARMINGTON, *Remains of old latin*, IV, *Archaic inscriptions*, London 1940, p. 180 c 190.

⁽¹⁷⁾ V. G. MANTAS, *op. cit.*, p. 49.

⁽¹⁸⁾ Cf. ANTONIO TOVAR, *Latin de Hispania: aspectos léxicos de la romanización*, Madrid 1968, p. 25: «Por ejemplo, *cuyo*, vivo hasta por lo menos ayer en nuestra lengua, se encuentra en la literatura de los siglos de la conquista, en Plauto, en Terencio, en Lucilio (Neue-Wagener, *Formenlehre der lateinischen Sprache*, II, 471 y sig.): *cuius*, *cuia*, *cuium*, nos dice uno de los más recientes tratadistas del latín vulgar (V. Váánánen, *Introducción al latín vulgar*, trad, esp., Madrid 1967, 20), «reaparece apenas en Virgilio y Cicerón en contextos particulares y hace pensar que es arcaísmo. Pero el testimonio de las lenguas románicas (log. *kuyu*, esp. *cuyo*, port, *cujo*) devuelve a esta palabra la vida que los monumentos escritos le niegan (la geografía hace inaceptable la difusión de la palabra *cuius* a consecuencia del uso de Virgilio como texto en las escuelas, según propone Mariner, *ELH*, I, 204). Había quedado viva, podemos precisar, en las provincias de colonización más antigua, pero en Roma era un arcaísmo, un rusticismo que sabemos que los literatos de la época le echaron en cara a Virgilio cuando la usó en boca de uno de sus pastores». \ELH = *Enciclopedia Lingüística Hispánica*, Madrid 1960 e ss.].

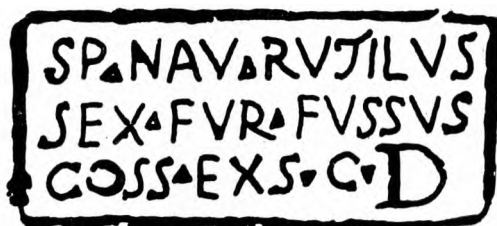
⁽¹⁸⁾ Para os erros palcográficos e ortográficos frequentes na epigrafia latina v., v. g., GIANCARLO SUSINI, *The roman stonecutter* (trad, da ed. ital. de 1967), Oxford 1973, p. 39-49.

3. Um 'falso' do Museu de Évora

No verão de 1980, a Dr.^a Alice Lamy Tavares-Chicó, então Directora do Museu de Évora, mostrou-nos um sinete em bronze, existente neste museu sem indicação de procedência e de cuja autenticidade duvidava.

Efectivamente, quanto a nós, trata-se dum objecto falso; basta atentar na forma paleográfica do *T* da l. 1 para afirmá-lo.

É, no entanto, curioso assinalar que esta falsificação se apoiou, talvez para ter um curso comercial seguro, na veracidade histórica, e até facilmente comprovável, dos nomes consulares expressos: *Sp(urius) Nau(tius) Rutilus* e *Sex(tus) Fur(ius) Fussus* são, nada mais nada menos, que os cônsules do ano 488 a.C. (= 266 *ab urb. cond.*)⁽¹⁹⁾.



Como, quanto pudemos averiguar, este par consular nunca foi referido por qualquer autor clássico, creio que temos de considerar este 'falso' como um produto do comércio turístico contemporâneo (desde o 3.º quartel do séc. xix aos nossos dias) e não como uma falsificação antiga destinada aos coleccionadores e amadores de *realia*, dos séc. xvi, xvn e xvm; não se trata, contudo, da 'reprodução' de um objecto verdadeiro (o alfabeto e a morfologia usados, p. e., *Fur(ius)* e não *Fourios*, são impensáveis no séc. v a.C.), mas sim duma composição totalmente inventada a partir duma referência consular dos *Fasti Capitolini*.

(19) Cf. *CIL*, I, 2, p. 1-181; sobre ambos v. JEAN-CLAUDE RICHARD, *Les origines de la plèbe romaine. Essai sur la formation du dualisme patricio-plébéien*, Paris-Roma 1978, p. 536-537; sobre a importância social das suas famílias v. ROBERT E. A. PALMER, *The archaic community of the Romans*, Cambridge 1970, p. 249-250, 258-259, 290-291 c 297-298. É possível que *Sex. Furius Fussus* (aliás, *Fusus*) tenha também usado o cognome *Medullinus*.

A verificação da autenticidade da documentação epigráfica, que mereceu já, entre nós, artigos interessantes ⁽²⁰⁾, é uma tarefa primordial e indispensável ainda que muito trabalhosa e, por vezes, delicada — frequentemente assentará apenas na análise combinada de omissões, de dúvidas e de raras certezas.

Veja-se o caso de um outro sinete, pertencente ao Gabinete de Numismática e Antiguidades da Biblioteca Nacional, Lisboa ⁽²¹⁾, que Emil Hübner inclui no *C. I. L.*, II ⁽²²⁾. Ora, por o nome inscrito neste sinete, *L. Valerius Flaccus*, ser um dos nomes conhecidos da história da romanização peninsular ⁽²³⁾ parece que seria caso para ter perfeito cabimento uma *fortíssima* suspeita de este sinete não ser senão uma falsificação, talvez dos sécs. xvi ou xvii; veremos que não. Acontece que a família dos *Valerii Flacci* (onde o *praenomen* *L(ucius)* parece ter sido o mais frequente) foi uma das mais importantes da nobreza romana dos três últimos séculos da República, tendo participado activamente no processo expansionista de Roma e, durante oito sucessivas gerações, de 261 a 86 a.C., membros seus terem ocupado, por oito vezes, o consulado ⁽²⁴⁾. Durante 215 anos os numerosos elementos desta família

⁽²⁰⁾ Com relevo para JOSÉ D'ENCARNAÇÃO, *Autenticidade em epigrafia: as inscrições de Cuba e Vila Nova de Baronia*, «Arquivo de Beja», XXVIII-XXXII, Beja 1971-1975, p. 57-62.

⁽²¹⁾ JORGE ALARCÃO e MANUELA DELGADO, *Catálogo do Gabinete de Numismática e Antiguidades. 7.ª parte: Antiguidades ibéricas e romanas*, Lisboa 1969, p. 32-33.

⁽²²⁾ *CIL*, II, 4975, 64; *L. V. FLAC.* — *L(ucius) V(alerius) Flac(cus)*; porque precisamente se trata dum conjunto onomástico estável e conhecido, não é admissível outro desenvolvimento para o nome gentilício; o desenvolvimento do cognome em hipotéticos derivados, como *Flac(c)illus* ou *Flaccinus*, parece-nos um artifício despropositado, até porque, se fosse esse o caso real, o natural seria que se não apresentasse o cognome sob uma forma abreviada equívoca.

⁽²³⁾ Cf. *Cic.*, *p. Flacc.*, 5 e 6 e *CASS. DIO*, 36, 54. Seu tio, *C. Valerius Flaccus*, ainda foi mais conhecido na Península Ibérica, cf. *APP.*, *b. c.*, 1, 89, e *GRAN. LICINIAN.*: «... et Murena ex Asia triumphavit et Valerius Flaccus ex Celtiberia...»).

⁽²⁴⁾ A 'dinastia consular' dos *Valerii Flacci* é a seguinte: 1.º, *L. Valerius Flaccus*, consul em 261 a.C. com *T. Otacilius Crassus*; 2.º, *P. Valerius Flaccus* (filho do anterior), consul em 227 a.C. com *M. Atilius Regulus*; 3.º, *L. Valerius Flaccus* (filho do anterior), consul em 195 a.C. com *M. Porcius*

patrícia dos *Valerii* (cujos dois principais ramos, os *Valerii Flacci* e os *Valerii Messallae* tiveram um destino político e social diferente) ocuparam a ribalta política como associados principais dos grandes «líderes»: M. Pórcio Catão, Sexto Mário, Sila, Pompeu, César. Para os *Valerii Flacci*, esta gigantesca aventura de seguidismo político (que provavelmente radicava na necessidade de sobrevivência dos privilégios originários da antiga situação oligárquica desta família) vai terminar em 48 a.C., com a morte, em *Dyrrhachium*, de *C. Valerius Flaccus*, o último grande representante da família e que, à data, era um declarado apoiante de Pompeu; compreensivelmente, logo, a importância política e social dos *Valerii Flaccii* se abate e desaparece ⁽²⁵⁾; contudo, o antigo prestígio do seu nome, multiplicado no dos seus *liberti* e outros dependentes, fará com que este sobreviva, dando-se, é claro, uma vulgarização do mesmo, um pouco por todo o Império e com alguma incidência na Península Ibérica ⁽²⁶⁾. É por isto que, hermenêuticamente, quanto a nós, a suspeita de falsificação, no

Cato; 4.º, *L. Valerius Flaccus* (filho do anterior), cônsul em 152 a.C. com *M. Claudius Marcellus*; 5.º, *L. Valerius Flaccus* (filho do anterior), consul em 131 a.C. com *P. Licinius Crassus Mucianus*; 6.º, *L. Valerius Flaccus* (filho do anterior), consul em 100 a.C. com *C. Marius*; 7.º, *C. Valerius Flaccus* (neto do 4.º e primo-co-irmão do anterior), consul em 93 a.C. com *M. Herennius*; 8.º, *L. Valerius Flaccus* (irmão do anterior) consul suffectus em 86 a.C.

⁽²⁵⁾ Cf. LÉONIE HAYNE, *The Valerii Flacci — A family in decline*, «Ancient Society», 9, Leuven 1978, p. 223-233. Os *Valerii Messallae* mais ou menos integrados na política de Augusto estarão representados no consulado em 31, 12 e 3 a.C. e 5 e 20 d.C., onde depois só regressarão muito mais tarde, e noutras condições, no final do séc. II, em 196.

⁽²⁶⁾ Sobre a extensão e vulgarização do nome e cognome, e do cognome só, cf. IIRO KAJANTO, *The Latin Cognomina*, Helsinki 1965, p. 240; na Hispânia, entre outros possíveis, indiquemos o nome de *Publius Valerius Publii filius Galeria tribu Valerianus Flaccus*, ÁLVARO D'ORS Y RAFAEL CONTRERAS DE LA PAZ, *Nuevas inscripciones romanas de Castulo*, «Archivo Español de Arqueología», XXIX, Madrid 1956, p. 122-124, e o de *Caius Valerius Flacci filius Quirina tribu Flaccinus*, D. FERNANDO DE ALMEIDA, *Egitânia — História e Arqueologia*, Lisboa 1956, p. 228-229; a vulgarização do cognome teve um dos seus centros precisamente aqui na *civitas Igaeditanorum*: *Flaccus Calaeti filius*, *Id.*, *ibid.*, p. 170-171, *Flaccus Tongi filius*,

caso do sinete da Biblioteca Nacional, não pode ser senão muito ténue.

Quando, na verificação de autenticidade, não se pode contar com métodos laboratoriais seguros, associados a uma firme e rigorosa análise formal, e na ausência, de todo em todo, de registos de achado, resta apenas o recurso à teia conjectural que, forçosamente, resulta sempre de natureza aproximativa.

Id., *ibid.*, p. 193 e outros mais, ainda bem dentro da Celtibéria temos o exemplo de *CIL*, II, 907, um *Flaccus Arnbati*; *Flaccus* é também o nome que aparece numa marca de oleiro de *terra sigillata* hispânica conhecida em Conímbriga, Setúbal, Yaíamonte, Torre de Palma, Alcácer do Sal, Tarragona, Lixus, Volubilis, etc., cf., v. g., LUÍSA FERRER DIAS, *As marcas de «terra sigillata» do castelo de Alcácer do Sal*, «Setúbal Arqueológica», IV, Setúbal 1978, p. 151 (com indicação de bibliografia anterior).

(Página deixada propositadamente em branco)

VIER SINGULÂRE ROMISCHE SKULPTUREN AUS PORTUGAL
«Conimbriga», XXIV (1985), p. 97-104

RESUMO: O busto feminino, sem cabeça, existente no Museu de Beja, sem indicação de proveniência, apresenta-se vestido com túnica e manto pelos ombros. O apoio com decoração vegetal parece, indicar tratar-se de um retrato de mulher falecida. Data da época de Cláudio.

A estatueta do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia de Lisboa, procedente de Balsa, deve interpretar-se como Fortuna-Spes, em virtude do traje arcaico (Spes) e da proa do navio (Fortuna). A estatueta data provavelmente do início da era imperial.

A estátua couraçada e com *paludamentum* de Manizola (Évora) é digna de nota pela decoração central da couraça: não se encontram, noutras estátuas couraçadas, grifos a flanquearem um vaso. O friso de armas entre a orla da couraça e o *pteryges* faz pensar na época de Trajano como data provável da estátua.

Na tampa do sarcófago de Lisboa, com 2,26 m de comprimento, pode ver-se na metade direita a representação de um banquete sigmático com três participantes. A representação da metade esquerda da tampa pode ser interpretada como cena de caça. A peça pode atribuir-se à época de Galieno.

RESÛMEE: Die kopflose weibliche Büste in Beja ist mit Tunika und über die Schultern gelegtem Mantel bekleidet. Die pflanzlich ausgestaltete Innenstütze spricht für ein Weibliches Verstorbenenbildnis. Das Exemplar ist in claudischer Zeit entstanden. Die Deutung der Statuette in Lissabon als Fortuna-Spes ergibt sich aus der archaischen Tracht (Spes) und dem Schiffsbug (Fortuna). Die Statuette dürfte in die frühe Kaiserzeit zu datieren sein.

Die Panzerstatue mit Paludamentum in Manizola (Évora) ist wegen der Hauptdekoration des Panzers auffallend: Greifen, die ein Gefäß flankieren, kommen sonst an den Panzerstatuen nicht vor. Der Waffenfries zwischen Panzerrand und dem Pteryges legt eine Datierung der Statue in trajanische Zeit nahe.

Bei dem 2,26 m langen Sarkophagdeckel in Lissabon sieht man in der rechten Hälfte die Darstellung eines Sigmamahls mit drei Teilnehmern. Die Darstellung in der linken Deckelhälfte kann als Jagdszene gedeutet werden. Das Stück dürfte in gallienischer Zeit entstanden sein.

(Página deixada propositadamente em branco)

VIER SINGULARE RÖMISCHE SKULPTUREN AUS PORTUGAL

Kopflöse weibliche Büste

Taf. 1 und 2

Das Stück, dessen Provenienz unbekannt ist, befindet sich ohne Inventarnummer im Museu Regional de Beja. Das Material ist Marmor, die Höhe beträgt 0,31 m. Es fehlt der Kopf, die Oberfläche zeigt Sinterspuren.

Bekleidet ist die Büste mit Tunika und über die Schultern gelegtem Mantel. Die Falten des Ober- und Untergewandes werden durch tiefe Bohrkanäle voneinander getrennt. Der Zapfen unter der Büste diente zur Montierung derselben auf einem Sockel. Die pflanzlich ausgestaltete Innenstütze hat die Form eines Pilasterkapitells mit Akanthus und Rosetten, das aber nicht vollständig ausgearbeitet ist. In seinem Werk über das Bildnis im Blätterkelch führt H. Jucker fünf männliche Büsten an, darunter eine Trajans, deren Innenstützen eine vegetabilische Dekoration aufweisen ⁽¹⁾. Im Rahmen der Interpretation dieses Autors würde es sich bei unserer Büste um die Darstellung einer Verstorbenen handeln ⁽²⁾. Eine Datierung des Exemplars in Beja in claudische Zeit ergibt sich aus dem Vergleich der Gewandfalten, besonders der Mantelfalten auf der linken Schulter mit denen der Agrippina Minor aus Milreu in Faro ⁽³⁾. Auch die Büstenform spricht für diesen Zeitansatz.

Statuette der Fortuna-Spes

Taf. 3

Die Statuette mit der Inventarnummer 17944 befindet sich im Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia zu Lissabon.

⁽¹⁾ H. JUCKER, *Das Bildnis im Blätterkelch* (1961) 129 St 22, St 29, St Anhang 1, 2, Abb. 11.

⁽²⁾ JUCKER, a.O. 133 ff.

⁽³⁾ W. TRILLMICH, MM 15, 1974 Taf. 35.36.

Gefunden wurde sie auf der Quinta das Antas, Balsa (Algarve), ihre Höhe beträgt 0,42 m, das Material ist Marmor. Es fehlen der Kopf und beide Unterarme. Bruchstelle neben dem linken Oberschenkel, Riß am rechten Rand der Basis. Auch sonst kleine Beschädigungen. Das Stück wurde mit Säure gereinigt.

Auf einer rundlichen Basis steht die Göttin auf dem rechten Fuß, den linken setzt sie auf ein Schiffsvorderteil. Der Oberkörper zeigt eine leichte Torsion nach links. Bekleidet ist sie mit einem Chiton und einem Peplos mit Überschlag. Die dicke diagonale Gewandfalte über der Brust stellt den gedrehten Peplossaum dar. Die Deutung der Figur als Fortuna-Spes geht aus dem Schiffsvorderteil und der archaischen Tracht hervor. Zu den Attributen der Glücksgöttin zählt neben dem Steuerruder, dem Globus, dem Füllhorn — um nur die wichtigsten zu nennen — auch das Schiffsvorderteil (*). Archaische Tracht, das Motiv des Gewandraffens mit der einen Hand und die Blüte in der anderen charakterisieren die Darstellungen der Spes (2). Kommt es zu einer Verbindung der beiden Gottheiten (3), so trägt die Fortuna die Tracht der Spes und faßt mit einer Hand das Gewand. Die Bruchstelle neben dem linken Oberschenkel unserer Statuette ist ein sicheres Indiz für das Motiv des Gewandraffens. Durch diesen Gestus erklärt sich auch die Oberkörper torsion. Was sie in der Rechten hielt, ist nicht mehr auszumachen. Bei zwei Marmorstatuen der Fortuna-Spes in Dresden (4) und München (5) wird mit einer Hand das Gewand gerafft und der anderen ein Füllhorn gehalten.

Datierung: Frühe Kaiserzeit.

Lit.: J. LEITE DE VASCONCELOS, *Religiões da Lusitânia* III (1913) 512 f. Abb. 275. — Reinach, RSt V 382, 1.

(1) EAA III (1960) 726 f. s.v. Fortuna (Floriani-Squarciapino).

(2) ROSCHER, ML IV 1295 ff. s.v. Spes (Wissowa).

(3) Belege für diese Verbindungen bei Roscher, ML I 2, 1537 ff. s.v. Fortuna (R. Peter).

(4) H. HETTNER, *Die Bildwerke der königlichen Antikensammlung zu Dresden* (1881) 55 Nr. 12.

(5) A. FURTWÄGLER, *Beschreibung der Glyptothek zu München* (1910) 54 f. Nr 49.

*Torso einer Panzer statue in der Herdade de Manizola (Évora) **

Taf. 4

An der Straße von Évora nach Arraiolos, ca. zwei Kilometer von Évora entfernt, liegt die Herdade de Manizola. Links an der Eingangstreppe des Hauptgebäudes befindet sich der Torso einer Panzerstatue, der um die Jahrhundertwende in der Herdade Sempre Noiva (Alentejo) gefunden wurde. Die Höhe des Torsos beträgt 1,17 m, das Material ist Marmor. Es fehlen der zum Einsetzen gearbeitete Kopf, die Beine bis auf einen Teil der Oberschenkel und Teile des linken Ober- und Unterarmes. Abgeschlagen ist der ganze rechte Rand der Statue, ein Teil der rechten Schulter sowie die seitliche Partie des linken Oberschenkels. Die Oberfläche ist bestoßen und verrieben, die Rückseite vernachlässigt. Der Halsausschnitt ist oval. Die höhersitzende und heraustretende linke Hüfte sowie die schräg angegebenen Laschen am rechten Oberschenkel lassen auf ein linkes Standbein und rechtes Spielbein schließen. Die Lederstreifen am linken Arm enden in Fransen. Unter den Fransen sieht man noch einen Teil der Tunika. Das über die linke Schulter geworfene Paludamentum bedeckt einen Teil der Brust, fällt senkrecht am Rücken herab und war unten von dem linken Arm aufgenommen. An der Brust des Panzers ist ein geflügelter Medusenkopf mit unter dem Kinn geknoteten Schlangen dargestellt. Die Mitte des Panzers nimmt eine heraldische Komposition ein: ein Kantharos, dem eine Lotusblüte entwächst, wird von zwei antithetischen Greifen flankiert, die ihre erhobene innere Vordertatze an das Gefäß legen. Diese Fabeltiere stehen auf kräftigen Trieben, die aus einem Akanthuskelch wachsen. An den Enden der Triebe bilden sich Rosetten. Der Torso weist zwei Pterygesreihen auf. Von der Dekoration der oberen Reihe erkennt man nur einen bärtigen Männerkopf und Doppelwidderköpfe. Die untere Reihe ist ohne Schmuck. Zwischen dem Panzerrand und dem Pteryges läuft ein Waffenfries.

* Für die freundliche Erlaubnis, den Torso untersuchen zu dürfen, hab ich den Besitzern der Quinta de Manizola, Familie Barahona, zu danken.

Das Thema des von Greifen flankierten Gefäßes kommt z.B. auf einem architektonischen Fries des Trajansforums G), den Campanareliefs (2) und im Bereich der Sepulkralkunst (3) vor. Auf einer Panzerstatue ist es jedoch singulär. Mir ist kein zweites Beispiel bekannt. Das Gefäß mit der Pflanze symbolisiert das wohltätige, reinigende, befruchtende und lebensspendende Wasser (4). Die flankierenden Greifen sind als Hüter der Vase zu verstehen (5).

Die künstlerische Qualität der Reliefs ist bescheiden. Es handelt sich wohl um eine Arbeit lokaler Provenienz.

Die Zeitstellung des Manizolatorsos ergibt sich aus dem Waffenfries. Im Museo Arqueológico Provincial von Sevilla befinden sich ein Torso aus Itálica und eine linke Torsohälfte aus Alcalá del Río, die mit ihren Waffenfriesen zwischen dem Panzerrand und den Pteryges die nächsten Parallelen zu unserem Exemplar bilden. Für die Stücke in Sevilla hat man allgemein eine Datierung in trajanische Zeit erwogen (6). Der Torso in Manizola dürfte in derselben Zeit entstanden sein.

(1) Ch. F. LEON, *Die Bauornamentik des Trajansforums und ihre Stellung in der früh- und mittelkaiserlichen Architekturdekoration Roms* (1971) 68 Taf. 11, 2; 12, 2-3.

(2) A. H. BORBEIN, *Campanareliefs. Typologische und stilkritische Untersuchungen*, RM.EH. 14, 1968, 97 ff.

(3) I. FLAGGE, *Untersuchungen zur Bedeutung des Greifen* (1975) 94 ff.

(4) H. JUCKER, *Das Bildnis im Blätterkelch* (1961) 175.

(5) FLAGGE a.a.O. 96 f.

(6) Torso Itálica mit trajanischer Datierung: C. VERMEULE, «Berytus» 13, 1959/60 Nr. 127; GARCÍA Y BELLIDO, *Colonia Aelia Augusta Italica* (1960) 153 f. Nr. 21 Taf. 45; H. OEHLER, *Untersuchungen zu den männlichen römischen Mantelstatuen. Der Schulterbauschtypus* (1961) 71; K. STEMMER, *Untersuchungen zur Typologie, Chronologie und Ikonographie der Panzer Statuen*, AF4 (1978) 113 f. XI 4 Taf. 77, 1-3. Torso Alcalá del Río mit trajanischer Datierung: A. BALIL, «Zephyrus», 12, 1961, 206 f. Nr. 8; STEMMER a.a.O. 104 VIII 12 Taf. 71, 4. ACUNA FERNANDEZ, *Esculturas Militares Romanas de Espana y Portugal* (1975) 35'ff. Nr. 1 Abb. 1 (Alcalá del Río) und 63 ff. Nr. 9 Abb. 35.36 (Itálica) datiert die Stücke in Sevilla in julisch-claudische Zeit.

Fragmente eines Sarkophagdeckels

Taf. 5

Im Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia zu Lissabon befindet sich ohne Inventarnummer ein aus zehn Fragmenten zusammengesetzter Sarkophagdeckel. Gefunden wurden die Fragmente in Tróia, Setúbal, während der Grabungskampagnen von 1968 und 1969. Das Material ist Marmor. Die Höhe des Deckels beträgt 0,36 m, die Länge 2,26 m und die Tiefe 0,36 m. In der Mitte inschriftlose Tabula. Unbärtige Barbarenköpfe mit phrygischer Mütze als Eckakrotere ^(x). In der rechten Deckelhälfte Darstellung eines Sigmamahls ⁽²⁾ mit drei Teilnehmern, die mit einer tunica exomis bekleidet sind, im Hintergrund ein Arkadengebäude, vor dem Polster ein Eberkopf auf einer Schüssel und drei Brote. Von links nach rechts: Reste eines Baumes und Reste eines nach rechts eilenden Dieners (mit Stiefeln bekleidete Füße). Es folgen dann die Symposiumsteilnehmer. Der Linke, mit übereinandergeschlagenen Beinen, lehnt sich an das Sigma. In der Linken hält er den Becher, während er mit der Rechten auf die Speise weist. Vor ihm, auf dem Polster, liegt als Requisit des Gelages eine Handgirlande ⁽³⁾. Der Mittlere — älter als die anderen zwei Symposiasten — zeichnet sich durch eine würdige Haltung aus. Er ist bärtig dargestellt. In der Linken hat er den Becher, die Rechte ist um das Polster gelegt. Der Teilnehmer ganz rechts hält in der Linken den Weinschlauch und ruft mit der erhobenen Rechten nach dem Diener.

In der linken Deckelhälfte wohl eine Szene aus dem Bereich der Jagd. Von links nach rechts: eine Mondsichel, die darauf hindeutet, daß die Szene in der Nacht stattfindet. Darunter eine Gruppe, bestehend aus einem Mann mit einem Kentron in der erhobenen Rechten und einem vorn niederknienden Hund. Es folgen zwei sitzende Männer (Kutscher und Beifahrer) auf einem

0) T. BRENECKE, *Kopf und Maske* (Diss. Berlin 1970) 47 ff.

(2) F. GERKE, *Die christlichen Sarkophage der vorkonstantinischen Zeit* (1940) 110 ff. N. Himmelmann, *Typologische Untersuchungen an römischen Sarkophagreliefs des 3. und 4. Jahrhunderts n. Ghr.* (1973) 24 ff. (mit einer Zusammenstellung von Sigmamahlsdeckeln).

(3) H. SICHTERMANN, *Späte Endymion-Sarkophage* (1966) 21 ff.

von Ochsen gezogenen Plaustrum mit Scheibenrad. Der Kutscher treibt mit dem Kentron die Ochsen an. Der Beifahrer wendet sich zu dem Mann mit dem Hund zurück und scheint ihm etwas mitzuteilen. Auf dem Schoß hat er einen nicht genau zu erkennenden Gegenstand. Alle drei Männer sind mit der Tunika bekleidet und tragen eine Kapuze. Zwischen beiden Gruppen ein Baum.

Vor dem Wagen ein weitaufgespanntes Netz, das an einem zweiten Baum festgemacht ist. In diesem Netz hat sich ein Panther verfangen. Zu dieser Jagdszene ist mir keine genaue Parallele bekannt, doch gibt es andere Sarkophagdeckel, die eine Zusammenstellung von Sigmamahl und Jagddarstellung zeigen ⁽⁴⁾. Bohrkanäle an dem Haar der Barbarenköpfe. Runde Bohrlöcher an den Augen, Mundwinkeln, Nasen der Figuren und auch an dem Bart des mittleren Symposiumsteilnehmers.

Die Zeitstellung des Deckels in Lissabon in das dritte Viertel des 3.Jhs. wird durch den Vergleich des Barbarenkopfes mit dem linken Eckkopf am Deckel des in gallienische Zeit datierten Bellerophonsarkophages in Algier nahegelegt ⁽⁵⁾. Ähnlich ist die Anlage des Haares und dessen Bohrstil, die Gestaltung des geöffneten Mundes, die breite Nase mit abgesetzten Nasenflügeln, die Bildung der Augen sowie das runde, leicht vorgeschobene Kinn.

Lit.: J. ALARCÃO, *Portugal Romano* (1974) 203 f. Abb. 51.

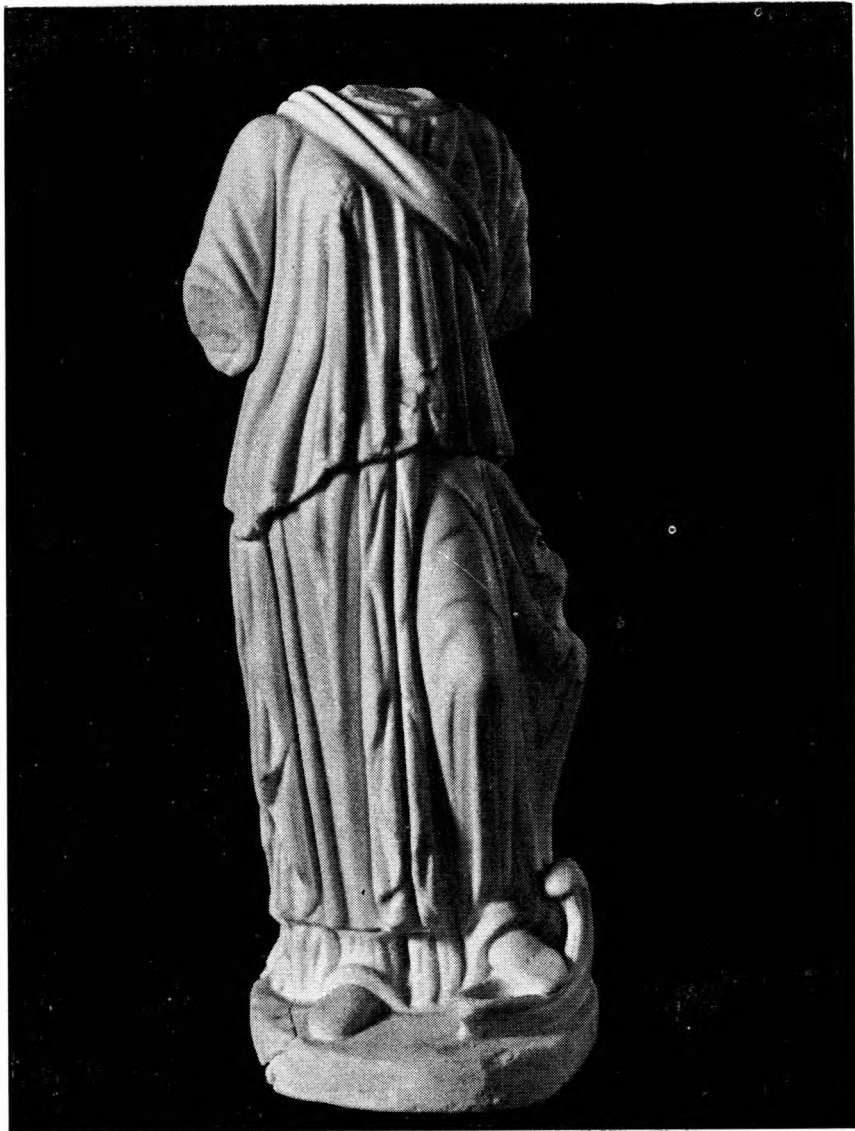
⁽⁴⁾ B. ANDRAE, ASR I 2, 102 f.

⁽⁵⁾ G. KOCH-H. SICHTERMANN, *Römische Sarkophage* (1982) 143 Abb. 15.4



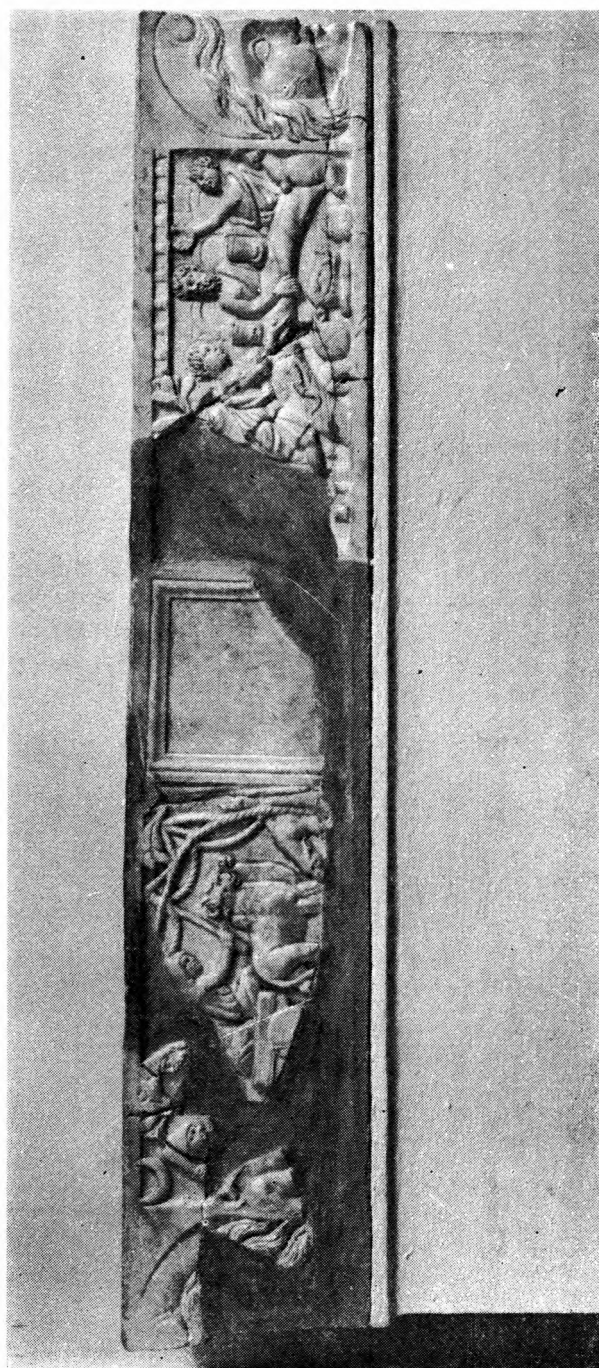
Taf. 2





TAF. 4





(Página deixada propositadamente em branco)

JEANNETTE U. SMIT NOLEN
Arqueóloga

NOTA SOBRE UM *DOLIUM* DA HERDADE DA MACHOQUEIRA
«Conimbriga», XXIV (1985), p. 105-109

RESUMO : Estuda-se um *dolium* que foi encontrado, intacto, numa herdade dos arredores de Évora, onde aparecem outros vestígios da ocupação romana. O recipiente pode datar-se dos séculos iv ou v da nossa era.

SUMMARY: A perfectly preserved *Dolium* is here presented. It was found near Évora, in the South of Portugal, on a country estate where other remains of a Roman occupation have come to light. It is datable to the 4th. or 5th. century A.D.

(Página deixada propositadamente em branco)

NOTA SOBRE UM *DOLIUM* DA HERDADE DA MACHOQUEIRA

É raro encontrar intacto um vaso da época romana, e é ainda mais raro encontrar um *dolium* em perfeito estado de conservação, impecável, como é o caso deste da Herdade da Machoqueira (concelho de Évora, freguesia de N.^a Sr.^a de Machede). É, por conseguinte, com muito prazer que o apresentamos.

O *dolium* foi encontrado, por acaso, quando um burro tropeçou num buraco do terreno pedregoso, na parte mais alta da herdade. Vendo que o buraco era fora do vulgar, o dono do burro examinou-o de perto e verificou que se tratava de uma talha enterrada. Felizmente, nem o burro, nem o *dolium* ficaram magoados neste feliz acidente, e o vaso nem sequer se partiu ao ser desenterrado.

Este *dolium* não é o único vestígio da época romana encontrado na Herdade da Machoqueira; também uma placa funerária, dedicada a M(arcus) APPVLEIV[S], atribuída ao séc. i da nossa era pelo Doutor J. d'ncarnaçãoP), faz parte do património antigo deste monte.

Fizemos uma pequena pesquisa no local donde foi retirada a talha (em data que desconhecemos). Aí achámos abundantes *tegulae* e *imbrices* e também fragmentos de cerâmica, tanto do tipo «comum» não datável, como *terra sigillata* sud-gálica e hispânica e *terra sigillata* clara «C» e «D» ⁽²⁾. Este último fragmento é de boa

p) Agradecemos-lhe a informação, ainda inédita no momento em que redigíamos esta nota. Foi publicada na sua obra *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis* (= IRGP), Goimbra, 1984, sob o n.º 387a, p. 464.

(2) T. S. S. G.: fragmento do bordo dum prato da forma Dragendorff 15/17, do período flaviano;

T. S. H.: fragmento do bordo duma tigela da forma Dragendorff 24/25, do período flaviano-domiciano;

T. S. Clara «C» e «D»: fragmentos dos fundos de pratos de formas irreconhecíveis.

qualidade, de parede delgada e pasta fina, datável dos fins do séc. iii ou inícios do séc. iv.

A cerâmica documenta, pois, uma ocupação duradoura do sítio: desde meados do séc. i até, pelo menos, finais do séc. iii d.C. Também a família *Apuleia* parece ter tido uma certa importância na região: *M. Appuleius* pode ser um imigrante itálico ou um descendente dos primeiros imigrantes na Lusitânia ⁽³⁾.

O DOLIUM

Forma: Bordo engrossado e revirado sobre o ombro, duas asas pequenas, bojo ovoide, fundo quase raso.

Decoração: Uma linha incisa em ziguezague, delimitada por dois «riscos» horizontais ao nível das asas.

Dimensões: Alt.: 52,2 cm.; diâm. máx.: 55,1 cm.

Pasta: micácea, bem classificada, com abundância de elementos não argilosos de fracção grande/média. Os elementos não argilosos são constituídos por grãos subangulosos de quartzo (muito abundante), feldspato (poucos), mica moscovítica (muitos), minerais ferromagnesianos (muito abundantes) e fragmentos de óxido de ferro. Encontram-se também alguns grãos polimineriais.

Esta pasta é comparável a outras de origem alentejana, como por exemplo a pasta I de Sto. André ⁽⁴⁾.

Cor: laranja acastanhado, Munsell 2.5 YR 2/4-6 ⁽⁵⁾.

Superfície da base: alisada com uma pedra.

Cronologia: séc. iv (?) - v d.C.

⁽³⁾ Informação de José d'Encarnação. Registam-se, no *conventus Pacensis*, mais dois outros membros da *gens Appuleia*: um em Alcácer do Sal (IRCP 190), outro em Ervedal (Avis) (IRCP 437).

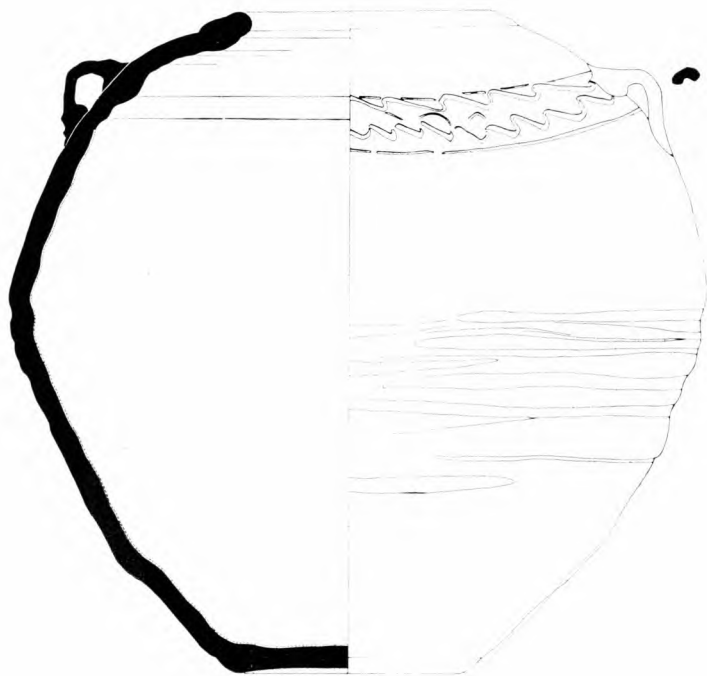
⁽⁴⁾ J. U. S. NOLEN, L. F. DIAS, *A Necrópole de Stê. André, Parte II, Os Materiais*, «Conimbriga», XX, 1981, p. 33-178, p. 65-70.

⁽⁵⁾ *Munsell Soil Color Charts*, Baltimore, Maryland, 1975.

Paralelos: M. VEGAS, *Cerámica común romana del Mediterráneo occidental (Publicaciones eventuales, 22)*, Barcelona, 1973; tipo 49-6, fig. 42, p. 117-118. Este *dolium* provém de Tarragona, do estrato D, e é datável de principios do séc. v d.C. J. DE ALARCÃO, *Cerâmica comum local e regional de Conimbriga*, Coimbra, 1974, n.º 928, p. 127, est. LII, de cronologia «tardo-romano».

Alarcão, na p. 127, faz referencia a outro *dolium* com decoração de «um risco ondulado que lhe ornamenta os ombros entre duas caneluras», encontrado numa camada de destruição no criptopórtico de Conímbriga.

Est. 1



1:6

Est. 2



(Página deixada propositadamente em branco)

ANA MARGARIDA ARRUDA

ANA CARVALHO DIAS

Investigadores da Unidade de Arqueologia do Centro de História da Universidade de Lisboa

O SÍTIO ROMANO-ÁRABE DA LEZÍRIA: 1. A *TERRA SIGILLATA* ITÁLICA E SUDGÁLICA

«Conimbriga», XXIV (1985), p. 111-124

RESUMO: OS autores dão a conhecer um sítio arqueológico inédito em Castro Marim, identificado em 1982 pela equipa da Unidade de Arqueologia do Centro de História e no qual se recolheu um considerável conjunto de cerâmicas romanas e árabes. Dele se publicam agora vinte e três fragmentos de *terra sigillata* itálica e sudgálica. A sua proximidade com um sítio chave actualmente em escavação por um dos signatários (A.M.A.), o Castelo de Castro Marim, reveste a Lezíria de um interesse particular, ao que não é estranho o significado da foz do Guadiana, como área portuária e de entrada de influências exteriores.

RÉSUMÉ: Un site archéologique inconnu, localisé à Castro Marim, a été identifié en 1982 par l'équipe de l'Unité d'Archéologie du Centre d'Histoire de l'Université de Lisbonne. Le site a délivré une grande quantité de céramiques romaines dont on publie vingt-trois fragments de céramique sigillée italique et sud-galique. Sa proximité d'un site clef, actuellement en cours de fouilles — le Chateau de Castro Marim — donne à Lezíria un intérêt particulier. Il faut aussi souligner sa position sur les bouches du Guadiana, un fleuve qui a joué un rôle important dans l'évolution du peuplement du sud du Portugal.

(Página deixada propositadamente em branco)

O SÍTIO ROMANO-ÁRABE DA LEZÍRIA:

1. A *TERRA SIGILLATA* ITÁLICA E SUDGÁLICA

1. Introdução

No Verão de 1982, uma equipa da Unidade de Arqueologia do Centro de Historia da Universidade de Lisboa levou a efeito prospecções arqueológicas nos concelhos de Vila Real de Santo Antonio, Castro Marim e Alcoutim, numa vasta área abrangida pelas C. M. P. 591 e 600. Dezenas de monumentos e sítios foram então identificados estando no prelo o trabalho que se lhes refere (V. Gonçalves *et al.*, 1983). Tais prospecções integravam-se num projecto mais vasto de cartografia arqueológica do Algarve que tem vindo a funcionar no âmbito da Unidade de Arqueologia do Centro de Historia desde 1976.

O sítio da Lezíria foi então prospectado com especial interesse, consideradas anteriores informações e particularmente o achado de um ídolo calcolítico tipo Moncarapacho (V. Gonçalves, 1978). Compreende uma crista alongada de cota baixa (16 m), com um quilómetro de extensão, circundada por dois esteiros do Guadiana. Trabalhos agrícolas e a extracção de pedra puseram a descoberto abundante espólio arqueológico dos períodos romano e árabe.

O sítio da Lezíria situa-se a 875 m em linha recta do castelo de Castro Marim e enquadra-se numa região arqueologicamente rica sobretudo no que diz respeito aos períodos aí representados. Pertence à freguesia de Castro Marim, concelho de Castro Marim, distrito de Faro e define-se na quadrícula hectométrica (quadrícula militar portuguesa) pelas seguintes coordenadas de um seu ponto central: X —27.3; Y — 261.4. (C. M. P. 600).

Foram recolhidos, sobretudo junto às valas das pedreiras, centenas de fragmentos cerâmicos atribuíveis ao período romano que compreendem para além de cerâmica comum, ânforas, «paredes finas» e *terra sigillata*. Do período árabe estava presente cerâmica vidrada melada e comum. Face ao seu elevado número, optámos por um estudo faseado, iniciado agora pela *terra sigillata* itálica e sudgálica.

2. A «terra sigillata»

São 102 os fragmentos de *terra sigillata* recolhidos na Lezíria e têm a seguinte distribuição: 24 de *t. s.* itálica, 38 de *t. s.* sudgálica, 47 de *t. s.* hispânica, 13 de *t. s.* clara (a, c e d). Serão objecto do presente estudo 12 fragmentos de *t. s.* itálica e 13 de *t. s.* sudgálica.

2.1 A *terra sigillata* itálica

É relativamente abundante a *terra sigillata* itálica no sítio da Lezíria. De 24 fragmentos apenas 10 permitiram uma reconstituição gráfica e 2 possuem marca de oleiro. Todos pertencem a formas lisas. Não é muito antiga, pertencendo a maioria aos períodos clássico e tardio e apenas um fragmento se integra no período precoce.

O n.º 4 da estampa II pertence à forma Goudineau 21, tipo 6 de Haltern, período precoce da produção itálica. Goudineau (Chr. Goudineau, 1968) considera que, apesar de o seu aparecimento poder colocar-se numa data relativamente alta (30-20 a.C.), a forma pode ter sobrevivido bastante tempo. Rara em Portugal, surge em Conímbriga em níveis superficiais (M. Delgado, *et al.*, 1975) não contribuindo assim para um esclarecimento da sua cronologia.

O n.º 1 da estampa II pertence a um prato da forma Goudineau 26 (serviço II tipo 2 de Haltern). O n.º 5 da mesma estampa poderá incluir-se na mesma forma, não sendo, no entanto, de excluir a hipótese de pertencer igualmente a um prato, mas da forma Goudineau 28 (serviço II tipo 3b de Haltern). Os pratos

da forma Goudineau 26, que fazem serviço com as taças da forma Goudineau 27, são muito raros em Oberaden, aparecendo em Haltern (S. Loeschke, 1909) e Bolsena (Chr. Goudineau, 1968). Em Portugal são pouco frequentes. A forma 27 de Goudineau (serviço II tipo 8 de Haltern) é muito abundante nas estações portuguesas, nomeadamente em Miróbriga (L. Ferrer Dias, 1976-77), no castelo de Alcacer do Sal (L. Ferrer Dias, 1978) e em Conímbriga (M. Delgado *et al.*, 1975) e está representada na Lezíria pelo fragmento ilustrado na estampa II n.º 2. A taça da forma Goudineau 27 e o prato da forma Goudineau 26, que com ele faz serviço, são muito frequentes em Haltern e muito raros em Oberaden, o que leva a concluir que a data do início do seu fabrico deve necessariamente colocar-se próximo do abandono do acampamento de Oberaden entre 10-9 a.C.

A forma Goudineau 28 (serviço II tipo 3b de Haltern), ilustrada pelo n.º 7 da estampa II, tem como data provável do início do fabrico 1-3 d.G. e é pouco representada no material de Bolsena, aparecendo em maior número em Conímbriga. Registam-se também exemplares em Miróbriga.

A forma Goudineau 39, variante c, atribui-se ao n.º 6 da estampa II, reservando-nos quanto à variante no que se refere ao n.º 8 da mesma estampa. Evoluindo dos pratos da forma 26 de Goudineau, data-se o início do seu fabrico de 20-25 d.C. É abundante em Portugal, contando com vários exemplares em Conímbriga e no castelo de Alcácer do Sal.

Goudineau colocava a aparição da sua forma 43 entre 20-25 d.C. tendo sido entretanto esta data rectificada, com o seu aparecimento em Corinto, para 45 d.C. (J. W. Hayes, 1973). Está representada na Lezíria pelo n.º 3 da estampa II. Está ausente de Haltern e Oberhausen e está bem representada em Conímbriga.

Também de produção tardia a forma 38 de Goudineau, variante a (tipo 12 serviço III), está presente na Lezíria (estampa III n.º 1). Esta variante parece evoluir da forma 27 e faz o seu aparecimento antes de 16 d.C. É relativamente rara em Conímbriga.

CATÁLOGO

ESTAMPA II

N.º 1 — 72(82) Lez.

Fragmento de bordo e parede de *catillus*. Forma Goudineau 26; serviço II tipo 2 de Haltern. Bordo espesso e vertical bipartido na face interna e tripartido externamente. Face externa com ressalto diferenciando a zona superior convexa da inferior côncava. Ligação bordo parede marcada por um suave chanfro. Uma ranhura é ainda visível na zona convexa. Na face interna observam-se dois ressaltos, o primeiro imediatamente no início do bordo, o segundo limitando uma meia cana na ligação bordo parede. Pasta de cor laranja (2.5 YR 6/6), pouco dura com minúsculas partículas brancas e algumas bolhas de ar. Verniz de cor laranja escuro (2.5 YR 4/6), de espessura média, homogêneo e com brilho.

Diâmetro externo: 150 mm.

N.º 2 — 59(82) Lez.

Fragmento de bordo de taça. Forma Goudineau 27; serviço II tipo 8 de Haltern. Bordo vertical, bipartido externamente com forte proeminência na parte superior e rematado interiormente por cinco ranhuras e um ressalto. Face interna tripartida marcada por duas caneluras. Pasta de cor laranja (2.5 YR 4/6), de dureza média, bem depurada. Verniz de cor laranja (10 YR 4/6) de espessura fina, pouco homogêneo com manchas mais claras e com brilho.

Diâmetro externo: 139 mm.

N.º 3 — 35(82) Lez.

Fragmento de bordo de prato um pouco mais pequeno que o *catillus*. Forma Goudineau 43. Bordo formado por um lábio arredondado e extrovertido e parede curvilínea. Pasta de cor laranja (2.5 YR 6/6), dura, bem depurada com minúsculas partículas brancas. Verniz laranja acastanhado (2.5 YR 5/6) de espessura média, homogêneo e com brilho.

Diâmetro externo: 127 mm.

N.º 4 — 84(82) Lez.

Fragmento de pé e parede de taça. Forma Goudineau 21, tipo 6 de Haltern. Pé baixo e triangular, com linhas ligeiramente incurvadas, bem separado da parede por uma garganta. Parede interna oblíqua e curvilínea

marcada por um ressalto. Pasta de cor laranja claro (2.5 YR 6/4), pouco dura, facilmente riscada com a unha e bem depurada. Verniz de cor laranja (2.5 YR 4/6) de espessura fina, pouco homogêneo com manchas mais claras e com brilho. Na parede externa são visíveis marcas equidistantes do torno.

Diâmetro do pé: 50 mm.

N.º 5 — 77(82) Lez.

Fragmento de pé de prato. Forma provável Goudineau 26, serviço II tipo 2 de Haltern. Pé alto e pesado de secção rectangular, de paredes quase paralelas a tender para o vertical. Fundo plano e espesso ligeiramente alteado ao centro e decorado por um guilhoché muito fino. Pasta de cor ocre rosado (2.5 YR 6/4), pouco dura, facilmente riscada com a unha, depurada, com minúsculas partículas brancas. Verniz de cor castanha (2.5 YR 3/6), muito espesso, com tendência a estalar, com brilho.

Diâmetro do pé: 100 mm.

N.º 6 — 38(82) Lez.

Fragmento de bordo de *catinus bessalis*. Forma Goudineau 39, variante c. Bordo fino, ligeiramente oblíquo, rectilíneo interior e exteriormente, limitado por dois *bourrelets* na face externa. A face interna apresenta um ressalto na zona superior. Pasta de cor beije (5 YR 7/4), pouco dura, facilmente riscada pela unha, muito bem depurada. Verniz de cor laranja (2.5 YR 5/8) de espessura muito fina, pouco homogêneo com manchas mais claras e com brilho.

Diâmetro externo: 181 mm.

N.º 7 — 85(82) Lez.

Fragmento de prato entre o *catinus pedalis* e o *catinus palmipedalis*. Forma Goudineau 28, serviço II tipo 3b de Haltern. Bordo tripartido quase vertical. Na face externa, uma moldura limitada por dois ressaltos faz a ligação bordo parede. Na face interna, a parede é convexa e apresenta uma ranhura e uma canelura. Pasta cor de laranja (10 YR 5/6), bem depurada, dura e compacta. Verniz de cor laranja escuro (10 R 4/8), de espessura média, homogêneo e com brilho discreto.

Diâmetro externo: 320 mm.

N.º 8 — 80(82) Lez.

Fragmento de parede de provável *catinus pedalis*. Forma Goudineau 39. Bordo rectilíneo limitado interiormente por um *bourrelet*. Pasta de cor ocre rosado (2.5 YR 6/4), dura, bem depurada com algumas minúsculas partículas brancas. Verniz de cor laranja (2.5 YR 4/8), de espessura fina, com manchas mais claras e com brilho.

ESTAMPA III

N.º 1 — 76(82) Lez.

Fragmento de bordo e parede de taça. Forma Goudineau 38a, serviço III tipo 12 de Haltern. Bordo pouco espesso decorado por um guilhocé irregular. Moldura pendente e arredondada, decorada por um guilhocé descontinuo na parte superior. Lábio arredondado limitado na face interna por uma ranhura. Pasta de cor laranja (2.5 YR 5/6), dura, bem depurada, com partículas brancas e pouco compacta. Verniz de cor laranja escuro (10 R 4/6) de espessura média, pouco homogéneo, com um brilho muito discreto.

Diâmetro externo: 70 mm.

N.º 2 — 74(82) Lez.

Fragmento de pé. Forma indeterminada.

Pé alto, quase triangular com pequena superfície de apoio. Pasta de cor ocre rosado, pouco dura, facilmente riscada com a unha, bem depurada. Verniz de cor laranja (2.5 YR 4/8), de espessura fina, pouco homogéneo, com manchas mais claras e com brilho.

Diâmetro do pé: 80 mm.

2.2 As marcas de oleiro

São apenas duas as marcas recolhidas sobre *terra sigillata* itálica. Ambas são centrais e de cartucho rectangular.

As marcas do oleiro CRESTUS, sendo frequentes em Portugal, raramente possuem o S retrógrado. Este facto regista-se apenas numa do Castelo das Guerras (J. O. Caeiro 1976-1977). No entanto, o ponto que separa o R do E, visível na marca agora estudada, parece-nos inédito.

As marcas do oleiro STABILIS são, ao contrário, raras no território português.

CATÁLOGO

ESTAMPA III

N.º 3 — 65(82) Lez.

CRESTUS ou CHRESTUS Oxé/Comfort 425

Fragmento de um fundo horizontal de forma indeterminada. Caixilho sub-retangular inserto num círculo. Marca em relevo CR.E2TL Apresenta a particularidade do S ser retrógrado e ter um ponto separando o R do E. Pasta de cor ocre rosado (2.5 YR 6/4), de dureza média, bem depurada. Verniz de cor laranja (2.5 YR 4/8), de espessura fina, pouco homogêneo, com manchas mais claras e com brilho.

N.º 4 — 50(82) Lez.

STABILIS Oxé/Comfort 1848

Fragmento de fundo de forma indeterminada, levemente côncavo e a diminuir de espessura para o centro. Caixilho incompleto de ângulos arredondados. Não é de excluir a hipótese de se tratar de uma marca *in planta pedis*. Marca em relevo]BILI[. Pasta de cor rosa acastanhado claro (2.5 YR 5/4), pouco dura, compacta, com minúsculas partículas brancas e algumas bolhas de ar. Verniz de cor avinhada (2.5 YR 3/6), de espessura média, homogêneo e com brilho discreto.

2.2 *A terra sigillata sudgálica*

De um total de 38 fragmentos de *t. s. sudgálica*, apenas 13 permitiram classificação e estudo, pertencendo 6 a vasos decorados e 7 a lisos.

Em relação aos primeiros integramos dois na forma Dragendorff 11, um na 29, um na 37 e dois de difícil classificação que poderão incluir-se tanto na 29 como na 37.

Relativamente aos vasos lisos possuímos uma larga maioria de fragmentos incluídos na forma Dragendorff 18 (4), dois da forma 24/25 e um de difícil integração tipológica.

2.2.1 *As formas decoradas*

Os vasos ruais antigos são os dois cálices da forma Dragendorff 11 ilustrados na estampa III, n.ºs 6 e 7, imitações de produtos itálicos e que datamos do reinado de Cláudio.

Quanto aos outros elementos decorados, sendo todos de dimensões muito reduzidas, sem perfis determinados e com motivos decorativos muito truncados, tornou-se muito difícil apontar uma cronologia precisa. Assim, podemos apenas situá-los entre os reinados de Cláudio e Vespasiano. O n.º 10 da estampa III, pela análise dos seus motivos decorativos, incluir-se-á no reinado de Vespasiano.

2.2.2. *As formas lisas*

As formas 24/25 e 18 são as mais representadas na Lezíria, aliás como acontece na maioria das estações portuguesas. Quanto à sua cronologia, ela corresponderá à das formas decoradas, entre Cláudio e Vespasiano, incidindo, aqui, a forma 18 no reinado deste último.

CATÁLOGO

ESTAMPA III

N.º 7 — 89(82) Lez.

Fragmento de bordo e parede de cálice da forma Dragendorff 11. Bordo com lábio pendente com duas caneluras e uma moldura e decoração estriada; uma garganta profunda seguida de uma canelura e uma ranhura na face interna. Parede curvilínea em três movimentos destacada por duas molduras; a segunda, com estrias, marca o início da zona decorada da qual só é visível parte de uma linha dupla de óvulos. Pasta de cor laranja claro (2.5 YR 6/6), pouco dura, bem depurada, com algumas bolhas de ar. Verniz de cor laranja (2.5 YR 4/8), de espessura média, homogéneo e com brilho.

Diâmetro externo: 180 mm.

N.º 5 — 27(82) Lez.

Fragmento de parede de vaso decorado. Forma Dragendorff 29 ou 37. Parede espessa. Da decoração apenas conserva parte de uma grinalda de tipo reflectido médio decorrente com vestígios de parte de uma folha oval, sinuosa (Hermet, *La Graufesenque*, planche IX). Pasta de cor avermelhada (10 R 5/6) de dureza média, depurada, com minúsculas partículas brancas. Verniz de cor vermelha acastanhada (10 R 4/6), espesso, homogéneo e sem brilho.

N.º 6 — 73(82) Lez.

Fragmento da parede de um vaso da forma Dragendorff 11. Parede fina, rectilínea e oblíqua. Linha de óvulos duplos separados por uma lingueta. Duas caneluras limitam superiormente o friso de óvulos. A parede interna é marcada por uma canelura larga e funda. Pasta de cor laranja claro (2.5 YR 6/6), bem depurada e mole. Verniz de cor laranja (2.5 YR 4/6), de dureza média com tendência a estalar, homogéneo e com brilho.

N.º 8 — 79(82) Lez.

Fragmento de parede de um vaso da forma Dragendorff 29. A parede é espessa, curvilínea e decorada por uma palissada de gomos limitada por duas linhas de pérolas. Pasta de cor vermelha acastanhada (2.5 YR 5/4), dura, bem depurada e com bolhas de ar. Verniz de cor castanha (10 R 4/8), espesso, homogéneo e com brilho.

N.º 9 — 16(82) Lez.

Fragmento de parede de um vaso decorado. Forma Dragendorff 29 ou 37. Parede espessa. Da decoração conserva-se parte de uma grinalda de tipo reflectido médio decorrente com folha de difícil identificação, provavelmente cordiforme (Knorr, *Töpfer und Fabriken*, fig. 9, Hermet, *La Graufesenque*, planche XL) e a parte posterior de uma ave. Esta decoração está enquadrada interiormente por uma canelura. Pasta de cor ocre rosado (2.5 YR 6/6), dura, depurada, compacta e com bolhas de ar. Verniz de cor avinhada (2.5 YR 3/6) de espessura média, homogéneo e de brilho discreto.

N.º 10 — 47(82) Lez.

Fragmento de parede de um vaso decorado. Forma provável Dragendorff 37. É decorado por uma grinalda com o ramo inferior ornamentado

com um elemento vegetal trifoliado e com uma voluta. Esta grinalda é limitada por uma linha ondulada pertencente a uma métopa (Hermet, *La Graufesenque*, planche 80). Pasta de cor avermelhada (10 R 5/6), de dureza média, porosa, depurada, com minúsculas partículas brancas. Verniz de cor laranja acastanhado (10 R 4/6), espesso, homogéneo e com brilho.

N.º 11 — 91(82) Lez.

Fragmento de taça da forma Dragendorff 24/25. Bordo vertical, arredondado superiormente e decorado por um guilhocé muito fino, seguido de uma moldura saliente. Na parede interna é visível uma canelura. Pasta bem depurada de cor laranja (10 R 5/6), dura, com minúsculas partículas brancas e algumas bolhas de ar. Verniz de cor amarelada (7.5 YR 6/6), raiado a vermelho (10 R 4/8), homogéneo, espesso e sem brilho.

Diâmetro externo: 129 mm.

N.º 12 — 42(82) Lez.

Fragmento de parede de taça de forma Dragendorff 24/25. É decorado por um guilhocé irregular delimitado superiormente por duas caneluras. Pasta de cor laranja (2.5 YR 6/6), de dureza média, bem depurada, com minúsculas partículas brancas e porosa. Verniz de cor acastanhada (10 R 4/8), pouco espesso, homogéneo e sem brilho.

ESTAMPA IV

N.º 1 — 75(82) Lez.

Fragmento de *catinus palmipedalis*. Forma Dragendorff 18. Bordo fino, curto e aberto com um pequeno lábio arredondado. Na face interna observam-se três ranhuras. Pasta de cor laranja acastanhada (2.5 YR 5/6), dura, depurada, com minúsculas partículas brancas e algumas bolhas de ar. Verniz laranja (10 R 4/8), de espessura média, homogéneo e com brilho.

Diâmetro externo: 342 mm.

N.º 2 — 66(82) Lez.

Fragmento de *catinus bessalis*. Forma Dragendorff 18. Bordo fino, curto e aberto com um pequeno lábio arredondado. Pasta de cor laranja claro (2.5 YR 6/6), dura, depurada, com minúsculas partículas brancas. Verniz de cor laranja (10 R 4/8), de espessura média, homogéneo e com brilho.

Diâmetro externo: 180 mm.

N^o 3 — 86(82) Lez.

Fragmento de pé de prato muito provavelmente da forma Dragendorff 18. Pé alto, com exterior anguloso e superfície de apoio reduzida. Um ressalto marca a ligação interna do pé com o fundo. Fundo pouco espesso, quase horizontal, com um sulco escavado. Ressalto interior. Pasta vermelha acastanhada (2.5 YR 5/4), dura, depurada, com minúsculas partículas brancas e algumas bolhas de ar. Verniz de cor laranja escuro acastanhado (10 R 4/6), espesso, com tendência para estalar, homogêneo e com brilho.

Diâmetro do pé: 85 mm.

N^o 4 — 87(82) Lez.

Fragmento de pé de prato da forma Dragendorff 18. Pé alto, com exterior anguloso e superfície de apoio reduzida. Um ressalto marca a junção interna com o fundo. Exteriormente é visível uma canelura. Fundo pouco espesso, largo, subindo para o centro, escavado por um sulco. Ressalto interior. Pasta de cor laranja acastanhado (10 R 5/6), dura, depurada, porosa, com minúsculas partículas brancas. Verniz de cor laranja escuro acastanhado (10 R 4/6), de espessura média com tendência para estalar.

Diâmetro do pé: 90 mm.

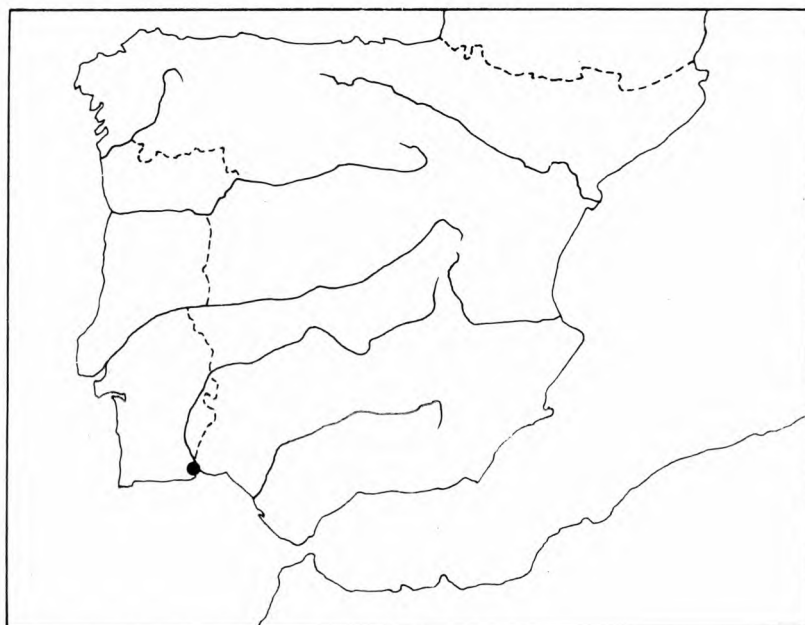
N.^o 5 — 81(82) Lez.

Fragmento de um pé de um prato de forma indeterminada. Pé alto com exterior anguloso e superfície de apoio média. Internamente são visíveis duas ranhuras. Fundo pouco espesso, escavado por um sulco. Pasta de cor laranja acastanhado (10 R 4/6), dura, depurada, com minúsculas partículas brancas. Verniz de cor castanho avermelhado (10 R 4/6), de espessura média, pouco homogêneo e com pouco brilho.

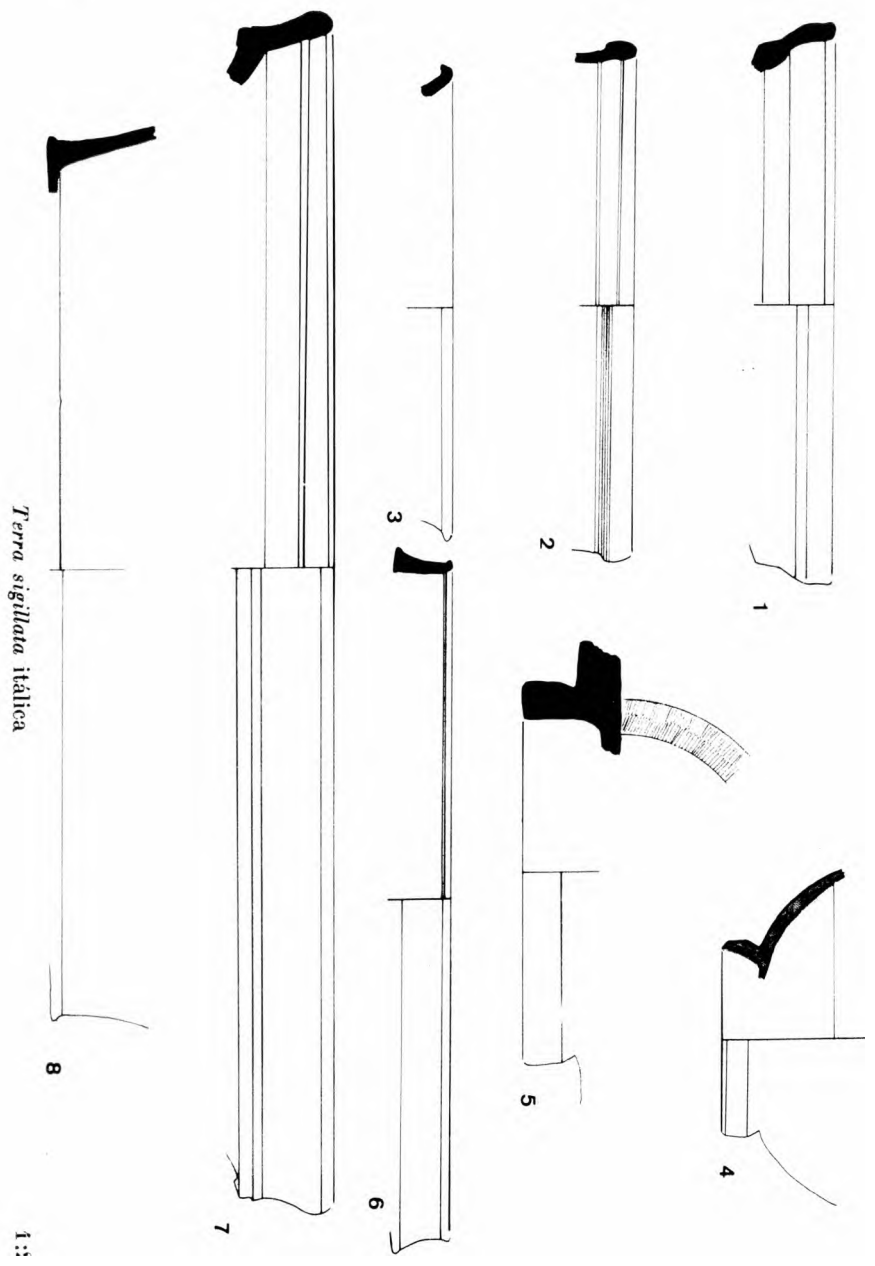
Diâmetro do pé: 86 mm.

BIBLIOGRAFIA

- CAEIRO, J. O. (1976-1977), *Marcas de oleiro em terra sigillata itálica do Castelo das Guerras [Moura]*, «Setúbal Arqueológica», II-III, pp. 419-422.
- DELGADO, M., MAYET, F., ALARCÃO, A. M. (1975), *Les sigillées, Fouilles de Conimbriga, IV*, Paris.
- FERRER DIAS, L. (1976-1977), *Terra sigillata de Miróbriga*, «Setúbal Arqueológica», II-III, pp. 361-418.
- FERRER DIAS, L. (1978), *As marcas de terra sigillata do castelo de Alcácer do Sal*, «Setúbal Arqueológica», IV, pp. 145-154.
- GONÇALVES, V. (1978). *Dois novos ídolos tipo Moncarapacho*, «Setúbal Arqueológica», IV, pp. 47-58.
- GONÇALVES, V., ARRUDA, A. M., CARVALHO DIAS, A., CATARINO, H., OLIVEIRA, J., (1983), *A Carta Arqueológica do Algarve, I. A C. M. P. 591 — Inventário de monumentos e sítios*, «Glio Arqueologia», 1 (no prelo).
- GOUDINEAU, CHR. (1968), *La céramique aretine lisse, Fouilles de Bolsena IV*, Paris.
- HAYES, J. W. (1973), *Roman Pottery from the south stoa at Corinth*, «Hesperia» XLII, pp. 416-470.
- HERMET, F. (1934), *La Graufesenque (Condatomago)*, Paris.
- KNORR, R. (1919), *Töpfer und Fabriken Verzierter Terra Sigillata des ersten Jahrhunderts*, Stuttgart.
- LOESCHCKE, S. (1909), *Keramische Funde in Haltern: ein Beitrag zur Geschichte der augusteischen Kultur in Deutschland (Mitteilungen der Altertumskommission für Westfalen, 5)*, Bona.
- OXÉ, A., COMFORT, H. (1968), *Corpus vasorum arretinorum*, Bona.

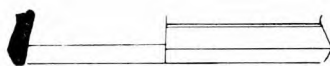


Localização do sítio da Lezíria na Península Ibérica e na carta 1:25 000





1



2

CRETI

3

BILUC

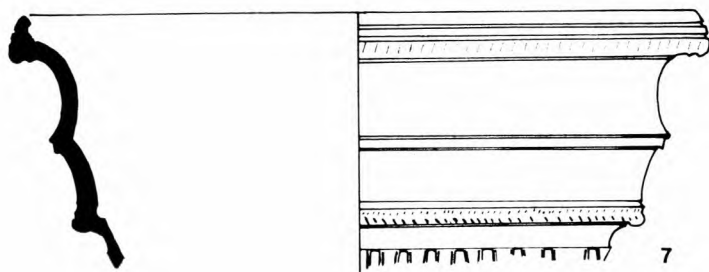
4



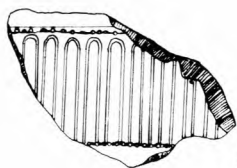
5



6



7



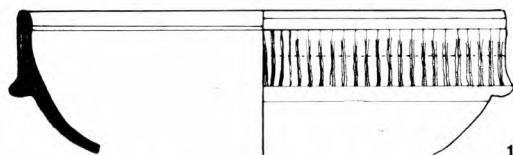
8



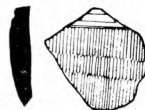
9



10



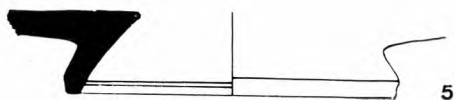
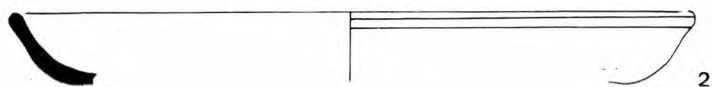
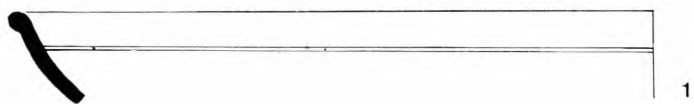
11



12

Terra sigillata itálica (1-4). *Terra sigillata* sudgálica (5-12).

Est. IV



Terra sigillata sudgálica.

1:2

VASCO GIL MANTAS

Assistente da Faculdade de Letras de Coimbra

TRÊS INSCRIÇÕES ROMANAS DO CONCELHO DE TORRES VEDRAS
«Conimbriga», XXIV (1985). p. 125-149

RESUMO: O autor publica três inscrições funerárias romanas, inéditas, da zona litoral do concelho de Torres Vedras. As epígrafes reflectem quer a existência de um estrato populacional indígena tradicionalista, em vias de romanização, quer a presença de elementos cuja onomástica invulgar permite, tendo em conta a proximidade de *Olisipo*, abordar o problema das migrações no Império Romano.

RÉSUMÉ: L'auteur publie trois inscriptions funéraires romaines inédites, trouvées dans la zone littorale de la commune de Torres Vedras. Ces inscriptions reflètent tantôt l'existence d'une couche de population indigène traditionaliste tantôt la présence d'éléments dont l'onomastique inhabituelle permet d'évoquer, vue la proximité du grand port d '*Olisipo*, le problème des migrations dans l'Empire Romain.

(Página deixada propositadamente em branco)

TRÊS INSCRIÇÕES ROMANAS DO CONCELHO DE TORRES YEDRAS

A rápida evolução da paisagem rural em vastas áreas do nosso país, com a consequente destruição e dispersão de vestígios arqueológicos, exige o registo conveniente dos testemunhos ainda existentes e também daqueles que se perderam mas dos quais tenham ficado notícias concretas, trabalho que deve ser completado por uma activa prospekção sistemática e por uma aturada pesquisa bibliográfica. A região de Torres Vedras, que na época romana conheceu uma densa implantação rural, nitidamente relacionada com a proximidade de *Olisipo*, merece, pelas suas características e riqueza arqueológica, especial atenção. Retomamos neste artigo a publicação do material epigráfico torriense (*), parte do qual se encontra recolhido no Museu Municipal de Torres Vedras (2), com o estudo de três inscrições inéditas provenientes da zona litoral do concelho: uma, da freguesia da Silveira, referida no manuscrito para a segunda edição da parte económica da obra de Madeira Torres

(Ó Agradecemos as informações prestadas e as facilidades de trabalho que nos foram gentilmente concedidas por Leonel Trindade, director do Museu Municipal de Torres Vedras, e pelo P. António Crispim, reverendo pároco de S. Pedro da Cadeira. As fotografias que ilustram este artigo são da autoria de Delfim Ferreira. Fontes abreviadas no texto: *Corpus Inscriptionum Latinarum*, Berlim (= *CIL*); *Hispania Antiqua Epigraphica*, Madrid (= *HAE*); J. VIVES, *Inscripciones Latinas de la España Romana*, I -11, Barcelona, 1971-1972 (= *ILER*); R. HURTADO, *Corpus Provincial de Inscripciones Latinas*, Cáceres, 1977 (= *CPIL*).

(2) VASCO MANTAS, *Inscrições romanas do Museu Municipal de Torres Vedras*, «Conimbriga», XXI, 1982, p. 5-99.

sobre a vila e o termo de Torres Vedras ⁽³⁾, conservado inédito na Biblioteca Municipal da cidade do Sizandro; duas reutilizadas como soleira na igreja paroquial de S. Pedro da Cadeira.

As inscrições que agora se publicam reforçam os testemunhos da presença romana na zona costeira a norte de Lisboa, reflectindo, uma vez mais, o processo de romanização da região, situada numa das áreas lusitanas de maior riqueza epigráfica ⁽⁴⁾.

1 —QUINTA DA AREIA

a) Descrição

Lápida funerária encontrada por meados do século xix num pequeno outeiro denominado Talinto, perto da Quinta da Areia, freguesia da Silveira, Torres Vedras. Em Agosto de 1865, de acordo com o autor do manuscrito para a reedição da memória de Madeira Torres, estava a pedra reutilizada numa porta da casa de António Inácio, no lugar de Guimarães ⁽⁵⁾. Presentemente desconhecemos o seu paradeiro, não tendo resultado as tentativas efectuadas para a reencontrar. A descrição da epígrafe, ainda que muito resumida, parece aplicável a uma esteia: *Achamos estar aberta numa pedra rija em três regras, sendo as duas primeiras em cavado, como em tabuleiros, e com relevos pela parte de cima, tendo apenas quebrado um pedaço numa ponta, que levou parte da primeira letra da primeira regra que era um A. E é deste modo: A PANA/ APANONIS/P H S•* ⁽⁶⁾. A referência aos relevos e aos rebaixos permite relacionar a lápida da Quinta da Areia com outros monumentos da região tórnese, como as esteias da Quinta da Portuqueira e da Louriceira, nitidamente pertencentes ao estrato sócio-

⁽³⁾ M. MADEIRA TORRES, *Descrição Historica e Económica da Villa e Termo de Torres Vedras*, Coimbra, 1862² (edição anotada por J. da Gama Leal e J. de Faro e Vasconcelos).

⁽⁴⁾ J. UNTERMANN, *Elementos de un Atlas Antroponimico de la Hispania Antigua*, Madrid, 1965, p. 18, mapa B.

⁽⁵⁾ M. MADEIRA TORRES, *Manuscrito*, caderno 13, apêndice 19 ao mapa estatístico n.º 1 (= TORRES, *Manuscrito*).

⁽⁶⁾ TORRES, *Manuscrito*, caderno 13.

-cultural indígena (7). Ainda segundo o manuscrito conservado na Biblioteca Municipal de Torres Vedras, a lápida teria sido encontrada entre paredes arruinadas e cobriria uma sepultura de cremação cujo espólio incluía cinzas, cacos de louça muito fina (*sigillata?* paredes finas?) e bocados de garrafa, sepultura erradamente considerada cristã a partir da ausência de fórmulas funerárias (8).

APANA / APANONIS / F(*ilia*) • H(ic) • S(*ita*) •

Apañã, filha de Apanão, está aqui sepultada.

b) Bibliografia e variantes

Inédita.

1.3: P.H.S. (Torres).

c) Comentário

É extremamente difícil analisar uma epígrafe indirectamente, sobretudo quando a informação disponível é tão escassa como no presente caso. Todavia, a pesquisa documental em bibliotecas e arquivos continua a constituir um importante factor na investigação epigráfica (9), sobretudo em estudos de carácter regional ou local, e sempre que não haja razões para suspeitar dos textos assim recolhidos há que ter em conta as informações que facultam. Neste caso o nosso trabalho é facilitado pela simplicidade do texto e por uma série de pormenores informativos relevantes.

Sobre o aspecto formal da lápida de *Apañã* pouco podemos dizer, para além do que já referimos quanto à possibilidade de se tratar de um monumento tipologicamente semelhante às rudes esteias indígenas da região, francamente relacionadas com o

(7) MANTAS, p. 53-60, n.º 9, fot. 10, p. 65-71, n.º 11, fot. 12.

(8) TORRES, *Manuscrito*, caderno 13.

(9) G. C. SUSINI, *Epigrafia Romana*, Roma, 1982, p. 42.

ambiente cultural predominante em zonas peninsulares menos romanizadas ⁽¹⁰⁾. A paginação, necessariamente simples atendendo à brevidade do texto, é correcta, o mesmo sucedendo com a pontuação. O único problema de leitura oferecido pela transcrição da epígrafe encontra-se na l. 3, onde o manuscrito torriense refere um P, interpretado como sigla de *pater*. Julgamos tratar-se de um lapso provocado pela má conservação da inscrição, a qual terá levado a considerar o F de *filia* como um P, determinando uma tradução aberrante. A fórmula final abreviada H(ιc).S(ιta)., embora invulgar nesta região lusitana, ocorrendo apenas em Lisboa (*CIL* II 237), encontra-se bem documentado na Península Ibérica (*ILER* 2369-2379), nomeadamente numa inscrição de Castro de Avelãs, típica da rude epigrafia do Noroeste ⁽ⁿ⁾.

A análise antroponímica permite atribuir imediatamente o monumento da Quinta da Areia a um grupo social indígena, pouco romanizado ou conservador, grupo cuja presença nos *agri olisiponenses* deixou numerosos e significativos testemunhos ⁽¹²⁾, muito nítidos, por exemplo, no mapa de distribuição das divindades indígenas ⁽¹³⁾. *Apañā*, forma feminina de um nome hispânico talvez derivado do radical indo-europeu **ap* ou **ab* -água, rio ⁽¹⁴⁾, é um antroponímico tipicamente lusitano (mapa I), com fraca representação na Gália ⁽¹⁵⁾, onde foi registado em Bordéus como marca de cerâmica (*CIL* XIII 2819c). *Apañō* pertence ao mesmo grupo e, embora menos vulgar ⁽¹⁶⁾, encontra-se na mesma área

⁽¹⁰⁾ A. GARCIA Y BELLIDO, *Esculturas Romanas de España y Portugal*, I, Madrid, 1949, p. 321-327; A. TRANOY, *La Galice Romaine*, Paris, 1981, p. 347-350.

⁽ⁿ⁾ F. MANUEL ALVES, *Guia Epigráfico do Museu do Abade de Raçal*, Bragança, 1975 (reedição), p. 48-49, n.º 13.

⁽¹²⁾ S. LAMBRINO, *Les inscriptions de S. Miguel de Odrinhas*, «Bulletin des Études Portugaises», XVI, 1952, p. 165-173; MANTAS, p. 85-86.

⁽¹³⁾ JOSÉ D'ENCARNAÇÃO, *Divindades Indígenas sob o Domínio Romano em Portugal*, Lisboa, 1975, p. 310.

⁽¹⁴⁾ M. P. LAP ESA, *La Onomástica Personal Pre-Latina de la Antigua Lusitania*, Salamanca, 1957, p. 36; M. L. ALBERTOS, *La Onomástica, Personal Primitiva de Hispania Tarraconense y Rética*, Salamanca, 1966, p. 1 (= ALBERTOS, *Onomástica*).

⁽¹⁶⁾ A. HOLDER, *Alt-Celtischer Sprachschatz*, III, Lipsia, 1907, p. 693.

⁽¹⁸⁾ ALBERTOS, *Onomástica*, p. 1.

geográfica (mapa I). Entre as numerosas variantes destes antropónimos destacamos a forma sonorizada *Abanusja*, ainda não referenciada na Lusitânia, e *Auanusja*, variante gráfica resultante da pronúncia *b/u* em posição intervocálica ⁽¹⁷⁾.

O esquema onomástico utilizado, de tipo peregrino ⁽¹⁸⁾, reflecte um estatuto social modesto, confirmado de forma sistemática nas epígrafes onde surgem os antropónimos *Apana*, *Aparto* e as suas variantes mais próximas (anexo I), indiscutivelmente representativas do estrato populacional indígena menos romanizado ⁽¹⁹⁾.

d) Dotação

A extrema simplicidade do texto, a ausência de consagração aos deuses Manes, o uso do nominativo e a denominação de tipo peregrino aconselham para esta inscrição uma datação alta, certamente anterior ao final do século i, com a qual concorda o ritual e o espólio funerário ⁽²⁰⁾.

2 —S. PEDRO DA CADEIRA. Foto 1

a) Descrição

Esteia funerária rectangular, de calcário cor de rosa, reutilizada como soleira, juntamente com a lápida n.º 3, no arco de

⁽¹⁷⁾ J. R. ALIJA, *Españoles por los caminos del Imperio Romano. Estudios epigráfico-onomásticos en torno de Reburus y Reburinus*, «Cuadernos de Historia de España», XXIX-XXX, 1959, p. 68-69; ALBERTOS, *Onomástica*, p. 1, 42.

⁽¹⁸⁾ G. ALFÖLDY, *Notes sur la relation entre le droit de cité et la nomenclature dans l'Empire romain*, «Latomus», XXV, 1, 1966, p. 37, 55-57.

⁽¹⁹⁾ M. L. ALBERTOS, *La antroponimia prerromana en la Península Ibérica*, «Actas del I Coloquio sobre Lenguas y Culturas Prerromanas de la Península Ibérica», Salamanca, 1976, p. 62-63, 65-67.

⁽²⁰⁾ Numerosos enterramentos do mesmo tipo, atribuíveis ao século i, foram registados nas grandes necrópoles de Valdoca, em Aljustrel, e de Santo André, perto de Montargil: JORGE DE ALARCÃO/ADÍLIA ALARCÃO, *O espólio da necrópole luso-romana de Valdoca*, «Conimbriga», V, 1966, p. 7-104; J. R. VIEGAS/J. S. NOLEN/M. F. DIAS, *A necrópole de Santo André*, «Conimbriga», XX, 1981, p. 5-180.

acesso ao baptistério da igreja paroquial de S. Pedro, freguesia de S. Pedro da Cadeira, Torres Vedras. O monumento encontra-se em regular estado de conservação, embora tenha sofrido alguns estragos provocados pela fixação de uma grade, presentemente retirada, estragos que não dificultam a leitura da inscrição. Acusa ainda acentuado desgaste na margem esquerda do campo epigráfico, que preenche a totalidade da face inscrita, bem como no canto superior direito. A permanecer no local onde se encontra, a lápida terá a inscrição gradualmente obliterada pela erosão causada pelos passantes. Não há vestígios de quaisquer elementos decorativos ou de molduração.

Dimensões: 102 X 40 x 15(?). Campo epigráfico: 102 X 40.

*D(is) [*M (anibus) • S (aerum)] / SATVRNIA/ AN (norum) • XXV / H(ĭc) • S (ita) - E (st) I⁵ AFRICAN VS / VXORI • MERENTIS-SIMAE / S(it) • T(ibi) • T(erra) • h(evis) •*

Aos deuses Manes. Satúrnia, de vinte e cinco anos de idade, está aqui sepultada. Africano (mandou fazer este monumento) à sua esposa tão merecedora. Que a terra te seja leve!

Altura das letras: 1. 1: 5,2; 1. 2: 6; 1. 3: 6; 1. 4: 6; 1. 5: 6 (V = 2); 1. 6: 6 (O = 5,5); 1. 7: 6; 1. 8: 5,5. Espaços: e. 1: 11,5; e. 2: 12(?); e. 3: 1,5; e. 4: 2; e. 5: 2; e. 6: 2; e. 7: 3; e. 8: 2,1; e. 9: 22.

b) Bibliografia e variantes

Inédita.

c) Comentário

O *ordinator* tentou centrar a inscrição, paginada de forma a respeitar quanto possível a regra da integridade das palavras, utilizando um texto clássico muito correcto em que se destacam os nomes da defunta e do dedicante. A epígrafe encontra-se um pouco inclinada sobre a esquerda e o *ductus* das três primeiras linhas visíveis difere um tanto nas restantes. Atendendo ao seu

grande desgaste é difícil classificar os sinais empregues na pontuação que, de acordo com o que resta na pedra, parece ter sido bem marcada. É possível que o lapicida tenha recorrido a linhas auxiliares, sobre as quais nada podemos dizer a não ser que se apresentem na regularidade do conjunto. A letra é a do tipo monumental, com nítida influência da escrita actuária, gravada em bisel de forma pouco profunda; ápices relativamente pequenos mas visíveis. Ocorre, com grandes semelhanças, em monumentos de meados do século n, nomeadamente em inscrições norte africanas dos Antoninos ⁽²¹⁾. Referiremos apenas: S sinuoso, vulgar na capital rústica do tempo de Adriano ⁽²²⁾; A muito estreito, com travessão a meia altura; V de desenho muito irregular; X deselegante, com ápices perpendiculares; R com haste oblíqua ligeiramente encurvada e pança fechada; C em forma de crescente; M com o ângulo interno bem colocado sobre a linha e hastes exteriores divergentes; travessões muito curtos no T, E, F e L. Destacaremos ainda o pequeno V da l. 5 e, na l. 7, o nexa MA, muito vulgar, e o que resta de um E reduzido.

A epígrafe não suscita grandes problemas de leitura. A reutilização da pedra fez com que a l. 1 ficasse quase completamente oculta restando apenas visível o D da fórmula inicial, que, atendendo à paginação, é certamente D.M.S., invulgar na epigrafia torriense, onde predomina a forma abreviada D.M. ⁽²³⁾. Na l. 2, a frequência na Hispânia do antropónimo *Saturnina* favorece uma leitura nesse sentido ⁽²⁴⁾, todavia contrariada pela análise da pedra, que permite reconhecer perfeitamente o *ductus* do A na última letra do nome da defunta: SATVRNIA. Na l. 7 há vestígios pouco nítidos do pequeno E final da palavra MERENTISSIMAE.

Saturnia é nome raríssimo na Península Ibérica, contando apenas com duas referências seguras: *D.M.S / Valeria . Sa/turnia\ I an . XXX I hic . sita . est I s. t. t. /*, proveniente de Sevilha (*CIL* II 1246); *Saturnia.v.*, esta de Salvatierra de Extremadura

⁽²¹⁾ R. CAGNAT, *Cours d'Épigraphie Latine*, Paris, 1914⁴, p. 501, pl. X,2,3.

⁽²²⁾ P. BATLLE HUGUET, *Epigrafia Latina*, Barcelona, 1946, p. 115.

⁽²⁸⁾ MANTAS, p. 85; *ILER*, p. 254-255.

⁽²⁴⁾ *ILER*, p. 744-745.

(Cáceres, *CIL* II 1009). Deriva do teónimo *Saturnus* ⁽²⁵⁾, através do sufixo relativamente tardio e pouco utilizado na formação de cognomes *ius/ia* ⁽²⁶⁾. É um nome prestigioso, epíteto de divindades como Juno e Vesta ⁽²⁷⁾, atribuído a uma colónia republicana estabelecida no sul da Etrúria ⁽²⁸⁾. O culto de Saturno teve grande popularidade em Roma, conhecendo as *Saturnalia*, celebradas em Dezembro para relembrar os tempos felizes do reinado igualitário do filho de Urano e de Vesta no Lácio ⁽²⁹⁾, extraordinária expansão, apesar do seu carácter perturbador: *Saturnalibus tota licentia permittitur* ⁽³⁰⁾. Não é impossível que as características especiais deste culto, nomeadamente a nível social, tenham favorecido a grande difusão dos cognomes derivados de *Saturnus*, em aparente contradição com a importância da divindade ⁽³¹⁾. Por outro lado, o factor geográfico permite uma explicação para a frequência de tais nomes, através de um processo de *interpretatio*, como no Norte de África, região onde *Saturnus* equivale ao púnico *Baal* ⁽³²⁾, o que justifica imediatamente o facto de cerca de metade dos testemunhos conhecidos serem africanos ⁽³³⁾. É um elemento a ter em conta na epigrafia peninsular pois se uma parte dos antropónimos hispânicos relacionados com *Saturnus* pertence a indígenas (*CIL* II 675, 771, 1071), alguns não permitem quaisquer dúvidas quanto à origem africana dos seus detentores: *Ulpia. I uniana.et. Antonius.S aturninusl Madaurensis.ann.LX XI.me.vivo.f.c. si qui de meis/super.eos.annos.auserit.post obitum.meum.tamquam...*, Mérida (*EE* VIII 30); *Claudio Saturnino Claudius Felijcissimus AferjSaxo Fab...jm.b.m.f*, Tarragona [*CIL* II 4598)\...\ann.XXXIII

⁽²⁵⁾ I. KAJANTO, *The Latin Cognomina*, Helsínquia, 1965, p. 214, 215 (= KAJANTO, *Cognomina*).

⁽²⁶⁾ KAJANTO, *Cognomina*, p. 25-26.

⁽²⁷⁾ *Pauly's Realencyclopädie der Classischen Alter turns wissenschaft*, II, AI, Estugarda, 1964, p. 218 (= *PW*).

⁽²⁸⁾ TITO LIVIO, *Hist.*, XXXIX, 55,9.

⁽²⁹⁾ *PW*, II, AI, 1964, p. 222-223.

⁽³⁰⁾ MACROBIO, *Sat.*, I, 7,26.

⁽³¹⁾ KAJANTO, *Cognomina*, p. 54.

⁽³²⁾ M. LEGLAY, *Saturne Africain*, Paris, 1966, p. 3-10, 477-478. Uma inscrição argelina ostentando o antropónimo *Saturnbalus* não permite qualquer dúvida quanto a esta identificação: KAJANTO, *Cognomina*, p. 55.

⁽³³⁾ KAJANTO, *Cognomina*, p. 213.

/G.Blossius Saturninus Galeria Napolitanus Afer Areniensis incola Balsensis fHijae pientissimaelh.s.e.s.t.t.l., Baleizão (Beja, *CIL* II 105). Outro testemunho significativo é fornecido por uma inscrição votiva de Lugo: *Iovi.Optimo.Maximo/Numinibus/Augustorum/Iunoni.Reginae Veneri. Victrici/Africae Caelesti.Frugifero/Augustae. Emeritae/et Laribus.Callaeciarum/Saturninus.A ug.Lib* ⁽³⁴⁾. Embora dispersos por toda a Hispânia os elementos do referido grupo antroponímico assumem especial representação em grandes centros administrativos, nomeadamente na capital lusitana, Mérida, e em Tarragona ⁽³⁵⁾, o que constitui um dado pertinente quanto a uma possível origem africana. No convento escalabitano foram referenciados em epígrafes de *Collipo* (S. Sebastião do Freixo, *CIL* II 338) e em *Conimbriga* (*CIL* II 5240). Lembraremos ainda a consagração a Saturno de dois promontórios peninsulares situados em áreas de influência púnica: o Cabo de Paços, perto de Cartagena, e o Cabo de S. Vicente, no Algarve ⁽³⁶⁾. Retomando a análise antroponímica, agora centrada no dedicante, não nos afastamos da problemática que nos tem ocupado. *Africanus* é um dos muito numerosos cognomes derivados de termos geográficos ⁽³⁷⁾, comum no período republicano e tardo-imperial, segundo Solin ⁽³⁸⁾. Pertence ao grupo mais antigo, formado a partir de nomes de povos através da junção do sufixo *anus/na*, posteriormente substituído por *icus/ca* ⁽³⁹⁾, como na inscrição torriense de *C. Caecilius Gaetulicus* (*CIL* II 280). Na epigrafia imperial há 121 exemplos de *Africanus/na*, dos quais 54 se encontram em África; no conjunto do *CIL* há 99 homens, 7 escravos e libertos e 13 mulheres ⁽⁴⁰⁾. Estes dados requerem certamente revisão, mas permitem ter uma ideia aproximada da expressão social do

⁽³⁴⁾ F. ARIAS VILAS/P. LE ROUX/A. TRANOY, *Inscriptions Romaines de la Province de Lugo*, Paris, 1979, p. 47-48, n.º 23, pi. IX; TRANOY, p. 310.

⁽³⁵⁾ L. GARCIA IGLESIAS, *Epigrafia Romana de Augusta Emerita*, II, Madrid, 1973, p. 1027; G. ALFOLDY, *Die Römischen Inschriften von Tarraco*, I, Berlin, 1975, p. 496.

⁽³⁶⁾ PTOLOMEU, II, 6, 14; AVIENO, *Ora Mar.*, 215-216.

⁽³⁷⁾ KAJANTO, *Cognomina*, p. 43.

⁽³⁸⁾ H. SOLIN, *Die Innere Chronologie der Römischen Cognomens*, «Actes du Colloque International sur l'Onomastique Latine», Paris, 1977, p. 106.

⁽³⁹⁾ KAJANTO, *Cognomina*, p. 52.

⁽⁴⁰⁾ KAJANTO, *Cognomina*, p. 205.

cognome, usado por alguns cônsules como *T. Sextius Africanus*, colega de Trajano no consulado em 112 ⁽⁴¹⁾. Na Península Ibérica conta com modesta representação, cuja distribuição geográfica, periférica (mapa II), concorda perfeitamente com uma origem não local. Os testemunhos conhecidos são provenientes de Górdova (*CIL* II 2195), Sevilha (*CIL* II 5396), Denia (*CIL* II 5969), Palencia (*ILER* 804) e Ujo (Oviedo, *ILER* 900, 5676). Uma breve análise dos mesmos permite verificar que se trata de indivíduos muito romanizados (anexo II), mesmo quando, como no caso do dedicante das duas inscrições de Ujo ⁽⁴²⁾, ou ainda na de Palencia (*ILER* 804), se pode admitir uma origem hispânica. Um cognome aparentado, *Afer/fra* ⁽⁴³⁾, tem razoável frequência na Península ⁽⁴⁴⁾, tendo sido registado, na Lusitânia, em Lisboa (*CIL* II 201), *Ammaia* (Marvão, *CIL* II 160), Évora (*CIL* II 5098), Talavera la Vieja (*CIL* II 934), Trujillo (*CIL* II 658, 685, 5283) e, na zona rural do município olisiponense, em S. Miguel de Odrinhas (*ILER* 3339).

A análise antroponímica, se não permite considerar automaticamente *Saturnia* e *Africanus* como estranhos ao fundo populacional indígena, pois podemos estar perante mais um exemplo da utilização por peregrinos de nomes romanos isolados, os *nuda nomina* ⁽⁴⁵⁾, também nada lhe opõe. Assim, tendo em conta os testemunhos hispânicos dos antropónimos, a presença no termo torriense de elementos directa ou indirectamente relacionados com o Norte de África, como o já referido *C. Caecilius Gaetulicus* da Quinta de S. Gião ⁽⁴⁶⁾, e a influência regional de *disipo*, principal porto da Lusitânia a partir de meados do século i ⁽⁴⁷⁾, julgamos poder atribuir ao casal referido nesta inscrição uma presu-

⁽⁴¹⁾ *PW*, I, 1, 1958, p. 716.

⁽⁴²⁾ P. LE ROUX, *VArmée Romaine et VOrganisation des Provinces Ibériques d'Auguste à l'Invasion de 409*, Paris, 1982, p. 247-249.

⁽⁴³⁾ KAJANTO, *Cognomina*, p. 205.

⁽⁴⁴⁾ *CIL* II, p. 1077; *ILER*, p. 205.

⁽⁴⁵⁾ J. P. REY-COQUAIS, *Onomastique et histoire de la Syrie gréco-romaine*, «Actes du VII^e Congrès International d'Épigraphie Grecque et Latine», Bucarest-Paris, 1979, p. 177.

⁽⁴⁶⁾ MANTAS, p. 17-21, n.º 2, fot. 3.

⁽⁴⁷⁾ JORGE DE ALARCÃO, *Portugal Romano*, Lisboa, 1983^a, p. 160-161, 164 (= ALARCÃO, *Portugal*).

mível origem africana. Quanto ao seu estatuto social, dado que a epígrafe é anterior à redução do cognome a nome único ⁽⁴⁸⁾, era certamente modesto, talvez mesmo servil ⁽⁴⁹⁾, embora esta última possibilidade seja aparentemente contrariada pelo valor jurídico do termo *uxor* ⁽⁵⁰⁾.

A expressão *uxori merentissimae* é rara na epigrafia peninsular e, para além de apoiar uma datação relativamente avançada ⁽⁵¹⁾, constitui um factor suplementar favorável a uma situação social modesta, sugerida pelas duas referências que conseguimos registar, em Mérida (*ILER* 4386) e em Évora ⁽⁵²⁾. Tais expressões, estereotipadas, nem por isso deixavam de corresponder, na maioria dos casos, a sentimentos verdadeiros ⁽⁵³⁾, pelo que só os preconceitos e as dúvidas da nossa própria civilização justificam a ironia com que por vezes são consideradas. A fórmula que encerra a inscrição é das mais vulgares da epigrafia romana.

d) *Datação*

A análise paleográfica da epígrafe, a consagração aos deuses Manes, o esquema geral do texto, a utilização de um adjectivo para qualificar *uxor*, são elementos que permitem atribuir esta inscrição a meados do século n.

3 — S. PEDRO DA CADEIRA. Foto 2

a) *Descrição*

Esteia funerária rectangular, de calcário cor de rosa, reutilizada com a epígrafe n.º 2 como soleira no arco de acesso ao baptistério da igreja paroquial de S. Pedro, freguesia de S. Pedro

⁽⁴⁸⁾ SUSINI, p. 106.

⁽⁴⁹⁾ J. BAUMGART, *Die Römischen Sklavennamen*, Breslau, 1936, p. 50.

⁽⁵⁰⁾ H. THYLANDER, *Étude sur V Épigraphie Latine*, Lund, 1952, p. 216.

⁽⁵¹⁾ L. CURCHIN, *Familial Epithets in the Epigraphy of Roman Spain*, «Mélanges Étienne Gareau», Ottawa, 1982, p. 179.

⁽⁵²⁾ JOSÉ D'ENCARNAÇÃO, *Notas sobre epigrafia romana de Evora*, «Humanitas», XXIX-XXX, 1977-1978, p. 83-85, n.º 4.

⁽⁵³⁾ CURCHIN, p. 181-182.

da Cadeira, Torres Vedras. O aspecto geral do monumento é em tudo idêntico ao de *Saturnia*; algumas pequenas falhas na margem direita e as cavidades de fixação de uma grade não prejudicam a leitura da inscrição, bastante dificultada, por outro lado, pelo acentuado desgaste da pedra, o qual não deixará de se agravar a menos que a lápida seja rapidamente removida para local menos exposto. O campo epigráfico ocupa toda a face da estela, aparentemente desprovida de quaisquer ornatos ou molduras.

Dimensões: 117 X 39 X 14(?). Campo epigráfico: 117 X 39.

D (is) M (anibus) / M (arco) l\lio) MORPHO / AN (norum) XXVI /
/ Q(uintus) B(ovius) CALAMON P(ater) /⁵ FILIO POSVIT / DEDI-
CAVIT (que). * ' *

Aos deuses Manes. A Marco Júlio Morfo, de vinte e seis anos de idade. Quinto Bóvio Calamão colocou e dedicou ao filho (este monumento).

Altura das letras: 1. 1: 4,5; 1. 2: 3,8; 1. 3: 3,8 (1 = 3,1);
1. 4: 4 (C = 4,4); 1. 5: 3,9 (1.º O = 3,5; 2.º O = 3; T = 3,1);
I. 6: 3,5 (D = 3,8). Espaços: e. 1: 13,5; e. 2: 1,8; e. 3: 1,5;
e. 4: 1,5; e. 5: 2,5; e. 6: 1,2; e. 7: 71.

b) *Bibliografia e variantes*

Inédita.

c) *Comentário*

O trabalho do *lapidarius* que gravou a epígrafe não corresponde à qualidade da paginação, que desdobra o texto de forma muito correcta, embora tenha havido uma certa preocupação em conseguir alinhamento à esquerda e em alternar a extensão das linhas. Todavia, a irregularidade do *ductus* é geral, evidenciando-se nas diferenças do traçado, dimensões e afastamento das letras, bem como no ondulado da última linha. A gravação é pouco profunda, de incisão triangular; a letra é do tipo monumental, de desenho medíocre, com alguma influência da escrita actuária; os

ápices, embora pouco marcados, são nítidos. Não há sinais visíveis de pontuação. No conjunto, a letra patente na inscrição corresponde a um alfabeto largamente utilizado no século n: o D deselegante, o M derivado de uma forma cursiva ⁽⁵⁴⁾, os T, F, L e E, de travessões muito curtos, quase cursivos, são característicos dessa época. Destacaremos ainda o aspecto lunar do C, o P aberto e a partir do qual se obteve o R e o desenho relativamente clássico do B e do O. O nexo AM, na l. 4, é muito frequente.

A leitura da epígrafe oferece alguns problemas de difícil solução. Na l. 2 a sigla do prenome *Marcus* lê-se com razoável nitidez, sem permitir dúvidas; segue-se a indicação abreviada do gentílico, prática referenciada noutras inscrições torrienses ⁽⁵⁵⁾. A dificuldade maior reside, todavia, na l. 4, preenchida na quase totalidade pelos *tria nomina* do dedicante. O prenome *Quintus* está representado por um Q Gustosamente visível, a que se segue um B, sigla de um gentílico que, por razões que referiremos adiante, julgamos ser *Bovius*. Mais difícil é a leitura do cognome, para o qual durante algum tempo considerámos possível qualquer coisa como *Caimo*, variante do nome indígena *Caeno* ⁽⁵⁶⁾, atestada apenas numa obscura inscrição de Ul ⁽⁵⁷⁾, hoje perdida, e talvez no hidrónimo Caima, afluente do Vouga. A rigorosa análise da pedra não favorece tal interpretação: se as primeiras letras não constituem problema, não obstante o curioso *ductus* do A, segue-se um L cujo travessão desapareceu e o nexo AM, extremamente difícil de perceber, como todos os travessões da letra A; a seguir temos um O indiscutível e o que pensamos ser o que resta de um N. Podemos assim restituir, com algumas reservas, o cognome CALAMON. A l. 4 termina com o que nos parece um P, sigla da palavra *pater*. Na l. 5 o P e o O de POSVIT encontram-se muito prejudicados pela má conservação do monumento.

A análise antroponímica desta inscrição revela-se plena de interesse, pois permite abordar vários problemas importantes.

⁽⁵⁴⁾ CAGNAT, p. 18-19.

⁽⁵⁵⁾ CAGNAT, p. 51-52; MANTAS, 32-33, 35-36.

⁽⁵⁶⁾ UNTERMANN, p. 79-80, mapa 22; ALBERTOS, *Onomástica*, p. 68-69.

⁽⁵⁷⁾ D. A. SOUTO, *Subsidios para urna Carta Arqueológica do Distrito de Aveiro no Período da Romanização*, Aveiro, 1958, p. 22-23.

M. Iulius Morphus ostenta o gentílico mais vulgar da epigrafia hispano-romana ⁽⁵⁸⁾, inclusive na zona de Lisboa, reflectindo certamente laços de clientela estabelecidos na fase inicial do Império ⁽⁵⁹⁾. Na região torriense conhecem-se dois outros *M. Iulii*: *M. Iulius Crescens* e *M. Iulius Gallus*, cidadãos da tribo Galéria, o primeiro referido num pedestal funerário de Torres Vedras ⁽⁶⁰⁾, o segundo numa *cupa* da Azueira (*CIL* II 302). *Morphus* é um raríssimo cognome de origem grega ⁽⁶¹⁾, exclusivamente referenciado, com predomínio da forma feminina, em inscrições italianas de Pavia {*CIL* V 3027} e de Roma {*CIL* VI 9690, 15854, 35907}. Ainda de Roma, mas por via literária, conhecemos um *Morphos* que se celebizou como pantomina no século n ⁽⁶²⁾. O cognome exprime uma clara relação com a teogonia grega, pois deriva de *Morpheus*, filho de *Hipnos*, deus do sono, e irmão de dois outros génios, *Ikelos* e *Phantasos* ⁽⁶³⁾. Em Portugal, *Hipnus* foi registado como nome próprio em Tróia, importante povoação industrial romana no estuário do Sado, naturalmente propícia à onomástica grega ⁽⁶⁴⁾. *Morpheus*, como se depreende da seguinte passagem de Ovídio em que se refere a sua acção, presidia aos sonhos: *Excitat artificem simulatoremque figurae Morphea* ⁽⁶⁵⁾. O sentido religioso do antropónimo é ainda reforçado pelo facto de *Morpho* ocorrer como epíteto de Afrodite na Lacedemónia ⁽⁶⁶⁾. Um cognome aparentado, *Callimorphus*, embora desconhecido na Península Ibérica tem importante representação no Ocidente ⁽⁶⁷⁾. Quanto à denominação do dedicante, admitindo a leitura proposta, não é menos destituída

⁽⁵⁸⁾ *CIL* II, p. 1064-1065; *ILER*, p. 705-708.

⁽⁵⁹⁾ R. KNAPP, *The Origins of Provincial Prosopography in the West*, «Ancient Society», 9, 1978, p. 199-200, 214.

⁽⁶⁰⁾ MANTAS, p. 27-32, n.º 4, fot. 5.

⁽⁶¹⁾ *PW*, XVI, 1, 1965, p. 313; H. SOLIN, *Die Griechischen Personennamen in Rom*, III, Berlim, 1982, p. 1245, 1351.

⁽⁶²⁾ GALENO, XIV, 635.

⁽⁶³⁾ *PW*, XVI, 1, 1965, p. 313.

⁽⁶⁴⁾ J. L. VASCONCELOS, *As Religiões da Lusitânia*, III, Lisboa, 1913, p. 370.

⁽⁶⁵⁾ OVÍDIO, *Met.*, 633-635.

⁽⁶⁶⁾ *Thesaurus Graecae Linguae*, VI, Graz, 1954², p. 1209 (= *TGL*).

⁽⁶⁷⁾ *Thesaurus Linguae Latinae*, II, Lipsia, 1909, p. 90 (= *TLL*).

de interesse. O preñóme *Quintus*, de longínqua origem numeral ⁽⁶⁸⁾, é muito vulgar na região lisboeta ⁽⁶⁹⁾. Apesar do número de prenomes utilizados ter sido limitado, uma análise da forma como se combinavam com o gentílico e da repartição e frequência geográfica de algumas dessas combinações permite obter informações significativas quanto à estrutura social urbana ou rural ⁽⁷⁰⁾. Esta observação resulta igualmente válida para a região tórnense. Com efeito, o preñóme *Quintus* é o único que se encontra no epitáfio de *Q. Bovius Atimetio Victor*, em que a sigla B surge como indicação inequívoca do gentílico *Bovius* ⁽⁷¹⁾, conferindo assim um destaque especial aos *Q. Bovii*, grupo a que julgamos pertencer *Q.B.Calamon*. Os testemunhos epigráficos da *gens Bovia* não são numerosos, quer na Península ⁽⁷²⁾, quer nas restantes regiões do Império, contribuindo a Itália com a maior parte deles (*CIL* VI 13629, 13630, 13631; *CIL* IX 1048, 1321, 5420, 5469; *CIL* X 129, 1685, 1886, 2172, 2711; *CIL* XI 6700¹³⁶, 6701⁵⁶). As poucas referências lusitanas concentram-se na zona ocidental da província: *Q.Bovio Atim/etioni Victori/Q.B.Marciani/ann.LXXIQ.B.Potitus/patri optumo*, Torres Vedras ⁽⁷³⁾; *L.Bovius Iuli/anus an.LXXI*, Oeiras (*CIL* II 5011); *D.M.S./G.IulilMaterni ann.LXIII/Bovia Ma/terna et Iulia Ma/xima patri piissimolf.c./curant[e]Iulio Dex/tro liber/to ob merita/patroni*, Coimbra (*CIL* II 378); *M[...] Bov[ius].../M f Pa[...]lanno[r...]/Valeria[...]/na uxor f.c*, Barbacena ⁽⁷⁴⁾. Segundo Schulze o gentílico, que talvez derive do indo-europeu **gwou* ⁽⁷⁵⁾, terá origem etrusca ⁽⁷⁶⁾. Na Hispânia ocorre por vezes como nome

(*) CAGNAT, p. 43.

(®) A. VIEIRA DA SILVA, *Epigrafia de Olisipo*, Lisboa, 1944, p. 276-283.

(70) R. ETIENNE, *Senateurs originaires de la province de Lusitanie*, «Tituli», 5, 1982, p. 521-529.

(71) MANTAS, p. 35-42, n.º 6, fot. 7.

(72) *CIL* II, p. 1057; *ILER*, p. 670.

(73) MANTAS, p. 35-42, n.º 6, fot. 7.

(74) H. S. LOURO, *Inscrições romanas de Barbacena*, «Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia», II, Lisboa, 1970, p. 106 (corrigida).

(75) M. L. ALBERTOS, *Nuevos antropónimos hispánicos*, «Emerita», XXXII, 2, 1964, p. 213 (= ALBERTOS, *Antropónimos*).

(76) W. SCHULZE, *Zur Geschichte Lateinischer Eigennamen*, Berlim, 1966², p. 234.

único em ambientes célticos, como provável latinização de um nome indígena ⁽⁷⁷⁾, possibilidade que se verifica numa estela tór-nense proveniente da Louriceira ⁽⁷⁸⁾. *Calamón* é um nome próprio grego, muito raro ⁽⁷⁹⁾, ausente dos índices do C/L, aqui utilizado como cognome, de acordo com a prática observada na formação dos nomes dos libertos e de quem recebia a cidadania romana ⁽⁸⁰⁾. Não é de excluir a hipótese de se tratar de mais um termo geográfico transformado em antropónimo, pois *Kalamon* era o nome de um monte situado a sul de Seleucia, na Síria ⁽⁸¹⁾, e *Calamón* a designação de uma *mutatio* não identificada, algures na costa palestina entre *Ptolomais* e *Sicamemos* ⁽⁸²⁾. Ainda no Levante, e por referências da *Notitia Dignitatum*, conhecemos duas estações militares *Calamona*, uma na Palestina ⁽⁸³⁾, outra na Fenícia ⁽⁸⁴⁾, denominação que parece regularmente derivada de *Calamón* ⁽⁸⁵⁾. Sem que esqueçamos o controverso significado da onomástica grega, em grande parte artificial no ocidente da *Romania* ⁽⁸⁶⁾, a raridade dos cognomes em causa e as relações que permitem estabelecer, sugerem francamente uma origem helénica, talvez mesmo oriental. Quanto ao estatuto social de *Morphus* e de *Calamón* não erraremos se os considerarmos cidadãos romanos de direito latino ⁽⁸⁷⁾, libertos, como os gentilícios diferentes do pai e do filho e os cognomes gregos insinuam, embora a onomástica

⁽⁷⁷⁾ ALBERTOS, *Antropônimos*, XXXII, 2, 1964, p. 231.

⁽⁷⁸⁾ MANTAS, p. 65-71, n.º 11, fot. 12.

⁽⁷⁹⁾ TGL, V, 1954², p. 868.

⁽⁸⁰⁾ CAGNAT, p. 77-82.

⁽⁸¹⁾ PW, X, 2, 1965, p. 1538.

⁽⁸²⁾ PW, III, 1, 1958, p. 1329.

⁽⁸³⁾ Not. Dign. Or., XXXIV, 43.

H Not. Dign. Or., XXXII, 11.

⁽⁸⁵⁾ C. BÉMONT, *Liciniana Officina*, «Latomus», XXVII, 3, 1968, p. 610-616.

⁽⁸⁶⁾ THYLANDER, p. 122; P. PETIT, *La Paix Romaine*, Paris, 1967, p. 258-259; R. ÉTIENNE, *Remarques sur Vonomastique romaine d'Espagne*, «Actes du Golloque International sur l'Onomastique Latine», Paris, 1977, p. 291-292.

⁽⁸⁷⁾ ALFÖLDY, *Notes*, p. 55-57; I. KAJANTO, *The Significance of Non-Latin Cognomina*, «Latomus», XXVII, 3, 1968, p. 519-529 (= KAJANTO, *Non-Latin Cognomina*).

grega nem sempre implique uma origem servil ⁽⁸⁸⁾. Na verdade, a análise das inscrições hispânicas em que, como no presente caso, se encontram *nomina* diferentes na mesma família, permite verificar que estas se incluem maioritariamente num ambiente de libertos, constatando-se que em oito dos doze testemunhos indiciados no *CIL* ocorrem antropónimos gregos ⁽⁸⁹⁾, facto que nos parece significativo em relação à opinião que exprimimos. É certo que em casos especiais a anomalia pode resultar da adopção do gentílico da mãe ⁽⁹⁰⁾, como poderá ter sucedido numa família de Coimbra em que as filhas do cidadão *G. Iulius Maternus* se chamavam *Bovia Materna* e *Iulia Maxima* (*CIL* II 378), curiosamente os mesmos gentílicos presentes na inscrição de S. Pedro da Cadeira. Na epígrafe torriense, porém, a explicação possível reside na dependência de patronos diferentes, um pertencente à *gens Iulia*, outro à *gens Bovia*, indício seguro de um nascimento ilegítimo ⁽⁹¹⁾.

A antroponímia grega é frequente nas inscrições luso-romanas, em especial a sul do Tejo⁽⁹²⁾, onde parece quase completamente alheia ao mundo indígena ⁽⁹³⁾. A sua presença na região de Torres Vedras, outrora integrada nos limites do município olisiponense, reflecte a influência do principal porto lusitano sobre o território rural adjacente, cuja economia controlava. Lisboa concorre com a maior concentração de antropónimos gregos nas epígrafes romanas do território português ⁽⁹⁴⁾, facto que corresponde perfeitamente

⁽⁸⁸⁾ L. F. SMITH, *The Significance of Greek Cognomina in Italy*, «Classical Philology», 29, 1934, p. 145-147; THYLANDER, p. 143-149.

H *CIL* II, p. 1199.

⁽⁹⁰⁾ G. BARBIERI, *Sul Vonomástica delle famiglie senatorie dei primi secoli deWImpero*, «Actes du Colloque International sur l'Onomastique Latine», Paris, 1977, p. 179-180.

⁽⁹¹⁾ CAGNAT, p. 67, 72, 85-86.

⁽⁹²⁾ F. BANDEIRA FERREIRA, *Varia epigraphica*, «Revista da Faculdade de Letras», III, 2, 1958, p. 158-162.

⁽⁹³⁾ JOSÉ D'ENCARNÇÃO, *Épigraphie funéraire du Conventus Pacensis (Lusitanie). Un essai de distribution géo-sociologique des types de monuments*, «Actes du Colloque sur l'Épigraphie Hispanique: Problèmes de Méthode et d'Édition», Paris, 1984, p. 298-299 (= ENCARNÇÃO, *Épigraphie*).

⁽⁹⁴⁾ VIEIRA DA SILVA, p. 276-283. A população dos portos itálicos sob o Império parece ter sido em grande parte grego-oriental: THYLANDER, p. 183.

ao modelo de repartição observado noutras regiões da Península, condicionado por actividades económicas e administrativas ⁽⁹⁵⁾. Urna das inscrições lisboetas, consagrada a Esculápio pelos Augustais *M. Afranius Euporio* e *L. Fabius Daphnus* (*CIL* II 175), poderá, atendendo ao cognome deste último, indicar a presença de elementos levantinos helénicos. Com efeito, o cognome *Daphnus*, que na Península Ibérica ocorre quase exclusivamente em grandes centros portuários, como Tarragona (*ILER* 4068, 4081), Cartagena (*ILER* 6151) e Almeria (*CIL* II 5489), talvez se relacione com *Daphne*, importante subúrbio de Antioquia ⁽⁹⁶⁾. Todavia, se as relações comerciais mais tardias de *Olisipo* com o Oriente estão comprovadas ⁽⁹⁷⁾, é preciso interpretar muito cautelosamente dados deste tipo, sobretudo enquanto não existir um estudo sistemático da antroponímia grega registada nas inscrições romanas do território português.

A concretização da filiação através da palavra *P(ater)* justifica-se por serem diferentes os gentilícios usados pelo pai e pelo filho, embora surja por vezes de forma mais ou menos redundante, como numa epígrafe de Leiria (*CIL* II 342). A expressão *posuit dedicavit*, que concorda perfeitamente com o tipo de monumento consagrado a *Morphus* ⁽⁹⁸⁾, é pouco vulgar, não constando dos principais repertórios epigráficos peninsulares (").

⁽⁹⁵⁾ M. R. OLIETE/J. S. YANGUAS, *Griegos en la Bética a través de la epigrafia latina*, «Actas del I Congreso de Historia de Andalucía», Córdoba, 1978, p. 239-246; A. VILAS/LE ROUX/A. TRANOY, p. 120; G. FORNI, *La popolazione di Augusta Emerita*, «Homenaje a Saenz de Buruaga», Madrid, 1982, p. 77-78.

⁽⁹⁶⁾ J. C. SOURNIA/M. SOURNIA, *VOrient des Premiers Chrétiens*, Paris, 1966, p. 32-33.

⁽⁹⁷⁾ M. GIACHERO, *Edictum Diocletiani et Collegarum de Pretiis Rerum Venalium in Integra Restitutum e Latinis Graecisque Fragmentis*, I, Génova, 1974, p. 310; L. G. MORENO, *Colonias de comerciantes orientales en la Península Ibérica. Siglos V-VII*, «Habis», 3, 1973, p. 148-149; ALARCÃO, *Portugal*, p. 162.

⁽⁹⁸⁾ J. N. BONNEVILLE, *Le suport monumental des inscriptions. Terminologie et analyse*, «Actes du Colloque sur l'Épigraphie Hispanique: Problèmes de Méthode et d'Édition», Paris, 1984, p. 129, 136.

(") *CIL* II, p. 1177, 1194; HUGUET, p. 193-195.

Junto à povoação de S. Pedro da Cadeira, outrora denominada Rendide, encontraram-se, no sítio dos Formigais, vestígios de construções romanas, nomeadamente téguas. A observação aérea do local, que efectuámos em Setembro de 1980, revelou alguns indícios prometedores, sendo possível que as duas esteias conservadas na igreja paroquial daí provenham. Tudo leva a crer tratar-se dos restos de mais uma das tão numerosas quão mal conhecidas *villae* da região torriense.

d) Datação

O uso do dativo, a consagração aos deuses Manes abreviada, o desenvolvimento do texto e as características da escrita evidenciadas pela análise paleográfica levam-nos a considerar esta inscrição, tal como a anterior, de meados do século n, tanto mais que tipologicamente se assemelham.

CONCLUSÕES

Os dados fornecidos pelas epígrafes estudadas neste artigo, reforçando indícios já verificados, integram-se perfeitamente no conjunto de informações facultadas pelas cerca de duas dúzias de inscrições conhecidas no aro torriense, as quais, apesar do seu limitado número, permitem esboçar um quadro da estrutura da população regional e da evolução da romanização nos séculos i e ii. A natureza céltica ou celtizada do fundo populacional indígena e a permanência de modelos tradicionais reflecte-se na inscrição de *Apana* (n.º 1), enquanto as estelas de *Saturnia* (n.º 2) e de *Morphus* (n.º 3) permitem abordar o problema da influência cultural mediterrânica e também, segundo cremos, a questão das migrações internas no Império, admitindo a validade dos dados onomásticos como indicadores da origem étnica e geográfica ^(10º). As relações da região torriense com o Norte de África e com o Oriente devem ser consideradas, naturalmente, de forma cautelosa

(iºo) THYLANDER, p. 157-159; KAJANTO, *Non-Latin Cognomina*, p. 517-534.

e no âmbito da função de *Olisipo* como centro portuário e da sua influência cultural e económica sobre os *agri* dependentes ⁽¹⁰¹⁾. Uma das inscrições de S. Pedro da Cadeira destaca novamente a importância local dos *Q.Bovii* (n.º 3), inserindo-se no ambiente sócio-cultural que lhes parece próprio nesta zona, o dos libertos. Mais modesto, talvez servil, parece ter sido o estatuto social de *Saturnia* e de *Africanus* (n.º 2). Quanto ao desaparecido monumento da Quinta da Areia (n.º 1), mais antigo que os anteriores, refere peregrinos em vias de romanização. Temos assim elementos indígenas e outros directa ou indirectamente relacionados com a colonização romana, alheios, de qualquer forma, aos costumes tradicionais da região, a menos que queiramos considerar o tipo de monumento utilizado — a esteia — como uma influência do meio. Todavia, se a esteia prevalece, também aqui, como o tipo de monumento funerário preferido pelos peregrinos ⁽¹⁰²⁾, o material em que foram executadas as epígrafes de S. Pedro da Cadeira, proveniente da zona de Sintra, não corresponde ao que habitualmente se utilizou na região. Sem excluir a hipótese de se tratar de obras de uma oficina local ⁽¹⁰³⁾, aliás modestas não obstante o rigor clássico dos textos, parece ter havido deliberada intenção de marcar uma diferença, tanto mais que as estelas de S. Pedro da Cadeira diferem acentuadamente das esteias de tradição indígena. Por outro lado, em Astorga, uma esteia com o epitáfio redigido em grego demonstra que era possível optar, num ambiente urbano perfeitamente romanizado, por um tipo de monumento com especial representação no meio rural indígena ⁽¹⁰⁴⁾, aconselhando prudência nas generalizações e pondo em destaque, uma vez mais, a permeabilidade e diversidade cultural da sociedade hispano-romana.

Na região torriense os monumentos epigráficos testemunham a existência de numerosas *ci//ae*, em parte pertencentes à alta

⁽¹⁰¹⁾ ALARCÃO, *Portugal*, p. 164; MANTAS, p. 76-77, 86-87.

⁽¹⁰²⁾ TRANOY, p. 357-360; ENCARNÇÃO, *Épigraphie*, p. 299-300.

⁽¹⁰³⁾ A existência de uma ou mais oficinas nesta zona é altamente provável: MANTAS, p. 84-85. O uso de gentilícios abreviados pode ser uma das características de certa epigrafia da região torriense.

⁽¹⁰⁴⁾ TRANOY, p. 359.

burguesia olisiponense (*CIL* II 261, 284). A densidade de ocupação parece ter sido maior na área central do concelho, certamente devido à capacidade agrícola dos solos, mas a zona litoral, com destaque para Santa Cruz de Ribamar ⁽¹⁰⁵⁾, facultou igualmente vestígios da ocupação romana cuja repartição permite esboçar o traçado de uma via de comunicação em direcção à Ericeira. As inscrições da Quinta da Areia e de S. Pedro da Cadeira, locais situados perto da foz do Sizandro, rio que na Antiguidade permitia comunicar a zona em torno de Torres Vedras com o litoral ⁽¹⁰⁶⁾, reforçam a carta dos estabelecimentos romanos numa região onde os contactos com o Mediterrâneo antecederam largamente o domínio romano ⁽¹⁰⁷⁾, criador de uma nova dinâmica em que se inseria perfeitamente a possibilidade de, no dizer de Epicteto, «navegar de Oriente a Ocidente».

(iº5) F ALVES PEREIRA, *Tampa de sepultura da época romana*, «O Archeologo Português», XIV, 1909, p. 261-265. Também de Santa Cruz provém a inscrição do escravo *Pultarius*, perdida nas ruínas do convento de Penafirme (*CIL* II 314).

(iº6) ORLANDO RIBEIRO, *Introduções Geográficas à História de Portugal*, Lisboa, 1977, p. 106.

⁽¹⁰⁷⁾ LEONEL TRINDADE/VEIGA FERREIRA, *Acerca do vaso «piriforme» tartéssico de bronze do Museu de Torres Vedras*, «Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa», 63-64, 1965, p. 175-183.

ANEXO I

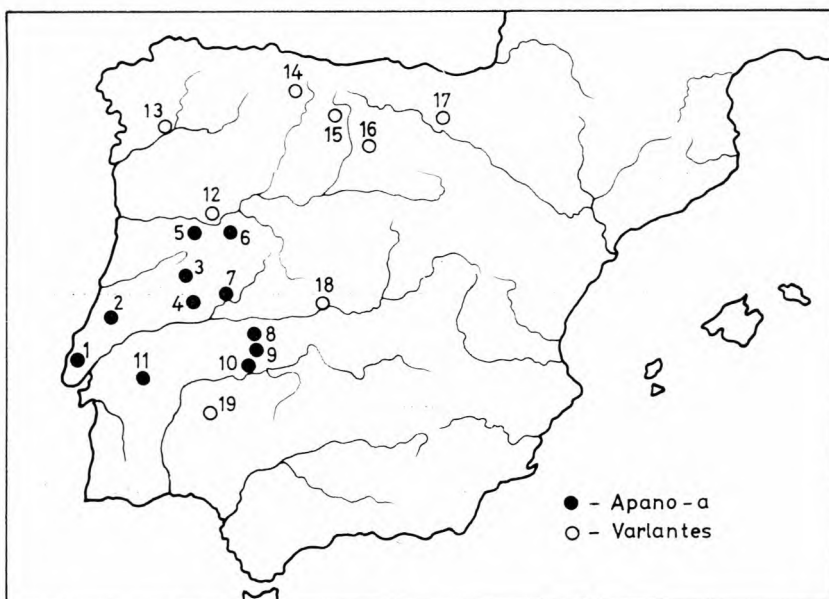
APANO/APANA: TESTEMUNHOS EPIGRÁFICOS
E SUA REPARTIÇÃO

- 1 — Quinta da Areia (Torres Vedras).
Apana j Apanonis / f.h.s.
inédito.
- 2 — S. Sebastião do Freixo (Batalha).
Tongio I Apanonis / pater / im (sic) mémo
D. P. BRANDÃO, «Conimbriga», XI, 1972, p. 121-123, n.º 24 (corrigida).
- 3 — Torre dos Namorados (Fundão).
Lubaecus / Apanonis / f.h.s.e.
J. L. VAZ, «Conimbriga», XVI, 1977, p. 20-21, n.º 12 (corrigida).
- 4 — Castelo Branco.
[...] *I [pa]tri I Camirae / Apanonis.f. / matri J C.Ammius.Avitus j f*
J. M. GARCIA, «Conimbriga», XVIII, 1979, p. 157-160, n.º 3.
- 5 — Castelo Branco.
Lucano.an.XXX Amoenae.an.XVI.Maxijmae.an.XIII.Cilius / Boute,
pater.et Sunua / Apanonis .f.mater
J. M. GARCIA, «Conimbriga», XVIII, 1979, p. 165-166, n.º 6.
- 6 — Cogula (Trancoso).
D.M.S I Apanae / Reburri f./a n XVIII / Albinus.ux / Atonius.MuJcnela.
ff.c
J. L. VASCONCELOS, *Religiões*, III, 1913, p. 408.
- 7 — Hinojosa de Duero.
Apana / Bouti f. XX h. / s.s.t.t.l.
ILER 2858.
- 8 — Coria.
Catueno / Tancini / f.Apana / Catueni / mater f.c.
ILER 4337.
- 9 — Ibahernando.
Lubaecus Tangi/ni f.Apanfa Leuri / f.h.s.e.s.t.jt.l.Tangijni f-f.c.
ILER 3638 = 3915.
- 10 — Puerto de la Cruz (Câceres).
Apana / Eburi / f.an.XV / h.s.e.s.t./t.l. Lancjius.Sce/vae.f.f.c
CP IL 407.
- 11 — Santa Cruz de la Sierra (Câceres).
Patranis.Vjegetus.h.s.e.js.t.t.l. Apana
CPIL 450.
- 12 — Igreja (Arraiolos).
Apano I Cilei.f / hic.situs e[s]t statuerunt \ seror es.et.vidua
M. A. DIAS, «Ficheiro Epigráfico», 2, 1982, p. 3, n.º 11.

ANEXO II

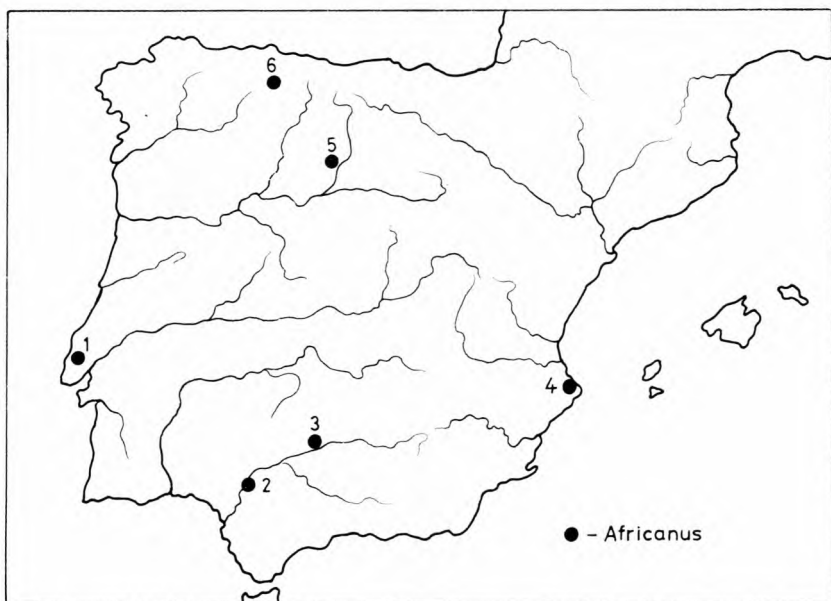
AFRICANVS: TESTEMUNHOS EPIGRÁFICOS
E SUA REPARTIÇÃO

- 1 — S. Pedro da Cadeira (Torres Vedras)
D[.M.S\ I Saturnia I an.XXV J h.s.e. / Africanus / uxori.merentissimae j s.t.t.l.
Inédito.
- 2 — Sevilha
D.M.S j Naevius Africanus / vixit ann.LXXV / h.s.e.s.t.t.l.
CIL II 5396 = /L£7? 3391.
- 3 — Córdoba
Nemesi / Corneli[i] Res[ti]tutus et African[us] / exacto flamonio / votum reddiderun[t]
CIL II 2195 = /¿£7? 405.
- 4 — Denia
P.Statilius African[us an.] XIII.m.II.d.XIII.P.[Statilius] / Pammon pater e[t ...] / mater filio dulcis[simo pos.]
CIL II 5969 = ILER 4074.
- 5 — Palencia
Annius / Atreus / Caerri / Africani / f.Duillis / v.s.l.m.
ILER 804.
- 6 — Ujo (Oviedo)
Nimmedo/sediago / G.Sulpicius / Africanus \ v.s.l.m.
ILER 900.
- 7 — Ujo (Oviedo)
G.Sulp[icio] Ursulo / praef Symmachiariorum Asturum / belli Dacici, leg.I I Minerviae P.F.jcoh.XII Urbajnae.coh.ilII / Praetoriae.p p.j leg.XIIX.praef. / leg.III Aug./ G.Sulp(icius) Afr(icanus).pos.
ILER 5676.



Mapa I

- 1 — Quinta da Areia (Torres Vedras): inédita.
- 2 — S. Sebastião do Freixo (Batalha): D. P. Brandão, «Conimbriga», XI, 1972, p. 121-123, n.º 24 (corrigida).
- 3 — Torre dos Namorados (Fundão): J. L. Vaz, «Conimbriga», XVI, 1977, p. 20-21, n.º 12 (corrigida).
- 4 — Castelo Branco: J. M. GARCIA, «Conimbriga», XVIII, 1979, p. 157-160, n.º 3, p. 165-166, n.º 6.
- 5 — Cogula (Trancoso): J. L. VASCONCELOS, *Religiões*, III, 1913, p. 408.
- 6 — Hinojosa de Duero: *ILER* 2858.
- 7 — Coria: *ILER* 4337.
- 8 — Ibahernando: *ILER* 3638=3915.
- 9 — Puerto de la Cruz (Cáceres): *CPIL* 407.
- 10 — Santa Cruz de la Sierra (Cáceres): *CPIL* 450.
- 11 — Igreja (Arraiolos); M. A. DIAS, «Ficheiro Epigráfico», 2, 1982, p. 3, n.º 11.
- 12 — Torre de Moncorvo: J. M. ALMEIDA/F. B. FERREIRA, «Revista de Guimarães», LXXVI, 1966, p. 346-347.
- 13 — Orense: *CIL* II 2527=*ILER* 619.
- 14 — Valdoré: ALBERTOS, «Emerita», XL, 1972, p. 3.
- 15 — Monte Bernorio (Palencia): *HAE* 2253.
- 16 — Sasamón: *CIL* II 5812=*ILER* 5825.
- 17 — Contrasta (Alava): *CIL* II 2950=*ILER* 2564.
- 18 — Talavera de la Reina: *CIL* II 5315.
- 19 — Jerez de los Caballeros: *CIL* II 6277b.



Mapa II

- 1 — S. Pedro da Cadeira (Torres Vedras): inédita.
- 2 — Sevilha: *CIL* II 5396=*ILER* 3391.
- 3 — Córdoba: *CIL* II 2195=*ILER* 405.
- 4 — Denia: *CIL* II 5996=*ILER* 4074.
- 5 — Palencia: *ILER* 804.
- 6 — Ujo (Oviedo): *ILER* 900, 5676.



Inscrição n.º 2. Foto 1



Inscrição n.º 3. Fcto 2

(Página deixada propositadamente em branco)

J. LANCHÀ

Membre scientifique de la Casa de Velázquez (Madrid)

LA MOSAÏQUE D'OCÉAN DÉCOUVERTE À FARO (ALGARVE)

«Conimbriga» XXIV (1985), p. 151-175

RÉSUMÉ : La mosaïque découverte en 1976, déposée par Madame A. Alarcão et M. C. Beloto, et actuellement au Musée de Faro, n'avait fait l'objet jusqu'ici que d'une brève présentation. L'A. consacre une étude détaillée à ce pavement, d'une importance archéologique exceptionnelle puisqu'il constitue le premier véritable témoin de l'urbanisme d'Ossonoba. Le décor végétal du tapis, et l'iconographie des Vents et du masque d'Océan du tableau central font l'objet de comparaisons avec des exemples de la Péninsule Ibérique et de l'ensemble du monde romain. L'A. établit une relation entre l'origine africaine du type du masque d'Océan et son exécution à Faro par un atelier africain ou inspiré des modèles de ces ateliers. L'inscription qui accompagne le pavement donne les noms des quatre commanditaires du pavement; l'A. propose une nouvelle restitution de la lacune à la 3. ^{ème} ligne et montre que cette mosaïque ornait un édifice public dont les évergètes — *quattuor-viri* du municipe ou membres d'un collège religieux ou professionnel — ont utilisé la mosaïque comme support pour immortaliser leur geste civique: phénomène assez peu courant à l'époque de la mosaïque, c.à.d. la fin du II ^{ème} ou le début du III ^{ème} siècle.

RESUMO: O mosaico descoberto em 1976, consolidado por Adília Alarcão e Carlos Beloto, actualmente exposto no Museu de Faro, só fora objecto de uma pequena nota de apresentação.

A Autora estuda agora, em pormenor, este pavimento cuja importância arqueológica é excepcional, uma vez que constitui o primeiro testemunho real do urbanismo de Ossónoba. A decoração vegetal e a iconografia dos Ventos e do rosto do Oceano são comparados com outros exemplos da Península Ibérica e do mundo romano; a Autora aponta, nomeadamente, a possibilidade de a origem africana do tipo de máscara do Oceano ser um índice de

que o mosaico foi executado em Faro por urna oficina africana ou inspirada em modelos africanos.

A Autora propõe uma nova reconstituição para a lacuna da linha 3 da inscrição e mostra que o mosaico pertencia a um edifício público, cujos evergetas— *quattuor-viri* do municipio ou membros de um colégio religioso ou profissional — quiseram imortalizar, assim, o seu gesto cívico: circunstância não muito frequente na época a que o mosaico se reporta, ou seja, os finais do séc. n ou princípios do m.

LA MOSAÏQUE D'OCÉAN DÉCOUVERTE À FARO (ALGARVE) *

Elle fut aperçue pour la première fois le 27 Avril 1976, à l'angle des rues de l'Infant Dom Henrique et Ventura Coelho à Faro (fig. 1). Complètement dégagée en 1979, elle fut alors déposée par l'équipe du Musée monographique de Conimbriga et installée, après transfert sur un nouveau support, dans une salle du musée archéologique municipal Infante Dom Henrique à Faro. Nous voudrions présenter quelques réflexions d'ordre archéologique et iconographique qui permettent de situer le pavement dans son contexte ibérique, après la brève présentation de la découverte et de la restauration due à A. Alarcão, C. Beloto, J. d'Encarnação et M. M. de Almeida C).

Deux photographies partielles prises à la découverte ⁽²⁾ et un dessin d'ensemble ⁽³⁾ levé par les restaurateurs permettent de repérer les lacunes dans ce pavement de 9,40 m x 3,40 m. Elles sont dues à l'installation de tuyauteries modernes ⁽⁴⁾. N'ayant pu

* C'est pour nous un agréable devoir de remercier chaleureusement Madame A. Alarcão pour son aide généreuse dans la préparation de cet article, et M. Pinheiro e Rosa, Directeur du musée archéologique municipal Infante Dom Henrique à Faro, pour son autorisation d'étudier ce pavement.

0) Cf. A. ALARCÃO, C. BELOTO, J. D'ENCARNAÇÃO, M. M. DE ALMEIDA, *O mosaico do Oceano de Faro*, in «Anais do Município de Faro», X, 1980, p. 219-232. Les auteurs y exposent la méthode de dépose et d'installation de la mosaïque au Musée de Faro, et donnent une première étude iconographique et épigraphique de la mosaïque.

⁽²⁾ Id., *ibid.*, fig. 2.

⁽³⁾ Id., *ibid.*, fig. 1.

⁽⁴⁾ La pose d'une tuyauterie fournit précisément l'occasion de la découverte, en 1976.

réaliser une vue d'ensemble de la mosaïque exposée au Musée, nous reproduisons le dessin cité *supra* (fig. 2).

La mosaïque était assez bien conservée. Les lacunes se réduisent à deux rangées d'hexagones dans la partie supérieure, au tiers inférieur du tableau central, et à une partie de l'inscription et de la bordure extérieure du pavement. Elles ne nuisent pas à la cohérence de l'ensemble. La mosaïque ornait une pièce environ trois fois plus longue que large, qui évoque une entrée de grandes dimensions.

D'autre part, la dépose et la restauration ont été exemplaires. Seules les lacunes ponctuelles ont été comblées avec des tesselles de récupération dans les parties géométriques et dans la tête d'Océan. Mais dans ce dernier cas, il est facile de se faire une idée de leur faible ampleur en comparant le revers de la tête du dieu, débarrassée de son mortier antique ⁽⁵⁾ et la vue prise à la découverte ⁽⁶⁾ avec la photographie de la tête telle qu'on peut la voir aujourd'hui au Musée (fig. 3).

La ville d'*Ossonoba* que l'on s'accorde à situer à Faro (Algarve) était déjà attestée par des inscriptions encastées dans la muraille de la ville, et par la découverte d'un temple dans le *Largo da Sé*, ainsi que d'une nécropole ⁽⁷⁾.

Des fragments de mosaïque avaient déjà été mentionnés dans les fouilles du *Largo da Sé*, en 1933 et en 1941 ⁽⁸⁾ mais aucune mosaïque complète n'était apparue dans la partie de la ville qui recouvre la ville romaine. La mosaïque d'Océan est donc la première des mosaïques de Faro que l'on connaisse. Par ailleurs, une monnaie autonome, frappée à l'avvers d'un bateau et au revers de deux poissons, résume les activités principales de la ville, située sur

⁽⁵⁾ ID., *ibid.*, fig. 3.

⁽⁶⁾ ID., *ibid.*, fig. p. 221.

⁽⁷⁾ Voir sur ce point l'état de la question présenté par M. L. ESTÁCIO DA VEIGA AFFONSO DOS SANTOS dans son livre *Arqueologia romana do Algarve*, Lisbonne, 1971, vol. I, p. 166 *sqq.* et par J. ALARCÃO, *Portugal romano*, Lisbonne, 1973, p. 80 *sqq.*, 157, 175 et 187. En relation avec la nécropole a été également découvert un important groupe de lampes, publiées par G. Lyster Franco, *Lucernas romanas*, in «Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia», Lisbonne, 1970, p. 161-187, 16 pi.

⁽⁸⁾ Cf. A. VIAN A, *Restos de Ossonoba*, in «Revista do Sindicato Nacional dos Engenheiros...», n.º 39-46, 1949, p. 1-36.

un estuaire, et toute proche de la mer. On a également découvert à Faro une usine de salaisons ⁽⁹⁾. La mosaïque d'Océan qui, comme nous le verrons *infra*, ornait un édifice public de la ville, s'insère donc parfaitement par son sujet dans le contexte d'un port sur l'Atlantique. Rappelons au passage qu'un temple aux dieux des eaux a été découvert dans la ville voisine de *Milreu* ⁽¹⁰⁾.

Les données de fouille sont bien peu nombreuses, et difficiles à utiliser, étant donné qu'il s'agit d'une fouille de sauvetage, menée par des conservatrices du Musée archéologique de Lisbonne, et qui n'a pas été publiée. Nous devons à l'amabilité de Madame A. Alarcão les quelques informations qui vont suivre, au sujet du contexte archéologique du pavement. Elles sont le fruit des observations faites sur place par Madame A. Alarcão.

La mosaïque était recouverte d'une couche de terre de 3 m d'épaisseur, due à l'alluvionnement. Une fouille fut effectuée sous le niveau du pavement. On distinguait:

1 — le niveau de pose des tesselles.

2 — le *nucleus* du lit de pose.

3 — le *rudus* du lit de pose.

4 — une couche de cendres mêlées d'abondants matériaux de destruction (fragments de stucs, de peinture murale, de brique et de tuiles).

5 — un sol d'argile blanche mêlée de sable et de chaux.

6 — une couche de terre argileuse et de cailloux qui semblait être le lit de pose du précédent.

7 — une couche très épaisse de cendres.

La mosaïque d'Océan appartient donc au dernier état de l'édifice, dans un secteur de la ville marqué par deux niveaux de destruction successifs, dus à des incendies. Il faut signaler des fragments de mosaïque de couleur noire, blanche et rouge, exposés dans la vitrine du Musée de Faro qui est consacrée au matériel découvert pendant cette fouille de sauvetage. Nous supposons

⁽⁹⁾ In M. L. ESTÁCIO DA VEIGA, *o. l.*, VOL I, p. 186.

⁽¹⁰⁾ Mentionné dans J. ALARCÃO, *o. p.* 80 et étudié par Th. Hauschild, dans son article *MilreuJEstoi (Algarve)* «M. M.», 21, 1980, p. 189-219.

qu'ils appartenaienent au pavement de la couche 5, dont le *nucléus* (argile blanche mêlée de sable et de chaux) était en place. Il y a donc eu au moins un pavement antérieur à la mosaïque d'Océan, à moins que ces fragments ne proviennent d'une pièce voisine. La céramique découverte sous la couche 5 remontait au 1^{er} s. après J.C., selon Madame A. Alarcão ⁽ⁿ⁾. Dans la salle où est exposée la mosaïque sont également présentés six fragments de peinture murale découverts au même endroit; il s'agit d'imitations de marbres sur fond ocre, à plinthe bleue.

La mosaïque actuelle (fig. 2)

Elle présente un tapis rectangulaire de 9,40 x 3,40 m, avec une première bordure extérieure sur le petit côté correspondant à l'entrée. Cette bordure à rinceau noir, à simples volutes, n'a que deux volutes de conservées. Sur les quatre côtés, une bordure de triangles noirs sur fond blanc, entre deux filets noirs, de 0,16 m de large, borde le tapis, délimité lui-même par un filet noir, de 1,5 cm de large. Le tapis est divisé en quatre panneaux:

un tableau géométrique de 2,45 x 2,95 m (deux fois)

un tableau central figuré de 2,45 m de côté

un tableau avec inscription, de 0,42 de large x 2,45 m (anses comprises).

Le panneau avec inscription, se présente comme une *tabula ansata* et les lettres sont écrites en capitales noires sur fond blanc, sur trois lignes.

Deux panneaux géométriques à décor de dodécagones sécants encadrent le tableau central carré où l'on voit, inscrit dans un cercle, une tête d'Océan. Le cercle est entouré de deux bordures, l'une, une tresse à deux brins sur fond noir, l'autre, composite, comprend successivement une ligne brisée de fuseaux (*Rép. graphique* n.° 177) et une ligne de peltes noires sur fond blanc. Les

⁽ⁿ⁾ D'après les notes des conservatrices du Musée Archéologique de Lisbonne, des tessons de TSC1 A se trouvaient dans la couche 2, ce qui nous donne un *terminus post quem* pour la mosaïque d'Océan du début du 2^{ème} s.

fuseaux et les pelves ont un remplissage de tesselles de couleur ocre.

Dans les écoinçons de la partie supérieure, deux têtes de Vents. Les deux autres, dans la partie inférieure du carré, étaient détruites à la découverte, ainsi que le tiers inférieur du disque.

Sur le dessin dû à A. Alarcão et C. Beloto, le pavement est complété dans sa partie supérieure (deux rangées d'hexagones), à juste titre nous semble-t-il, car la composition est bien évidemment symétrique de part et d'autre du tableau central.

Par commodité, nous décrirons successivement le décor végétal, le décor du tableau central et l'inscription.

Le décor végétal des hexagones — qui en inscrivent chacun un second, dessiné par un filet ocre, rose, noir, est varié: 27 types de fleurons, dont deux seulement sont repris deux fois. Dans les carrés sur la pointe, un même fleuron est repris dans tout le pavement (un quatre-feuilles lancéolées noires, timbrées d'une croisette blanche); dans les carrés droits, un noeud de Salomon gris bleu et ocre, avec une croisette blanche en son centre.

Le répertoire végétal (fig. 4 et 4a)

De haut en bas et de gauche à droite:

I, a, b, c: perdus

II, a, b, c: perdus

III, a: incomplètement conservé: 4 fleurs de lotus sur tige, marron à nervure blanche, autour d'un bouton central circulaire blanc, inscrivant un second cercle noir, avec une tesselle noire centrale. Couleurs: ocre, rose, gris, noir. Deux intervalles symétriques sont reliés par une pelte noire.

b: quatre-feuilles lancéolées (ocre) autour d'un bouton central circulaire dessiné par un filet noir et orné d'une ligne de trois tesselles ocre sur la pointe. Des arabesques (un filet noir) sertissent les feuilles et sont reliées entre elles par une accolade ocre.

IV, a: quatre-feuilles lancéolées (noir, gris) autour d'un bouton central circulaire dessiné par un filet noir et timbré d'une fleurette noire, et quatre-feuilles bilobées (ocre, rose) sur tige.

b: deux pelves grises symétriques dessinées par un filet noir reliées par leurs extrémités, et deux feuilles bilobées (ocre, rose)

sur tige, autour d'un bouton central circulaire dessiné par un fdet noir, avec une tesselle noire en son centre.

c: quatre-feuilles trifides (ocre, rose, noir) et quatre palmettes à trois branches autour d'un bouton circulaire dessiné par un fdet noir et timbré d'une fleurette noire.

V, a: quatre-feuilles trifides (ocre, rose, noir) et quatre-feuilles lancéolées (marron, noir) autour d'un bouton central circulaire dessiné par un filet noir avec une tesselle noire en son centre.

b: quatre-feuilles découpées (ocre, rose) autour d'un bouton central circulaire dessiné par un filet noir et timbré d'une fleurette noire.

VI, a: quatre-feuilles trifides (ocre, rose) et quatre-feuilles lancéolées tournoyantes (gris, noir) autour d'un bouton central circulaire dessiné par un filet noir et timbré d'une fleurette noire.

b: quatre-feuilles lancéolées (ocre, rose) et quatre tiges surmontées de postes opposées dessinées par un fdet noir, avec une tesselle noire sur la pointe entre les deux peltes.

c: quatre-feuilles lancéolées (gris, noir) et quatre-feuilles cordiformes (ocre, rose) la pointe tournée vers le centre, sur tige aboutissant au bouton central circulaire dessiné par un filet noir et timbré d'une fleurette noire.

VII, a: trois-feuilles lancéolées (gris, noir) et trois-feuilles identiques (ocre, rose) autour d'une tesselle noire centrale.

b: quatre-feuilles trifides (ocre, rose, marron, noir) et quatre-feuilles lancéolées (marron, rose) autour d'un bouton central circulaire dessiné par un fdet noir et timbré d'une fleurette.

Vili,a: - VII,a

b: = VI,b

IX, a: quatre-feuilles trifides (ocre, marron, noir) et quatre-feuilles lancéolées symétriques à l'extrémité d'une tige noire, autour d'un bouton circulaire dessiné par un fdet noir et timbré d'une fleurette rose, ocre, noire.

b: = III,a, sans pelte noire dans les intervalles, remplacée par un petit triangle à base dentelée,

c: - VI,c.

X, a: proche de VII,b, Vili,b, XI,a,b, et XIII,a.

b: quatre-feuilles bilobées (ocre, rose) reliées par des arabesques noires au bouton central.

XI, a et b: = X,a,b.

c: proche de IV,b, avec une feuille cordiforme et deux postes opposées symétriques par rapport à la pointe de la pelte.

XII, a: quatre-feuilles lancéolées noires alternant avec quatre palmettes simples (marron, gris, noir) autour d'un bouton circulaire dessiné par un filet noir avec une tesselle noire en son centre.

b: — X

XIII, a: proche de IX,b et III,a.

b i quatre-feuilles trifides (rose, ocre, noir) alternent avec quatre-feuilles ayant la forme de glands (marron, noir), montées sur une tige dont les tesselles sont posées sur la pointe. Bouton central dessiné par un filet à fond rose et timbré d'un petit carré de tesselles blanches dont les angles sont reliés au bord du cercle.

c: deux feuilles lancéolées alternent avec deux feuilles de lotus noires, de forme très allongée; ces dernières sont surmontées d'une tesselle noire. Au centre, une rosette de tesselles blanches.

XIV, a: quatre-feuilles trifides (marron, noir) alternent avec quatre-feuilles lancéolées en fuseau (marron, rose) avec bouton central circulaire, dessiné par un filet noir et timbré d'une croissette noire.

b : huit pelves sur tige, croisées en diagonale, affrontées deux à deux (4 roses, 4 noires) avec au centre quatre petits triangles à base dentelée, la pointe tournée vers le croisement des tiges.

En dépit de leur assez grande variété (27 types différents, sans tenir compte des variantes d'un même type) tous ces fleurons appartiennent à un répertoire d'ambition modeste. Aucun fleuron n'est composite, et cela s'explique en partie par les contraintes de l'espace disponible dans un hexagone aux côtés irréguliers (0,20 et 0,30 m de côté). La palette de couleurs est réduite à quatre, qui ne sont pas choisies pour créer une illusion de type naturaliste, mais sans doute en fonction des disponibilités du mosaïste. Si l'on excepte le rose, toutes ces couleurs font partie du répertoire de base courant.

On relève un certain schématisme dans l'exécution ⁽¹²⁾ ; il atteint quelquefois les limites de la stylisation, assez réussie en XIII,c. Si deux d'entre eux sont repris de part et d'autre du tableau central, tous les autres constituent des créations originales qui sont autant de variantes à partir d'éléments de base communs. C'est le propre du travail d'un atelier qui emploie plusieurs mosaïstes à la fois pour exécuter la partie la moins importante d'un pavement commandé peut-être ici par les *quattuor-viri A'Ossonoba*.

D'autre part, un répertoire végétal étendu associé au thème océanique peut surprendre, nous aurons à nous demander *infra* s'il s'agit d'un choix conscient ou arbitraire du commanditaire.

Précisons enfin que nous n'avons pu faire de prélèvements de tesselles pour analyser les matériaux. Mais il semble que les couleurs employées dans la partie géométrique et dans les têtes des Vents soient des calcaires, probablement locaux. Il serait intéressant de déterminer l'origine du calcaire rose pâle qui revient fréquemment dans les fleurons et les encadrements. En revanche, dans la tête d'Océan dominant les marbres et les tesselles de verre. La palette est complètement différente, beaucoup plus chaude et variée.

Le tableau central

Les Vents (fig. 5)

En haut à gauche: buste d'un Vent personnifié qui regarde vers l'extérieur du tapis; quelques lacunes dans l'aile, le sourcil, l'oreille, la bouche et la tête. Imberbe et juvénile, il peut s'agir

⁽¹²⁾ On observe un répertoire végétal beaucoup plus sec dans deux autres mosaïques de la région, à Amendoal (cf. M. L. ESTÁCIO DA VEIGA, *o. I.*, vol. II, p. 174 et fig. 248, 250). On trouve un répertoire complètement différent à Conimbriga, qui constitue un véritable répertoire régional. On a ici une série de fleurons qui, par leur caractère un peu frêle et par leur coloris, évoquent plutôt certains fleurons africains, de Bulla Regia et Acholla. Dans une autre province de l'Empire, la Gaule, on note en revanche un véritable répertoire régional, facilement reconnaissable, à Vienne (cf. J. LANCHÀ, *Florilège viennois*, in «Mélanges H. Stern», Paris, 1983, p. 244-251).

de Zéphyr ou d'*Eurus* (fig. 5 a). Traits principaux: mâchoire forte, visage rond, front bombé et menton accentué. Le contour du visage est dessiné en tesselles rose, grenat, rouge veiné, selon la direction de la lumière. Les zones claires du visage en tesselles beige, le reste en tesselles roses et grenat, de forme régulière; l'arcade sourcilière et la pupille sont noires, les cheveux roses (quatre tons), et certaines boucles sont soulignées de noir, ainsi que l'oreille, pour donner plus de relief à l'ensemble.

Il ne reste que quelques tesselles de l'aile, sur le haut du front (tesselles gris bleu). Les dégradés de couleur plus que le soin apporté à la direction des lignes de tesselles donnent à ce visage une certaine expressivité.

La densité des tesselles au dm^2 est de 110 (0,9 cm de côté pour chaque tesselle).

En haut à droite: buste d'un Vent qui regarde vers l'extérieur du tapis; quelques lacunes dans l'aile et les cheveux (fig. 5 b). Il est vu de profil, comme le précédent. En dépit du collier de barbe (grenat et noir) qui permet de l'identifier avec *Boréas*, le vent du Nord, la tête de ce dernier est exécutée avec plus de soin que la précédente.

Elle est empreinte d'une certaine gravité. La palette est la même; le nez et l'oeil sont mieux dessinés.

L'aile sur le front est bien conservée (tesselles de verre turquoise, bleu outremer, bleu canard) et les cheveux sont traités avec soin (nombreuses mèches de couleur grenat, rose, ocre, noir). On remarque l'usure des tesselles de verre. Même densité que dans le précédent.

La tête d'Océan (fig. 6)

Vue de trois-quarts à gauche, conservée sur presque toute sa hauteur (0,60 m). Le dieu regarde vers sa droite et lève les yeux au ciel. Quelques lacunes dans le menton, la moustache et la barbe. Les tesselles sont particulièrement usées dans la pince à gauche et dans les antennes inférieures.

Toutes les tesselles employées, à part un calcaire jaune dans les pinces, semblent être des tesselles de marbre, ou de verre. Elles ont de 0,5 à 1 cm de côté dans la tête d'Océan, et 0,5 cm

dans le fond blanc crème, exécuté avec autant de soin que la figure elle-même. Les interstices vont de 1 à 2 mm, l'exécution est soignée (densité de 150 tesselles au dm²).

S'il est probable que le même mosaïste n'a pas exécuté les bustes des Vents et la tête d'Océan, il est clair que c'est la même équipe qui a travaillé aux sujets figurés, si l'on en juge par la palette utilisée dans les deux cas. Toutefois, la gamme de couleurs est plus soutenue dans la tête d'Océan.

La tête se détache sur un fond clair et se caractérise par la recherche d'expressivité: traits accusés, visage émacié, long nez, sourcils froncés, bouche bien modelée, lumières et ombres distribuées sur le front, le nez, les joues. La technique utilisée pour la pose des tesselles, du front à la naissance des sourcils, est le réticulé.

La chevelure est également traitée en deux zones, zone sombre près du visage, zone plus claire au second plan (marron clair, rose). La même répartition de l'ombre et de la lumière s'observe dans le rendu des pinces et des antennes. Par ailleurs, le front bas contribue à donner à ce visage un air sombre, propre à un homme d'âge mûr, pas à un vieillard. Dans la moustache, la barbe et les dauphins — dont il ne reste qu'une partie de la nageoire dorsale et du dos —, la couleur verte évoque le milieu marin dans lequel évolue le dieu. Mais le mosaïste a apporté un soin tout particulier au rendu des yeux:

— oeil gauche rond, cerné de grenat, dessiné par deux lignes de tesselles orange, au sourcil noir et grenat. Le fond de l'oeil est blanc et gris bleu, avec un iris noir dessiné par trois tesselles rectangulaires cernées de grenat.

— oeil droit dont la ligne est plus vague, sans contour net; les couleurs sont disposées en dégradé, du clair au foncé.

Séparée de son contexte marin, la tête d'Océan est traitée ici comme un masque, d'après un carton donnant les lignes de force du visage. L'association des Vents avec une tête d'Océan traitée, comme ici, sous les traits d'un masque, n'est pas surprenante mais elle n'est pas la plus fréquente dans les représentations du dieu. Les Vents personnifient des forces naturelles ⁽¹³⁾. Sans

(13) Dans les mosaïques d'Avenches I (*Winde vielmustermosaik*), in V. VON GONZENBACH, *Die römische Mosaiken der Schweiz*, Bâle, 1961, pi. 71;

doute, le schéma adopté pour le tableau central; un médaillon dans un carré — a-t-il influencé le mosaïste dans le choix des bustes des Vents en écoinçon. Océan figure ici sur un fond de couleur neutre.

Pour situer cette tête d'Océan dans son contexte ibérique, il apparaît que sur les dix exemples connus dans la Péninsule Ibérique ⁽¹⁴⁾ deux ou trois seulement associent cette image avec

de Frampton, in E. RIVET ed., *The Roman Villa in Britain*, Londres, 1969, pl. 3.28 (IV^e s.); de Sousse (L. FOUCHER, *Inventaire des mosaïques de Sousse*, Tunis, 1960, n.° 57 168); peut-être la mosaïque d'Amphitrite à Tagiura; et, dans la Péninsule Ibérique, les mosaïques de Balazote (in S. DE LOS SANTOS GALLEGOS et R. SANZ GAMO, *Museo de Albacete*, Albacete, 1982, une planche en couleurs), de Mérida (mosaïque cosmologique), de Milla del Rio, et de Faro.

⁽¹⁴⁾ Contre 21 dans les provinces d'Afrique. Avec ses 10 exemples, la Péninsule Ibérique se place en seconde position dans le monde romain par le nombre des découvertes. Si l'on dresse une liste récapitulative à partir de la dernière étude publiée sur ce sujet, par A. PAULIAN, *Le dieu Océan en Espagne: un thème de l'art hispano-romain*, «M.C.V.», 15, 1979, p. 115-133, on peut citer, en allant du nord au sud:

— Milla del Rio, cf. en dernier lieu, T. MAÑANES., *Astorga romana y su entorno*, Valladolid, 1983, p. 144 et pi. XXVIII.

— Lugo (voir biblio. dans A. PAULIAN, art. cit.).

— Dueñas (Palencia), (voir biblio. dans A. PAULIAN, art. cit.).

— Quintanilla de la Cueva, cf., en dernier lieu, M. A. GARCÍA GUINEA, *Guía de la villa romana de Quintanilla de la Cueva*, Palencia, 1982, pièce n.° 3, p. 26 sq. et une seconde mosaïque, de même sujet et dans un cadre géométrique différent, dans la pièce n.° 24, fig. 41 (en couleurs).

— Balazote (v. biblio., note 13)

— Cordoue: n.° 1: en dernier lieu dans le *Corpus de mosaicos de España*, fase. Ili, *Cordoba, Jaén, Málaga*, Madrid, 1981, n.° 6.

n.° 2: mosaïque signalée dans le journal ABC, 29-10-1981, et présentée dans *Arqueologia* 81, Madrid, 1982, une vue de détail en couleurs, p. 152.

— El Chorreadero (Paterna): in *Corpus de mosaicos de España*, fase. IV, *Sevilla, Granada, Cádiz y Murcia*, Madrid, 1982, n.° 49, pl. 21. Selon notre identification, il s'agit d'une tête d'Océan, intégrée dans un cortège marin, dont il reste des Tritons et des poissons. La tête est fragmentaire, mais les éléments caractéristiques conservés en partie ne permettent pas le doute: la barbe mêlée d'algues, une antenne, une oreille en forme de queue de langouste. Elle est exécutée en noir et blanc. C'est l'exemple de facture la plus italique découvert jusqu'ici en Espagne.

— Mérida (mosaïque cosmologique), cf., en dernier lieu, notre art. *La*

celle des Vents (*¹⁵). En revanche, la représentation du masque d'Océan dans un canevas géométrique, circulaire ou octogonal, où il est isolé de son contexte marin, semble y avoir connu une certaine vogue (¹⁶).

Avant d'aborder l'étude stylistique du masque d'Océan proprement dit, il nous faut dire un mot de l'iconographie des Vents choisie par le mosaïste de Faro. Jusqu'à présent, cinq mosaïques connues dans l'ensemble du monde romain associent Océan aux Vents (¹⁷). On les rencontre tout aussi fréquemment associés à des scènes dionysiaques (¹⁸), au cycle des Saisons (¹⁹), à un sujet cosmologique (²⁰) qu'à la naissance de Vénus marine (²¹). Les Vents sont donc compatibles avec des sujets variés et leur représentation prend, dans la Péninsule Ibérique, au moins trois formes différentes: tête (vue de face ou de profil (fig. 7, 8 a) ou

mosaïque cosmologique de Mérida, étude technique et stylistique I, in «M.C.V.», XIX, 1983, p. 17-68.

Nous ne tenons pas compte dans cette liste de l'exemple d'Elche (*Contra*: A. PAULIAN, art. cité, reprenant la théorie de P. PALOL, in *El mosaico de tema oceanico de la villa de Dueñas*, in «BSAA», 1963, p. 14 et 16): il ne présente pas, à notre avis, les traits caractéristiques du dieu Océan.

(15) Parmi les exemples cités *supra* n. 13, il faut peut-être mettre à part celui de la mosaïque cosmologique de Mérida, dont la composition plus complexe ne met pas exclusivement les Vents en relation avec Océan.

(16) C'est le cas dans les mosaïques de Balazote, La Quintanilla de la Cueva (les deux exemples), Cordoue (n.º 2) et peut-être à Milla del Río, soit dans 4 ou 5 cas sur les 10 répertoriés en Espagne.

(17) Cf. *supra* n. 13.

(18) Dans la mosaïque de Bacchus de Baños de Valdearados (v. J. L. ARGENTE OLIVER, *La villa tårdorromana de Baños de Valdearados*, Madrid, 1979, pi. VII et fig. 18, la mosaïque de Cordoue (n.º 2), la mosaïque de Mérida (in A. BLANCO, *Corpus de mosaicos de España*, fase. I, Mérida, n.º 43 B, *calle Masona*).

(19) À Santa Vitoria do Ameixial, cf. M. TORRES CARRO, *La escena de dises y las Sirenas del mosaico de Santa Vitoria*, «BSAA», 1978, p. 89-102, pi. ĩ.

(20) Cf. M. H. QUET, *La mosaïque cosmologique de Mérida*, Paris, 1981, *passim*.

(21) Cf. A. M. CANTO, *El mosaico del nacimiento de Vénus en Itálica*, «Habis», 7, 1976, p. 293-338.

buste (22), en pied (23), avec ou sans attribut (24). Toutefois, la représentation la plus curieuse, et en même temps la plus tardive, est celle que l'on trouve dans la mosaïque du triomphe de Bacchus découverte à Baños de Valdearados: un chien de chasse courant après sa proie, et identifié comme un Vent par une inscription. On peut parler ici d'un abandon de la tradition au profit d'une interprétation libre du mosaïste du Vème s., qui ne dispose plus des modèles traditionnels de ces figures. À notre connaissance, il n'existe pas ailleurs de représentation semblable des Vents.

L'exemple de Faro, au contraire, illustre un type iconographique classique (25), bien connu jusqu'ici par les beaux exemples de la villa des Néréides à Tagiura⁽²⁶⁾ ou de la mosaïque de Sousse (27). Si on ne peut parler de fixité du type, il est tout-de-même frappant de voir le type le plus fréquent (la tête de profil) revenir du IIème au IVème s. L'exemple de Cordoue (28) où les Vents sont associés à un thème dionysiaque est isolé en Espagne mais on lui trouve un parallèle en Tunisie (mosaïque d'Oudna). La représentation des Vents, en pied, dans la mosaïque cosmologique de Mérida, situe ces divinités dans le contexte des grandes forces naturelles. On voit donc qu'il n'y a pas de correspondance

(22) Vent vu de face à Cordoue in *Corpus de mosaicos de España, Córdoba, Jaén, Málaga*, Madrid, 1981, n.º 21, et dans la mosaïque de la naissance de Vénus à Itálica. Vent vu de profil, dans les mosaïques de Faro, et de Santa Vitoria do Ameixial. Vent vu en buste, dans la mosaïque n.º 43 B du *Corpus des mosaïques de Mérida*, Madrid, 1978.

(23) Vent vu en pied: dans la mosaïque cosmologique de Mérida.

(24) L'attribut le plus courant est le souffle du Vent, matérialisé par un faisceau de lignes parallèles de couleur bleue ou verte, qui s'échappe de sa bouche, ou bien, comme dans la mosaïque de Milla del Rio, par une trompe marine que le Vent tient de son bras tendu (v. : T. MAÑANES, *o. L.*, pi. XXVIII).

(25) Sur ce problème, v. l'ouvrage de K. NEUSER, *Anemoi, Studien zur Darstellung der Winde und Windgottheiten in der Antike*, Rome, 1982, p. 175 sqq.

(26) Cf. A. DI VITA, *La villa della gara delle Nereide a Tagiura, Suppl. to «Libya antiqua»*, II, Rome, 1966, p. Vili, e, f.

(27) N.º 57 168 de *YInv. des mosaïques de Sousse*, Tunis, 1960, par L. FOUCHER.

(28) V. réf. *supra* n. 18.

entre le type choisi par le mosaïste et la fonction iconographique de ce Vent. Les types sont interchangeables, dans une certaine mesure, si l'on excepte le cas tout-à-fait à part des Vents dans la mosaïque de Baños de Valdearados; ce qui change, d'une mosaïque à l'autre, c'est la signification de l'association des Vents au reste des images du pavement ⁽²⁹⁾.

Pour revenir aux Vents de la mosaïque de Faro, on y observe une singulière simplification du type du Vent à tête vue de profil.

Si on les compare à ceux de la mosaïque d'Amphitrite, dans la villa de la course des Néréides à Tagiura, on constate qu'ils n'ont plus qu'une aile, que le buste au cou gonflé se réduit à la tête et au cou d'un volume normal, et que leur souffle n'est pas figuré. Par ailleurs, ils n'émergent pas des flots de la mer, comme le veut la légende, respectée par le mosaïste de Tagiura. On note également un manque d'expression dans les têtes des Vents de Faro, si on les compare à une représentation comparable, celle de la mosaïque des philosophes découverte Piazza della Vittoria à Paierme ⁽³⁰⁾.

Il y a donc un contraste entre leur association légitime avec le dieu de la mer, d'où naquirent les Vents, et la représentation assez sèche de ces dieux, dans la mosaïque de Faro.

Le masque (TOcéan (fig. 6)

La technique utilisée par le mosaïste est celle d'un *pseudo-emblema*, comme nous l'avons vu *supra*. L'usure des tesselles de verre, que nous avons signalée s'explique peut-être, dans ce cas particulier — la mosaïque ornaît peut-être une salle de thermes publics, ou de tout autre édifice lié à l'activité maritime (bourse de commerce, halle au poisson, *schola* de corporation ?) — par l'usage intensif du sol mosaïqué.

⁽²⁹⁾ Cette particularité laisse supposer que les Vents constituaient des modèles indépendants, interchangeables avec d'autres motifs classiques dans les angles, comme les Saisons.

⁽³⁰⁾ Cf. en dernier lieu, l'ouvrage de D. VON BOESELAGER, *Antike Mosaiken in Sizilien*, Rome, 1983, p. 176-183, et pi. LXI, LXII.

Cette destination publique de l'édifice explique sans doute le choix des commanditaires, c.à.d. la version la plus géographique du sujet. Océan, père de toutes les eaux ⁽³¹⁾ qui fait naître les Vents, dont le souffle favorise la navigation, le commerce. Cosmologie et géographie humaine inspirent cette mosaïque ⁽³²⁾ et non la mythologie ou la scénographie ⁽³³⁾. On n'a pas non plus ici une tête simplement décorative, comme le masque d'Océan peut le devenir dans des contextes moins marqués ⁽³⁴⁾. Le dieu n'a pas non plus à Faro le regard terrible (*sidereo visu*) qu'on lui prête dans certaines de ses représentations tardives ⁽³⁵⁾.

Le modèle suivi par le mosaïste de Faro se caractérise par un expressionnisme mesuré: c'est un homme grave, aux traits réguliers, sans recherche excessive du pathétique. Le flot qui coule de ses lèvres se réduit à une ou deux lignes de tesselles. De même, ses attributs sont figurés sans exagération dans les proportions; les couleurs choisies pour rendre son teint sont naturalistes, et non arbitrairement choisies pour provoquer la terreur, comme dans l'exemple célèbre d'Ain-Temouchent.

Le style de ce masque invite donc à le situer chronologiquement vers la fin du II^e s. ou le début du III^e s.

⁽³¹⁾ Dans son article *Notes sur l'iconographie d'Océan*, «MEFRA», 84, 1972, p. 631-673, P. Voûte a bien mis en évidence ce trait fondamental du dieu.

⁽³²⁾ Comme dans la mosaïque du catalogue de navires d'Althiburos (Maison des Muses) in K. M. D. DUNBABIN, *Roman mosaics from North Africa*, Londres, 1978, p. 127 et 153, datée delà deuxième moitié du III^e s. Pour toutes les mosaïques africaines illustrant ce sujet, nous renvoyons également au livre de K. M. D. Dunbabin, dont l'excellent catalogue facilite les recherches bibliographiques. Pour les mosaïques avec représentation d'Océan, v. p. 149-154.

⁽³³⁾ Comme dans la mosaïque de Dueñas, et la plupart des pavements africains où Océan apparaît dans le contexte d'un cortège marin.

⁽³⁴⁾ Par exemple dans les thermes d'Océan à Sabratha (in S. AURIGEMMA, *L'Italia in Africa, Tripolitania, I monumenti d'arte decorativa, I mosaici*, Rome, 1960, pi. 3).

⁽³⁵⁾ Comme dans la mosaïque d'Ain-Temouchent (in K. M. D. DUNBABIN, *o. l.*, pi. 143, p. 151, la mosaïque d'El Haouana et de Dermech (*ibid.*, p. 107) et la mosaïque de Themetra (*ibid.*, pi. 144). Selon K. M. D. Dunbabin, c'est un trait des mosaïques d'Océan au IV^e s.

Depuis la parution des études de L. Foucher ⁽³⁶⁾, P. Voûte ⁽³¹⁾, A. Paulian ⁽¹⁴⁾ et K. M. D. Dunbabin ⁽³²⁾, l'éventail des mosaïques d'Océan connues s'est légèrement élargi ⁽³⁷⁾. Le principe de classification retenu par L. Foucher en 1963 — c.à.d. l'emplacement du masque dans la mosaïque — ne paraît plus pertinent, comme il le reconnaît lui-même, implicitement, dans son article consacré au même sujet, en 1975.

⁽³⁶⁾ Dans son ouvrage *La maison de la procession dionysiaque à El Jem*, Paris, 1963, p. 143-145, et Id. *Sur Viconographie du dieu Océan* «Caesardunum», n.º10, 1975, p. 48-52, qui n'apporte pas de modifications substantielles à l'étude précédente.

⁽³⁷⁾ Pour la Péninsule Ibérique, v. n. 14. En Italie, deux exemples nouveaux:

mosaïque d'Ancône, signalée dans les *F.A.*, XVI, 1961 (1964), par G. Annibaldi, sous le n.º 4151. Il s'agit d'un *pseudo-emblema*, daté du Illème s. Sur le même pavement, v. également: H. BLANCK, «AA.», LXXXVI, 1971, p. 312, fig. 52; et une bonne photographie en couleurs dans *VE AA s.v. Ancona*, Suppl. t 1970, en face de la page 56.

mosaïque des *Horrea Agrippiana* sur le Forum, publiée par F. ASTOLFI, F. GUIDOBALDI, A. PRONTI dans «Arch. Class.», XXX, 1978, p. 31-100 et pi. XXXVIII (mosaïque en noir et blanc, de l'époque des Antonins ou du début du Illème s., d'après les A.). Enfin, il faudrait compléter la bibliographie sur la mosaïque d'Océan connue depuis longtemps à Piazza Armerina, mais sur laquelle sont revenus récemment A. RICCI et M. DE VOS dans *Filosofiana, la villa de Piazza Armerina*, Paierme, 1982, p. 258 et feuillet XXXVIII.

En Gaule: mosaïque de Maubourguet, in C. BALMELLE, S. DOUSSAU, *La mosaïque à l'Océan trouvée à Maubourguet*, «Gallia», 40, 1982, p. 149-170. Cette mosaïque est postérieure au IVème s.

Pour les autres pavements:

d'Aquitaine, v. C. BALMELLE, *Recueil*, IV, 1, n.º 154 (Jurançon),

de Lugdunaïse, v. J. P. DARMON, H. LAVAGNE, *Recueil*, II, 3, n.º 468.

de Narbonnaïse, v. J. LANCHÀ, *Recueil*, III, 2, n.º 277, 308 et 393,

de la deuxième moitié du IInd s..

En Grande-Bretagne, mosaïque de Dorchester, in J. M. C. TOYNBEE, *Art in Roman Britain*, Londres, 1962, n.º 178.

mosaïque de Woodchester, *ibid.* p. 267-273 et pi. LXII, b.

mosaïque de Rudston (York) in D. S. NEAL, *Roman Mosaics in Britain*, Gloucester, 1981, n.º 67, p. 94 (milieu du IVème s.).

En Allemagne, une nouvelle étude de H. Bullinger sur la mosaïque de Bad-Kreuznach : *Die Verwendung von farbigen Glas in zwei Mosaiken des 3. Jahrhunderts n. Ch. aus Bad-Kreuznach*, in «Actes du VIIème Congrès de l'Association internationale de l'histoire du verre», Berlin, 1977, p. 41-49.

Les recherches plus récentes ont justement mis l'accent sur la signification réelle de ce masque dans les mosaïques.

Dans la mesure où ces pavements sont désormais datés avec un peu plus de certitude qu'ils ne pouvaient l'être dans les années 60, on est amené à distinguer en fait deux grands groupes chronologiques, plus larges que ne l'envisageait L. Foucher. Jusqu'au II^eme s., le modèle courant représenté avec plus ou moins de fidélité et d'expressivité est de caractère pictural ⁽³⁸⁾ : couleurs naturalistes et attributs fixes. C'est à ce type, nous l'avons vu, qu'appartient l'Océan de la mosaïque de Faro. Les mosaïques qui nous paraissent les plus représentatives de cette série sont le masque d'Ouzoüier-sur-Trézée ⁽³⁹⁾ et celui découvert à Ancône, bien que ces exemples ne présentent pas tous les attributs canoniques énumérés par P. Voûte dans son excellente étude du sujet. Il nous semble que la fidélité à un modèle pictural est l'un des éléments à prendre en compte également ⁽⁴⁰⁾. D'autre part, une seconde distinction doit être faite entre le masque du dieu et les représentations d'Océan en dieu fleuve, comme c'est le cas dans la mosaïque cosmologique de Mérida et dans deux mosaïques d'Antioche. Il s'agit alors d'un autre modèle, d'origine orientale, et dont la mosaïque de Mérida fournit la seule illustration dans les provinces occidentales.

Nous avons énoncé ailleurs ⁽⁴¹⁾ l'hypothèse d'une origine africaine du type iconographique du masque d'Océan, dans la mesure

⁽³⁸⁾ Un bel exemple en peinture dans le *mnithraeum* de Santa-Maria Capua Vetere, cf. M. VERMASEREN, *The Mithraeum at Santa-Maria Capua Vetere*, «EPRO», 16, 1971, p. 8 et pi. VII. M. Vermaseren remarque à juste titre que le dieu Océan y est représenté sous les traits d'un homme jeune, plein de vitalité, et non d'un vieillard, comme c'est le cas dans les mosaïques tardives africaines.

⁽³⁹⁾ Nous suivons sur ce point l'opinion de H. STERN et J. P. DARMON, in *Recueil*, II, 3, n.° 468. *Contra*: G. CH. PICARD, «CMGR», I, qui voit dans cette tête une tête de Saturne.

⁽⁴⁰⁾ A ce sujet, nous écartons comme masque d'Océan les figurations de dieux fleuves que l'on trouve sur les monnaies citées par A. Paulian, art. cité, p. 123. Dans le même ordre d'idées, la datation avancée par Ch. Picard pour le masque de bronze de Lixus — le règne de Juba II — ne nous semble reposer sur aucune donnée archéologique.

⁽⁴¹⁾ In *Recueil*, III, 2, n.° 277, Observations.

où les illustrations du sujet les plus nombreuses connues à ce jour sont en Afrique du Nord (une vingtaine). La mosaïque d'Ancône attribuée au II^e s. constitue le seul exemple du sujet traité à la fois en polychromie et en bichromie, selon des critères picturaux: il ne s'agit pas d'un démarquage des silhouettes en noir et blanc. En attendant la publication du *corpus* de la région des Marches, qui permettra de situer ce pavement dans son contexte régional — ou de l'attribuer à un artiste itinérant —, il nous faut constater que, aussi bien en noir et blanc qu'en polychromie, aucune mosaïque n'illustre ce sujet avant l'époque d'Hadrien. Il en va de même pour les illustrations en peinture ou en sculpture.

Un classement chronologique des mosaïques illustrant ce sujet dans la Péninsule Ibérique fait apparaître une mosaïque datée du IV^e s. pour neuf datées du II^e s. et du III^e s. ⁽⁴²⁾.

Cette apparente continuité ne va pas sans quelques variantes:

— le masque végétal, qui n'a plus rien du masque original, dans la mosaïque de la pièce n.° 24 de la villa de Quintanilla de la Cueva, en Vieille Castille, loin de la mer.

— le masque stylisé à l'excès, avec perte des éléments caractéristiques, comme la direction et l'expression du regard. Au contraire, on remarque un ajout curieux dans la mosaïque n.° 2 de Cordoue ⁽¹⁴⁾ qui ne fait pas partie du masque traditionnel: bonnet du genre *pilos*? ou sorte de casque par contamination avec les masques végétaux?

En Espagne, on ne peut faire que des suppositions sur l'introduction du modèle africain du masque traditionnel d'Océan. La proximité de l'Afrique fournirait un argument séduisant; et l'exemple de Faro, si proche des modèles africains du II^e s. et III^e s. par son style pictural, fournirait un argument en faveur de cette thèse.

⁽⁴²⁾ Dans le premier groupe (II^e s., III^e s.) se trouvent les mosaïques de Milla del Rio, Cordoue, Lugo, Mérida, Quintanilla de la Cueva, Balazote, dans le second se trouve la mosaïque de Dueñas.

Enfin, dans un autre ordre d'idées, on peut se demander si l'association du masque d'Océan avec le décor végétal des hexagones est arbitraire ou significatif. Peut-être faut-il y voir une allusion à la fertilité provoquée par les eaux d'Océan? Nous n'avançons cette hypothèse qu'avec une extrême prudence, car les compagnons habituels du dieu, quand ils sont figurés, sont toujours les poissons et autres êtres marins. ...

L'inscription

Caractères intrinsèques (figs. 11, 12):

Inscrite dans un cadre dont la forme imite celle d'une *tabula ansata*, de 2,45 X 0,42 m, en lettres noires sur fond blanc, de 0,10 m de haut, elle comporte trois lignes, avec une lacune centrale de 450 mm de long à la 1ère ligne, 480 mm à la 2ème ligne, et 620 mm à la troisième. Comme font noté les restaurateurs au moment de la dépose, les lettres avaient été préalablement dessinées à la peinture rouge sur la couche supérieure du *nucleus*.

On note une certaine irrégularité dans l'espacement des lettres selon les lignes. Aux lignes 1 et 2, il est assez régulier, et la coupure est faite normalement à la syllabe, en fin de première ligne. De manière générale, les lettres sont plus hautes que larges. Les noms des personnages sont mis sur le même plan, du point de vue de l'espace qu'ils occupent. Au contraire, à la troisième ligne, on remarque une certaine négligence dans l'écriture et la composition: au resserrement des lettres en début de ligne succède le verbe *donarunt*, qui se détache nettement du reste par l'espacement et les dimensions des lettres.

Bien que dessinées avant d'être exécutées, les lettres n'ont pas le bel aspect des capitales carrées des inscriptions monumentales sur pierre. Les jambages ne sont pas tous droits.

L'interponction est syllabique, mais placée de manière fantaisiste, presque au pied de la lettre, ou à mi-hauteur, et sans régularité. Les tesselles blanches du fond ont été visiblement posées après l'exécution des lettres, ou plutôt au fur et à mesure que chaque mot ou chaque groupe de mots était écrit en tesselles

noires: le même lit de pose était utilisé pour les lettres et le fond blanc.

Enfin, pour une lettre comme le C, on observe une graphie hésitant entre le C et le G (*C. Calpurnius*, *C. Vibius*) tandis que le G (dans *Geminus*) est écrit comme un C.

Commentaire

Des quatre personnages désignés par leur *praenomen*, *nomen*, *cognomen*, trois portent des noms trop répandus pour pouvoir donner lieu à une recherche d'identification (*C. Calpurnius*, *C. Vibius Quintilianus* et *C. Attius*). Tout au plus peut-on remarquer qu'aucun d'eux ne porte un surnom terminé en *-ius*; une datation au IV^e s. est donc exclue.

La restitution proposée par J. d'Encarnação, à la ligne 2, — *C. Att[ius]* — est pratiquement sûre. Le *nomen* du quatrième donateur — *Verrius* — est plus rare et peut mettre sur la piste d'une famille dont le rôle social dans la province de Lusitanie, ou en Bétique toute proche, est plus facile à cerner ⁽⁴³⁾. Ce gentilice est connu en effet par deux inscriptions peintes sur des amphores découvertes à Rome, et provenant de Bétique. Il s'agit des n.º 250 (dans M. Beltrán Lloris, *Las ánforas romanas en España*, Saragosse, 1970) *L. Verri Apri*, et 251 (*ibid.*) *Verriorum*. D'après M. Beltrán, les *Verrii* furent exportateurs pendant une longue période, dans la seconde moitié du I^{er} s.

A la ligne 3, nous avons proposé ailleurs ⁽⁴⁴⁾ de restituer:

tessella s[ternere curar]unt et donarunt.

Toutefois, ayant procédé par la suite à des mesures plus précises, et compte-tenu du resserrement des lettres à cette ligne, jusqu'au

⁽⁴³⁾ Nous adressons à Sylvie Dardaine nos remerciements les plus vifs pour ses critiques et suggestions dans le domaine épigraphique.

⁽⁴⁴⁾ Cf. notre article, *Les mosaïstes dans la vie économique de la Péninsule Ibérique, du I^{er} au IV^e s.: état de la question et quelques hypothèses*, «M.C.V.», XX, 1984, p. 45-61. Cf. également la notice n.º 490 de l'Année Épigr., 1981, où est proposée la lecture «*solum tessellatum*», et la date du III^e s. ou du IV^e s.

mot *donarunt*, nous proposons la lecture suivante, qui conserve la construction — *tessella sternere*—:

solum tessella s[ternendum curar]unt et donarunt.

La fonction des quatre personnages n'est pas précisée dans l'inscription, mais son caractère officiel — d'une nature qui reste à déterminer — ne fait aucun doute. S'agit-il des *quattuor viri* d'*Ossonoba*? ou de responsables d'un collège professionnel ou religieux? Le fait qu'il y ait quatre noms exclut en tout cas qu'il s'agisse d'une maison privée. Nous avons mentionné dans l'article cité *supra* notre préférence pour la première des hypothèses faites par J. d'Encarnação, c.à.d. pour celle qui voit dans ces personnages les *quattuor-viri* d'*Ossonoba*, à une date qu'il est malheureusement impossible de fixer avec précision. Certes, les données disponibles aujourd'hui sur l'administration locale en Lusitanie sont assez minces. Sur les 38 inscriptions découvertes dans la ville ⁽⁴⁵⁾ la plupart sont funéraires, et deux inscriptions seulement nous font connaître un flamine municipal (*CIL* II n.° 5141): *C. Iulius Felicior*, et un *seoir augustal* (*CIL* II n.° 5133): *M. Cornelius Eridanus*. Par ailleurs, R. Étienne a réuni quelques données éparses sur l'histoire d'*Ossonoba* ⁽⁴⁶⁾. Elles nous permettent seulement d'entrevoir le déroulement de la vie de ce municipe à l'époque impériale.

Si l'on essaie enfin d'éclairer cette dédicace par des rapprochements avec d'autres dédicaces similaires sur des pavements, on est frappé du petit nombre des exemples conservés, tant dans l'espace que dans le temps. Du Und s. avant J. C. au III^e s. ap. J.C., dans l'ensemble des provinces occidentales de l'Empire, on ne trouve que quatre exemples, deux inscriptions certainement

⁽⁴³⁾ F. *CIL* II, n.° 1 à 12 et *CIL* II Suppl. n.° 5133 à 5159.

⁽⁴⁶⁾ Dans son ouvrage *Le culte impérial dans la Péninsule Ibérique*, Paris, 1958, p. 223 (le municipe à *Ossonoba*), 200, 254, 311, p. 502 (le buste de Gallien découvert à *Ossonoba*), p. 515 (un évêque d'*Ossonoba* au concile d'Elvira).

signées par des magistrats ⁽⁴⁷⁾ et deux par de simples particuliers ⁽⁴⁸⁾.

Trois sur quatre de ces inscriptions, aussi éloignées soient-elles dans le temps et par leur contexte, adoptent la présentation formelle de la *tabula ansata*, claire référence à Pépigraphie officielle sur pierre. N'est-ce-qu'une coïncidence? ou bien l'indication du caractère officiel de l'inscription? il peut ne s'agir en fait que d'une imitation (dans le cas de *Marcunus* et de *Calpurnius*) un peu vaniteuse des grandes inscriptions publiques de la part d'un modeste propriétaire ou évergète. Mais ce ne sont là que diverses hypothèses, étant donné que l'on ne connaît pas avec certitude

⁽⁴⁷⁾ À Rome, l'inscription du temple d'Apollon Sosien, mosaïque noire et blanche commémorant l'oeuvre des édiles (cf. DEGRASSI, *Inscriptiones Latinae Liberae Rei Publicae. Imagines*, Rome, 1965, n.° 26). À Alba Fucens, une inscription en lettres blanches sur fond noir, où on lit *Vibia C. F. Galla balnea de sua pecunia ref. curavit*, cf. «Ant. Class.», XXX, 1961, p. 67, 129. Il s'agit de la fille de l'empereur C. *Vibius Trebonianus* qui offre de ses deniers la réfection des thermes de la ville. En Espagne, une inscription sur un sol en *terrazzo-signinum* à Mazarrén (Murcie), cf. notre article cité n. 44, p. 49, et en dernier lieu, la communication de B. Ramallo au colloque d'épigraphie de Saragosse (1983), où il opte pour l'identification de ces magistrats avec les *magistri argentarii*, fonctionnaires romains chargés de l'exploitation des mines d'argent situées à *La Herrería*.

⁽⁴⁸⁾ En Suisse, un exemple à Avenches (cf. Y. VON GONZENBACH, *Die römischen Mosaiken der Schweiz*, Bâle, 1960, p. 72 et pl. 26); un exemple dans le sanctuaire rural découvert près du Fort Trigh Tarhùna, en Tiipolitaine (cf. S. AU RIGEM MA, *Vitalia in Africa, I monumenti d'arte decorativa, / mosaici*, Rome, 1960, p. 37 et pl. 56, où on lit:

[CJALPVRNIVS

CANDÌ DYS'VS

.D. .D.

Enfin, il faut citer, en Germanie, la mosaïque de *Victorinus* à Trêves (in K. PARLASCA, *Die Römischen Mosaiken in Deutschland*, Berlin, 1959, p. 44 et pl. 48.5) où on lit:

M. PIANIVS VICTO/RINVS TRIBVNVS P/RET[ORIA]NORVM D[E
SVO R]ESTITVIT.

La mosaïque date du milieu du III^e s.

la destination des deux édifices en question: un sanctuaire rural dans le cas de l'inscription de Tripolitaine, dans le portique d'un édifice public à Avenches ⁽⁴⁹⁾.

Dans l'état actuel de nos connaissances, on ne peut donc que souligner l'intérêt exceptionnel de l'inscription sur mosaïque de Faro: les quatre personnages du municipe d'*Ossonoba* qu'elle nous fait connaître sont probablement des *quattuor-viri*, ou bien d'autres personnages exerçant des responsabilités professionnelles ou religieuses. Dans tous les cas, en demandant au mosaïste d'immortaliser leur don sur cette inscription, ils font preuve de civisme, ou manifestent leur évergétisme.

On voit donc que, par le sujet et l'inscription qui l'accompagne, la mosaïque d'*Ossonoba* nous confirme le degré de romanisation du municipe, et son ouverture aux courants artistiques venus d'Afrique, dans le domaine de la mosaïque.

(49) Dans une mosaïque . découverte en Angleterre au siècle dernier, une inscription sur mosaïque du même type accompagne un pavement dont deux bordures successives seulement sont dessinées. L'ensemble n'est connu que par un dessin. Il s'agit d'une mosaïque ornant la *cella* d'un temple — d'après l'inventeur—, situé à Lydney Park (*in* W. HILEY BATHURST, *Roman Antiquities at Lydney Park, Gloucester*, Londres, 1879, p. 25, p. VIII). On lit:

D(co) M(aximo) IT(erum) FLAVIVS SENILIS PR(aeses) REL(igionis)
EX STIPIBVS POSSVIT (opitu)LANTE VICTORINO INTER(prete)
(La)TINO.

Le point commun entre cette inscription et celle de Faro est évident: dans les deux cas, un personnage ayant une fonction officielle a pris en charge la construction d'un édifice et son décor. Toutefois, dans la mosaïque de Lydney Park, on précise l'origine du financement: *ex stipibus*.

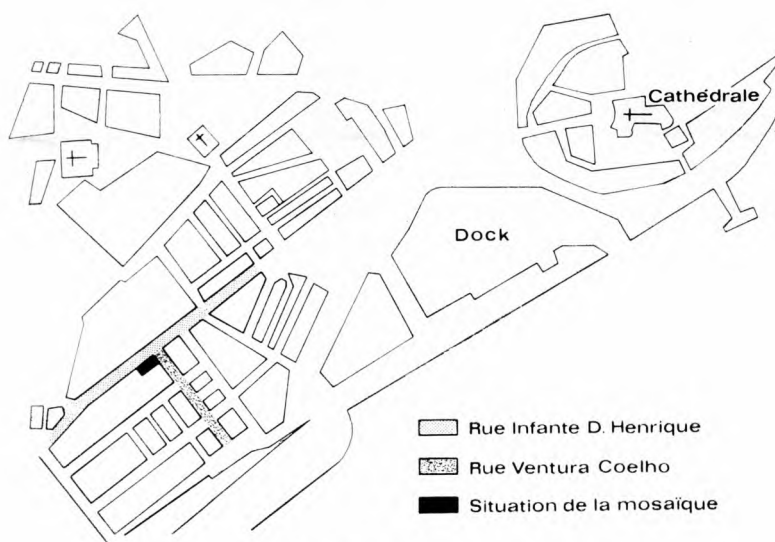


FIG. 1 — Plan de situation.



FIG. 2 — Dessin d'ensemble de la mosaïque (d'après A. Alarcão et alii, art. cité).

(Página deixada propositadamente em branco)



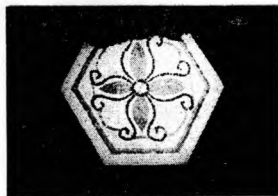
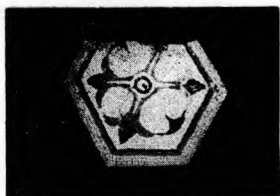
FIG. 3. — Vue du tableau central de la mosaïque d'Océan



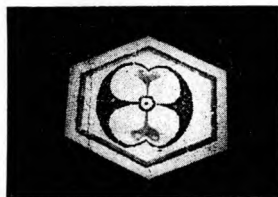
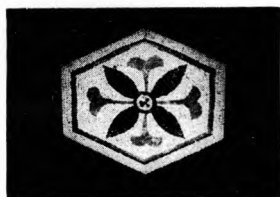
FIG. 5. — Détail des Vents de la mosaïque de Faro: 5a: *Eurus* (?); b: *Boreas*

(Página deixada propositadamente em branco)

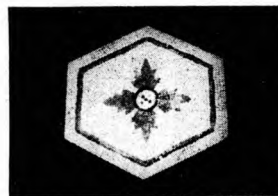
III a; b



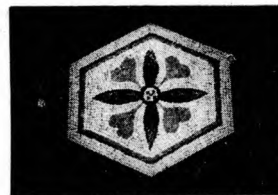
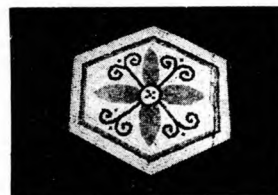
IV a; b; c



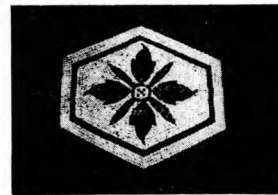
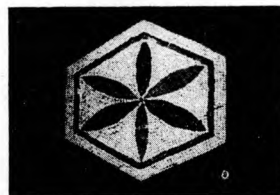
V a; b



VI a; b; c



VII a; b



VIII a; b

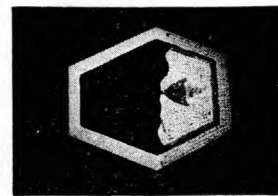
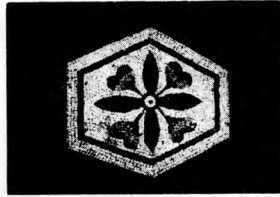
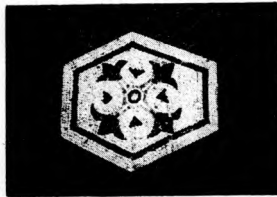
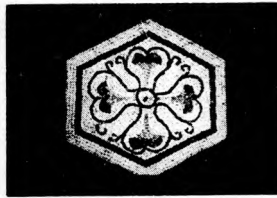
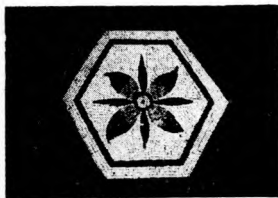


FIG. 4 — Vue de détail des fleurons dans leur cadre hexagonal, par rangée de gauche à droite

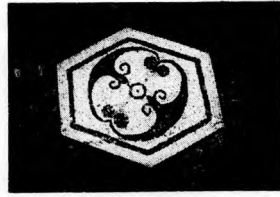
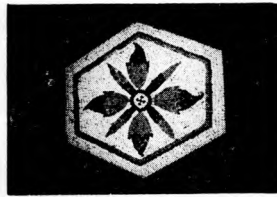
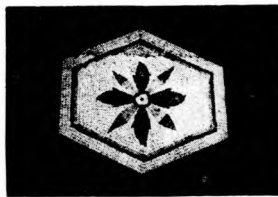
IX a; b; c



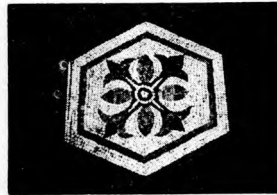
X a; b



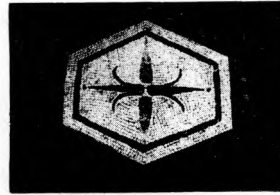
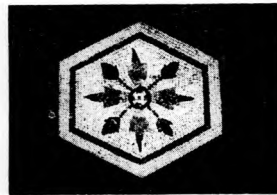
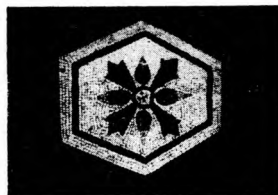
XI a; b; c



XII a; b



XIII a; b; c



XIV a; b

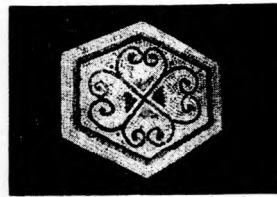
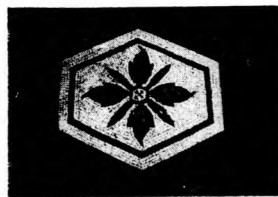


FIG. 4a — Vue de détail des fleurons dans leur cadre hexagonal, par rangée de gauche à droite



FIG. 6 — Vue de détail du masque d'Océan

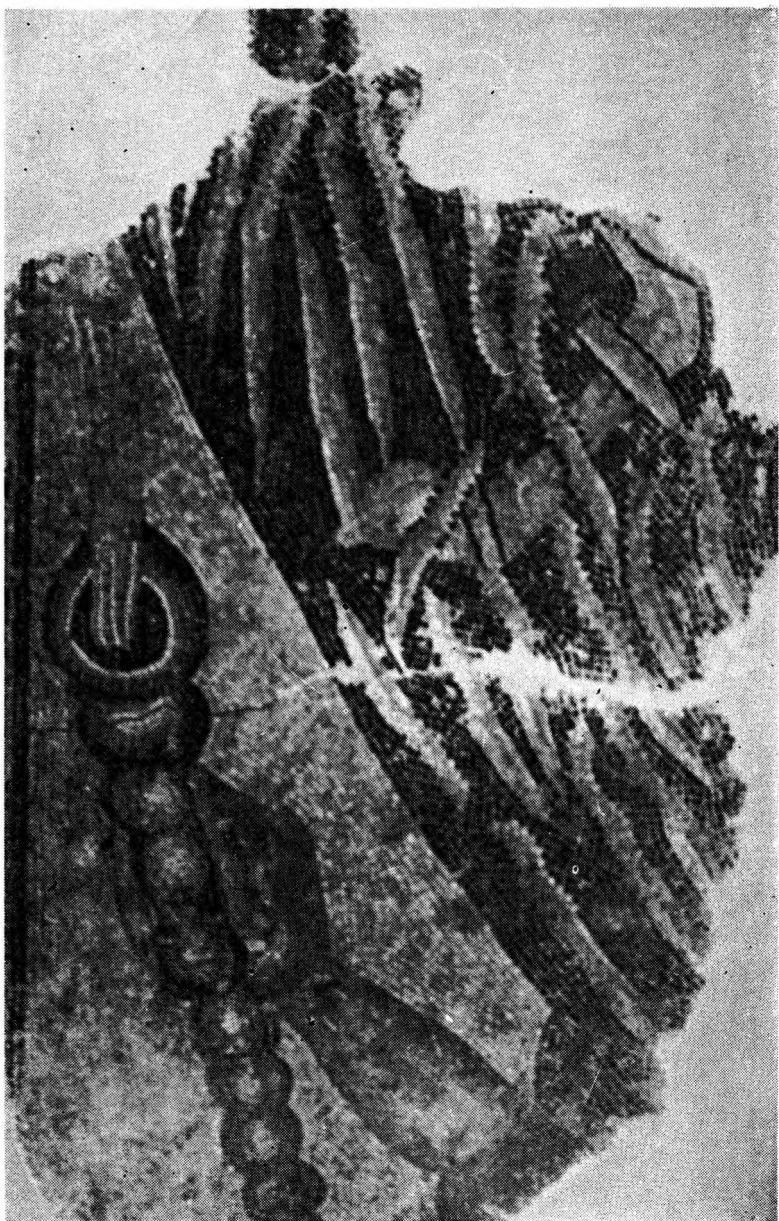


FIG. 7 — Buste du vent en écoinçon de la mosaïque d'Océan de Milla del Río
(cliché Musée provincial de Léon)



FIG. 8a — Vent de la mosaïque de Balazote, au Musée d'Albacete.



FIG. 8b — Océan de la mosaïque de Balazote, au Musée d'Albacete.
(Cl. de l'A. avec l'aimable autorisation de S. Samuel de los Santos,
alors Directeur du Musée d'Albacete)



FIG. 9 — Mosaïque d'Océan de Quintanilla de la Cueva, n.º 2 (cliché de l'A.)



FIG. 10 — Mosaïque d'Océan découverte à Cordoue en 1980 (d'après A. M. Vicent, *Arqueologia*, 81, p. 152)

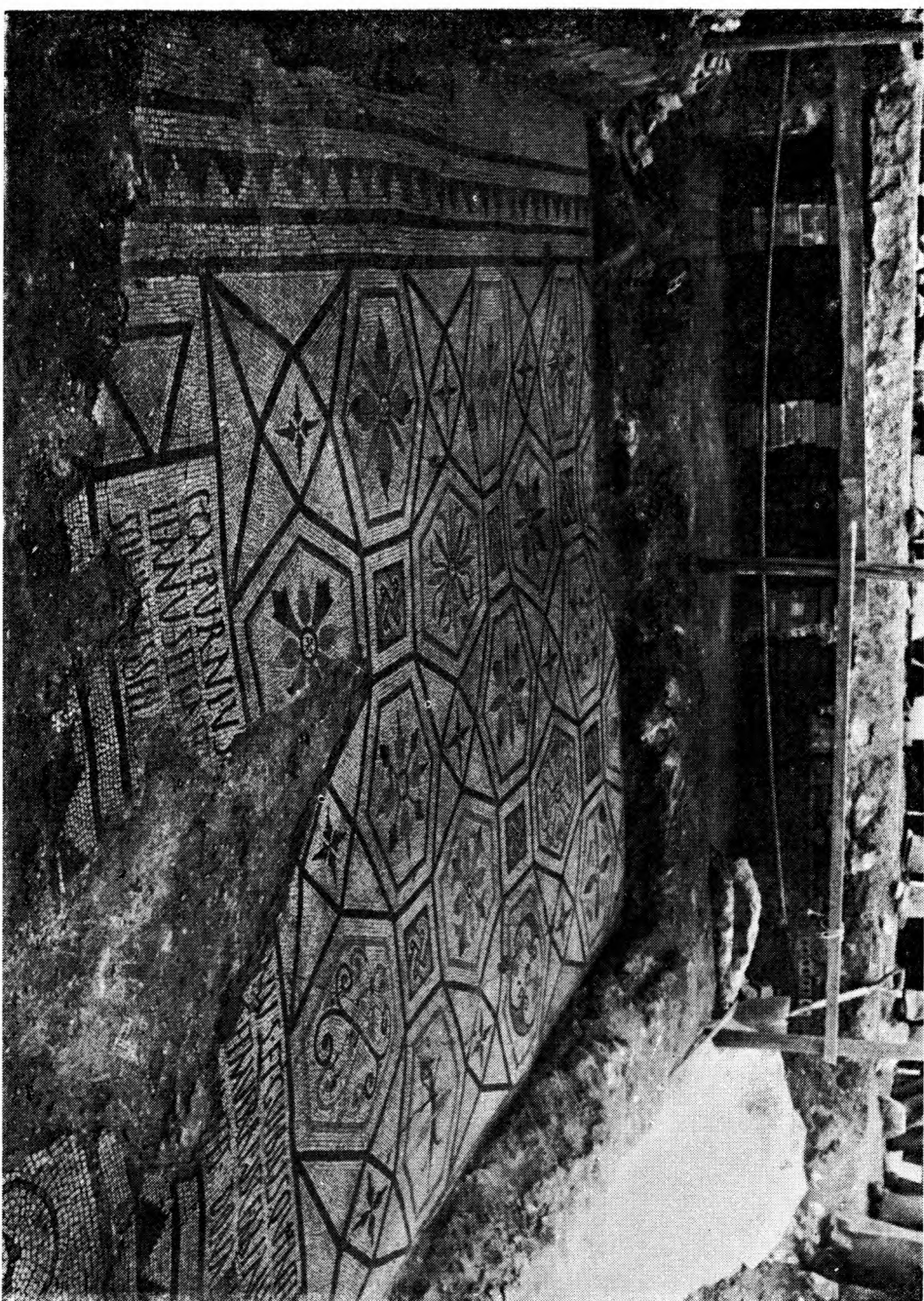


Fig. 11 — Vue de l'inscription *in situ*



FIG. 12 — Vue de l'inscription, au Musée de Faro

(Página deixada propositadamente em branco)

JOAQUIM CANDEIAS SILVA
Professor do Ensino Secundário

OS «MOURÕES» DO ROSSIO DE ABRANTES — AFINAL, A PONTE
ROMANA ERA UM CAIS... DO SÉC. XIX
«Conimbriga», XXIV (1985), p. 17 7-185

RESUMO: Uma planta recentemente descoberta no Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar veio provar que os restos duma ponte sobre o rio Tejo, em Abrantes, não remontavam à época romana, como se chegara a pensar, mas sim ao período das invasões napoleónicas.

RÉSUMÉ: On vient de découvrir, dans les archives militaires portugais, des dessins d'un vieux pont sur le Tage, à côté de la ville d'Abrantes: il s'agit, en effet, d'un pont bâti à l'époque des invasions napoléoniques au Portugal (début du XIX^{ème} siècle), qui n'a rien de romain.

(Página deixada propositadamente em branco)

OS «MOURÕES» DO ROSSIO DE ABRANTES -AFINAL, A PONTE ROMANA ERA UM CAIS... DO SÉC. XIX

Aquele extenso renque de pegões a descair sobre o Tejo, na sua margem esquerda, sempre me causou engulhos quanto à sua origem e finalidade, desde que, em 1969, arribei ao Rossio ao Sul do Tejo. A mim como, decerto, a quase todas as pessoas que, de qualquer forma, se interessaram pela arqueologia ou pela história da região ⁽¹⁾.

P) Sem pretender, de modo algum, fornecer uma listagem exaustiva, eis algumas:

- Henrique M. V. M. CARVALHO, em *Monografia do Concelho de Abrantes*, Abrantes, 1937, exemplar dactilografado, em poder da Câmara Municipal de Abrantes. A págs. 56, em legenda a uma foto dos «mourões», pergunta: «Serão estes os restos da via Scallabis-Emerita?» E acaba por responder afirmativamente, acrescentando que é flagrante a sua semelhança com os restos da antiga ponte romana de Mértola sobre o Guadiana». (A propósito deste falso confronto, vide D. Fernando de ALMEIDA, *As ruínas da chamada ponte romana de Mértola*, «Madrider Mitteilungen», 17, 1976, p. 295-304).
- DIOGO OLEIRO, *Pontes e vias romanas*, «Jornal de Abrantes», 29-12-1942, com foto da «ponte romana do Tejo». IDEM, *Abrantes, Cidade Florida*, 1952, p. 76.
- Gen. João de ALMEIDA, *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses*, XI, Lisboa, 1946, p. 249: a estrada romana principal passava pelo Rossio, «onde ligava, por uma ponte monumental sobre o Tejo, com a fortaleza romana de Abrantes».
- Gustavo M. SEQUEIRA, *Inventário Artístico do Distrito de Santarém*, Lisboa, 1949, p. 14: «Rossio de Abrantes: Monumentos romanos (...)».
- Mário SAA, *As Grandes Vias da Lusitânia*, tomo I, Lisboa, 1957, p. 164-168: «(...) não são obra romana, nem ponte», mas «plano indi-

De tudo lhe chamaram: ponte, ponte inacabada, cais, ponte-cais, plano inclinado de estaleiro naval, sistema de elevação de águas para rega. Fundadores também não lhe faltaram: romanos, mouros, portugueses dos primórdios da nacionalidade. Mais prudentemente andou o legislador, que o classificou como *imóvel de interesse público* (Dec.-Lei 251, de 3-6-1970), ao designá-lo muito simplesmente por «conjunto de pilares existentes na margem esquerda do rio Tejo».

Não há dúvida que Marc Bloch tinha razão em afirmar que as actividades humanas do passado são de natureza a seduzir a imaginação dos homens, sobretudo quando, graças ao distanciamento no tempo, se enfeitam com as subtis seduções do que é estranho (2).

Até que, em Outubro passado, um homem de Abril, também investigador de temas histórico-militares — o major dr. Fernando Salgueiro Maia — trouxe a público (3) a cópia de um documento, que descobrira no Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar (= GEAEM) e que contém, nem mais nem menos, a planta da construção dos ditos pegões, se bem que elaborada *a posteriori*.

Trata-se de um longo desdobrável de 1,94 x 0,30 m, utilizando no geral uma «escalia de 200 palmos» (correspondente à escala

nado de estaleiro naval» e «devemos situá-la nos reinados dos primeiros reis de Portugal».

— J. M. BAIIRÃO OLEIRO, *Uma estátua romana na quinta da Baeta* (*Rossio ao Sul do Tejo, Abranles*), «Humanitas», vol. XIII/XIV, 1962, p. 367: «(...) uma discutida construção romana que tem sido considerada como ponte».

— J. D. Santa-Rita FERNANDES, *Abranles Cidade*, 1966(?), p. 18 e 27, com foto dos «pegões da ponte-cais romana».

(2) Cf. Marc BLOCH, *Introdução à História*, Lisboa, 1965, p. 14.

(3) No colóquio realizado na Biblioteca Pública de Abrantes, a 24-10-84, subordinado ao tema «Abrantes na Estratégia Militar».

Aproveito para agradecer ao responsável pelo Arquivo Histórico do Concelho de Abrantes, que conseguiu obter do conferente uma cópia do documento original em tamanho natural, as facilidades concedidas para o seu estudo.

métrica de 1:225, aprox.), na qual são postos em evidência o alçado e planta global da *PONTE MELITAR* de barcas que foi *Estabelecida no Tejo da Villa de Abrantes em* (a partir de) *Dezenbro de 1808*.

À esquerda, aparece, numa espécie de caixa e em «escalia de 40 palmos (4 vezes maior que a do alçado e planta geral para melhor percepção)», o «Alçado interior de hum pegaõ de estacaria», para exemplificar como era constituído o *cais de madeira*, «obra feita no Veraõ de 1809» sobre o areal da margem norte, «para servir de suplemento à Ponte de Barcas na ocasião das enchentes do Tejo». À direita, na mesma escala, lá está o «Alçado interior de hum pegaõ ou secção», com a respectiva planta, para exemplificar a constituição do CAIS DA MARGEM SUL que foi «*últimamente construído na Praia do Sul nos mezes de Setembro, Outubro, e Novembro de 1811, formado de pegões de pedra e cal, e madeira por cima, (...), fazendo hum segundo suplemento à Ponte de Barcas na ocasião das enchentes*».

Sensivelmente a meio, vem uma «explicação», para nos ajudar à interpretação das letras convencionais e, consequentemente, do funcionamento de todo o sistema: nela se assinala a «Praça para poderem virar os carros, e se arrumarem quando pela Ponte se encontram opostamente», a «Levadiça para a entrada e saída das embarcações», as «Barcas que se vão metendo sobre as Rampas (...) e tirando à proporção que o Tejo Levanta ou abaxa», bem como as linhas das «agoas ordinarias», das «Cheias medianas» e das «grandes Cheias». Uma outra legenda, no canto inferior direito, esclarece-nos ainda que «Tanto esta Ponte como todas as mais que se tem estabelecido na Beira Baixa tem sido da Direcção do Coronel do Real Corpo de Engenheiros abaixo assignado (...) Manoel de Souza Ramos». Datada: «Quartel de Abrantes 13 de de 1812».

O desenho revela, pois, um trabalho de bastante imaginação e apreciável primor técnico, que teria por objectivo principal estabelecer militarmente a ligação entre o norte e o sul do Tejo, as Beiras e o Alentejo, tendo em conta a necessidade de defesa do centro do País face às invasões francesas. Abrantes, um importante núcleo populacional com tradições de guarda da linha do Tejo devido ao seu posicionamento geo-estratégico, que

já tinha estado inclusivamente no itinerário de Junot⁽⁴⁾, era, sem dúvida, o local privilegiado para a instalação de uma obra de engenharia desta envergadura.

Como corolário do que fica dito, convém esclarecer que todos os demais testemunhos da época (e não só) se ajustam perfeitamente, como peças de um mesmo *puzzle*. Consideremos três deles:

— O testemunho de Manuel A. MORATO, autor da mais antiga e completa monografia de Abrantes j⁽⁵⁾: «No princípio do ano de 1809, mandou o Governo fortificar esta Vila, incumbindo os trabalhos ao Capitão de Engenheiros do Exército Inglês, Pactom, debaixo da inspecção do Coronel de Engenheiros do Exército Português, Manuel de Sousa Ramos, que foi o primeiro Governador Militar da Praça, depois da Restauração» (da soberania portuguesa nesta vila a 17-8-1808).

«...No mesmo ano de 1809, foi novamente restabelecida ⁽⁶⁾ a ponte de barcas sobre o Tejo para, ao abrigo da artilharia da Praça, facilitar a passagem e comunicação entre os nossos exércitos do norte e sul. O Governo, conhecendo a importância da posição topográfica desta Vila com relação às Províncias da Beira e Alentejo, classificou-a Praça de primeira ordem. (...) Durante toda a Guerra Peninsular, foi esta Praça o principal depósito de munições de guerra, víveres e ambulâncias».

⁽⁴⁾ Cfr. J. Candeias SILVA, *Junot em Abrantes*, «Notícias de Abrantes», n.º 10, 28-11-1980. Recordar-se que ao ambicioso comandante da 1.^a invasão francesa concedeu Napoleão o título de Duque de Abrantes, por certo em atenção aos seus «feitos» nesta (então) vila.

⁽⁵⁾ *Memória Histórica da Notável Vila de Abrantes*, edição da Câmara Municipal de Abrantes, com anotações de Eduardo M. T. Campos, Torres Novas, 1981, p. 154. Morato, que nasceu precisamente no ano da construção do cais, redigiu esta obra ao longo do ano de 1860, socorrendo-se principalmente de documentos que foi consultando no arquivo da C.M.A. e que ainda hoje existem.

⁽⁶⁾ A primeira ponte de barcas, terá sido construída por volta de 1730, um pouco acima da actual ponte ferroviária (cf. MORATO, *op. cit.*, nota 210, e Santa-Rita FERNANDES, *op. cit.*, p. 51). Outras, entretanto, lhe sucederam, nomeadamente a que, a partir de 1797, entestava na base do Cabeço do Caneiro, um pouco abaixo da foz do rio Torto.

— Os mapas militares da vila e arredores de Abrantes, de 1797, 1801 e 1817, existentes no GEAEM⁽⁷⁾: No primeiro, é bem nítida a inexistência de quaisquer pegões entre a chamada Pedreira das Argolas e o Rossio Velho ou «Banda d'Além», embora se distinga já um corredor de ligação à «Estrada do Gavião». No segundo, também ainda lá não estavam, continuando ao serviço a ponte do Caneiro, a jusante. Mas já no terceiro, obviamente, eles lá estão, no sítio próprio e com direito a legenda. A ponte, essa é que, alterada a situação conjuntural que a fizera nascer, desapareceu, engolida talvez por alguma cheia do rio.

— Desapareceram as barcas, assim como todo o travejamento de madeira de ambos os cais, mas deveria manter-se parte da estacaria da margem norte. E, efectivamente, há cerca de quatro anos, quando um industrial areeiro fez deslocar as suas máquinas de extracção para o local e começou aí a desassorear o rio, «punha-se a descoberto um duplo renque de toros de pinho, alinhados na direcção da chamada «ponte-cais», cravados na areia virgem a espaços curtos e a não muita profundidade» ⁽⁸⁾. Era óbvio. O estranho era que aparecessem mais pegões da ponte... romana 1

Resta apenas uma pequena dúvida por resolver: o testemunho deixado em 1571 por Francisco d'Olanda, que tantas vezes tem sido invocado — «Fizeraõ (os romãos) outra Ponte Magnifica acima daBrâtes, onde estão os pégoês e mōtes de pedra (...)»⁽⁹⁾ — e que me levou a afirmar, noutra oportunidade, que seria ele *o principal «padrinho» da pseudo-ponte romana de Abrantes* ⁽¹⁰⁾. A que «ponte» e «pégões» Olanda se queria referir?

Logicamente que não poderiam ser os do Rossio, que até nem ficam «acima» de Abrantes, mas ao sul e, portanto, *abaixo*.

⁽⁷⁾ Todos já publicados pelo arq.^o José D. Santa Rita FERNANDES, *op. cit.*, respectivamente a p. 87, 30 e 42.

⁽⁸⁾ J. C. S., «Notícias de Abrantes», n.^o 3, 10-10-1980, p. 9.

⁽⁹⁾ *Da Fabrica que faleçe a Cidade de Lisboa*, Códice da Biblioteca da Ajuda, cap. VII, fl. 19 v.^o, Ed. de Jorge Segurado, Lisboa, 1970, p. 104.

⁽¹⁰⁾ *Epigrafia romana de Abrantes — Quatro textos em questão*, comunicação apresentada às I.^{as} Jornadas de Estudos Epigráficos da Beira, «Trebaruna», Castelo Branco, 1981, p. 15.

Salvo melhor opinião, penso que o arqueólogo-artista de Quinhentos poderia ter-se querido referir aos pegões daquele que tem sido considerado um aqueduto, que abasteceria a antiga povoação de Alvega (a *Aritium Vetus* dos Romanos) e que ainda se pode observar na margem esquerda do Tejo, próximo de Casa Branca.

Mais remotamente, admito ainda que quisesse aludir à chamada «ponte-represa romana» de Olho de Boi (Alferrarede). É que, no fundo, talvez nem o próprio Olanda soubesse localizá-los com precisão, pois se baseou numa informação antiga fornecida por terceiros ⁽ⁿ⁾.

Em suma, só uma conclusão se impõe, incontestável: a tão decantada «ponte monumental romana que servia Tubucci» foi, afinal, um cais, dos princípios do séc. xix, feito para servir de apoio a uma ponte militar de barcas, por ocasião das cheias.

Mas, como foi possível — perguntarão muitos — em tão pouco tempo instalar-se tamanha confusão ? Como foi possível criar-se, entre a população rrossiense por exemplo, uma tradição tão forte e tão rotundamente falsa?

Há que considerar, primeiramente, que o Rossio é uma povoação recente. À data da construção do cais — informa-nos Morato ⁽¹²⁾ — contava apenas duas ou três casas abarracadas... Depois, foi crescendo, mas os novos habitantes e seus descendentes, gente modesta, laboriosa e de bastante mobilidade, não terão naturalmente chegado a adquirir uma autêntica consciência histórica ⁽¹³⁾.

Em segundo lugar, o funcionamento da ponte terá sido muito restrito (era militar) e a sua duração muito efémera. Como ficou dito atrás, em 1817 — apenas cinco anos depois da construção dos pegões — ela já não funcionava.

Depois, há ainda que analisar o quadro geral da época em que o mito se terá forjado e desenvolvido — princípios do

⁽ⁿ⁾ «...e esta quisera redeficar o liante Dõ Fernãdo q Déos tê, següdo dixe a meu Pay Ant.º Dolanda tâbê q Deos tem» (*ibidem*).

⁽¹²⁾ *Op. cit.*, p. 155, nota XLVII.

⁽¹³⁾ Sobre a evolução económica e social do Rossio ao Sul do Tejo, cf. Jorge GASPARG, *os portos fluviais do Tejo*, «Finisterra», vol. V, n.º 10, Lisboa, 1970.

séc. xx ⁽¹⁴⁾ — bem como a mentalidade dominante entre os pretensos historiadores abrantinos de então: homens muito esforçados sim, mas arreigados a uma visão marcadamente bairrista e mais ou menos romântica da História, utilizando métodos e técnicas por vezes bem pouco rigorosos de reconstituição do passado e cedendo, frequentemente, ao capricho imaginativo e à arbitrariedade, um pouco ainda à maneira dos sécs. xvi/xvii. O aproveitamento do manuscrito de Francisco d'Olanda fez o resto.

O fenómeno, aliás, não é inédito, infelizmente. Acaso não se desmitificaram já tantos episódios lendários, tantos casos de atribuição de épocas remotas a monumentos ou materiais recentes? Em Abrantes mesmo, não se desmontaram já quatro epígrafes, falsamente imputadas aos Romanos com o nítido propósito de sobrevalorizar o passado do burgo? ⁽¹⁵⁾.

Este é, portanto, e apenas, mais um caso exemplar de falsa romanização, a juntar a muitos outros ⁽¹⁶⁾. Sinal de que a História, a Arqueologia, continuam atravancadas de muitas lendas disparatadas, de muito empirismo disfarçado de senso comum. Que é preciso rejeitar. Quanto antes.

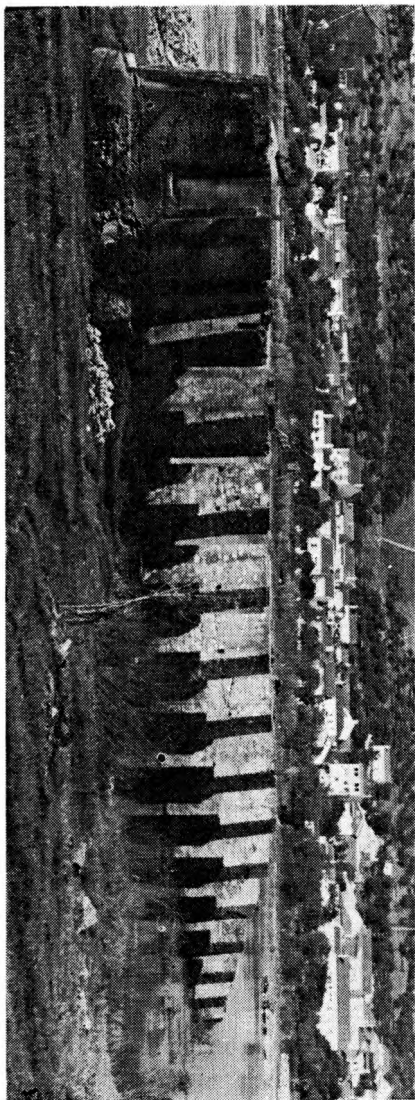
⁽¹⁴⁾ O mais antigo documento conhecido onde os pegões surgem assinalados como ponte romana (ruínas), é uma planta arqueológica da região de Abrantes, na escala de 1:50 000, que foi oferecida por um oficial superior abrantino ao Arquivo Histórico Militar, antes de 1933 (Margarida RIBEIRO, «O Arqueólogo Português», nova série, vol. V, 1965, n. 449-452).

Não vem a referida planta assinada, nem datada, nem a autora do artigo avança qualquer hipótese a esse respeito. Contudo, relacionando a qualidade dos achados nela registados com determinadas ocorrências entretanto verificadas em Abrantes, creio ter fundadas razões para a datar à volta de 1920 e situar entre 1910-1915 a génese e propagação do mito.

⁽¹⁵⁾ Ver nota 10.

⁽¹⁶⁾ Só na zona de Abrantes podemos citar mais uma meia dúzia de pontes, de diversas épocas, que ainda são vulgarmente atribuídas aos romanos (a planta arqueológica, atrás citada, inclui duas delas). Mas há outros monumentos e outras facetas da história abrantina a precisarem crítica impiedosa e cerce — a identidade de Tubucci / Aurantes / Abrantes, por exemplo...

(Foto de Salgado Tomás, Belafoto, Rossio ao Sul do Tejo — Abrantes)

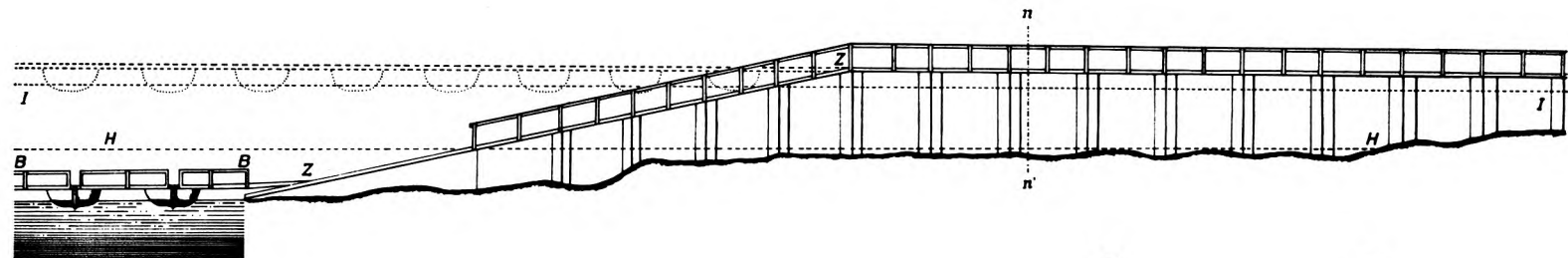


EST. 2

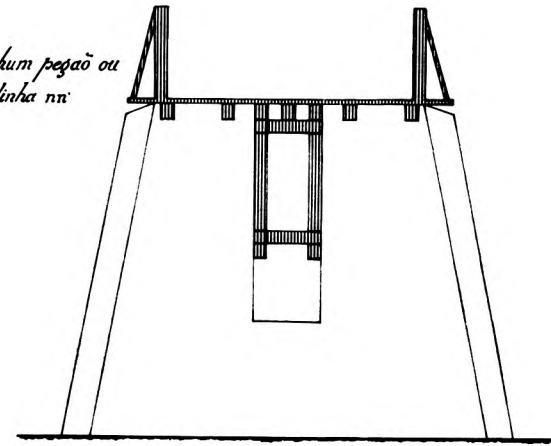


*(Foto de Salgado Tomás, Belafoto,
Rossio ao Sul do Tejo — Abrantes)*

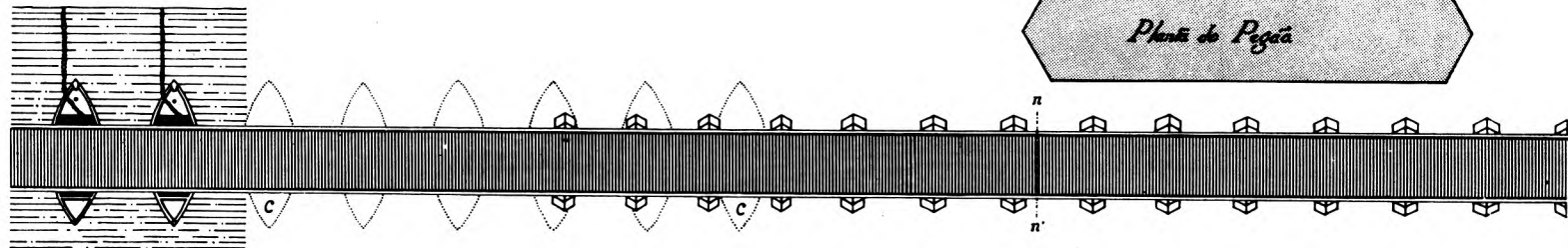
(Página deixada propositadamente em branco)



*Alçado interior de hum pegoão ou
Secção sobre alinhua nn'*



Planta de Pegoão



(Página deixada propositadamente em branco)

NOTICIÁRIO ARQUEOLÓGICO

1983

(Página deixada propositadamente em branco)

NOTICIÁRIO ARQUEOLÓGICO *

1983

Álmeirim — 1.ª exposição arqueológica

De 1 a 10 de Novembro de 1982, realizou-se em Almeirim, por iniciativa da secção de Arqueologia da Associação de Defesa do Património Histórico e Cultural do concelho, uma exposição dos materiais arqueológicos recolhidos em Azeitada e no Alto dos Cacos, assim como uma ânfora achada em Vale de Tijolos.

Da *villa* romana da Azeitada, com uma ocupação que vai do século i ao iv, mostraram-se peças de «terra sigillata», algumas com marca de oleiro, sudgálicas e hispânicas; a *villa* ocupa uma área de 20 000 m².

Do Alto dos Cacos vieram materiais do Paleolítico Superior, cerâmica da Idade do Ferro, cerâmica campaniense; abundam aí os vestígios da época romana: moedas do tempo de Constantino, alguma cerâmica e quatro fornos, três dos quais serão cerâmicos, o outro crematório.

O Almeirinese, 1-1-83

Beja — capitéis romanos

Na Rua dos Infantes, em Beja, foram descobertos dois capitéis romanos de tipo corintio. Apresentam, como decoração, folhas de acanto e flores de lis; terão pertencido a algum dos templos romanos da cidade.

O Diário, 4-1-83

(*) A notícia, titulada geralmente por concelhos, é apresentada por ordem cronológica e em síntese, corrigindo-se aqui e além eventuais falhas detectadas. Damos particular atenção à reportagem, porque geralmente mais completa e acompanhada de fotografias, e aos dados vindos a lume na imprensa regional, mais difícil de encontrar nas bibliotecas. Do noticiário distribuído a toda a imprensa, publicado mais ou menos simultaneamente, referimos apenas uma fonte de informação, se possível a mais completa; só em casos de notícias que se complementam é que vai mencionado mais do que um órgão de comunicação. Pretendemos não só veicular a informação de novos achados e de trabalhos em curso como também facultar aos investigadores elementos para a história de como a Arqueologia — pré-histórica, clássica e medieval — é vista pela imprensa portuguesa.

Castro Verde — vestígios arqueológicos

Na área da mina de cobre sita em Neves-Gorvo, descobriram-se um castro e urna necrópole romana. Estão a ser explorados sob a orientação de arqueólogos da Faculdade de Letras de Lisboa.

Correio da Manhã, 11-1-83

Vila Nova de Foz Coa — esqueleto prè-histórico

A prospecção efectuada neste concelho pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho levou à descoberta de um esqueleto da Idade do Bronze, conjuntamente com algumas gravuras rupestres.

Jornal de Notícias, 22-1-83

Viseu — sepultura (romana ?)

Na zona de S. Miguel, desta cidade, foi posta a descoberto uma sepultura, eventualmente datável da época romana. Não se efectuaram, porém, quaisquer trabalhos arqueológicos.

Voz das Beiras, 27-1-83

Viana do Castelo—ponte romana

Alvitra-se a classificação da ponte romana, construída sobre a ribeira dos Reis Magos, no lugar das Almas, Barroselas, Viana do Castelo.

Aurora, do Lima, 28-1-83

Beja — vestígios romanos

Um fragmento de coluna e o «resto de estruturas constituídas por blocos graníticos aparelhados, com orientação no sentido norte-sul» foram detectados nas obras em curso na Rua dos Infantes.

Diário do Alentejo, 28-1-83

Mealhada — ruínas romanas

Historia-se a intervenção arqueológica no lugar de Areias, freguesia de Casal Comba, que pôs a descoberto vestígios de ocupação humana desde o Neolítico até à Alta Idade Média (necrópole de inumação). O espólio mais abundante (cerâmico, metálico e numismático) data, porém, da época romana. As poucas estruturas arquitectónicas encontradas ainda não permitem uma identificação do tipo de estação [*villa?* povoação?).

Diário de Coimbra, 4-2-83'

Idanha-a-Nova — Egitânia

Extensa reportagem, fotograficamente bem documentada, sobre as ruínas da Egitânia. Alude-se ao forno romano, existente na propriedade chamada Forno Telheiro, e à barragem situada no local conhecido por Represa.

Reconquista, 4-2-83

Vila do Bispo — arqueologia submarina

Reportagem ilustrada acerca dos trabalhos em curso, sob a responsabilidade do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, com vista à recuperação do navio francês *VOcéan*, afundado em 18 de Agosto de 1759, junto da Boca do Rio (Budens).

Diário de Notícias, 6-2-83

Arronches — pinturas rupestres

Descobriu-se um novo conjunto de pinturas rupestres no extremo oriental da chamada Serra da Cabaça ou do Cavaleiro. Perto, na Serra dos Louçães, já outras pinturas eram conhecidas em três abrigos.

Distrito de Portalegre, 11-2-83

Sesimbra — a sua arqueologia

Panorâmica dos vestígios arqueológicos da região.

Raio de Luz, 28-2-83

Conimbriga, 24 (1985), 187-211

Póvoa de Varzim — Cidade do Terroso

A pretexto de uma visita de estudo ali realizada, historiam-se os trabalhos arqueológicos efectuados nesta cidade; apontam-se as suas características e algum do espólio recolhido.

Comércio da Póvoa do Varzim, 3-3-83

Covilhã — escavações

Apresenta Fernando Maia o relatório, ilustrado com desenhos, da 1.^a campanha de escavações no Castro de Orjais. O espólio lítico e cerâmico bem como as escórias exumadas datam da Idade do Ferro.

Notícias da Covilhã, 4-3-83

Torres Novas — vestígios do período paleolítico

Foram achados materiais líticos do período paleolítico no Vale Favacal, perto da povoação do Boquilobo, freguesia de Brogueira. Vai-se procurar identificar a jazida, «através da recolha de peças e tentativa de definição dos seus limites geográficos».

O Almonda, 11-3-83

Chaves — materiais arqueológicos

Deram entrada no Museu da Região Flaviense diversas peças das épocas proto-histórica e romana, apanhadas casualmente na região chamada Muro da Pastoria.

Notícias de Chaves, 11-3-83

Sines — exposição

As escavações levadas a efeito na estação romana sita na Ilha do Pessegueiro são tema duma exposição organizada pelo Museu de Arqueologia e Etnografia de Setúbal.

Ocupada desde o século i ao v da nossa era, a ilha serviu de ponto de apoio à navegação costeira.

O Setubalense, 28-3-83

Nova Vida, 6-4-83

Vila Nova de Cerveira— vestígios arqueológicos

«No sítio denominado de Sobreminho, nas proximidades de Forte de Lovelhe, apareceram pedaços de cerâmica e pedras trabalhadas de forma invulgar, que tudo leva a crer tratar-se de vestígios pré-romanos».

«No interior da Quinta do Forte existem à vista testemunhos duma citânia postos a descoberto, há alguns anos atrás, através de escavações que infelizmente não tiveram continuidade».

Na Quinta das Cerejas (freguesia de Campos) foi recentemente descoberto um túnel, em pedra.

Primeiro de Janeiro, 1-4-83

Marco de Canaveses—protocolo entre Câmara e IPPC

Foi homologado pelo Secretário de Estado da Cultura um protocolo de colaboração assinado entre a Câmara Municipal de Marco de Canaveses e o Instituto Português do Património Cultural, relativo à área arqueológica do Freixo.

Estudado sistematicamente desde Agosto de 1980, o sítio revelou-se como um dos conjuntos monumentais romanos mais significativos no norte do país. As escavações, que têm sido apoiadas pela Câmara Municipal, pelo Instituto Português do Património Cultural e pela Assembleia Distrital do Porto, puseram já a descoberto parte de um edifício termal, bem conservado, admitindo-se que as estruturas arqueológicas se estendam por uma área relativamente vasta. Tornava-se, pois, necessário conjugar os esforços do Município e do IPPC, mediante um acordo de cooperação que dê continuidade a este projecto, revelador já de repercussões científicas, culturais e mesmo turísticas.

Nos termos do protocolo, comprometem-se ambas as partes a garantir o desenvolvimento dos estudos arqueológicos do conjunto monumental romano do Freixo. A Câmara Municipal, que em 1981 adquiriu uma extensão de 6 800 metros quadrados, incidindo sobre o núcleo actualmente em estudo, propõe-se, por outro lado, adquirir novas áreas à medida que o desenvolvimento do projecto assim o justificar. O IPPC proporcionará as verbas indispensáveis para a conservação das estruturas arqueológicas e subsidiará as campanhas de escavações.

O protocolo determina, ainda, que todo o espólio resultante das escavações deverá permanecer no concelho de Marco de Canaveses.

Primeiro de Janeiro, 1-4-83

Bragança — unidade arqueológica

Por iniciativa da Câmara Municipal de Bragança e da Universidade do Minho, vai ser criada, no Nordeste Transmontano, uma Unidade de Arqueologia. O Município reserva, no seu orçamento, uma verba de dez milhões de escudos destinada a financiar trabalhos arqueológicos.

Mensageiro de Bragança, 1-4-83

Primeiro de Janeiro, 3-4-83

Beja—«villa» romana

Foi posto a descoberto, por ocasião de trabalhos agrícolas, na Quinta de S. Pedro, em Baleizão, um mosaico policromo, de 2 m X 2,5 m, com desenhos decorativos (crateras, animais...), enquadrado por uma construção.

O Diário, 4-4-83

Melgaço — pontes romanas

Seis pontes na região de Castro Laboreiro, concelho de Melgaço, acabam de ser declaradas imóveis de interesse público. Dessas, três são tidas como romanas: a de S. Brás, no lugar da Açoreira; a da Cava da Velha, sobre o rio Laboreiro; e a de Dorna, sobre o rio do mesmo nome.

Correio do Minho, 5-4-83

Ourique — depósito votivo

Traçando uma panorâmica das mais importantes descobertas arqueológicas feitas no decorrer de 1982, Roby Amorim detém-se sobre o depósito votivo de Garvão, dedicado a uma deusa «advogada das doenças dos olhos, com peças de cerâmica na maioria intactas, algumas de proveniência ática». Sintetiza-se, também, a problemática da escrita do sudoeste peninsular: 70 esteias com «mais de 1300 sinais reconhecíveis, catalogados em 51 formas diferentes».

Jornais de Notícias, 10-4-83

Espinho — castro de Ovil

As escavações em curso levaram à descoberta de «estruturas de casas, uma das quais com lareira, outra lareira isolada, machados polidos, lascas de sílex, pesos, mós manuais (...)».

Mar e Terra, 20-4-83

Torre de Moncorvo — arqueologia industrial

Com o patrocínio da empresa Ferrominas, ligada ao projecto mineiro de Moncorvo, decorre nas freguesias de Felgueiras e Mós, a inventariação de «ferramentas, forjas e outros testemunhos de actividades ligadas à extracção e trabalho do ferro desde tempos remotos».

«A recente descoberta de um castro com um escorial leva a crer que houve uma ferraria associada ao castro, possivelmente datando da era pré-romana».

Diário do Sul, 26-4-83

Cascais — carta arqueológica

Indicam-se os vestígios arqueológicos (pré-históricos, romanos, visigóticos e árabes) encontrados no termo das aldeias de Murches e Aldeia de Juso.

Jornal da Costa do Sol, 28-4-83

Bombarral — Castro da Columbeira

Síntese do que se sabe acerca deste castro calcolítico, sito a norte da Azambujeira dos Carros.

Jornal do Bombarral, 5-83

Sintra — S. Miguel de Odrinhas

Extensa reportagem, ilustrada, sobre o sítio e o museu arqueológico de S. Miguel de Odrinhas.

O Expresso, 7-5-83

Fafe — levantamento arqueológico

O levantamento arqueológico em curso no concelho, sob a responsabilidade da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho e com o apoio do Município, permitiu o reconhecimento de três sítios proto-históricos: o Castelo de Moreira de Rei (no Monte de Barbosas), o castro da freguesia de Ribeiros e Cividade (junto a Paredes de S. Gens). Encontraram-se ainda: vestígios de uma atalaia, em Montim, minas de pequeno reduto defensivo., num esporão do monte do Fojo; e mamoaas, próximo de Pedrado.

Correio do Minho, 9-5-83

Ver também: *Diário Popular*, 13-8-83

Vila Nova de Famalicão — carta arqueológica

Francisco Queiroga, do Serviço Regional de Arqueologia da Zona Norte, foi incumbido de proceder, com o apoio da autarquia local e do IPPG, à elaboração da carta arqueológica de Vila Nova de Famalicão.

Vila Nova, 11-5-83

Sintra — S. Miguel de Odrinhas

Extensa reportagem, ilustrada, sobre o sítio e o museu arqueológico de S. Miguel de Odrinhas.

O Globo, 17-5-83

Moura — ara romana

Quando se procedia à abertura de fundações para um posto transformador de electricidade, foi posta a descoberto uma ara romana com 1,24 m de altura e uma largura de 59 cm, com inscrição no fuste. Apresenta-se fotografia, pouco perceptível.

Diário do Alentejo, 27-5-83

Vila Pouca de Aguiar — a cidade de Cauca

Aponta-se a possibilidade de as pesquisas, em curso, na área do Castelo de Aguiar, levarem a comprovar a existência da cidade romana de Cauca. Na zona teriam sido encontradas moedas do imperador Tibério.

Notícias da Covilhã, 27-5-83

Castelo de Paiva — achados

Na Quinta de S. Pedro, em Salvado, nas arrabaldes desta vila, foram encontrados objectos de interesse arqueológico, denunciando a existência provável duma necrópole romana no local.

Jornal de Notícias, 6-6-83

Jornal de Aveiro, 15-7-83

O Comércio do Porto, 25-8-83

Fafe — levantamento arqueológico

Dão-se conta de mais resultados do levantamento arqueológico em curso, entre os quais 16 monumentos megalíticos, distribuídos por quatro núcleos. O Castro de Cepães, situado no lugar de Retortinha, datável da Idade do Ferro, está praticamente intacto.

Correio do Minho, 7-6-83

Correio de Fafe, 8-7-83

Jornal de Notícias, 9-7-83

Amadora — vestígios romanos

Dentre os vestígios romanos existentes neste concelho, avulta uma *villa* com aqueduto e necrópole, sita na Quinta da Bolacha (Falagueira), possivelmente ligada à exploração dumas minas de calcedonia.

O Diário, 7-6-83

Peniche — lápide romana com inscrição

Mariano Calado, em comunicação apresentada ontem ao II Congresso sobre Monumentos Militares Portugueses, a decorrer no Colégio Militar, informou que detectara no Museu do Louvre, em Paris, uma «bela lápide romana (cipo) com inscrição funerária, desaparecida de Peniche» desde 1861, ano em que o penichense Pedro Figueira a oferecera a Napoleão III. [*Não é indicado o texto*].

O Diário, 18-6-83

Almada — Centro de Arqueologia

Historia-se o que tem sido a vida do Centro de Arqueologia de Almada, carente de instalações condignas.

A Capital, 21-6-83

Matosinhos — escavações

Decorrem trabalhos arqueológicos no lugar de Lavra, tendentes a esclarecer as características de uma estrutura de seixos assente num suporte de barro argamassado, junto da orla marítima.

Primeiro de Janeiro, 8-7-83

Conimbriga, 24 (1985), 187-211

Proença-a-Nova — base de coluna

O achamento de imponente base de coluna (romana?) deu origem, segundo a tradição, ao topónimo Pedra de Altar, aldeia da freguesia do Peral.

Reconquista, 15-7-83

Tomar — trabalhos arqueológicos

Referem-se as intervenções levadas a cabo em sítios da cidade com vestígios arqueológicos, designadamente da época romana.

Cidade de Tomar, 15-7-83

Lisboa — teatro romano

Extensa reportagem, ilustrada, sobre o teatro romano de Lisboa.

O Globo, 15-7-83

Monção — escavações

Estão programadas escavações no Castro de N.^a Sr.^a da Assunção (Barbeita), e uma sondagem no castro de N.^a Sr.^a da Graça (Badim), onde «se descobriu uma ponta de lança de bronze muito bem conservada».

Diário do Minho, 19-7-83

Viana do Castelo — Castro de Moldes

Vai realizar-se a segunda campanha de escavações no Castro de Moldes, sito no Monte do Castelo, freguesia do Castelo do Neiva, que está classificado como imóvel de interesse público.

Primeiro de Janeiro, 19-7-83

Cascais — carta arqueológica de Manique de Baixo

Guilherme Cardoso traça uma panorâmica, ilustrada, dos vestígios das épocas pré-histórica, romana e visigótica, detectados na região de Manique de Baixo (Alcabideche).

Jornal da Costa do Sol, 21-7-83

Conimbriga, 24 (1985), 187-211

Crato — placa decorada

Foi encontrada, na anta dos Penedos de S. Miguel, uma rara placa em grés, que tem representada, na face principal, «uma figura de capacete com protector nasal, e longos braços terminados por mãos de cinco dedos assentes sobre o lugar onde deveria estar o sexo. As duas pernas foram também figuradas. No verso, o artista pré-histórico gravou traços ondulantes».

Jornal de Notícias, 21-7-83

Penafiel — Monte Mosinho

As escavações deste ano levaram à descoberta de mais algumas casas redondas e uma quadrada: «entre os achados, encontra-se um alfinete em bronze, completo e de perfeição invulgar».

O Comércio do Porto, 26-7-83

Sintra — S. Miguel de Odrinhas

Reportagem sobre o sítio e o museu de S. Miguel de Odrinhas, cuja ampliação se preconiza.

Correio da Manhã, 27-7-83

Felgueiras — vestígios arqueológicos

Em Aião, «no monte de S. Marinha e no lugar do Castelo, encontram-se penedos com «fossetas», «tegulae», restos de duas muralhas, sinais de talude e parece que mais peças têm sido achadas. Dizem que havia penedos com inscrições».

Em Airões, no monte do Outeiro, foram encontradas sepulturas de tijolo.

Notícias de Felgueiras, 28-7-83

Castelo Branco — Castro de S. Martinho

Uma equipa luso-espanhola procede a trabalhos arqueológicos neste castro do Bronze Final, descoberto em 1903 por Tavares Proença.

Jornal do Fundão, 5 e 26-8-83

Mondim de Basto — carta arqueológica

Está em curso, sob a responsabilidade de arqueólogos ligados ao Serviço Regional de Arqueologia da Zona Norte, a elaboração da carta arqueológica deste concelho.

Jornal de Notícias, 10-8-83

Cascais — levantamento arqueológico

O IPPC, de colaboração com a Câmara Municipal, está a efectuar, em Cascais, uma experiência-piloto de levantamento arqueológico, que incluirá, entre outras, acções de sensibilização junto das populações. Foram também limpas as grutas do Poço Velho, que datam do Período Neolítico, e outras obras estão previstas de modo a torná-las visitáveis.

Diário Popular, 12-8-83

Primeiro de Janeiro, 23-8-83

Castelo Branco — escavações no Castelo

João Ribeiro faz o balanço do que foram as cinco campanhas de escavações, que dirigiu, no castelo.

Beconquista, 12-8 e 2-9-83

Ver também *O Dia*, 14-10-83

Oeiras — Castro de Leceia

Decorreu uma campanha de escavações neste castro, com a finalidade de melhor o caracterizar e de lhe definir a exacta extensão. O espólio encontrado é do período de transição do Neolítico para o Calcolítico.

Jornal da Costa do Sol, 18-8-83

Barreiro — fornos do séc. XVI

Prossegue, na Mata da Machada, a escavação de fornos cerâmicos do séc. xvi. «Do espólio recolhido importa salientar as formas de pão de açúcar (...), as lucernas, os tripés (...) e vários tipos de malgas, algumas delas vidradas».

O Globo, 19-8-83

Conimbriga, 24 (1985), 187-211

Tomar — vestígios romanos

Os trabalhos em curso junto ao quartel dos bombeiros desta cidade levaram à descoberta de grandiosos «alicerces romanos que pertenceram, sem dúvida, a um edifício monumental (templo?)».

Cidade de Tomar, 19-8 e 11-11-83

Barcelos — Castelo de Faria

O objectivo dos trabalhos programados para este ano era, fundamentalmente, o de distinguir os vários períodos de ocupação do monte, desde o Bronze Final até à Idade Média, passando pelas épocas castreja e romana.

Jornal de Noticias, 23-8-83

Lisboa — termas ou criptopórtico?

Refere-se a opinião de que as chamadas «termas romanas da Rua da Prata» não passam de um criptopórtico, destinado a suportar o forum (ou um dos foros) de Olisipo.

(Nota: as imagens que ilustram o artigo são do teatro e não das termas).

Crónica Ilustrada, 24-8-83

Silves — período muçulmano

As escavações realizadas no poço-cisterna árabe desta cidade ofereceram material de grande interesse, designadamente cerâmico. Citam-se: «uma tigela com decoração floral estilizada atribuída às oficinas de Manises (Valência) do séc. xv e uma linda escudela vidrada a branco, decorada com pinturas em azul e dourado»; assim como «centenas de moedas da segunda dinastia, uma lucerna metálica, cabos de faca em osso e metálicos, alguns com incrustações em esmalte».

A Tarde, 24-8-83

Folha de Domingo, 26-8-83

Vila Velha de Ródão — Paleolítico

Está programada para Setembro nova campanha de escavações na estação do Paleolítico Médio sita na foz do Enxarrique. O sítio «tem-se

Conimbriga, 24 (1985), 187-211

revelado de urna riqueza singular», denunciando «uma ocupação de caçadores-recolectores nómadas, que nas margens dos cursos de água locais terão acampado e fabricado os seus instrumentos de pedra lascada».

A Tarde, 24-8-83

O Dia, 24-8-83

O Diário, 29-8-83

Primeiro de Janeiro, 31-8-83

Sines — Ilha do Pessegueiro

Os trabalhos em curso na estação romana da Ilha do Pessegueiro revelam que aí existiu uma ocupação humana desde os séculos iv ou m a.G. até ao séc. iv d.G. Dos vestígios detectados apontam-se: «fornos de cozer pão, uma forja, uma fábrica de salgar peixe, armazéns, casas» e um balneário do século iv.

Diário de Lisboa, 27-8-83

Cinfães — vestígios arqueológicos

Num monte sobranceiro a Castro Gó foram localizadas muralhas (da Idade do Ferro), um forno para fundir metais, fragmentos de telhas romanas, uma ara e um lugar do tempo dos Árabes.

Miradouro, 28-8, 30-9 e 14-10-83

Moncorvo — ferraria do séc. XVIII

Decorrem trabalhos de escavação na ferraria-forja da Chapa Cunha, sita no Vale da Salgueireda, junto da Ribeira de Santa Marinha. Erigida em 1781, foi «durante alguns anos, a única ferraria do género a funcionar no País». Foi descoberta aquando das prospecções de arqueologia industrial levadas a efeito na região.

Jornal de Notícias, 31-8-83

Primeiro de Janeiro, 3-9-83

Sintra — oferta de peças arqueológicas

Foram oferecidas ao Museu Regional (em formação) várias peças «escalónaveis entre o Calcolítico e a Idade do Ferro e a Romanidade» provenientes

Conimbriga, 24 (1985), 187-211

do Funchal (Terrugem); nesta localidade se descobriu também um sítio da Idade do Ferro. Ao Museu de Odrinhas foi doado «o cimo esculturado de uma ara romana», em mármore.

Jornal de Sintra, 2-9-83

Viseu — Castro de Santa Luzia

Decorre, no Monte de St.^a Luzia, a terceira campanha de escavações, com o objectivo de «pôr a descoberto um troço de muralha e levantar um outro», para se «tentar chegar ao sistema de construção utilizado».

(Reportagem amplamente ilustrada).

Domingo, 4-9-83

Sintra — monumento megalítico recuperado

Reportagem, ilustrada, sobre a recuperação do monumento megalítico de Pego Longo, próximo de Belas.

Correio da Manhã, 4-9-83

Ver também *Jornal de Sintra*, 14-10-83

Chaves — escavações em Soutilha

Dois vasos cerâmicos encontrados na zona pré-histórica da Soutilha são datáveis de 2700 a.C.

Diário de Lisboa, 9-9-83

Sintra — S. Miguel de Odrinhas

Reportagem, amplamente ilustrada, sobre o sítio e o museu de S. Miguel de Odrinhas.

Correio da Manhã, 10-9-83

Matosinhos — vestígios romanos

Os trabalhos em curso na praia de Angeiras (Lavra) puseram a descoberto um piso embritado e dois tanques de salga da época romana.

O Comércio do Porto, 12-9-83

Conimbriga, 24 (1985), 187-211

Antas-capelas

Apontamento sobre as antas que, em Portugal, foram aproveitadas para capela.

A Tarde, 13-9-83

Peniche — dinossauros e arqueologia subaquática

Extensa reportagem ilustrada onde, entre muitas coisas, se fala dos vestígios de dinossauros eventualmente encontrados nas rochas da praia do Baleai, e da eventual intervenção do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia para recuperar os restos do navio de guerra espanhol «S. Pedro de Alcântara», naufragado em 1786.

O Diário, 14-9-83

Viana do Castelo — Castro do Peso

Situado na freguesia de S. Leocádia de Geraz do Lima, o Castro do Peso forneceu cerâmica que vai desde o século iv a.C. até à época romana tardia. Os trabalhos, ora iniciados de forma sistemática, visam «a obtenção de elementos estratigráficos».

Jornal de Noticias, 17-9-83

Mogadouro — povoado pré-histórico de Cunha

Referência aos trabalhos em curso neste povoado, sito na freguesia de Penedo da Bemposta.

Norte Popular, 22-9-83

Vila Nova. de Gaia — mamoa

Perto da Gestosa de Baixo, na freguesia de Sandim, está a ser escavada uma mamoa megalítica, a única assente numa camada de xistos.

Norte Popular, 22-9-83

Baião — Castelo de Matos

A campanha deste ano no Castelo de Matos forneceu «diverso material medieval bem como cerâmica pré-histórica recente».

Norte Popular, 22-9-83

Chaves — Pastoria e Mairos

No povoado de Pastoria, «apareceu abundante material — cerâmica tipo Penha e campaniforme — do Período Calcolítico». No de Mairos, «foi imensa a quantidade e gama de achados — pontas de seta, machados, enxós polidas e mós manuais».

Norte Popular, 22-9-83

Moncorvo — vestígios romanos

Na sequência dos trabalhos de remoção de terras para implantação duma barragem, no local de Vale de Ferreiros, freguesia de Carviçais, descobriram-se «paredes de alvenaria de granito com cerca de um metro de altura, associadas a «tegulae», «imbrices» e grande quantidade de «terra sigillata» e cerâmica comum». Recolheram-se, ainda, «pesos de tear em cerâmica e em xisto, pregos, um fragmento de anilha de cobre, mós manuais em granito (...) e uma moeda de bronze romana». Identificou-se também a «câmara de um forno cerâmico quadrado, em tijolo do tipo de canais», assim como estruturas de casas dispersas numa área de cerca de 2 000 m² e quatro pedaços de coluna. Os habitantes da *villa*, de que estes vestígios são testemunho, dedicar-se-iam à agricultura e à mineração do ferro, «como atesta o achado de cadinhos e de dois lingotes daquele metal em níveis romanos».

Mensageiro de Bragança, 23-9-83

Jornal de Notícias, 23-9 e 18-8-83 (reportagem, ilustrada)

Tomar — gruta do Canteirão do Cadaval

Sintetizam-se os resultados das sondagens efectuadas nesta gruta da freguesia de Pedreira. Testemunhou-se uma ocupação humana desde a Idade do Ferro até ao Neolítico.

Cidade de Tomar, 23-9-83

Conimbriga, 24 (1985), 187-211

Braga — edifício romano

Os trabalhos em curso junto à catedral (à Senhora do Leite) evidenciaram a existência de um edifício romano.

Correio do Minho, 23-9-83

Oliveira do Hospital — anfiteatro de Bobadela

Reportagem, profusamente ilustrada, sobre a descoberta deste anfiteatro.

Domingo, 25-9-83

Santarém — alcáçova

Decorre, na alcáçova desta cidade (às Portas do Sol), a primeira duma série de intervenções sistemáticas, destinadas a esclarecer as várias épocas da ocupação humana no local.

Diário de Notícias, 26-9-83

Vidigueira—«villa» romana de S. Cucufate

Indicam-se algumas das descobertas mais curiosas feitas durante a campanha de escavações deste ano na *villa* romana de S. Cucufate: uma sepultura (do século v?) inviolada, um poço, a zona do lagar onde se punha a caldeira para a cozedura do azeite, a área de fabrico de objectos em bronze cujos moldes de fundição se encontraram.

Primeiro de Janeiro, 29-9-83

Cascais — vestígios seiscentistas

A descoberta de uma casa do século xvi com chão de terra batida e lajes, bem como o achamento de algumas moedas portuguesas são o resultado de uma sondagem de emergência levada a efeito no Casal do Geraldo, perto da Amoreira, freguesia de Alcabideche.

Jornal da Costa do Sol, 29-9-83

Mértola — Campo Arqueológico

Balanço da quinta campanha de trabalhos no castelo. Detectaram-se três ocupações: uma, do século iv ao ix, «de habitações luxuosas e/ou espaços públicos reservados»; outra, dos séculos xii-xm, de «estruturas militares de defesa»; a terceira, uma necrópole do século xm em diante.

Jornal de Beja, 30.-9-83.. .

Portei — levantamento arqueológico

Por iniciativa camarária, procede-se à inventariação dos sítios com interesse arqueológico nas áreas a inundar pelas barragens de Alvito e do Alqueva.

Jornal de Beja, 30-9 e 11-11-83

Monção — castro de N.^a Sr.^a da Assunção

Decorre a 4.^a campanha de escavações neste castro da Idade do Ferro, sito na freguesia de Barbeita. Já se encontrou — entre outro espólio—«um molde de fundição, em granito, para utensílios agrícolas» e «uma queijaria».

Terra Minhota, 30-9-83

Viana do Castelo — cista

Num terraço do Sr. Manuel Martins Fernandos («Bessa»), sito na freguesia de Anha, foi localizada uma cista.

Monte do Castelo, 10-83

Vila Pouca de Aguiar — tesouro monetário

Com o título «Tesouro Numismático do Reguengo», publicou o P.^e João Parente um opúsculo de 160 páginas sobre um tesouro de 800 moedas romanas, cuja cronologia vai desde o ano 257 (Valeriano) até 275 (Aureliano). O tesouro foi achado em 1977, dentro dum recipiente de barro, no sítio da Castanheiro. Reguengo, freguesia de Afonsim.

Notícias de Vila Pouca de Aguiar, 1-10-83

Conimbriga, 24 (1985), 187-211

Pombal — gruta do Ourão

Apesar das dificuldades de financiamento, deverão continuar as escavações nesta gruta, sita na freguesia da Redinha.

Diário Popular, 1-10-83

Voz de Arunca, 10-10-83

Sernancelhe — ponte romana

Esvaziada que foi, por motivo de obras, a barragem do Távora, voltou a ver-se a ponte romana de Freixinho (foto). Boa parte da alvenaria fora retirada pela população antes do enchimento — atitude que se condena — mas o arco ainda se mantém intacto.

Jornal de Notícias, 2-10-83

Beja — hipocausto

Vestígios de um hipocausto, juntamente com tesselas, cerâmica fina e comum, vidros e estuque pintado da época romana foram detectados aquando da abertura das fundações de um prédio no gaveto da Rua de S. António com a Rua dos Sembranos, em Beja.

Jornal do Sul, 12-10-83

Vila Velha de Ródão — Paleolítico

Extensa reportagem, ilustrada, acerca da campanha de escavações levada a efeito na foz do Enxarrique.

O Diário, 15-10-83

Jornal do Fundão, 25-11-83

Sintra — forno romano

Propriedade de João Timóteo, conserva-se em bom estado, no Casal de Pianos, um forno romano (foto).

Correio da Manhã, 19-10-83

Ar gånil — vestígios medievais

Trabalhos arqueológicos em curso na Requeixada, freguesia de Sarzedo, têm dado espólio medieval.

Jornal de Arganil, 20-10-83

Conimbriga, 24 (1985), 187-211

Idanha-a-Nova — inscrição de porta

J. Gerales Freire interpreta como sendo *Julia Alonso* a inscrição, em cursivo dos séculos xv-xvi, que se vê no lintel duma porta na Rua 25 de Abril, em Alcafozes.

Reconquista, 21-10-83

Arouca — recuperação de antas

Está a ser recuperado o chamado conjunto dolménico de Escariz, sito no lugar de Venda da Serra dessa freguesia.

Jornal de Noticias, 21-10-83
A Defesa, 4-11-83

Seixal — arqueologia industrial

Extensa reportagem, muito ilustrada, sobre os trabalhos arqueológicos em curso na fábrica de vidros e garrações que funcionou em Amora, nos finais do século passado e princípios deste século.

Correio da Manhã, 23-10-83

Gavião — «villa» romana

Foram efectuadas sondagens na «villa» romana da Fonte da Moura/Quinta do Ribeiro da Nata (Belver). Os materiais recolhidos sugerem um povoamento do local a partir do século i até à época da Reconquista.

Noticias de Abranles, 14-10-83
Nova Aliança, 25-10-83

Seixal — vestígios seiscentistas

Os trabalhos de emergência levados a cabo na igreja paroquial de Gorroios tiveram como resultado o achamento de doze sepulturas, 23 moedas (desde D. Afonso V a D. Sebastião), dois rosários de contas em osso, cachimbos, etc.

Diário Popular, 26-10-83

Idanha-a-Nova — achados romanos

José Geraudes Freire dá conta de achados romanos, de que teve conhecimento, nos seguintes locais da freguesia de S. Miguel de Acha: Alto da Saposa, Cabeço dos Mouros («villa?»), Terra do Negro (fragmento de coluna, restos duma «villa?»), Aldonça e Quinta da Leitoa.

Reconquista, 28-10-83

Chaves — museu

Nota sobre o passado romano de Chaves e o recheio arqueológico do seu museu regional, de cuja secção epigráfica se sublinha o interesse.

Primeiro de Janeiro, 31-10-83

Monção — necrópole

Foi descoberta no lugar de Cortes, freguesia de Mazedo, urna necrópole pré-romana. As sepulturas, de tijolo, ainda com ossadas, estavam cobertas com lajes de granito. Elementos do Instituto de Arqueologia da Universidade Livre do Porto procederam ao seu reconhecimento.

Jornal de Notícias, 15-11-83

Correio da Manhã, 18-11-83

O Dia, 19-11-83

Correio do Minho, 20-11-83

Por limão — achados

«Durante as operações de drenagem para o novo porto de Portimão, foram encontradas, na Praia da Rocha, dezenas de moedas de cobre e bronze das épocas romana, grega e medieval, e ainda ânforas, fivelas de togas romanas, peças de metal e um bocado de canhão de ferro».

Diário de Lisboa, 22-11-83

Jornal do Algarve, 2-12-83

Castro Verde — vestígios arqueológicos

Na intervenção arqueológica em curso num «povoado agrícola pré-céltico» sito na área do couto mineiro de Neves-Corvo, foram encontradas «mós, ânforas púnicas, cerâmica grega muito bonita, numa coexistência rara de materiais gregos com cartagineses». Localiza-se, perto, outro povoado. Determinou-se, ainda, a existência de uma *villa* romana assim como de uma fortificação atribuída à época de Augusto (o Castelinho dos Mouros).

São anotados outros vestígios arqueológicos do concelho: os do povoado fortificado, da Idade do Ferro, situado na freguesia de Entradas (onde já se fizeram sondagens) e os encontrados no cemitério de S. Bárbara de Padrões (ainda por identificar).

Diário do Alentejo, 2-12-83

Esposende — trabalhos arqueológicos

Prevê-se a realização de trabalhos arqueológicos em «monumentos megalíticos e sepulturas romanas, que se presume existirem» no sítio de Cima da Vila, lugar de Terroso, freguesia de Palmeira de Faro.

A Voz do Alinho, 3-12-83

Vias romanas em Trás-os-Alontes

Eloquente apontamento fotográfico da via que, junto a Murça, atravessa o rio Tinhela.

Diário de Notícias, 4-12-83

Montalegre — necrópole e outros vestígios

Na aldeia de Penedones, foram descobertas oito sepulturas cavadas na rocha.

Refere-se, a propósito, que aí se encontraram, em tempos, umas quinze moedas dos reinados de Vespasiano e Trajano. Aliás, há vestígios de habitações perto e fragmentos de telhas romanas nas terras à volta.

Jornal de Notícias, 30-12-83

O Comércio do Porto, 31-12-83

Seleccção e síntese de JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

(Página deixada propositadamente em branco)

RECENSÕES BIBLIOGRÁFICAS

(Página deixada propositadamente em branco)

RECENSÕES BIBLIOGRÁFICAS

M. J. FINLEY, *os Gregos Antigos*, Lisboa, «Edições 70», 1984, colecção «Lugar da História».

Da responsabilidade das «Edições 70» acaba de sair, em tradução portuguesa, mais um livro fundamental de M. J. Finley, *Os Gregos Antigos*, cuja primeira edição original, publicada em Inglaterra, data já de 1963. Como é do conhecimento de quem está familiarizado com a bibliografia sobre a Grécia Antiga, o livro apresenta uma visão ampla e segura da história e cultura gregas, desde os Poemas Homéricos à época helenística. Depois de rápido relance sobre a origem dos Helenos, aborda temas como os Poemas Homéricos e sua integração na Idade das Trevas; a colonização; os tiranos e os legisladores; a comunidade, a religião e o pan-helenismo; a pólis clássica: guerra e império, Atenas, Esparta, declínio da pólis; literatura: poesia, tragédia, comédia e prosa; ciência; filosofia e política; atitudes e moral populares; arquitectura e planificação de cidades; escultura e pintura; cidades gregas e monarcas absolutos no período helenístico; Gregos e Romanos. Uma tábua cronológica, uma bibliografia seleccionada e um índice remissivo completam o volume. Assim, graças às «Edições 70», tornou-se acessível em língua portuguesa esta obra, muito útil para quantos desejem conhecer a história e cultura gregas. Lamenta-se apenas que vigore ao longo das páginas do livro alguma falta de critério na utilização da maiúscula nos etnónimos — ora surgem com maiúscula, ora com minúscula — e na adaptação à língua portuguesa dos nomes gregos. Assim, p. 15, linha 36, seria preferível Siculos a Sicélidos; p. 48, linha 27, a forma correcta é Acarnanes e na p. 92, linha 23 *Acarnenses* e não *Acarnienses*; p. 53, linha 34, Plateias, que usa na p. 134, é melhor do que Plateia; p. 65, linha 14 e 27, Tráquis e Farsalo (como aliás aparece no mapa da p. 28) e não Trácia e Farsália; p. 62, linha 17, é melhor Gléon do que Cleonte; p. 93, linha 36, Cratino e Èupolis e não Crátino e Eupolis.

Permita-se-me que acrescente algumas observações mais como contributo para um aperfeiçoamento de futura edição do que com o sentido de crítica negativa.

- P. 21, linha 21, talvez por gralha, aparece *século quinze* por *século quinto*.
- P. 43, linha 13, «pequenos santuários» e «família» não são a tradução adequada para *shrines* e *household*. Trata-se dos *altares* existentes nas *casas* gregas. Na mesma página, linha 14, será incorrecto traduzir *parishes* por «sectores populacionais». O autor alude ao *demos* ateniense que, como se sabe, era uma circunscrição autárquica com certas semelhanças com as nossas *freguesias*. Por isso, considero preferível o uso deste termo.
- P. 88, penúltima linha, faltou traduzir *not of men*. A frase correcta será «...a tragédia é uma imitação, não dos homens, mas da acção e da vida».

À parte estes reparos, a tradução merece de modo geral confiança e constituirá um acessível e valioso instrumento de consulta.

Outras traduções de obras fundamentais sobre a Antiguidade Grega têm as «Edições 70» anunciadas — *Instituições Gregas* de Claude Mossé e *Economias e Sociedades na Grécia Antiga* de M. Austin e P. Vidal-Naquet. Na esperança de em breve as ver em letra de forma, aqui deixo o meu aplauso pela iniciativa.

J. RIBEIRO FERREIRA

VICTOR HENRICH BAUMANN, *Ferma romană din Dobrogea*, Tulcea, Muzeul Deitei Dunarii, 1983, 279 p., 69 fig., 46 est.

A Dóbruja é formada pelo território romeno situado entre o Danúbio e o Mar Negro, tendo feito parte outrora das províncias romanas da Mésia Inferior e da Cítia Menor. Ocupada gradualmente pelos romanos, a partir das cidades gregas da costa, desde 9 a.C., constitui a região romena que mais tempo se manteve em contacto com a latinidade, pois permaneceu integrada no Império após o abandono da Dácia. O processo de romanização iniciou-se lentamente no principado de Augusto, quando a Dóbruja era uma obscura Finisterra do mundo romano, como dramaticamente o lastimou Ovídio exilado: «Estou condenado a ver os Sarmatas, uma terra privada de paz e o mar gelado» (Ovídio, *Ponticas*, II, 2, 93-94). O poeta decerto se surpreenderia, e talvez se sentisse confortado na sua solidão em Tómis, se pudesse vislumbrar no futuro o êxito brilhante que a latinidade conheceria em paragens aparentemente nada propícias, êxito que explica o que é, talvez, o mais comovente de todos os legados romanos, a língua romena. É um pouco a história do processo que preparou tão invulgar destino que V. H. Baumann retrata ao procurar definir o papel da *oilla rustica* na romanização do Baixo-Danúbio. *Ferma romană din Dobrogea* representa o resultado de um decénio de investigação (1971-1981), pela primeira vez sistemática, sobre os

numerosos vestígios da implantação rural romana na região, considerada pelo autor como «um factor importante na criação, e afirmação de urna romanidade vigorosa estabelecida para sempre no Baixo-Danúbio (p. 151)».

A obra, cuja apresentação gráfica se pode considerar muito agradável, se exceptuarmos a má qualidade de uma ou outra fotografia, consta de urna parte introdutória muito reduzida, precedendo quatro capítulos em que o problema da origem e o desenvolvimento dos estabelecimentos rurais romanos na Dóbruja é cuidadosamente analisado com largo recurso, naturalmente, às fontes arqueológicas. Como arqueólogo experimentado, Baumann conhece perfeitamente o valor probatório dos materiais recuperados durante escavações ou sondagens conduzidas com rigor científico sem esquecer, todavia, a importância de testemunhos referenciados de forma ocasional, quando atribuíveis a um contexto conhecido, como podemos verificar nos 10 copiosos anexos que completam os capítulos fundamentais da obra, inventariando materiais arqueológicos diversos provenientes das *villae* da Dóbruja (p. 154-203). A necessidade de ilustrar um estudo desta natureza foi igualmente considerada pelo autor o que se traduziu na inclusão de numerosas figuras no texto, em especial cartas e plantas, e de 46 estampas a preto e branco. Dois resumos do texto, um em francês (p. 204-218), outro em alemão (p. 219-232), resultam muito úteis, embora de maneira nenhuma permitam mais do que esboçar uma ideia da riqueza documental e da qualidade metodológica do trabalho de Baumann, só possíveis de apreciar através de uma leitura directa do texto romeno. Os dois primeiros capítulos da obra servem de introdução ao relato das pesquisas do autor, sintetizadas sob a forma de conclusões no quarto e último capítulo. Nas páginas dedicadas ao estudo do lugar da *villa rustica* no sistema sócio-económico romano, Baumann traça um rápido panorama da tipologia e da estrutura económica das *villae*, consideradas desde logo como documentos económicos, sociais e demográficos de primeira ordem para a história das províncias (p. 14). Começa por se ocupar da pertinente questão que consiste em definir concretamente as características gerais que permitem classificar um estabelecimento rural romano como *villa*, o que só na aparência é fácil, mesmo quando, como no caso presente, se recorreu à lição dos autores clássicos. Para Baumann, a *villa* consiste num edifício rural, constituído pela residência mais ou menos rica do proprietário ou responsável (*pars urbana*) e pelas instalações destinadas a apoiar as actividades produtivas nela desenvolvidas (*pars fructuaria*), conjunto estruturalmente sujeito às exigências de uma economia de mercado. Propõe, todavia, uma classificação mais precisa baseada sobretudo na dimensão e forma de administração da propriedade: *villa rustica*, centro de uma pequena herdade residencial de 10 a 80 *jugera* (10 *jugera* = 2,5 hectares); *villa rustica*, eventualmente dirigida por um feitor ou rendeiro, controlando urna área média, de 80 a 500 *jugera*; *villa urbana*, grande propriedade de luxo, com mais de 500 *jugera*, por vezes dividida em parcelas à frente das quais podiam estar feitores ou rendeiros do proprietário (p. 15). Esta tentativa de classificação, muito dependente de factores nem sempre conhecidos, assenta, finalmente, numa convenção já antiga que agrupa as *villae*

em dois tipos fundamentais: *villae rusticae*, equivalentes às quintas modernas, e *villae urbanae*, comparáveis aos grandes solares rurais (A. Grenier, *Manuel d'archéologie gallo-romaine*, VI, 2, Paris, 1934, p. 782-783). Quanto à estrutura das *villae* o autor distingue três tipos: a *villa* organizada em torno de um pátio interior, a *villa* constituída por um edifício único, centrado num corredor, e a *villa* comportando diversas construções dispersas no interior de um recinto (p. 15). Depois de enumerar os elementos específicos de cada sector da *villa* (p. 16-17), Baumann refere ainda os modelos arquitectónicos que considera dominantes: o tipo mediterrânico, o tipo helenístico e o tipo romano-céltico, ressaltando, aliás, as adaptações impostas pelos diferentes meios provinciais (p. 18-22). Embora sumária, não se trata de uma tipologia meramente teórica, dado que Baumann multiplica os exemplos concretos, uns oriundos das províncias danubianas, outros de diversas regiões do Império, colhidos numa bibliografia muito vasta mas onde gostaríamos de ver incluídas duas obras que teriam sido de extrema utilidade neste capítulo: J. Percival, *The Roman villa. An historical introduction*, Los Angeles, 1976; J. G. Gorges, *Les villas hispano-romaines*, Paris, 1979. O autor não ignora o convencionalismo que marca uma parte da tipologia proposta, reconhecendo abertamente a dificuldade em utilizar o termo *villa rustica* dada a variedade dos estabelecimentos agrícolas romanos da época imperial: *Incepind cu sec. I e. n., termenul de villa rustica nu mai poate defini complexitatea gospodăriilor apărute in cele mai diverse locuri si proprietati rurale de pe întinsul Imperiului roman* (p. 15). Bauman descarta a função como factor classificativo enquanto que, por outro lado, o critério da superfície suscita problemas nada fáceis de resolver quando se lhe pretende dar uma aplicação prática. Uma grande propriedade podia ser constituída por várias parcelas não contínuas e mesmo um grande domínio não repartido podia contar com uma *villa* principal e outras secundárias. Uma vez que Baumann não indica como definir os limites territoriais das *villae*, a classificação de um estabelecimento rural repousa, mais do que em qualquer outro processo, no tipo de vestígios encontrados na zona residencial e na observação da área por eles ocupada, método que temos utilizado com êxito nos trabalhos de prospecção luso-franceses na região alentejana da Vidigueira. No que toca à análise da estrutura económica a posição do autor só parcialmente corresponde à divulgada teoria desenvolvida por E. Schtarman em *Die Krise der Sklavenhalterordnung im Westen des Römischen Reiches*, Berlim, 1964: a economia das *villae*, pertencentes à burguesia urbana, é caracterizada pela estrutura escravagista, herdada da República, e orientada para o mercado, em especial para o mercado urbano; entra em crise a partir do século n o que obriga a *villa* a ceder o lugar ao *latifundium* e ao colonato. Com efeito, o trabalho de Baumann atribui uma importância fundamental à mão-de-obra servil e considera os centros urbanos e militares como os mercados preferenciais, mas destaca, por outro lado, a existência de numerosos proprietários não integrados nas elites urbanas e confirma a continuidade do sistema até ao final do século iv. A investigação desenvolvida pelo autor permitiu ainda verificar a existência de formas de economia mista nas *villae*, bem como de actividades artesanais

que atingiram, em determinados casos, o nível da especialização, concorrendo com a produção urbana, nomeadamente a nível dos materiais de construção (p. 27-29). Problemas tão complexos só muito dificilmente poderiam ser debatidos e resolvidos em tão poucas páginas. Baumann refere que as escavações confirmaram um pouco por toda a parte o tipo de implantação indicado para as *villae* por Catão e Columela, o que permite abordar de novo o problema do pessoal utilizado nos trabalhos agrícolas, em especial em relação ao primeiro daqueles autores, que aconselha a escolha de locais perto de centros urbanos e de vidas de comunicação seguras, assim como na proximidade de uma aglomeração rural capaz de fornecer sem dificuldades os trabalhadores necessários. Baumann considera que a maioria dos trabalhadores eram escravos e libertos e, embora admitindo o recurso à mão-de-obra livre, a que atribui, cremos que com razão, um estatuto social e económico humilde (p. 28-29), não explica a sistemática procura de vizinhança com os *vici*, que parece sugerir uma larga utilização de trabalhadores livres.

No segundo capítulo, o autor traça um quadro geral da situação na Dóbruja entre os séculos i e iv, sob o ponto de vista político e administrativo, definindo seis períodos principais, dos quais, aliás, os dois primeiros pertencem ao século I a. C.. O *terminus* escolhido, 379, ao contrário do que tantas vezes acontece, tem muito pouco de convencional (p. 196-203), relacionado como está com as desastrosas consequências produzidas no Baixo-Danúbio pela invasão visigótica e pela dramática derrota do imperador Valente em 378. A organização do território acompanhou a evolução política e militar da presença romana entre a segunda metade do século i e o início do século II, podendo considerar-se terminada com as medidas tomadas na época de Trajano no sentido de definir rigorosamente os limites dos territórios existentes na região, nomeadamente através de numerosos *termini* (p. 38), e integrar num sistema administrativo coerente não só as várias comunidades de tipo romano mas também as comunidades indígenas, o que terá sido facilitado pelo reduzido desenvolvimento da vida municipal na região. Ao mesmo tempo, Baumann confirma a sobrevivência, ou talvez melhor, a continuidade de certas tradições indígenas bem como, por outro lado, o papel activo dos notáveis locais num processo que terminou com a integração económica e cultural da população geto-dácica (p. 38-39).

A organização administrativa da região foi fortemente condicionada por factores de ordem estratégica. O autor considera a hipótese de existirem dois territórios castrenses (*prata legionum*), um ao longo da fronteira oeste, atribuído à *Legio V Macedonica*, outro a norte, sob jurisdição da *Classis Flavia Moesica*, a frota danubiana baseada em *Noviodunum*, como parece provar a resolução de um pleito territorial por um dos seus prefeitos (*CIL* III 14 447). Contrariando opiniões anteriores (S. Lambrino, *Traces épigraphiques de centuriation romaine en Scythie mineure*, «Hommage Grenier», Bruxelas, 1962, p. 928-939), Baumann chama a atenção para a inexistência de centurição romana na Dóbruja, o que, segundo o autor, poderá resultar das condições político-militares e sócio-económicas que determinaram a colonização e repartição das terras no Baixo-Danúbio (p. 40-41, 46). Quanto a

nós, a posição de Baumann, que não refere o artigo de Lambrino, parece apoiar-se mais na ausência de investigação do que numa pesquisa sistemática com resultados negativos, pelo que julgamos conveniente manter o assunto em aberto. Para melhor compreensão deste capítulo é muito útil o mapa com a restituição hipotética dos territórios (p. 152-153), mas teria sido conveniente, pois ajudaria a interpretar a distribuição das *villae*, cartografar, nos casos possíveis, a localização das unidades militares, tendo em conta que muitos dos proprietários referenciados eram veteranos, assim como as principais vias de comunicação terrestres. Aliás, ao longo de todo o capítulo, o autor destaca a importância da presença militar na região (p. 36-37), considerando-a como um dos factores fundamentais da romanização, entendida no sentido mais lato. Basta referir que sob Vespasiano a guarnição da Méssia, para além de numerosos corpos auxiliares estacionados nas velhas fortalezas getas, contava com quatro legiões, enquanto que regiões como a Península Ibérica e o Norte de África dispunham apenas de uma legião.

No capítulo terceiro, sob o título *Villa romanã in Dobrogea*, encontramos o essencial do trabalho de Baumann, capítulo que, com os anexos respectivos, ocupa 157 de um total de 203 páginas de texto. Profusamente ilustrado, conta ainda com 408 notas de rodapé, o que, por si só, traduz a riqueza da investigação que nos é oferecida pelo autor numa síntese que utiliza até aos limites os materiais disponíveis, sem concessões de facilidade. Depois de descrever o quadro geográfico e natural da Dóbruja, especialmente apto a estimular uma economia mista, Baumann refere que, até há pouco tempo, havia apenas quatro sítios escavados considerados como testemunhos concretos de existência de *villae* na Dóbruja, e que o rico material epigráfico da região contém poucas referências precisas a propósito dos proprietários fundiários. Em seguida, o autor indica-nos o método que utilizou, englobando prospecção no solo, cartografia dos vestígios isolados para uma eventual interpretação de conjunto, análise crítica de descobertas anteriores, prospecção aérea e, como corolário lógico, execução de sondagens e de escavações sistemáticas em zonas diferenciadas. Tal método, apesar de não incluir o inquérito toponímico, merece-nos total aprovação e a seu favor depõe, mais do que a nossa pequena experiência, o resultado global alcançado por Baumann.

A abordagem das fontes epigráficas, quantas vezes perigosa quando não é sujeita a uma estrita disciplina, foi efectuada segundo uma metodologia exigente, seleccionando as epígrafes de forma a excluir elementos pouco seguros. Assim, o autor conseguiu, a partir do estudo completo dos monumentos considerados significativos, referenciar 33 domínios rurais seguros e 11 possíveis. No conjunto foi possível destacar 24 propriedades pertencentes a veteranos, 3 a peregrinos e 17 a cidadãos romanos não militares. O núcleo mais importante, com 11 referências, situa-se na região de Tómis (p. 148). Para uma apreciação rápida dos dados epigráficos o anexo I é da maior utilidade (p. 154-157). São especialmente interessantes os *termini* (n.º 1, 2), as inscrições referentes a chefes romanizados de comunidades indígenas, os *Principes Locorum* (n.º 8, 9, 10), em tudo idênticos aos que se conhecem no noroeste hispânico (A. Tranoy, *La Galice romaine*, Paris, 1981, p. 375),

e ainda as que precisam o local do falecimento sob a forma *obitus ad villam suam* (n.º 12, 13, 20) ou *mtmoriā fecit in praedio suo* (n.º 3). Como só três das inscrições foram redigidas em grego (n.º 7, 14, 24) podemos deduzir que o elemento helénico perdeu terreno em face da colonização romana, o que parece contradizer a importância atribuída pelo autor ao estabelecimento na região de numerosos colonos grego-orientais sob os Antoninos (p. 150), a menos que tenham escolhido residir em meio urbano, como é provável. Quanto ao estatuto social dos proprietários o estudo de Baumann identifica o grupo habitual: veteranos, colonos civis, notáveis locais romanizados, um ou outro peregrino (p. 50-63). Mais uma vez deparamos com o reflexo de um modelo de exploração provincial repetido por todo o Império, evidenciado ainda mais pela presença no referido grupo de numerosos magistrados urbanos, confirmando uma vez mais o ascendente da burguesia urbana nas relações cidade-campo. Nós próprios tivemos oportunidade de verificar tal facto quando estudamos os testemunhos epigráficos da implantação rural romana na região de Torres Vedras (V. Mantas, *Inscrições romanas do Museu Municipal de Torres Vedras*, «Conimbriga», XXI, 1982, p. 76-77). Umadas conclusões mais importantes do trabalho de Baumann, relacionada com a densidade do povoamento, consiste em negar a existência de grandes propriedades na Dóbruja, a menos que os *latifundia* fossem constituídos por terrenos dispersos centrados em outras tantas *villae* administradas por intendentess (p. 64), o que aliás, nem sempre é fácil de verificar. Apesar das perturbações do século III, esta situação teria permanecido até ao século IV, quando a *villa* é substituída pela grande propriedade trabalhada por colonos (p. 123-124, 150-151). Gostaríamos que o problema da sobrevivência do sistema entre meados do século III e finais do século IV tivesse sido analisado com maior profundidade, não tanto por contrariar o pretendido divórcio entre a *villa* e a cidade mas, sobretudo, porque não é evidente o desenrolar do processo que produziu tão radical transformação na Dóbruja romana, como aliás também o não é noutras regiões do Império.

Depois de referir algumas descobertas arqueológicas já conhecidas, Baumann descreve pormenorizadamente os seus trabalhos de campo, nomeadamente as escavações e sondagens, sem que se compreenda, todavia, o critério de ordenação dos temas tratados, quase todos relacionados com acções no norte da Dóbruja. O autor utilizou como método de prospecção de *villae* a observação de um conjunto de elementos comuns, verificados em situações anteriores, nomeadamente a presença de um montículo funerário perto das ruínas, a implantação, sempre junto a cursos de água, de uma nascente e de caminhos antigos, bem como a dimensão da área de dispersão dos vestígios materiais das *villae*, normalmente de 3000 a 6000 metros quadrados, superfície que coincide, na maior parte dos casos, com a dos remanescentes considerados como do estabelecimentos do mesmo tipo identificados através de prospecção sistemática na zona alentejana da Vidigueira, o maior dos quais corresponde precisamente ao limite máximo de 10 000 metros quadrados apontado por Baumann (p. 76-77). Graças ao método referido foi possível identificar 28 sítios romanos, 9 dos quais na área de

Noviodunum (p. 148). O recurso à fotografia aérea oblíqua também não foi esquecido pelo autor, que considera este método o mais eficaz não só para identificar sítios como para fornecer indicações quanto à sua dimensão, tipo e estado de conservação. Assim, e num único voo de duas horas e meia, Baumann pode detectar três *villae* na região de Tulcea, uma das quais permitiu fotografias capazes de revelarem a planta e, consequentemente, a integração numa série tipológica (p. 85-87, pi. XI). Não queremos deixar de observar porém, que a reduzida utilização do método foto-aéreo parece reflectir a dificuldade que os arqueólogos experimentam em obter meios aéreos para desenvolvimento dos seus planos de investigação, não obstante a comprovada eficácia da fotografia aérea em trabalhos de prospecção, dependentes, por outro lado, de uma indispensável verificação no solo dos vestígios assinalados.

No território de *Noviodunum*, o autor identificou 10 *villae*, 4 de economia predominantemente pastoril, centradas no *civus* de Niculitel, 6 de economia mista situadas na proximidade da grande via que conduzia à cidade. Este facto permite destacar de novo a importância do problema do transporte e comercialização da produção. Baumann esboça um quadro extremamente pertinente da estrutura administrativa do termo de *Noviodunum*, destacando a existência de *villae* organizadas em torno de um *vicus*, formando um *pagus* (p. 74-75). Em Portugal, pesquisas para reconhecer este tipo de organização, em especial a norte do Tejo e para o período que antecede o desenvolvimento da vida municipal, não deixarão, decerto, de produzir resultados positivos.

Também os problemas tecnológicos mereceram a atenção do autor: um depósito de utensílios agrícolas, escavado em Mangaba, onde entre a numerosa *ferramenta* se encontrou um ferro de charrua tipo *vomer*, permite, segundo Baumann, apreciar o grau de desenvolvimento da agricultura praticada na Dóbruja, por vezes considerada inferior à de outras regiões do Império (P. Petit, *La paix romaine*, Paris, 1967, p. 304); na zona de Telita, área densamente arborizada, Baumann praticou sondagens numa *villa* pondo a descoberto 5 fornos para redução de minério de ferro, do tipo Windofen, achado que, juntamente com outros, leva o autor a atribuir às *villae* da zona, na primeira metade do século m, características artesanais centradas na metalurgia ferrosa e no fabrico de telhas. Em Horia, ainda na região de Telita, cujo centro principal na antiguidade era a cidade de *Troesmis*, Baumann escavou, numa situação de emergência provocada pela construção de uma barragem, parte da necrópole e da residência de uma *villa*, incluindo um pequeno balneário. O edifício, relativamente modesto, mas bem concebido, aproxima-se do modelo itálico tardo-republicano e terá sido construído no século ii, como os tijolos com a marca da legião *V Macedonica* sugerem (p. 122). A dispersão das instalações da *villa* exigiria, também neste caso, uma escavação mais desenvolvida, pois enquanto não se escavarem sistematicamente os estabelecimentos agrícolas, quaisquer conclusões devem ser mantidas *sub judice*. Um *vicus* situado numa baixa nas cercanias da *villa* foi, no século iv, deslocado para uma posição elevada, facto interessante que não mereceu a atenção do autor.

Ainda sobre a estrada que conduzia do *vicus* de Niculitel a *Noviodunum*, Baumann efectuou sondagens numa *villa rustica* no vale de Capaclia, possivelmente pertencente a um veterano grego-oriental: *Aufidius Phebus*. Como a sondagem não atingiu o edifício principal, mais uma vez se justifica uma certa prudência em relação a conclusões deste tipo, tanto mais que o grafito em que se baseia a atribuição foi executado depois da cozedura (p. 95-97). Um aspecto de grande interesse focado pelo autor, mas infelizmente pouco desenvolvido, prende-se com o fornecimento de água às *villae* a partir do aqueduto urbano de *Noviodunum* (p. 97). Na mesma zona, Baumann dá-nos a conhecer pormenorizadamente uma das quatro *villae* do grupo dedicado à criação de gado. Estabelecida num pequeno planalto, perto de uma estrada, a planta acusa acentuada funcionalidade, com as construções ocupando três lados de um pátio central (p. 99). Toda a estrutura, pertencente a uma reconstrução de finais do século II, concorda com o tipo de actividade desenvolvida, com grandes espaços cobertos, de planta basilical, alojamentos muito simples e duas cisternas com razoável capacidade, cuidadosamente construídas (p. 104). O excelente trabalho realizado pelo autor em Niculitel parece-nos de grande importância mas suscita um problema metodológico fundamental: será possível classificar como *villa* um estabelecimento rural onde, para além dos alojamentos do pessoal, se não encontraram traços de uma zona habitacional mais elaborada e melhor equipada? Julgamos que não; Baumann deve igualmente ter experimentado dúvidas a esse respeito, reflectidas na designação *fermã ruralà* que utilizou no título do parágrafo (p. 97).

O último tema do capítulo é o dos estabelecimentos rurais tardios. O autor sondou e escavou dois sítios vizinhos, concluindo que os vestígios descobertos, caracterizados por uma grande rusticidade e por evidentes preocupações defensivas, como mostram as armas encontradas (p. 195), provam a existência, no século IV, de estabelecimentos agrícolas produzindo para o mercado, continuando a tradição das *villae rusticae* (p. 132). Poderemos acrescentar que as condições de Baumann reforçam as provas a favor da persistência de uma agricultura organizada em áreas fortemente perturbadas, independentemente da destruição de instalações (p. 131), e apoiam a existência de propriedades de pequena extensão inseridas entre os grandes domínios de tipo contínuo, em formação, segundo cremos, em parte como consequência da reforma fiscal e monetária constantiniana.

Nas observações finais, Baumann sumaria a evolução das *villae* no território, relacionando-a permanentemente com os acontecimentos de ordem político-militar que condicionaram a romanização do Baixo-Danúbio. Para o autor, todo o processo foi ditado exclusivamente por razões de ordem económica, sem deixar de considerar, aliás, o papel de difusão da cultura material e espiritual romana assegurado pelas *villae*, o qual, agregando à estrutura romana as comunidades rurais indígenas, permitiu a participação activa da população geto-dácica na sua própria romanização. Tal facto foi ainda reforçado pela dependência de todo o sistema dos centros do *limes* e pela provincialização dos efectivos militares. Trata-se de um quadro talvez dema-

siadamente simplificado, reflectindo quer as opções do autor, quer os condicionalismos, de uma investigação apenas iniciada, como tão evidentemente demonstra o quadro incluído na página 148: em 93 *villae*, ou estabelecimentos assim classificados, 44 foram referenciados por dados epigráficos, enquanto que a prospecção permitiu identificar 31 sítios; as sondagens e escavações verificaram-se apenas em 7 estações. Tais limitações, perfeitamente admissíveis, de maneira nenhuma desvalorizam a obra de Baumann, que, a par de outros trabalhos já publicados sobre a mesma região (A. Aricescu, *Armata in Dobrogea romană*, Bucureste, 1977; A. Suceveanu, *Viata economică in Dobrogea romană*, Bucureste, 1977), fica a constituir um elemento de consulta obrigatória. Apenas lamentamos que a qualidade das cartas dificulte por vezes a compreensão do texto e que a ausência de índices torne difícil a utilização da obra. Sem pretender ser uma síntese, mas sim um ponto de partida (p. 9), este trabalho, patrocinado pelo Museu do Delta do Danúbio, permite um melhor conhecimento da implantação romana na região, não escondendo os numerosos problemas próprios de uma investigação quase pioneira e de uma assunto tão atraente como complexo: o das estruturas rurais. Baumann afirma-se como um arqueólogo completo, capaz de unificar num estudo coerente as informações obtidas em fontes de tipo muito diverso, oferecendo aos investigadores uma obra muito feliz, em tudo digna do notável esforço da arqueologia romena para recuperar e dar a conhecer uma história que, por ser real, é ainda mais admirável do que a da crónica de Cantemir, enriquecendo, simultaneamente, os laços de união entre os povos latinos.

VASCO GIL MANTAS

JOSÉ MANUEL GARCIA, *Epigrafia Lusitano-Romana do Museu Tavares Proença Júnior*, Museu de Tavares Proença Júnior, Castelo Branco, 1984, 187 p., 27 est., 1 mapa desdobrável.

Uma das áreas de maior interesse para o estudo da epigrafia luso-romana é, pela abundância e características dos monumentos regionais, a que corresponde modernamente ao Distrito de Castelo Branco. Basta recordar a impressionante colecção de inscrições conservada em Idanha-a-Velha, a qual, tendo em conta a sua origem, se pode considerar, com as suas quase 200 epígrafes, como a mais importante do País. Não é de estranhar, portanto, que os epigrafistas se tenham ocupado com frequência do estudo de material tão propício, nem sempre, infelizmente, da forma mais conveniente. Como reflexo desse interesse surgiu ultimamente, publicado pelo Museu de Tavares Proença Júnior, o catálogo da colecção de epigrafia luso-romana desta instituição cultural da capital da Beira-Baixa, da autoria de José Manuel Garcia. O referido trabalho pretende colmatar uma lacuna importante, reunindo num volume de agradável

aspecto gráfico informação relevante sobre as inscrições existentes no Museu, com particular destaque para os monumentos encontrados na região, 10 dos quais se encontravam inéditos.

A organização do volume é um pouco complicada, não tendo resultado por completo o intento, enunciado pelo autor, de conciliar no texto do catálogo o geral e o particular (p. 9). Não julgamos fácil a solução do problema mas pensamos que um catálogo se deve concentrar no que é verdadeiramente essencial e recordamos que, á data da redacção inicial do trabalho, J. M. Garda dispunha de um óptimo modelo no catálogo epigráfico da Sociedade Martins Sarmento (Mário Gardozo, *Catálogo do Museu de Martins Sarmento. Secção de Epigrafia Latina e de Escultura Antiga*, Guimarães, 1972²). Na primeira parte (p. 12-32), o autor começa por referir brevemente a figura do patrono do Museu e as vicissitudes históricas da instituição, passando em seguida a tecer algumas considerações sobre a ciência epigráfica e sobre a romanização. Ainda na mesma divisão inclui observações acerca da tipologia e proveniência das peças e indica a metodologia que utilizou na publicação das mesmas, terminando com a lista da bibliografia e das abreviaturas. Na segunda parte, Garcia apresenta as inscrições votivas (p. 35-85), as inscrições funerárias (p. 87-132), as marcas e grafitos (p. 133-136), os fragmentos de aras anepígrafas (p. 137-139), as peças consideradas perdidas ou ausentes do Museu (p. 141-145) e uma breve conclusão (p. 147). O volume termina com as estampas (p. 149-175), vários índices (p. 177-182) e uma adenda (p. 183-185).

J. M. Garcia informa que a obra, apesar de concluída em Setembro de 1979, só em 1984 foi dada à estampa, por dificuldades várias, tendo sofrido apenas ligeiros retoques (p. 147). Por isso estranhámos que a adenda inclua a marca de um peso de tear recolhido no Museu em 1916 (p. 184), enquanto que na bibliografia se referem várias publicações posteriores a 1979 (p. 31). Teria sido preferível, pensamos, refundir o trabalho de forma a eliminar elementos menos precisos, tanto mais que se trata de pequenas alterações. Antes de analisarmos mais detidamente algumas das inscrições publicadas por J. M. Garcia não podemos deixar de formular uma ou outra observação que nos parece mais pertinente quanto à organização e conteúdo deste catálogo. Em relação ao primeiro ponto gostaríamos de deparar, como já dissemos, com um texto desimpedido de passagens cuja inserção na economia geral da obra resulta por vezes discutível, senão inútil. Estão nesse caso, por exemplo, parte das páginas dedicadas à romanização (p. 17-21) e à problemática religiosa luso-romana (p. 43-44). Por outro lado, quer a análise da romanização, já citada, quer a caracterização da colecção epigráfica do Museu (p. 23-25), assumem um conteúdo conclusivo, contrariando uma metodologia rigorosa, dado que antecedem o estudo dos monumentos. Outro aspecto que nos parece também menos correcto é o de considerar no catálogo peças desaparecidas (p. 143-145), tanto mais que não houve unidade de critério: incluindo a inscrição de *Caudicus* e de *Casina* (p. 143), publicada depois de Tavares Proença por Fernando de Almeida (F. Almeida, *Egitânia. História e Arqueologia*, Lisboa, 1956, n.º 56, p. 177, 452), o que o autor não

refere, teria sido necessário transcrever todas as que do Museu foram transferidas para Idanha-a-Velha (p. 145), pois é na velha Egitânia que aquela, como estas, se encontram; assim fica resolvido o problema do paradeiro desta epigrafe, que tivemos oportunidade de estudar em 1982, durante os trabalhos de revisão do espólio epigráfico de Idanha-a-Velha. Quanto às estampas, de dimensões muito aceitáveis, é pena que a fraca qualidade de algumas não permita a leitura dos textos. J. M. Garcia elaborou vários índices dos quais os mais importantes são o teonímico (p. 177-178), o antroponímico (p. 178-179) e o geográfico (p. 181-182), alargando a capacidade de utilização da obra como instrumento de trabalho, tanto mais que indicou as leituras duvidosas ou menos seguras. Um índice de equivalências bibliográficas, não inserido, seria igualmente muito útil, permitindo uma maior segurança na identificação dos textos.

Debrucemo-nos agora sobre algumas afirmações mais merecedoras de reparo. Por exemplo, não nos parece justa a opinião expressa pelo autor acerca da raridade dos catálogos epigráficos em Portugal (p. 9), dado que não corresponde à realidade (José d'Encarnação, *Introdução ao Estudo da Epigrafia Latina*, Coimbra, 1979, p. 38-40). J. M. Garcia escreve que as informações obtidas a partir de testemunhos epigráficos se conseguem «através da leitura e interpretação do que nesse material foi gravado para a posteridade» (p. 15). Não esqueçamos, todavia, que não foi para nós que os antigos gravaram as suas inscrições, mas sim para a sua própria época e para a sociedade em que viviam. Se assim não fosse seria fácil a interpretação dos textos epigráficos, operação que exige amplos conhecimentos históricos e culturais, que ultrapassam largamente a simples capacidade de ler e traduzir o Latim, já de si tão reduzida nos nossos dias. Mais adiante, ao tratar dos problemas da romanização da Beira Baixa, o autor considera o *vicus* como o aglomerado populacional predominante na zona durante a Época Imperial (p. 18-19), embora reconheça que a ausência de escavações obrigue a encarar tal opinião como uma hipótese, a qual, na nossa opinião, tem francas probabilidades de vir a ser comprovada, nomeadamente a partir de trabalhos sistemáticos em estações já identificadas, como por exemplo, a de S. Lourenço, perto de Monsanto, que julgamos corresponder a um *vicus*. Uma afirmação que se prende com os castros romanizados, formulada a propósito das modificações do *habitat* tradicional (p. 19), é bastante mais discutível, pois na realidade quase todos os castros conhecidos foram romanizados (C. A. Ferreira de Almeida, *O castrejo sob o domínio romano: a sua transformação*, «Estudos de Cultura Castrexa e de História Antiga de Galicia», Santiago de Compostela, 1983, p. 187-198). Outra afirmação difícil de apoiar é a de que os *magistri* referidos numa célebre inscrição de Idanha-a-Velha (*ILER* 2082) representem potentados locais (p. 20), no sentido económico do termo, pois deles apenas conhecemos os nomes. Quando se verificam alterações tão importantes como as que caracterizaram a romanização, pode bem ter sucedido que uma parte das elites locais represente uma classe ascendente que tenha aproveitado o colaboracionismo para se afirmar social e economicamente. Também julgamos pouco fundamentada a opinião do autor acerca da causa

que teria determinado o predomínio, na região da Beira Baixa, das inscrições votivas sobre as funerárias, resultante, segundo Garcia, de uma preferência pelas «novas formas de adoração dos deuses», enquanto que «a população rústica sentiria pouco a necessidade de se assinalar para a posteridade com epítáfios» (p. 24-25). Dado que parte importante das epígrafes se pode relacionar com santuários indígenas, como o que existiu em S. Martinho, nos arredores de Castelo Branco, não nos parece difícil compreender a diferença em questão, atribuindo-a sobretudo ao facto mencionado, à fortuna das descobertas arqueológicas e à falta de documentação. Que ideia poderíamos formular, por exemplo, da epigrafia do distrito de Évora se, para além das inscrições da capital alentejana e de algumas dispersas, conhecêssemos apenas as epígrafes votivas do santuário de S. Miguel da Mota?

Em relação às referências bibliográficas corrigimos duas indicações: Maria de Lourdes Albertos, *Nuevos antropónimos hispánicos*, «Emerita», XL, 1972, p. 1-29, 287-318; Justino Mendes de Almeida, *Varia Epigraphica* «Revista de Guimarães», LXXXV, 1975, p. 95-96.

Depois de sumariar em breves páginas o desenvolvimento dos trabalhos de síntese sobre divindades indígenas interessando ao território português específicas do mesmo, onde o *CIL* II é referido de forma algo confusa e sem alusão às adendas da *Ephemeris Epigraphica* (p. 39), J. M. Garcia tece algumas considerações, por vezes muito concretas, acerca do problema do sincretismo religioso luso-romano (p. 43-44), tema por demais bem conhecido do autor e ao qual tem dedicado notável esforço.

Passemos em seguida ao catálogo propriamente dito. As inscrições estão ordenadas por tipos, de forma pouco sistemática: textos votivos e textos funerários sucedem-se respectivamente por ordem alfabética dos teónimos e por ordem alfabética do local de achado, neste caso com excepção das inscrições de *Collipo* e de *Conimbriga*, que ocupam o final da enumeração. O esquema geral do estudo de cada peça compreende a indicação do n.º, idêntico ao da fotografia, texto em caracteres epigráficos — desnecessário —, local do achado e paradeiro, dimensões, texto desenvolvido, tradução, altura das letras, comentário sucinto e bibliografia. Sem pretendermos ser exaustivos e porque a qualidade das fotos dificulta a apreciação, faremos apenas algumas sugestões e comentários que consideramos mais oportunos:

- n.º 1: pensamos que se trata de uma ara consagrada não a uma divindade indígena mas sim a *Liber* e *Libera*, teónimos que cremos preencherem as duas últimas linhas, precedidas pelo nome do doador. *Liber* e *Libera* são divindades tipicamente romanas cujo culto está atestado em vários locais da Lusitânia (Robert Étienne-Georges Fabre, *Epigraphie et Sculpture*, «Fouilles de Conimbriga», II, Paris, 1977, n.º 13, p. 33-34; José d'Encarnação, *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*, Coimbra, 1984, n.º 567, p. 634), nomeadamente em Monsanto (F. Almeida, *Egitânia*, p. 378-379, fig. 188).
- n.º 2: não compreendemos por que razão os nexos de TANGINI/ /GIAECO são indicados de duas formas, através de um traço hori-

- zontal e geminando as letras; verifica-se um lapso na translineação da mesma palavra.
- n.º 3: o monumento poderá ter sido, como supõe o autor, consagrado a uma divindade do grupo *Band*, que pensamos ser a mesma da inscrição n.º 18 — *Bañáis Vortaeceus*.
 - n.º 5: na l. 4, o ponto sob o S não se justifica.
 - n.º 7: ao contrário do que J. M. Garcia considera, uma observação mais atenta da epígrafe permitirá acrescentar mais alguma coisa ao texto desta interessante ara consagrada a Júpiter Ótimo Máximo: na última linha, por exemplo, lê-se perfeitamente a palavra [L]IBENS.
 - n.º 9: a inscrição de Idanha-a-Velha merece algumas reservas (F. Almeida, *Egitânia*, n.º 9, p. 148).
 - n.º 10: esta inscrição já esteve em Idanha-a-Velha (F. Almeida, *Egitânia*, n.º XII, p. 268, fig. 175), daí o erro de localização em *ILER* 675; não cremos que o território de *Cauria* se estendesse até ao rio Aravil, mesmo que *CAIRIESIBVS* esteja por *Cauriesibus*.
 - n.º 11: este monumento, consagrado a *Trebarona*, suscita numerosos problemas de leitura, não nos satisfazendo por completo a lição do autor: na l. 5, parece-nos possível interpretar como D(e) S(no) P(osuit) MAG(ister) ou D(e) S(uo) P(er) MAG(istrum)\ não vemos como relacionar *PROTAE* (?) com *SACERDOS*, que é efectivamente o que se lê na l. 4.
 - n.º 15: julgamos a leitura [AR]CONIS.F a mais aceitável.
 - n.º 16: parece-nos difícil que num monumento perfeitamente clássico, em que a antroponímia é clássica, as relações sociais de tipo romano e a divindade—*Victoria* — típica da ideologia imperial, se possa identificar um sincretismo com *Trebaruna*.
 - n.º 17: a ocorrência dos *tria nomina* indicados por siglas já se verificou nesta região em monumentos votivos (Fernando de Almeida, *Aras inéditas, igeditanas, dedicadas a Marte*, «Revista da Faculdade de Letras», 3.ª Série, 6, 1962, p. 72-74).
 - n.º 22: Fernando de Almeida desconhecia o paradeiro desta inscrição (*Egitânia*, n.º 28 p. 160); na l. 6, ainda é visível o F da fórmula D.S.F.C.
 - n.º 23: é pouco viável a classificação do elemento decorativo que termina a inscrição como *hedera*.
 - n.º 24: atendendo à qualidade da fotografia limitaremos o nosso comentário ao problema da localização de *Concordia*, cidade que, segundo o autor, devia situar-se na área de Castelo Branco. Na realidade não encontramos nenhum elemento na argumentação apresentada que autorize tal localização, tanto mais que a referência à origem normalmente indica afastamento do local do achado (José d'Encarnação, *Sociedade Romana e Epigrafia*, Setúbal, 1979, p. 49-50); acrescentemos ainda que a tradução está incompleta e que a leitura *Con[treb]iensi* é igualmente possível.

- n.º 25: não compreendemos por que razão a origem indoeuropeia de *Ammius* e de *Avitus* deveria limitar a sua difusão na Europa Ocidental.
- n.º 28: propomos a seguinte tradução: Aos deuses Manes. Título, filho de Rusticano, de setenta e cinco anos. A esposa, Galácia (?), colocou (este monumento).
- n.º 29: Fernando de Almeida desconhecia o paradeiro deste monumento [*Egitânia*, n.º 37, p. 165-166]; dado que o dedicante é filho de liberto é natural que não aluda ao pai.
- n.º 30: Fernando de Almeida desconhecia o paradeiro desta inscrição [*Egitânia*, n.º 42, p. 168]; a indicação bibliográfica do autor está errada.
- n.º 31: a lição de J. M. García prevalece sobre as anteriores.
- n.º 32: Fernando de Almeida desconhecia o paradeiro desta epígrafe [*Egitânia*, n.º 123, p. 129]; a leitura correcta é a do autor; nal. 1, a sigla F é visível.
- n.º 37: na l. 2, é possível ler ... AVLIVS PATERNI F; julgamos mesmo que se pode tentar uma leitura mais completa.
- n.º 38: o monumento, apesar de tudo, merece um esforço maior:
 - 1. 5: MATER D S F C; o autor supõe que o cipo foi levado de Idanha-a-Velha em 1972, hipótese com que concordamos e que alargamos às inscrições n.ºs 36 e 37.
- I (adenda, p. 183-184): entendemos que a interpretação do texto não permite identificar *Fadia* como filha, pois que pode tratar-se da mãe do segundo *C.Vibius*; por outro lado, há um lapso no desenvolvimento da hipotética fórmula final, pois sendo dois os dedicantes, como pretende J. M. Garcia, deve ser F(*aciendum*) C(*uraverunt*).

Como actividade científica, a investigação epigráfica, renovada em Portugal desde há uma dezena de anos, exige grande rigor e disciplina, pelo que o presente catálogo deve merecer a atenção do seu autor no sentido de uma refundição, de forma a torná-lo num instrumento de trabalho ainda mais útil, eliminando passagens obscuras (p. 25, 37, 89, 119, 184), rectificando leituras, acertando referências. J. M. Garcia certamente estará á altura da tarefa, valorizando um trabalho cuja importância se afirmará com o tempo.

VASCO GIL MANTAS

BLÁZQUEZ, José Maria; PRESEDO, Francisco; JAVIER LOMAS, Francisco; FERNÁNDEZ NIETO, Javier, *Historia de España Antigua*, tomo I, Proto-história, edições Cátedra, Madrid, 1980.

O primeiro volume da *Historia de España Antigua*, dedicado à Proto-história (o segundo diz respeito à Romanização), é uma obra colectiva de quatro especialistas constituindo actualizada síntese sobre a Idade do Ferro da Península. Praticamente todos os assuntos do último milénio antes de Cristo são explorados, referidos ou simplesmente sugeridos. Contudo, eite seu carácter geral acaba por se perder, já que os vários temas são tratados com critérios diferentes, dando-se maior peso a uns, enquanto outros são vistos muito sumariamente. Com efeito, o equilíbrio não é conseguido. O leitor poderá ficar a saber muito sobre o Sul e o Levante da Península e pouco sobre as outras regiões. Seria aceitável que a zona hoje portuguesa não merecesse tanta atenção, pois trata-se de um trabalho de investigadores espanhóis, mas o desequilíbrio atinge igualmente o Norte e Centro da Península. Dos vinte e um capítulos, só os quatro primeiros (cerca de 1/5 da obra) versam problemas de povos ou áreas não ibéricos, enquanto que o resto do livro se consagra ao tema ibérico ou a temas com ele relacionados (Tartessos, povos, economia, arte e religião ibéricas, fenícios e gregos, etc.).

Os temas não ibéricos são da responsabilidade de JAVIER LOMAS, que começa por nos dar um breve panorama das culturas do Bronze Final e Ferro europeias, abordando, por vezes, com demasiado simplismo, problemas como o do povoamento da 1.^a Idade do Ferro (p. 19) que se têm revelado bem mais complexos (HARKE, *Settlement types and patterns in the west Halistan province*, Oxford, BAR, 1979). Seguidamente, debruça-se sobre as culturas peninsulares dos «Campos de Urnas», chamando a atenção, por várias vezes, para a raridade e escassez do uso do ferro. Quando foca o problema das invasões indo-europeias, manifesta-se partidário dum fluxo contínuo ocorrido na primeira metade do primeiro milénio antes de Cristo.

O segundo capítulo é dedicado às fontes antigas sobre os celtas cujos dados se conjugam com os da linguística (vestígios na toponímia, antroponímia e hidronímia) e epigrafia e que irão servir para, no terceiro capítulo, se tentar elaborar o mapa da distribuição geográfica das populações celtas peninsulares. Reconhece-se a dificuldade em definir fronteiras limitadas e fixas, dada a frequente contradição das fontes escritas, e a real instabilidade, a nível territorial, daqueles povos. Neste campo, como noutros, é imprescindível o contributo da arqueologia. Refira-se o importante testemunho sobre os «Turduli, Veteres» recentemente encontrado (ARMANDO COELHO DA SILVA, *As tesserae hospitales do Castro da Senhora da Saúde no Monte Murado (Pedroso, Vila Nova de Gaia)*, «Gaia», I, 1983).

O autor termina, tecendo algumas considerações sobre as instituições indoeuropeias: o «hospitium», que considera «una de las instituciones hipanoceltas más peculiares y características» (p. 111) e o sistema gentilício.

Os seis capítulos seguintes (V ao X), ilustrados com mapas e figuras, aliás como todos os outros, estão assinados por Francisco PRESEDO. Toda a problemática de Tartessos é assinalada, desde a localização da cidade, a economia e comércio, ao problema da escrita «el rasgo más diñitorio de un estado avanzado de evolución política y social» (p. 138) e do mito do rei Habis, já interpretado por Maluquer (1970) e Caro Baroja (1971). Os povoados e necrópoles atribuídas a Tartessos são também estudados. As fontes escritas, epigráficas ou numismáticas informam-nos, mais uma vez, sobre os nomes dos povos e das cidades, que a arqueologia virá confirmar ou infirmar. Para o período post-tartéssico, Presedo contrapõe a riqueza de informações provenientes das necrópolis, desde sempre preferidas pelos arqueólogos, à penúria de dados recolhidos nos povoados, muitos dos quais a posterior ocupação púnica e romana destruíram.

No que respeita à organização económica, social e política tenta-se definir os vários grupos sociais analisando a escultura, o tipo de arquitectura e espólio funerários, propondo-se a existência duma «nobreza» que controlava a exploração agrícola e mineira, gravitando em redor dos reis ou príncipes, e principal consumidora dos produtos orientais trazidos pelos Fenícios. Além deste grupo social superior, responsável também pela guerra, uma classe média, de homens livres, artesãos, bronzistas, pintores, militares e ainda uma classe mais baixa.

O capítulo décimo versa a arte ibérica. Essencialmente religiosa e funerária, a sua importância resulta, em primeiro lugar, do número considerável de peças conhecidas. A uma arquitectura pobre, cujo expoente máximo é o monumento funerário de Toya, opõe-se uma escultura extremamente rica e diversificada, de grande vulto (em pedra) e pequenas estatuetas (em bronze), humana e zoomórfica, seguida de uma boa colecção de baixos-relevos como, por exemplo, os do Pozo Moro. A cerâmica, ao mesmo tempo geométrica e figurativa, constitui um elemento documental de primeira importância.

J. Maria Blázquez, ao longo de nove capítulos (XI ao XIX), ocupa-se das influências e/ou colonização fenícia e cartaginesa. Apelando constantemente para as fontes literárias é, porém, na arqueologia que encontra as maiores certezas, mormente quando se encontram estações como o povoado indígena fortemente semitizado, do Cabezo de San Pedro, com a brutal potência estratigráfica de cerca de 25 metros.

No capítulo XIV procede-se ao estudo da influência fenícia na arte indígena. Quanto a nós, poderia ter sido perfeitamente tratado, e com vantagem, no capítulo X (arte ibérica), já que há uma grande unidade temática entre ambos.

Na última parte do seu estudo, Blázquez debruça-se sobre a expansão e colonização cartaginesa seguindo, passo a passo, os principais episódios de carácter bélico, directa ou indirectamente relacionados com a Península. A colonização cartaginesa de Ibiza mereceu um capítulo à parte.

A religião fenícia e púnica poderiam muito bem, à semelhança da arte, terem sido incluídas num capítulo geral sobre a religião ibérica.

Esta importante obra sobre a proto-histórica peninsular termina com o estudo que Fernández Nieto faz sobre a colonização grega. Na parte introdutória aborda-se o controverso (?) tema das «colonias» calcolíticas como Los Millares e Vila Nova de São Pedro, e ainda se defende, explicitamente, serem lugares escolhidos e ocupados por «visitantes egeo-orientais» (p. 523-524). Na parte final, reduz as colonias gregas peninsulares a Ampúrias e Rhode, porque Abdera, Hemeroskopeion ou Mainake, não passariam de fundação, fenícias que os Gregos conheciam por aqueles nomes (p. 541, 544). A difusão dos objectos gregos no território da antiga Hispânia seria, assim, da responsabilidade única do comércio fenício e púnico.

Os textos de autores antigos, tão frequentes ao longo das 580 páginas que este livro reuniu, poderiam vir agrupados num apêndice final, facilitando assim a consulta que a falta de um índice ideográfico vem agravar.

A abundante bibliografia poderia, também, ter sido arrumada com maior critério, seguindo, por exemplo, a ordem dos temas versados nos diversos capítulos.

RAQUEL VILAÇA

Guadalupe LÓPEZ MONTE AGUDO, *Expansion de los «verracos» y características de su Cultura*, Editorial de la Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 1983.

Só agora publicada, esta obra é a tese de doutoramento defendida pela autora em 1976. Os sete anos que separam a defesa, da publicação, condenam, á partida, a actualidade de que inicialmente se poderia ter revestido. Com efeito, vemos reunidas 212 esculturas zoomorfas (99 touros, 103 berrões e 9 casos duvidosos), 65 das quais se publicam pela primeira vez, número hojeem dia obviamente ultrapassado pelas descobertas entretanto verificadas e das quais destacamos o achado dos quatro berrões de Martiherrero (Ávila).

Obra importante como catálogo dos berrões e recolha bibliográfica, não traz grandes novidades, chegando mesmo, por vezes, a ser duma repetição desnecessária (p. 2 e 24; 24 e 30; 32 e 211; 207 e 213...). Escolhendo uma metodologia que não será a melhor, parte dum único elemento — os «verracos» — para definir uma cultura e não consegue, entretanto, encontrar nenhum contexto histórico-cultural onde os possa enquadrar, nem adscrevê-los a uma qualquer etnia, porquanto nos surgem numa área demasiado vasta — províncias de Ávila, Salamanca, Gáceres, Burgos, Orense, Pontevedra, Segóvia, Zamora, Toledo, Beira Alta, Trás-os-Montes e Douro Litoral — onde, por sinal, as prospecções e escavações sistemáticas estão longe de atingir o número satisfatório.

Estas lacunas levaram G. L. M., como a própria reconhece, a basear o seu trabalho fundamentalmente nas escavações de Las Gogotas, Mesa de Miranda (sem estratigrafia), Sanchorreja e El Berrueco. Chama, no entanto,

a atenção para a estação de La Alameda Alta (Tornadizos de Ávila) que, segundo a autora, é «la clave para dilucidar por fin esta problemática e interesante Cultura» (p. 2). Não sabemos a causa da não utilização desta «chave».

Em grande parte baseada naquelas estações, a autora dedica a primeira parte da sua obra à análise, aliás exaustiva, da cultura material associada aos berrões. É assim que no primeiro capítulo se debruça sobre a arquitectura (militar e urbana) e estudo das esculturas que deram origem a esta cultura tão controversa. Para além de tecer considerações gerais sobre estas últimas, estuda as inscrições dos vinte berrões que as possuem. Por verificar que em todas o texto é funerário, conclui, associando a este outros factores, que os berrões são monumentos funerários. Podendo talvez demorar-se mais no estudo destas inscrições, faz algumas reconstituições textuais com que não concordamos, como é a da inscrição n.º 70 (p. 60).

O capítulo seguinte refere-se ao espólio (cerâmicas, armas, fíbulas, ourivesaria, etc.) que, desde o Bronze Final, é atribuído à área em estudo. A propósito das cerâmicas, afirma que «la cerámica de la Cultura de los «Verracos» es muy variada ya que abarca casi todo el primer milenio a.C.» (p. 81), englobando assim, numa mesma «cultura», cerâmicas muito diversas na origem, na técnica e na decoração. Mais à frente, quando se refere aos capacetes usados pelos povos da «Cultura dos Berrões», verifica que as fontes literárias são mudas a esse respeito e as arqueológicas, quase inexistentes. O problema é resolvido com o que aquelas mesmas fontes dizem sobre os capacetes dos povos do Noroeste Peninsular. Cai-se assim, mais uma vez, no erro que é procurar na «Cultura Castreja» a solução para as lacunas de áreas não menos ricas mas seguramente ainda pouco exploradas.

O terceiro capítulo trata da origem e organização social dos povos que as fontes antigas localizam nas províncias já referidas. A uma área excessivamente grande tem necessariamente de corresponder um número considerável de povos: Veteos, Vaceus, Calaicos, Astures, Lusitanos, Carpetanos e Turmódigos são tidos como os autores da «Cultura dos Verracos», não obstante se tratar de gentes tão diversas e heterogéneas. A esta «cultura» corresponderiam ainda duas fases culturais para as quais não encontrou, no entanto, quaisquer barreiras estratigráficas que as assinalassem.

O último capítulo é o das conclusões e cronologia. Negando a possibilidade das inscrições serem posteriores à execução dos berrões, atribui como cronologia final desta «cultura» o período imperial, pois aquelas foram datadas dos séculos i, ii e iii d.C. Quanto aos primórdios, devem procurar-se, pelo menos, no século vi a.C., data atribuída ao recinto do castro de La Mesa de Miranda onde foram encontradas algumas esculturas. Sem dúvida um período com limites muito amplos, sendo estranho não se detectar qualquer evolução no tratamento escultórico.

Seguem-se o Apêndice e Catálogo, incluindo o primeiro a bibliografia referente aos 34 mapas que ilustram, juntamente com algumas plantas e desenhos, o texto. Note-se que não há uma única representação de esculturas zoomorfas, tornando, por isso, a descrição do Catálogo demasiado «seca».

Finalmente, uma bibliografia bastante vasta, mas que nem sempre refere as obras citadas no texto (por exemplo, Callejo Serrano, 1970, citado na p. 61), seguida duma tríade de índices (autores, lugares e assuntos) muito úteis.

De referir ainda alguns erros, como o que situa a inscrição de Cabeço de Fráguas em Braga (p. 218), quando é na Guarda, e o que identifica Lankia Oppidana com Idanha-a-Velha (p. 204).

RAQUEL VILAÇA

KEVIN GREENE, *Archaeology. An Introduction*, Londres, B. T. Batsford, 1983. 1 vol., 25 cm, 190 p. 96 ilustrações.

O desenvolvimento da Arqueologia principalmente nos últimos vinte anos, torna cada vez mais necessárias as obras de síntese, actualizadas, ponto de partida para a compreensão dos campos de investigação mais complexos e especializados. Disfrutávamos já, em versão portuguesa desde 1961, da obra muito acessível de V. G. Childe, *Introdução à Arqueologia*, e, mais recentemente (1981) também com este título da obra de Carl-Axel Morberg; finalmente, *Archaeology. An Introduction* vem completar o quadro da história, princípios e métodos da Arqueologia Moderna.

Da sua leitura ressalta-nos, desde logo, o feliz encadeado dos assuntos tratados bem como um forte cunho pedagógico, reflexo da experiência pessoal do autor. Ao longo dos seis capítulos em que fundamentalmente se divide a obra, o leitor vê desfilar perante si as diferentes atitudes dos povos, ao longo dos tempos, perante os vestígios visíveis do passado. Dos métodos de escavação aos de datação, da interdisciplinaridade da Arqueologia à análise interpretativa do passado, o autor esboça-nos o quadro da génese, desenvolvimento e perspectivas da Arqueologia. Obra abundante em exemplos concretos, remetendo para bibliografia específica sobre cada um dos assuntos abordados, não deixa todavia de nos transmitir um cariz acentuadamente inglês, quer nos exemplos escolhidos quer nas personalidades realçadas como «marcos» do aparecimento e desenvolvimento da Arqueologia.

No Capítulo 1, *The Idea of the Past*, K. Green mostra-nos como o interesse pelas origens, tal como o da vida além-túmulo, é tão velho como a própria Humanidade, embora qualquer reflexão puramente arqueológica pertença já aos séculos mais recentes. Neste campo é-nos destacada a acção de John Frere, Boucher de Perthes, John Evans, além de outros precursores como John Shefferius, Leland, Camden, Aubrey, etc.

Ainda neste capítulo, ao referir-se ao contributo de Pitt Rivers à elaboração da sequência tipológica, assunto que retoma mais profundamente no Cap. 4, K. Greene não desenvolve de modo muito claro o fenómeno da regressão

tipológica, aspecto tão bem ilustrado por Grahame Klark em *Arqueologia e Sociedade*, 1966, 124, clareza necessária, tendo em consideração de que se trata de uma obra de introdução.

No Capítulo 2, *Discovery and Fieldwork*, após relembrar as causas que levaram à exploração arqueológica — confirmar relatos históricos, determinar cronologias de monumentos já conhecidos, a «caça ao tesouro», com fins puramente lucrativos ou para enriquecimento de colecções — o autor esboçamos o quadro das condições políticas, económicas e culturais que permitiram que o século XIX assistisse ao despertar do interesse por regiões tão longínquas como a Mesopotâmia e o Egipto, iniciando-se o movimento que já alguém designou como a «Epopéia dos Arqueólogos». Aí se recordam nomes desde Claudius James Rich a J. Mellaart, sintetizando, até aos nossos dias, a Arqueologia do Próximo Oriente.

Para a descoberta de novos sítios arqueológicos, K. Green realça o método, sempre actual, da «batida de campo», afirmando: «The human eye is an extremely sensitive instrument, particularly when it is tuned in to minor fluctuations in the character of the ground surface, or to noticing objects lying upon it. (...) Thus, many professional and amateur archaeologists spend a significant amount of their time in simply looking around them» (p. 41).

Passando ao contributo dado à Arqueologia pelo aparecimento da fotografia, os exemplos cingem-se quase unicamente à fotografia aérea obtida a baixa altitude; não obstante remeter quer para obras quer para artigos mais completos, julgamos que deveriam ser aqui realçadas as potencialidades e as linhas gerais da metodologia da foto-interpretação das coberturas verticais, mais acessíveis a qualquer investigador. A prospecção aérea, a partir de aviões lentos a baixa altitude, é, na verdade, mais apaixonante, de resultados mais espectaculares e, conseqüentemente, mais divulgada. A foto-interpretação exige uma metodologia diferente e, nomeadamente, um diferente estado de espírito do investigador. A paisagem, com o seu tipo de relevo, bacias hidrográficas, vales largos ou apertados, esporões, orientação das cordilheiras, etc., condicionou o povoamento; 3, desde cedo, o Homem reflectiu o seu grau de civilização na alteração e aproveitamento da paisagem, em seu proveito, em função da tecnologia de que dispunha. Infelizmente, quer os manuais de Arqueologia quer as diferentes obras de introdução às técnicas de prospecção arqueológica, não dão ao arqueólogo um mínimo de orientação para uma correcta utilização deste tipo de fotografias. Entre a bibliografia citada poderiam figurar, entre outras, *La Photographie Aérienne*, por R. Chevallier (Paris, 1972), ou *La contribution des images spatiales et aériennes à la connaissance des mesures utilisées pour la division des terres dans l'Antiquité*, por M. Darbandi et M. Guy (Toulouse, 1981).

K. Green conclui este capítulo com o realce aos métodos de prospecção geofísica aplicados à arqueologia, campo em que a Inglaterra foi pioneira e onde se têm obtido óptimos resultados, nomeadamente com a magnetometria, resistivimetria e prospecção electromagnética. Embora o autor não faça qualquer referência à prospecção sísmica, julgamos ser pertinente lembrar

que, através do sismógrafo, se têm obtido satisfatórios resultados, particularmente na detecção de muros e estruturas ocas.

O Capítulo 3, *Excavation*, é, quanto a nós, uma boa síntese de um dos mais interessantes e importantes campos da Arqueologia. O autor começa por realçar as duas técnicas fundamentais de escavação: a vertical e a horizontal, documentando, com exemplos concretos, tanto o «método dos quadradinhos» como a «open-area». Após a introdução à estratigrafia e sua interpretação, traça-nos um quadro do desenvolvimento das técnicas de escavação até aos nossos dias. Seguidamente aponta-nos alguns dos critérios que devem presidir à escolha de um sítio a escavar, como planejar uma escavação, a constituição da equipa, realçando alguns aspectos técnicos, bem com os problemas da reconstrução e interpretação das estruturas escavadas. Todavia, neste último aspecto, não é realçado o enorme contributo da fotogrametria, hoje largamente utilizada, quer nos levantamentos de alçados quer das plantas gerais de estações, numa escala e rigor difíceis de obter com a topografia tradicional.

Com o Capítulo 4, *Dating the Past*, Greene retoma mais desenvolvidamente a sequência tipológica, introduzindo-nos depois nas técnicas científicas de datação, tanto as que nos permitem cronologias relativas como as que nos fornecem cronologias absolutas.

O Capítulo 5, *The Sciences and Archaeology* é, como o anterior, uma boa síntese da interdisciplinaridade da Arqueologia, onde se constata que o arqueólogo, só por si, seria incapaz de responder a toda uma série de questões que um simples objecto arqueológico lhe coloca. Para Greene, «The relationship between science and archaeology is a double one; first, there are scientific techniques which can be applied more or less directly to sites or finds; second, there is an attitude of mind which demands critical observation, the formulation of hypotheses, and the designing of means of testing their validity» (p. 125-126).

São, assim, abordadas a metalurgia, a petrologia, a palinologia, a geologia e a pedologia, além da informática, com realce para as vantagens e inconvenientes do uso dos computadores. São ainda referidos alguns dos problemas levantados com a conservação de objectos e estações arqueológicas, a interpretação da paisagem, da fauna e da flora, bem como dos ossos humanos encontrados, realçando-se a acção dos diferentes especialistas intervenientes no seu tratamento e alguns dos resultados obtidos. O capítulo encerra com alguns exemplos de arqueologia experimental.

No Capítulo 6, *Making Sense of the Past*, é abordado o aspecto mais polémico e final da Arqueologia: estabelecer conceitos satisfatórios sobre o passado que estejam de acordo com os vestígios encontrados. Para nos mostrar a fragilidade da «verdade» o autor debruça-se mais pormenorizadamente sobre o estudo dos túmulos megalíticos, confrontando o difusionismo de Childe com o impacto trazido pelas datações do radiocarbono, bem como a actual posição da arqueologia tradicional e as explicações da chamada «nova» arqueologia. Também outros campos como a arqueologia espacial, arqueologia

da paisagem e a etno-arqueologia são abordadas nomeadamente à base da crítica aos métodos da «nova» arqueologia.

A obra termina com um glossário definindo cerca de oitenta termos técnicos referidos no texto, e abundante bibliografia na sua quase totalidade em inglês.

A. J. NUNES MONTEIRO

ÉPIGRAPHIE HISPANIQUE — *Problèmes de méthode et d'édition*. Publications du Centre Pierre Paris, n.º 10. Collection de La Maison des Pays Ibériques, n.º 15. Diffusion E. de Boccard, Paris, 1984. 427 pág., 34 estampas. [ISBN 2-7018-0011-0].

Quem compulsar as panorâmicas das publicações sobre a epigrafia romana peninsular feitas nas últimas duas décadas, traçadas, por exemplo, por Carmen Castillo (1967-1972: «Emerita», XLI 1973 p. 109-127; 1972-1977: «Emerita» XLVII 1979 p. 35-66; «Unidad y Pluralidad en el Mundo Antiguo», Madrid, 1983, p. 105-125) ou o capítulo sobre a epigrafia inserido nas crónicas elaboradas pelos elementos do Centre Pierre Paris (REA LXXVII 1975 p. 169-170, LXXXI 1979 p. 131-136, LXXXII 1982 p. 213-217) — facilmente reconhecerá, ao contrário do que J. Mendes de Almeida pareceu querer dar a entender (AP s. IV I 1983 p. 346), que os estudos epigráficos acabam de registar, na Península Ibérica, um importante surto quantitativo e qualitativo também.

Além dos vários catálogos de museus e dos muitos *corpora* regionais publicados, designadamente em Espanha, abundante é já, entre nós, a bibliografia que utiliza as inscrições como fonte predominante, assistindo-se ao aumento crescente das inscrições inéditas: veja-se que, de 1982 a 1984, o «Ficheiro Epigráfico» incluiu 52 inscrições novas e que *VAnnée Épigraphique* de 1982 contém 203 números respeitantes à Península, índice que, apenas ultrapassado pela Itália (289 números), é de longe superior ao de Roma (que tem somente 87 números). Esse pujante movimento científico vem postular, cada vez mais, a urgência de se assentarem critérios de edição.

De resto, para além das iniciativas regionais, dois grandes projectos epigráficos estão em curso: o da Academia das Ciências de Berlim que visa a publicação dum novo *Corpus Inscriptionum Latinarum II* nos moldes preconizados por H. Krummrey («Tituli» 2 1980 p. 205-215); e o do Centre Pierre Paris que, de certo modo, lhe é complementar, pois, na sequência do volume II das *Fouilles de Conimbriga* (Paris, 1976), privilegia estudos epigráficos aprofundados, de âmbito regional. Nessa segunda perspectiva se insere a obra *Inscriptions Romaines de la Province de Lugo*, assinada por F. Arias Villas, P. Le Roux e A. Tranoy (Paris, 1979); *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*, de José d'Encarnação, pode também incluir-se nessa série, assim como — em certa medida — *La Cálce Romaine*, de Alain Tranoy (Paris, 1981), e *Varmée romaine et Vorganisation des provinces ibériques*

d'Auguste à Vinvasion de 409, de P. Le Roux (Paris, 1982), obras onde o catálogo epigráfico ocupa lugar preponderante.

Desde cedo que o Centre Pierre Paris procurou, por conseguinte, realçar o importante papel que lhe cabia neste domínio da investigação peninsular: veja-se, para exemplo, a comunicação de R. Étienne ao VII Congresso Internacional de Epigrafia Grega e Latina («Conimbriga» XVI 1977 p. 83-88). Por isso, com a colaboração da Universidade Autónoma de Barcelona e sob os auspícios da Association Internationale d'Épigraphie Grècque et Latine, promoveu a realização, em Bordéus, de 8 a 10 de Dezembro de 1981, de uma mesa-redonda internacional subordinada ao tema «Epigrafia hispânica — problemas de método e de edição».

Se, de per si, uma reunião de 65 epigrafistas de nove nacionalidades é já digna de relevo, o facto de, escassos três anos passados, se terem publicado as actas, enriquecidas com os textos das discussões e índices (de fontes, onomástico, geográfico e etnológico, de assuntos e das intervenções) — mesmo sacrificando um pouco a qualidade (designadamente das estampas) — esse facto, dizíamos, constitui motivo de aplauso, a honrar a eficiência da equipa do C. P. P., dirigida pelo Prof. Robert Étienne.

Além das alocações proferidas na ocasião e da introdução, de Patrick Le Roux, sobre a actividade desenvolvida por Emilio Hübner — o volume agrupa as comunicações de acordo com a temática abordada na reunião:

- epigrafia e manuscritos (p. 32-83);
- epigrafia e suporte arqueológico (p. 85-163);
- epigrafia e cultura (p. 165-196);
- epigrafia e *instrumentum domesticum* (p. 197-224);
- epigrafia e informática (p. 225-259);
- epigrafia e miliários (p. 261-294);
- *corpora* regionais (p. 295-361);
- edição dum suplemento ao GIL II (p. 363-385).

G. Fabre e P. Le Roux apresentaram as conclusões (p. 387-391), balanço das reflexões efectuadas quanto à metodologia a utilizar, conteúdo das epígrafes, forma das edições, circuitos de informação e problemas de harmonização (perante a ausência, paradoxal, duma língua latina universal).

Pela nossa parte, realçaremos as comunicações que frisaram a importância duma re-análise dos manuscritos; que salientaram a necessidade de uma uniformização de linguagem (designadamente no que se refere à descrição dos monumentos) de modo a possibilitar a informatização; e que mostraram o interesse de uma adequada utilização histórica dos *grafitti* e das marcas em *instrumentum domesticum*.

Todo o volume é, pois, simultaneamente, retrospectiva do muito que já se fez e perspectiva do muito que há ainda por fazer. Reflexão sobre a melhor forma de, numa interessada conjugação de esforços, continuarmos denodadamente o projecto em execução.

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

II Museo Epigrafico. Actas do Colóquio Internacional AIEGL «Borghesi 83» (Emilia-Romagna, Outono de 1983). Colecção «Epigrafia e Antichità», n.º 7. Edição de Fratelli Lega Editori, Faenza, 1984. 640 pág., ilustrado.

Pouco interesse específico tem despertado à ciência museológica a apresentação e valorização museográfica dos monumentos epigráficos. O seu (habitual) elevado peso e consequente dificuldade de transporte; as suas (frequentemente) avultadas dimensões; a ausência (quase sempre total) de interessantes qualidades estéticas; e o material tido como incorruptível em que (geralmente) são feitos — determinaram, em regra, o seu afastamento para claustros e até para jardins ao ar livre, em «galerias epigráficas» que raro têm em conta os crescentes índices corrosivos atmosféricos ou, sequer, as necessidades dos investigadores. Poucas vezes o museólogo se terá interrogado sobre a função que ao monumento epigráfico coube no seu tempo: se se destinava apenas a ser lido ou a ser também visto na sua totalidade; se estaria correcto embuti-lo na parede, fixá-lo em alto pedestal ou deixá-lo simplesmente ao nível do pavimento, iluminado por um foco ou banhado tão-só pela luz natural. Por outro lado, que critérios de selecção poderia utilizar para saber quais as peças a expor e quais a guardar nas reservas. E ainda: que dados incluir na placa identificativa, no guia, no catálogo geral, no ficheiro?

Mais não fosse que por ter procurado responder às questões enunciadas, foi importante e pioneiro o Colóquio «Borghesi 83», de que este volume dá conta, a primeira reunião internacional que jamais se realizou sobre o tema.

Promovido pela Universidade de Bolonha e pela Regione Emilia-Romagna, numa organização conjunta do «Istituto regionale per i Beni Artistici, Culturali e Naturali» e do «Centro di ricerche per le officine lapidarie 'Bartolomeo Borghesi'» (proficientemente dirigido pelo Prof. Giancarlo Susini), sob os auspícios da «Association Internationale d'Épigraphie Grècque et Latine», o colóquio decorreu em Castromaro Terme e em Ferrara, de 30 de Setembro a 2 de Outubro de 1983.

E se nunca é demais realçar a importância duma reunião científica com este objectivo, a permitir abundante troca de impressões e o contacto com novas experiências num domínio que ora dá os primeiros passos — maior ainda é o aplauso e a congratulação por Angela Donati ter logrado dar à estampa, em tão curto espaço de tempo, o repositório completo do que no colóquio se passou, colocando-o, assim, ao dispor de quantos — epigrafistas, museólogos, arquitectos — não puderam estar presentes e que neste denso volume vão encontrar, decerto, a resposta a muitas das interrogações que o dia-a-dia lhes suscita.

Quarenta e quatro comunicações, divididas em dois grandes temas. No primeiro, de índole geral, abordou-se a problemática referente à história, método e organização do museu epigráfico: as colecções setecentistas, o lugar da epigrafia no espaço museológico, a apresentação das peças, a possível

utilização do registo *video* e das técnicas audiovisuais, o projecto de uma ficha informatizada.

O segundo tema englobou os casos concretos: origem, situação e projecto de museus europeus — franceses, alemães, húngaros, jugoslavos e, sobretudo, italianos. Testemunhos eloquentes das mais variadas experiências — de exposição (temática? cronológica?...), de restauro e de conservação (uso do gesso, problemas de líquenes...) — em locais diversos e com material epigráfico diferente, acompanhados de esclarecedoras ilustrações, onde facilmente se poderão colher sugestões importantes.

Quase todos os museus portugueses — nacionais e regionais — contam no seu recheio monumentos epigráficos. Os catálogos até agora publicados são díspares na qualidade e no conteúdo; os ficheiros, praticamente inexistentes ou desprovidos de uma informação capaz. Que os nossos museólogos, à luz dos ensinamentos deste oportuno colóquio, contribuam — com os epigrafistas — para a valorização do património que lhes é confiado. Existem peças cuja beleza ou cujo valor histórico é susceptível de transmitir ao grande público uma mensagem persistente — há que expô-las. Outras, porém, só aos especialistas interessam: integrarão as reservas, aí se possibilitando, muito embora, um contacto directo, fácil e agradável com o monumento em todos os seus pormenores. Os pequenos fragmentos, por seu turno, ficarão arrumados em prateleiras.

Pela sua especificidade, pelo hermetismo da sua mensagem e do seu significado, o monumento epigráfico arrisca-se, de facto, a ser, mais do que os outros, no museu, uma peça morta. Competirá ao museólogo e ao epigrafista — enriquecidos ambos desde já com as brilhantes lições que este precioso volume encerra — fazê-lo aiosamente ressuscitar na sua luzidia roupagem de importante objecto cultural.

JOSÉ D'ENCARNÇÃO

PATRICK LE ROUX, *VArmée Romaine et VOrganisation des Provinces Ibériques d'Auguste à VInvasion de 409*. Publications du Centre Pierre Paris, n.º 8. Collection de la Maison des Pays Ibériques, n.º 9. Diffusion De Boccard, Paris, 1982. 493 p.-j-5 fig.-|-16 estampas. [ISBN 2-7018-0002-1].

Não é, exactamente, a historia militar do exército *hispanus*, nem sequer o pretexto para nos embrenharmos na historia da romanização da Península: a obra analisa, de modo original, o conteúdo político-administrativo dum exército provincial i omano que constitui, em muitos aspectos, um cadinho de experiências, reflexo e actor das transformações suas contemporâneas. Fautor primordial da «hispanização» da Península Ibérica, como lhe chama Patrick Le Roux — ou, por outras palavras, da consciencialização da Hispânia como um todo, nacional mas sem veleidades autonómicas —, o exército hispânico é minuciosamente observado como elemento funcional de uma

orientação política que provém das contradições e das condições dum poder central mas que se tempera no contacto íntimo com os condicionalismos próprios duma região sem guerra e sem soldados que na guerra se tornem gloriosos.

Não vamos, pois, encontrar no livro de Le Roux o esmiuçar longo e complexo das campanhas e marchas militares, das batalhas e seu rol de mortos; também não teremos aí o pólo oposto, no acentuar exclusivo duma «dinamização cultural» aqui deveras controversa. A temática situa-se exactamente no meio-termo, como, aliás, o próprio título deixa antever: história militar, sim, sem dúvida, mas interpretada à luz duma política administrativa que, de facto, unicamente a pode explicar. E o nosso voto é, desde já, que outros «exércitos provinciais» recebam, à luz desta pesquisa exemplar, um tratamento igual para que, duma vez por todas, se deixem de parte as generalidades e se tracem, com segurança, as linhas de uma investigação criadora haurida no caldear de todas as fontes disponíveis: literárias, arqueológicas, numismáticas e, sobretudo, epigráficas.

Se um defeito se pode apontar ao trabalho de P. Le Roux é o da sua vastidão e pormenor — a exigir, compactamente, uma concentração total do seu leitor. Porque *l'Armée Romaine...* não é, apenas, a história da ocupação romana peninsular, vista do prisma do seu exército, que de seguida se lê; é, fundamentalmente, a análise pormenorizada e perspicaz de todos os dados, designadamente os epigráficos e literários, num constante dialogar com os estudos já feitos, as interpretações apontadas, as desatenções cometidas. Nada é aceite *a priori* — daí o acumular das notas e das explicações. Também não há um ponto de partida ao qual a argumentação cegamente se submeta: a sua ideia de que o exército romano da Hispânia foi um elemento activo das forças provinciais, «criador de uma estrutura cuja dinâmica se reflectia tanto na organização romana como na sociedade provincial» (p. 408), impõe-se pouco a pouco ao longo da obra, é o corolário lógico de exhaustiva documentação compulsada.

Como escreve R. Étienne, no prefácio, o livro marca o começo de uma «nova história militar das províncias romanas». A prosseguir.

Depois de uma primeira introdução, em que aponta os dados da questão e as fontes para a sua abordagem, P. Le Roux estuda, no livro I, o nascimento do exército permanente, atribuindo nesse sentido às tropas acantonadas na Península — desprovidas, verdadeiramente, de um objectivo bélico preciso depois de completada a conquista — um papel experimental do maior interesse (cap. II) que levaria Vespasiano a fazer de Hispânia uma «província estratégica» (p. 157-160), que englobava a Bretanha, as Germânicas, as Gálias e as Mauritânicas; assim se evitava o isolamento dos exércitos e «se introduzia um novo equilíbrio de forças, susceptível de limitar as revoltas» (p. 161) como as que a crise de 68-69 vira surgir. Aliás, é de realçar a interpretação dada por Le Roux ao «segredo do Império» referido por Tácito (*Hist.* I, 4,2) a propósito da proclamação de Galba: tal segredo desvendado nada mais era do que a necessidade de criar um elo de transição entre o exército de cidadãos (da República) e o exército profissional (que se perfilava

no horizonte); e esse elo era o exército provincial, que reunia em si as características de um e de outro (p. 140).

Constitui o livro II um olhar fundo para o interior deste *exercitus hispanus*, na sua roupagem pioneira de «exército da paz». Primeiro, os soldados: o catálogo epigráfico de 272 números, alinhado cronologicamente e comentado; as características e condições do serviço, o recrutamento (p. 171-290). Depois (p. 291-318), os centuriões e oficiais — ilustrados através de quadros sinópticos cuja paginação nem sempre foi fácil (p. 292 a 295, por exemplo). Finalmente (p. 319-356), um terceiro capítulo, que tem muito de original (devido sobretudo à utilização da onomástica), em que, através de cuidada leitura dos dados epigráficos, se procuram detectar os elementos susceptíveis de integrar o soldado na sociedade civil donde procede e onde, como veterano, novamente se vai inserir. E a análise contribui para esbater consideravelmente a ideia, que se julgava assente, de que o veterano constituiu forte elemento romanizador (os dados não o sugerem), assim como se confirma a tese de F. Vittinghoff, segundo a qual o nascimento de um município junto a um acampamento se prende, geralmente, menos com o desenvolvimento dos *canabae* do que com a presença próxima dum *vicus* indígena (p. 347).

Abarcando o período que vai desde 250 à invasão dos Vândalos, no Outono de 409, o livro III aborda, entre outros pontos, a questão da divisão administrativa empreendida por Garacala e por Diocleciano, a polémica acerca do (inexistente) *limes hispanicus*, para concluir sobre a imobilidade, o isolamento de um exército que, a largos passos, caminha para a «fossilização» (p. 400), porque já desprovido de conteúdo militar, porque os seus legionários se encontram «prisioneiros da rotina e das ordens» (p. 401).

História para ler e meditar, esta *Varmée romaine...* de Patrick Le Roux é, também, um importante volume a consultar assiduamente, tão vasta e tão variada é a problemática que aborda. Daí que tenha pleno cabimento uma palavra de aplauso não somente para a extensa bibliografia citada como também, e sobretudo, para os completos e bem elaborados índices que a complementam (p. 437-485): de fontes, onomástico (nomes individuais, gentílicos, cognomes, divindades, imperadores e *imperatores*), geográfico e etnográfico, de assuntos. Mapas, plantas e fotografias ilustram, por fim, uma obra ímpar e a todos os títulos meritória.

Terminou P. Le Roux em 1979 a investigação que daria corpo a este trabalho. E se, de facto, ainda pôde incluir alguns dados surgidos depois, susceptíveis de enriquecerem o já bem nutrido catálogo, outros, porém, já não puderam entrar ou passaram despercebidos: estamos a recordar, por exemplo, a referência a *Cornelius Bocchus*, tribuno da III Legião Augusta (CIL II 5184), um veterano da XXII Legião Primigénia Pia Fiel (ILER 6387), o legado da mesma legião *L. Marius Vegetinus Marcianus Minicianus Myrtilianus* (CIL VI 1455 e 1456) que J.-N. Bonneville (MCV XVIII 1982 p. 19) dá como originário de Mértola. No entanto, por muitos outros testemunhos que ainda surjam, eles não vão decerto alterar o vigoroso quadro gizado.

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

INDEX NOMINVM

A

- Abanus*, 130.
Abdera, 232.
Abranles, 117, 179-183, 185.
Acarnanes, 215.
Acholla — África, 160.
Agoreira — Castro Laboreiro, 194.
Adriano, 133, 170.
A/er, 136.
Afonsim — Vila Pouca de Aguiar, 207.
A/ercso F (D.), 209.
Afranius Euporic, M., 144.
África, 24, 134-136, 145, 163, 170, 175, 220.
Africanus, 132, 135, 136, 146, 149.
Africanus, T. Sextius, 137.
Agathópodo, 11.
Agripina Menor, 99.
Aldo — Felgueiras, 199.
Ain-Temouchent — Norte de África, 167.
Airões — Felgueiras, 199.
Ajuda, torre — Braga, 10.
Alarcão, Adília, 151, 153, 155, 156, 157.
Alarcão, Jorge de, 74.
Alba Fucens, 174.
Albertos, Maria de Lourdes, 227.
Alcacer do Sal, 95, 108, 115.
Alcafozes — Idanha-a-Nova, 209.
Alcalá del Rio — Espanha, 102.
Alcoutim, 113.
Aldonça — São Miguel de Acha, 210.
Alemanha, 32, 168.
Alentejo, 25, 101, 181, 182.
Alexandre Magno, 19, 23.
Alferrarede, 184.
Algarve, 100, 135, 151, 153, 154,
Aljustrel, 131.
Almas — Barroselas, Viana do Castelo, 190.
Almeida, C. A. Ferreira de, 226.
Almeida, Fernando de, 225, 227-229.
Almeida, Justino Mendes de, 227, 237.
Almeida, M. M. de, 153.
Almeirim, 189.
Almería, Espanha, 144.
Alonso, Júlia, 209.
Alqueva — Portel, 207.
Alta-Sibéria — Rússia, 27.
Althiburos — Norte de África, 167.
Alto dos Cacos — Almeirim, 189.
Alto da Saposa — São Miguel de Acha, 210.
Alvega, antes Aritium Vetus, 184.
Alvito, 207.
Alcabideche — Cascais, 198, 206.
Almada, 197.
Aldeia de Juso — Cascais, 195.
Amadora, 197.
Ambatus, 95.
Amendoal — Algarve, 160.
América, 24.
América do Norte, 27.
Ammaia, 136.
Ammius, 229.
Amora — Seixal, 209.
Amoreira — Alcabideche, 206.
Amorim, Roby, 194.
Ampúrias — Espanha, 232.
Anas, hoje Guadiana, rio, 29, 30.

- Ancona*—Itália, 168-170.
Andaluzia—Espanha, 21.
Angeiras — Lavra, Matosinhos, 203.
Anha — Viana do Castelo, 207.
Antioquia — Síria, 144, 169.
Antistius Facundus, Marcus, 90.
Antoninos, 133, 168, 221.
Antonius Augustinus, Marcus, 12.
Antonius Saturninus, 134.
Apaño, 128-131, 145, 148.
Apolodoro, 26.
Appulcius, Marcus, 107, 108.
Aprígio, Baltazar, 46.
Aquitânia — França, 168.
Aragão, Adriano, 55.
Aragão, Teixeira de, 36.
Aravil, rio, 228.
Arcada — Braga, 54.
Areias — Casal Comba, Mealhada, 191.
Ar gañil, 208.
Argentina, 32.
Argote, Jerónimo Contador de, 34, 79.
Arias Villas, F., 237.
Aricescu, A., 224.
Aritium Vetus, hoje Alvega, 184.
Arouca, 209.
Arraiolos, 148.
Arronches, 191.
Ásia, 19, 24, 26, 93.
Astorga — Espanha, 13, 146.
Astúrias — Espanha, 23.
Atenas — Grécia, 215.
Átila, 16.
Atilius Regulus, M., 93.
Atimetio Victor, Quintus Bovius, 141.
Atlântico, oceano, 30, 155.
Attius, C., 172.
Auanus, 131.
Aubrey, 234.
Aufidius Phebus, 223.
Augustinus, Marcus Antonius, 12.
Augusto, 94, 211, 216.
Aurantes, identificada duvidosamente com Abrantes, 185.
Aureliano, 207.
Austin, M., 216.
Austrália, 32.
Austria, 32.
Aveiro, 52.
Avenhcs— Suíça, 162, 174, 175.
Avenida Artur Soares — Braga, 60.
Avenida Cidade do Porto — Braga, 77.
Avenida da Liberdade — Braga, 75.
Avieno, 29.
Ávila — Espanha, 232.
Avis, 108.
Avitus, 229.
Azambujeira dos Carros — Bombaral, 195.
Azeitada — Almeirim, 189.
Azevedo, António Albino Marques de, 55.
Azevedo, Luís António de, 18.
Azueira — Mafra, 140.

B

- Bad- Kreuznach* — Alemanha, 168.
Badim — Monção, 198.
Baião, 205.
Bairro das Travessas — Braga, 37.
Baixo-Danúbio, 216, 217, 219, 223.
Balazote — Espanha, 163, 164, 170.
Baleai — Peniche, 204.
Baleizão — Beja, 135, 194.
Balsa — Tavira, 97, 100.
Baños de Valdearados, 164-166.
Barahona, Família, 101.
Barbacena — Eivas, 141.
Barbeita — Monção, 198, 207.
Barbosa, Vilhena, 11.
Barcelona — Espanha, 238.
Barcelos, 201.
Barreiro, 200.
Barreiros, C. Manuel de Aguiar, 57, 58.

Barreto Júnior, José Martins, 45.
Barros, João de, 23.
Barroselas — Viana do Castelo, 190.
Batalha, 148.
Baumann, Victor Henrich, 216-224.
Behring, estreito, 27.
Beira Alta, 232.
Beira Baixa, 181, 224, 226, 227.
Beiras, 181, 182.
 12, 15, 52, 97, 99, 135, 189,
 190, 194, 208.
 — Sintra, 203.
Bélgica, 32.
Belino, Albano, 38-47, 75-77.
 Carlos, 151, 153, 157.
Belver — Gavião, 209.
Berlim — Alemanha, 237.
Bermudas, 32.
Bélica, 30, 172.
 rio, 30.
Blázquez, José Maria, 230, 231.
Blossius Saturninus, G., 135.
Bobadela — Oliveira do Hospital,
 206.
.Seca do Bio — Budens, 191.
Bocchus, Cornelius, 242.
Bolonha—Itália, 239.
Bolsena—Itália, 115.
Bombarral, 195.
Bonneville, J.-N., 242.
Boquilobo — Brogueira, Torres No-
 vas, 192.
Bordéus — França, 130, 238.
Boucher de Perthes, 234.
Boutia, Cornelia, 90.
Bovia Materna, 141, 143.
Bovius, M. 141.,
Bovius Atimetio Victor, Quintus, 141.
Bovius Calamón, Quintus, 138, 139,
 141.
Bovius Iulianus, L., 141.
Bovius Marcianus, Quintus, 141.
Bovius Potitus, Quintus, 141.
Bracara Augusta, 70, 72, 73, 75.
 5-83, 206, 234.

Braga, João António Gonçalves, 41.
Braga, Manuel Simões, 41.
Bragança, 45, 52, 194.
Brandão, António, 32.
Brandão, Domingos de Pinho, 70,
 71.
Brasil, 32, 88.
Bretanha — França, 241.
Briteiros, citânia — Guimarães, 59,
 60, 73, 74.
Brogueira — Torres Novas, 192.
Budens — Vila do Bispo, 191.
Bulia Begia — África, 160.
Burgos — Espanha, 232.

C

Cabeço do Caneiro — Abrantes, 182,
 183.
Cabeço de Fráguas — Guarda, 234.
Cabeço dos Mouros — São Miguel de
 Acha, 210.
Cabezo de San Pedro — Espanha,
 231.
Cabo da Boa Esperança, 32.
Cabo de Paços — Cartagena, 135.
Caço de São Vicente — Algarve, 135.
Cabreiros — Braga, 58.
Càceres — Espanha, 134, 148, 232.
Cachias — Maranhão, 28.
Cádiz, antes Gadir — Espanha, 30.
Caecilius Gaetulicus, C., 135, 136.
Caeno, 139.
Caima, rio, 139.
Caimo, 139.
Calado, Mariano, 197.
Calaetus, 94.
Calamón — Palestina, 142.
Calamón, Quintus Bovius, 138, 139,
 141, 142.
Calamona — Fenícia, 142.
Calamona — Palestina, 142.
Caldas, José Joaquim da Silva Pe-
 reira, 11, 13, 14, 17, 22, 28, 32-
 -34, 38, 39.

- Caldas de Vizela*, 10.
Callimorphus, 140.
Calpe, monte — Espanha, 30.
Calpurnius, 174.
Calpurnius, C., 172.
Camden, 234.
Camões, 23.
Campo de Portas — São Pedro de Maximinos, 51, 52, 77.
Campo de São Sebastião — Braga, 31.
Campos — Vila Nova de Cerveira, 193.
Campos, Alfredo, 28.
Canadá, 32.
Canteirão do Cadaval — Pedreira, Tomar, 205.
Capaclia — Roménia, 223.
Capela, Martins, 39.
Capua Vetere, Santa Maria — Itália, 169.
Caracola, 242.
Cardoso, Guilherme, 198.
Cardoso, Mário, 225.
Caro Baroja, 231.
Cartagena — Espanha, 135, 144.
Cartago — África, 18.
Carvalheiras — Braga, 10, 13, 36, 44, 47-50, 56, 75.
Carviçais — Torre de Moncorvo, 205.
Casa Branca, 184.
Casal Comba — Mealhada, 191.
Casal do Geraldo — Alcabideche, 206.
Casal de Pianos — Sintra, 208.
Cascais, 195, 198, 200, 206.
Casina, 223.
Castanheiro — Afonsim, Vila Nova de Aguiar, 207.
Castela-a-Velha — Espanha, 170.
Castelar, Emílio, 16.
Castelinho dos Mouros — Castro Verde, 211.
Castelo — Felgueiras, 199.
Castelo Branco, 52, 148, 199, 200, 224, 227, 228.
Castelo das Guerras — Moura, 118.
Castelo de Matos — Baião, 205.
Castelo de Moreira de Bei — Fafe, 195.
Castelo do Neiva — Viana do Castelo, 198.
Castelo de Paiva, 196.
Castelo de Vide, 25.
Castiço, Fernando, 32, 34, 35.
Castillo, Carmen, 237.
Castro de Avelãs — Bragança, 130.
Castro Cio — Cinfães, 202.
Castro Laboreiro — Melgaço, 194.
Castro Marim, 111, 113.
Castro Verde, 190, 211.
Castromaro Terme—Itália, 239.
Castrum Maximum, hoje Monte de Castro— Braga, 63.
Cato, M. Porcius, 93, 94, 219.
Cauca, hoje talvez Vila Pouca de Aguiar, 196.
Caudicus, 225.
Cauria, 228.
Cava da Velha — Castro Laboreiro, 194.
Cltlibéria, 93, 95.
Cenáculo, Manuel do, 15, 16, 21.
Cepães — Fafe, 197.
César, 26, 94.
Cetobriga, 29.
Chaves, 192, 203, 205, 210.
Chapa Cunha — Torre de Moncorvo, 202.
Chevallier, R., 235.
Childe, V. G., 234, 236.
Chile, 32.
Cícero, 91.
Cima de Vila — Terroso, 211.
Cinfães, 202.
Cipriano (S.), 18.
Citia Menor, 216.
Cividade — Braga, 72.
Cividade — Fafe, 195.

Civitas Igaeditanorum, 94.
Cláudio, 97, 120.
Claudius Felicissimus Afer, 134.
Claudius Marcellus, M., 134.
Claudius Saturninus, 134.
 CZéoa, 215.
Cluny — França, 21.
Cogula — Trancoso, 148.
Coimbra, 28, 52, 141, 143.
Co/Zi>o, 135, 227.
Columbeira — Bombarral, 195.
Columela, 219.
Colunas d'Hércules, hoje Estreito de Gibraltar, 30.
Concordia, 228.
Conimbriga, 74, 87, 95, 109, 114, 115, 135, 160, 227.
Constância, 63.
Constando Cloro, 74.
Constante, 14.
Constantino Magno, 14, 55, 74, 189.
Copenhaga — Dinamarca, 21.
Córdova — Espanha, 136, 149, 163-165, 170.
Coria — Espanha, 148.
Corinto — Grécia, 115.
Cornelia Boutia, 90.
Cornelius Bocchus, 242.
Cornelius Eridanus, M., 173.
Correia, Mendes, 60.
Correia Júnior, 28.
Corroios — Seixal, 209.
Cortes — Mazedo, 210.
Cortez, Russei, 66-69.
Cortiços, Santa Marta — Braga, 66, 71-73.
Corvo, Andrade, 32.
Costa, Francisco António Pereira da, 25.
Costa, José Maria Dias da, 22.
Covadonga — Espanha, 23.
Covilhã, 192.
Crassus, T. Otacilius, 93.
Crassus Mucianus, P. Licinius, 94.

Cratino, 215.
Croto, 199.
Crescens, M. Iulius, 140.
Crispim, António, 127.
Cristclo — Braga, 40.
Cristo, Jesus, 19, 20.
Cruz, M. Braga da, 59.
Cunha, Arlindo Ribeiro da, 8, 66-68, 70, 71, 75.
Cunha, Rodrigo da, 15. 76, 79.
Cunho — Penedo da Bemposta, Mogadouro, 204.
Cupieinnia Tertulia, 90.

D

Dácia, 216.
Danubio, rio, 216, 224.
 — Vide também: *Baixo-Danubio*.
Daphne — Antioquia, 144.
Daphnus, L. Fabius, 144.
Darbandi, M., 235.
Dardaine, Sylvie, 172.
Denia — Espanha, 136, 149.
Dermech — Norte de África, 167.
Dextrus, Iulius, 141.
Dias, Antonio Gonçalves, 28.
Dias, Ferreira, 59.
Dinamarca, 20, 27, 32.
Dinis (D.), 31.
Diocleciano, 242.
Dóbruja — Roménia, 216-222.
Donati, Angela, 239.
Dorchester — Inglaterra, 168.
Dorna — Castro Laboreiro, 194.
Douro Litoral, 232.
Dresden — Alemanha, 100.
Dueñas — Palencia, 163, 167, 170.
Dume, São Martinho — Braga, 53, 75.
Dura-Europos — Síria, 89.
Dyrrhachium, 94.

E

Egipto, 24, 32, 235.
Egítânia, 191, 226.
El Berrueco — Espanha, 232.
El Chorreadero — Paterna, 163.
El Haouria — Norte de África, 167.
Elche — Espanha, 164.
Elvira — Espanha, 173.
Emerita — Lusitânia, 179.
 — Vide também: *Mérida*.
Encarnação, José d', 153, 172, 173, 226-228, 237.
Entradas — Castro Verde, 211.
Enxarrique, rio, 201, 208.
Epicteto, 147.
Ericeira, 147.
Eridanus, M. Cornelius, 173.
Ervedal — Avis, 108.
Escariz — Arouca, 209.
Espanha, 21, 32, 39, 163-165, 170, 174, 237.
Esparta — Grécia, 215.
Espinho, 194.
Esporões — Braga, 74.
Esposende, 211.
Estados Unidos da América, 32.
Estêvão Velho (S.), 69.
Estrabão, 29, 30, 61.
Étienne, Robert, 85, 227, 238, 241.
Etruria, 134.
Êupolis, 215.
Euporio, M. Afranius, 144.
Europa, 21, 25-27, 31.
Europa Ocidental, 229.
Eustáquio, 20.
Evans, John, 234.
Feom, 15, 52, 92, 97, 101, 105, 107, 136, 137, 227.

F

Fabius Daphnus, L., 144.
Fabre, Georges, 227, 238.
Facundus, Marcus Antistius, 90.

Fadia, 229.
Fa/e, 195, 197.
Falagueira — Amadora, 197.
Falperra, Santa Marta — Braga, 41, 42, 66, 71-73.
Faria, castelo — Barcelos, 201.
Faria, Francisco José de, 45, 48.
Faro, 52, 99, 113, 151-155, 163-167, 169, 170, 175.
Far saio — Grécia, 215.
Feio, Alberto, 8, 53, 56, 57, 64.
Felgueiras — Torre de Moncorvo, 195, 199.
Felicior, C. Iulius, 173.
Felicitas Iulia Olisipo, 90.
 — Vide também: *Lisboa*; *Olisipo*.
Fenícia, 142.
Fernández Nieto, Javier, 230, 232.
Fernando (D.), infante, 184.
Fernando (D.), rei de Portugal, 31.
Ferrara—Itália, 239.
Ferreira, Delfim, 127.
Figueira, Pedro, 197.
Finlândia, 32.
Fm/eí, M. J., 215.
Flaccinus, Caius Valerius, 94.
Flaccus, 33, 34, 94, 95.
Flaccus, C. Valerius, 93,94.
Flaccus, L.Valerius, 93,94.
Flaccus, P.Valerius, 93.
Flaccus, P.Valerius Valerianus, 94.
Flavio Magnencio, 14.
Flavius Senilis, 175.
Floriani-Squarciapino, 100.
Fojo — Fafe, 195.
Fonseca, Antonio Maria da, 22.
Fonte do ídolo — Braga, 8, 65-66, 69, 78.
Fonte da Moura — Quinta do Ribeiro da Nata, 209.
Fonte das Pardelhas — Palmeira, 69«
Formigais — São Pedro da Cadeira, 145.
Forno Telheiro — Idanha-a-Nova, 191.

Forte de Lovelhe — Vila Nova de Cerveira, 193.
Fraido — Braga, 71.
Frampton — Inglaterra, 163.
França, 20, 32.
Freire, José Geraldos, 209, 210.
Freitas, Sena, 63.
Freixinho — Sernancelhc, 208.
Freixo — Marco de Canavscs, 193.
Freire, John, 234.
Frigia, 23.
Funchal—Terrugem, Sintra, 203.
Fundão, 148.
Furius Fussus, Sextus, 92.
Fussus, Sextus Furius, 92.

G

Gadira, hoje Cádiz — Espanha, 30.
Gaetulicus, C. Caecilius, 135, 136.
Galdcia, 229.
Galba, 241.
Gália, 26, 29, 58, 73, 130, 160, 168.
Gálias, 14, 26, 241.
Galieno, 97, 173.
Galiza — Espanha, 61, 90.
Galla, Vibia, 174.
Gallus, M. Iulius, 140.
Garcia, José Manuel, 224-229.
Garvão — Ouri que, 194.
Gavião, 209.
Geraldo (S.), 14.
Geraz do Lima, Santa Lcocêdia — Viana do Castelo, 204.
Germânia, 174.
Germânias, 241.
Gestosa de Baixo — Sandim, Vila Nova de Gaia, 204.
Gibraltar, 29, 30.
Gobineau, 27.
Górdio — Frigia, 23.
Gorges, J. G., 218.
Grã-Bretanha, 32, 168.
— Vide também: *Inglaterra*.
Graecinus, Sempronius, 12.

Grécia, 32, 215.
Greene, Kevin, 234-236.
Gregorio (S.), 16.
Grutero, 14.
Guadaletc, rio, 23.
Guadiana, antes Anas, rio, 29, 30, 111, 113, 179.
Guarda, 52, 234.
Guilherme, Padre, 74.
Guimarães, 43, 44, 47, 76, 77.
Guimarães — Torres Vedras, 128.
Guimarães, Acácio da Silva, 40.
Guimarães, Egidio, 70, 71, 75.
Guisando — Braga, 40, 42, 76.
Guy, M., 235.

H

Habis, 231.
Haltern, 114-118.
Ilemercskopeion, 232.
Henrique (D.), 14.
Herdade da M achoque ira — Évora, 105, 107.
Herennius, M., 94.
Hinojosa de Duero — Espanha, 148.
Hipnus, 140.
Hispanha — Vide: *Espanha*, *Hispania*.
Hispanizas — Vide: *Hispania*.
Hispania, 14, 29, 90, 94, 133, 135, 141, 232, 240, 241.
Homero, 20.
Honorius, 37, 76.
Horia — Roménia, 222.
Hospital de São Marcos — Braga, 11.
Hotel Beal — Braga, 10.
Hiibner, Emílio, 46, 238.
Hungria, 32.

I

Ibahemando — Cáceres, 148.
Ibiza — Baleares, 231.

Idanha-a-Nova, 191, 209, 210.
Idanha-a-Velha, 224, 226, 228, 229, 234.
Igrejinha — Arraiolos, 148.
Ilha do Pessegueiro, 192, 202.
Índia, 32.
Inglaterra, 175, 215, 235.
 — Vide também: *Grã-Bretanha*.
Irlanda, 32.
Israel, 89.
/IáZia, 29, 32, 58, 141, 168, 237.
Itálica — Bética, 102, 165.
Iulia Maxima, 141, 143.
Iulianus, L. Bovius, 141.
Iulius Crescens, M., 140.
Iulius Dextrus, 141.
Iulius Felicius, C., 173.
Iulius Gallus, M., 140.
Iulius Maternus, G., 141, 143.
Iulius Morphus, Marcus, 138, 140.
Iuniana, Ulpia, 134.

J

Javier Lomas, Francisco, 230.
João (S.), 17.
João V (D.), 24.
Joaquim, António, 19.
Juba II, 169.
Jugoslávia, 67.
Julia Alonso, 209.
Junot, 182.
Jurançon — França, 169.

K

Kalamon — Síria, 142.
Klark, Grahame, 235.
Kolle — Jugoslávia, 67.
Korrodi, Ernesto, 40, 76.
Krummrey, H., 237.

L

La Alameda Alta — Tornadizos de Ávila, 233.
La Herrería — Espanha, 174.
La Mesa de Miranda — Espanha, 232, 233.
Laboreiro, rio, 194.
Lacedemónia, 140.
Ldcem — Itália, 134.
Lafões, Duque de, 24.
Lambrino, Scarlat, 219.
Lankia Oppidana, 234.
Largo do Barão de São Martinho — Braga, 55.
Largo do Colégio de São Paulo — Braga, 31, 51.
Largo dos Penedos — Braga, 56.
Largo de Santiago — Braga, 51.
Largo de São Paulo — Braga, 77.
Largo da Sé — Faro, 154.
Largo da Senhora-a-Branca — Braga, 53, 77.
Las Cogotas — Espanha, 232.
Lavra — Matosinhos, 197, 203.
Le Boux, Patrick, 237, 238, 240-242.
Leão (S.), 16.
Leão, Duarte Nunes de, 17.
Leceia — Oeiras, 200.
Leiria, 52, 144.
Leland, 234.
Lezíria — Castro Marim, 111, 113-115, 120.
Licina Maxsuma, 90.
Licinius Crassus Mucianus, P., 94.
Lisboa, 11, 19-21, 25, 32, 39, 52, 56, 66, 76, 85, 87, 93, 97, 99, 103, 104, 128, 130, 136, 140, 143, 155, 156, 190, 198, 201.
 — Vide também: *Felicitas Iulia Olisipo*; *Olisipo*.
Lixus — Norte de África, 95, 169.
López Monteagudo, Guadalupe, 232.
Lopo, Albino dos Santos Pereira, 45, 46.

Los Millares, 232.
Louriceira — Torres Yedras, 128, 142.
Louro, J., 59.
Lucilio, 91.
Lucius, 90.
Lucrécio, 18.
Lugdunaisc — França, 168.
Zugo — Espanha, 135, 163, 170.
Lusitânia, 29, 30, 89, 91, 108, 131, 136, 172, 173, 227.
Luxemburgo, 32.
Lydney Park — Inglaterra, 175.
Lygitina, cid. dos Lígures, 29.

M

Machado, Arnaldo, 54.
Machado, José de Sousa, 37.
Machado, Oliveira, 63.
Madrid — Espanha, 21.
Maia, Fernando, 192.
Maia, Fernando Salgueiro, 180.
Mainake, 232.
Mair os — Chaves, 205.
Maluquer de Motes, 231.
Mangalia — Roménia, 222.
Manique de Baixo — Alcabideche, 198.
Manises—Valência, 201.
Manizola—Évora, 97, 101, 102.
Mantas, Vasco Gil, 85, 221.
Manuel I (D.), 69.
Mar Negro, 216.
Maranhão — Brasil, 28.
Marches, 170.
Marcellus, M. Claudius, 94.
Marcianus, Quintus Bovius, 141.
Marcianus Minicianus Myrtilianus, L. Marius Vegetinus, 242.
Marco de Canavezes, 193.
Marcus, 43.
Margaride, Visconde de, 16.
Maria I (D.), 24.

Mário, Sexto, 94.
Marius, C., 94.
Marius Vegetinus Marcianus Minicianus Myrtilianus, L., 242.
Martiherrero — Ávila, 232.
Marção, 136.
Masdeu, 13.
Mata da Machada — Barreiro, 200.
Matacões — Torres Vedras, 90.
Materna, Bovia, 141, 143.
Maternus, 33, 34.
Maternus, G. Iulius, 141, 143.
Mateus (S.), 19.
Matos, Alberto Jorge de, 75.
Matosinhos, 197.
Maubourguet — Gália, 168.
Mauritánias, 241.
Maurosia — Península Ibérica, 30.
Maxima, Iulia, 141, 143.
Maximino, Caio Júlio Vero, 14.
Maximinos — Braga, 70, 71, 74.
Maxuma, Licinia, 90.
Mazarrón — Murcia, 174.
Mazedo — Monção, 210.
Mealhada, 191.
Mediterrâneo, mar, 58, 147.
Medullinus, Sextus Furius Fussus, 92.
Melgaço, 194.
Mellaart, J., 235.
Mérida — Espanha, 134, 135, 137, 163-165, 169, 170.
 Vide também: *Emerita*.
Mértola, 179, 207, 242.
Mésia, 220.
Mésia Inferior, 216.
Mesopotamia, 235.
Meursio, 18.
Milla del Rio — Espanha, 163-165, 170.
Milreu — Faro, 99, 155.
Minho, 14-16, 22, 27, 42, 60, 190, 194, 195.
Minicianus Myrtilianus, L. Marius Vegetinus Marcianus, 242.

Mir óbriga, 115.
Mississipi, rio, 27.
Mogadouro, 204.
Moldes — Castelo de Neiva, 198.
Monção, 198, 207, 210.
Moncarapacho — Olhão, 113.
Moncorvo — Vide: *Torre de Moncorvo* vo.
Mondim de Basto, 200.
Monsanto — Idanha-a-Nova, 226.
Montalegre, 211.
Montargil — Ponte de Sor, 131.
Monte de Barbosas — Fafe, 195.
Monte das Caldas — Braga, 58.
Monte do Castelo — Viana do Castelo, 198.
Monte de Castro — Braga, 60, 77.
Monte Mosinho — Pcnafiel, 199.
Monte Bedondo — Guisande, 42, 60, 62, 76.
Monteiro, Manuel, 47-50, 55.
Montim — Fafe, 195.
Morberg, Carl-Axel, 234.
Morpho, 140.
Morphus, Marcus Iulius, 138, 140, 142, 144, 145.
Mós — Torre de Moncorvo, 195.
Mossé, Claude, 216.
Mota, José Joaquim dos Santos, 40.
Moura, 196.
Moura, Rodrigo de, 34.
Mucianus, P. Licinius Crassus, 94.
München — Alem a nh a, 100.
Murça, 211.
Murches — Cascais, 195.
Márcia — Espanha, 174.
Murena, 93.
Muro da Pastoria — Chaves, 192.
Myrtilianus, L. Marius Vegetinus Marcianus Minicianus, 242.

N

Namur — França, 21.
Napoleão, 182.

Napoleão III, 197.
Narbonnaise — França, 168.
Nautius Butilus, Spurius, 92.
Neves-Corvo — Castro Verde, 190, 211.
Nicarágua, 32.
Niculitel — Roménia, 222, 223.
Nogueira — Braga, 68.
Noruega, 32.
Nossa Senhora da Assunção (Barbeita) — Monção, 198, 207.
Nossa Senhora da Graça (Badim) — Monção, 198.
Nossa Senhora de Machede — Évora, 107.
Noviodunum, 219, 222, 223.
Nunes, Viriato, 75.

O

Oberaden, 115.
Oberhausen, 115.
Oceania, 24.
O do acro, 16.
Odrinhas, São Miguel — Sintra, 136, 195, 196, 199, 203.
Oeiras, 141, 200.
Olanda, António d', 184.
Olanda, Francisco d', 183, 185.
Olho de Boi — Alferrarcde, 184.
Olisipo, 125, 127, 136, 144, 145, 201.
 — Vide também: *Felicitas Iulia Olisipo*; *Lisboa*.
Oliveira do Hospital, 206.
Orense — Espanha, 232.
Orjais — Covilhã, 192.
Ossónoba, hoje Faro, 151, 154, 160, 173, 175.
Otacilius Crassus, T., 93.
Oudna — Tunísia, 165.
Ourai, 27.
Ourão — Rodinha, Pombal, 208.
Ourique, 194.

Outeiro — Felguciras, 199.
Ouzouer-sur-Trézée, 169.
Ovidio, 140, 216.
Oviedo — Espanha, 23, 136, 149.
Ovil — Espinho, 194.

P

Paço, Afonso do, 70, 71.
Pactom, 182.
Países Baixos, 32.
Palencia — Espanha, 136, 149, 163.
Palermo — Itália, 166.
Palestina, 142.
Palmatoria—Braga, 10, 11.
Palmeira — Braga, 69.
Palmeira de Faro — Espcscndc,
 211.
Pardelhas, Santo Estêvão — Braga
 69.
Paredes de São Gens — Fafc, 195.
Parente, João, 207.
Paris, 67, 197.
Passeio de Santana — Braga, 31.
Pastoria — Chaves, 205.
Paterna — Espanha, 163.
Paternus, 229.
Paulo (S.), 17, 22.
Pavia—Itália, 140.
Pax Julia, 12.
Pedra de Altar — Peral, Proença-a-
 -Nova, 198.
Pedrado — Fafe, 195.
Pedreira — Tomar, 205.
Pedreira das Argolas — Abran tes,
 183.
Pedro (S.), 17, 19, 22.
Pego Longo — Belas, Sintra, 203.
Peixoto, José Martins, 47.
Pelaio, Olindo, 59.
Penafiel, 199.
Penafirme — Torres Vedras, 147.
Penedo da Bemposta — Mogadouro,
 204.

Penedones — Montalegre, 211.
Penedos de S. Miguel — Crato, 199.
Peniche, 197, 204.
Península Ibérica, 29, 66, 74, 93,
 94, 130, 133, 136, 140, 141, 144,
 151, 163, 164, 168, 170, 220, 230,
 231, 237, 240, 241.
Peral — Proença-a-Nova, 198.
Percival, J., 218.
Pereira, Manuel José, 40.
Pero Pinheiro—Lisboa, 33.
Pérsio, 18.
Peso — Santa Leocádia de Geraz do
 Lima, 204.
Pessegueiro, ilha, 192, 202.
Pessoa, João Crisóstomo de Amorim,
 14, 17.
Petit, P., 222.
Phebus, Aufidius, 223.
Pianius Victorinus, M., 174.
Piazza Armerina — Palermo, 168.
Piazza della Vittoria — Palermo,
 166.
Pimentel, Adolfo, 32.
Pimentel, Jerónimo da Cunha, 32,
 75.
Pina, A. Ambrosio de, 73.
Pindela, Visconde de, 11, 28.
Pinto, Sérgio, 67, 68, 70.
Platão, 18.
Plateias — Grécia, 215.
Plauto, 91.
Plínio, 30.
Pombal, 208.
Pompeu, 94.
Pompónio Mela, 30.
Pontevedra — Espanha, 39, 232.
Populo — Braga, 48.
Porcius Cato, M., 93, 94.
Portalegre, 52.
Portas do Sol — Santarém, 206.
Portei, 207.
Portimão, 210.
Porto, 42, 52, 71, 193, 210.
Porto Bico, 32.

Portugal, 25, 30, 61, 69, 88, 97, 99, 105, 111, 114, 115, 118, 140, 180, 204, 222, 226, 229.
Potitus, Quintus Bovius, 141.
Póvoa de Varzim, 192.
Pozo Moro — Espanha, 231.
Prado — Braga, 69.
Praia da Rocha — Portimão, 210.
Presedo, Francisco, 230, 231.
Prieto, Dr., 59.
Proença, Martinho de Pina e, 25.
Proença Júnior, Tavares, 199, 225.
Proença-a-Nova, 198.
Ptolomais — Palestina, 142.
Publius, 90, 94.
Puerto de la Cruz — Cáceres, 148.
Pultarius, 147.

Q

Qeclercq, H., 58.
Queiroga, Francisco, 196.
Quinta das Antas — Balsa, 100.
Quinta da Areia — Silveira, Torres Yedras, 128, 130, 146-148.
Quinta da Bolacha — Amadora, 197.
Quinta das Cerejas — Campos, Vila Nova de Cerveira, 193.
Quinta do Cravinho — Braga, 54.
Quinta do Forte — Vila Nova de Cerveira, 193.
Quinta da Leitoa — São Miguel de Acha, 210.
Quinta da Macheia — Torres Vedras, 85, 90.
Quinta da Portuchcira — Torres Vedras, 128.
Quinta, do Ribeiro da Nata — Belver, Gavião, 209.
Quinta de São Gião — Torres Vedras, 136.
Quinta de São Pedro — Baleizão, 194.

Quinta de São Pedro — Salvado, Castelo de Paiva, 196.
Quintanilla de la Cueva — Espanha, 163, 164, 170.
Quintilianus, C. Vibius, 172.

R

Ramos, Manuel de Sousa, 181, 182.
Redinha — Pombal, 208.
Reguengo — Afonsim, Vila Pouca de Aguiar, 207.
Regulus, M. Atilius, 93.
Reis, Antonio de Matos, 74.
Reis Magos, ribeira, 190.
Remédios — Braga, 10, 13, 52-54.
Rendide, antes São Pedro da Cadeira — Torres Yedras, 145.
Represa — Idanha-a-Nova, 191.
Requeixada — Sarzedo, Arganil, 208.
Resende, André de, 21.
Retortinha — Fafe, 197.
Rhode — Espanha, 232.
Ribamar, Santa Cruz — Torres Vedras, 147.
Ribeiro, Carlos, 32.
Ribeiro, João, 200.
Ribeiro, José Silvestre, 25.
Ribeiro, Torquato Alvares, 42, 43.
Ribeiros — Fafe, 195.
Rich, Claudius James, 235.
Rivers, Pitt, 234.
Rocha, Paulino Evaristo da, 35, 36.
Rodrigues, Rodrigo, 53.
Roma — Itália, 26, 58, 90, 91, 134, 140, 172, 174, 237.
Romania, 32, 142.
Rosa, Pinheiro e, 153.
Rossio ao Sul do Tejo, 177, 179, 183, 184.
Rossio Velho ou «Banda d'Além» — Abrantes, 183.

Rua do Cabido — Braga, 32.
Rua Cândido dos Reis — Braga, 56.
Rua do Coelho — Braga, 37, 38, 43.
Rua da Cruz da Pedra — Braga, 8, 34, 65.
Rua Detrás da Sé — Braga, 10, 75.
Rua D. Diogo de Sousa — Braga, 76.
Rua de Frei Caetano Rrandão — Braga, 76.
Rua de Gonçalo Pereira — Braga, 77.
Rua de Paio Mendes — Braga, 65.
Rua Gabriel Pereira de Castro — Braga, 55.
Rua dos Granjinhos — Braga, 65.
Rua Infante D. Henrique — Faro, 153.
Rua dos Infantes — Beja, 189, 190.
Rua dos Marchantes — Braga, 54.
Rua dos Mártires da República — Braga, 64, 77.
Rua da Misericórdia — Braga, 31.
Rua Nova da Sé — Braga, 10, 31, 76.
Rua da Prata — Lisboa, 201.
Rua do Raio — Braga, 66.
Rua de Santa Maria — Braga, 64.
Rua de Santiago — Braga, 43.
Rua de Santo António — Beja, 208.
Rua de São Sebastião — Braga, 36.
Rua de São Vicente — Braga, 45, 56.
Rua dos Sapateiros — Braga, 35, 76.
Rua dos Sembrarlos — Beja, 208.
Rua da Senhora do Leite — Braga, 75.
Rua Ventura Coelho — Faro, 153.
Rua 25 de Abril — Alcafozcs, 209.
Rudston — York, 168.
Rússia, 27, 32.
Rusticano, 229.
Rutilus, Spurius Nautilus, 92.

S

Sabratha — África, 167.
Sabroso, citânia — Braga, 59, 60, 63.
Sado, rio, 30, 140.
Saint-Germain — Paris, 21.
Salamanca — Espanha, 232.
Salvado — Castelo de Paiva, 196.
Salvatierra de Extremadura — Cáceres, 133.
Sameiro — Braga, 73.
Sanchorreja — Espanha, 232.
Sandim — Vila Nova de Gaia, 204.
Santa Rárbara de Padrões — Castro Verde, 211.
Santa Cruz de Ribamar — Torres Vedras, 147.
Santa Cruz de la Sierra — Cáceres, 148.
Santa Leocádia de Geraz do Lima — Viana do Castelo, 204.
Santa Luzia — Viseu, 203.
Santa Maria Capua Vetere — Itália, 169.
Santa Marinha — Felgueiras, 199.
Santa Marinha, ribeira, 202.
Santa Marta das Cortiças — Braga, 66, 70-74.
Santa Marta da Falperra — Braga, 41, 66-68, 70, 71, 78.
Santa Marta o Leão — Braga, 74.
Santa Marta Velha — Vide: Santa Marta das Cortiças.
Santa Vitória do Ameixial, 164, 165.
Santarém, 52, 206.
 — Vide também: *Scallabis*.
Santo André — Montargil, 108, 131.
Santo Estêvão das Pardelhas — Braga, 69.
Santos, Luciano Afonso dos, 77.
Santos, Magalhães, 69.
Santos Júnior, 70, 71.
São Rrás — Açoreira, 194.
São Cucufate — Vidigueira, 206.

- São Frutuoso* — Braga, 76.
São João do Souto — Braga, 33.
São Lourenço — Monsanto, 226.
São Mamede — Guisando, 42.
São Martinho — Castolo Branco, 199, 227.
São Martinho, Conde do, 44.
São Martinho de Dumc — Braga, 32, 75.
São Miguel — Visou, 188.
São Miguel de Acha — Idanha-a-Nova, 210.
São Miguel da Mota — Alandroal, 227.
São Miguel de Odrinhas — Sintra, 136, 195, 196, 199, 203.
São Pedro da Cadeira, antes Rendido — Torres Vedras, 127, 128, 131, 132, 137-138, 143, 145-147, 149.
São Pedro de Maximinos — Braga, 51, 52.
São Sebastião do Freixo, antes Colli-po — Batalha, 135, 148.
Sarmento, Francisco, 38.
Sarmento, Martins, 60, 73.
Sarzedo — Arganil, 208.
Saturhalius, 134.
Saturnia, 132, 133, 136, 138, 145, 146.
Saturnia, Valeria, 133.
Saturnina, 133.
Saturninus, 134-135.
Saturninus, Antonius, 134.
Saturninus, G. Blossius, 135.
Saturninus, Claudius, 134.
Seallabis, 179.
 — Vide também: *Santarém*.
Schtarman, E., 218.
Sebastião (D.), 209.
Segóvia — Espanha, 232.
Seixal, 209.
Seleucia — Siria, 142.
Sempre Noiva — Arraiolos, 101.
Sempronius Graecinus, 12.
Senhor a-a-Branca — Braga, 9, 53, 77.
Senhora da Assunção — Falperra, 74.
Senhora do Leite — Braga, 206.
Senilis, Flavius, 175.
Sequeira — Braga, 58, 59.
Sernancelhe, 208.
Serra da Cabaça ou do Cavaleiro — Arronches, 191.
Serra dos Louções — Arronches, 191.
Sesimbra, 191.
Setúbal, 95, 103, 192.
Severino (S.), 16.
Sevilha — Espanha, 102, 133, 136, 149.
Sextius Africanus, T., 137.
Shefferius, John, 234.
Sibéria — Rússia, 27.
Sicameno — Palestina, 142.
Sicília, 29.
Sila, 94.
Silva, Armando Coelho da, 230.
Silva, João Teixeira da, 47.
Silva, José António Rebelo da, 13.
Silveira — Torres Vedras, 127, 128.
Silves, 201.
Simões, António José da Silva Correia, 45.
Sines, 192, 202.
Sintra, 146, 195, 196, 199, 202, 203, 208.
Siria, 89, 142.
Sizandro, rio, 128, 147.
Soares, Artur, 48.
Sobreminho — Vila Nova de Cerveira, 193.
Soromenho, Augusto, 10.
Sousse — Tunísia, 163, 165.
Soutilha — Chaves, 203.
Sotto-Mayor, D. M., 30.
Sousa, Diogo de, 14, 15, 56, 73.
Sousa, José João Rigaud de, 70, 71, 75.
Sousa, Manuel de, 53.
Steur, 25.

Suceveanu, A., 224.
Suécia, 27, 32.
Suiça, 32, 174.
Susini, Giancarlo, 239.

T

Tácito, 241.
Tagiura — Norte de África, 163, 165, 166.
Tagus, depois Tejo, 29.
Taipas — Braga, 39.
Talavera la Vieja — Espanha, 136.
Talinto — Silveira, Torres Vedras, 128.
Tarragona — Espanha, 95, 109, 134, 135, 144.
Tartessos, 29, 230, 231.
Tavares-Chicó, Alice Lamy, 92.
Távora, rio, 208.
Teixeira, Carlos, 59, 60, 62, 64, 77.
Teixeira, José, 48.
Tejo, antes Tagus, rio, 29, 143, 177, 179-181, 184, 222.
Teles, Rodrigo de Moura, 57.
Telita — Rcménia, 222.
Terêncio, 91.
Terêncio, Lúcio, 14.
Terra do Negro — São Miguel de Acha, 210.
Terroso — Palmeira de Faro, 211.
Terroso — Póvoa de Varzim, 192.
Terrugem — Sintra, 203.
Tertulia, Cupieinnia, 90.
Themetra — Norte de África, 167.
Tibério, 196.
Tinhela, rio, 211.
Tito Livio, 26.
Título, 229.
Titus, 90.
Toledo — Espanha, 232.
Tomar, 198, 201, 205.
Tômis — Roménia, 216, 220.

Tongus, 94.
Torquemada, André de, 53, 54.
Torre, Visconde da, 44, 76.
Torre de Moncorvo, 195, 202, 205.
Torre dos Namorados — Fundão, 148.
Torre de Palma — Monforte do Alentejo, 95.
Torre de São Bento — Braga, 31.
Torres Novas, 192.
Torres Vedras, 85, 90, 125, 127-129, 132, 138, 140, 141, 143, 147-149, 221.
Torto, rio, 182.
Toya — Espanha, 231.
Trajano, 97, 99, 102, 136, 211, 219.
Trancoso, 148.
Tranoy, Alain, 220, 237, 238.
Tráquis — Grécia, 215.
Trás-os-Montes, 211, 232.
Travessa do Hospital de São Marcos — Braga, 11.
Trebonianus, C. Vibius, 174.
Trêves — Alemanha, 174.
Trigh Tarhûna — Tripolitânia, 174.
Trindade, Leonel, 127.
Tripolitânia, 174, 175.
Troesmis — Roménia, 222.
Tróia — Setúbal, 30, 103, 140.
Trujillo — Espanha, 136.
Tubucci, 184, 185.
Tucidides, 29.
Tulcea — Roménia, 222.
Tunísia, 165.
Turdetânia, 30.
Turquia, 32.

U

Ujo — Oviedo, 136, 149.
Ul — Aveiro, 139.
Ulisses, 20.
Ulpia Juniana, 134.

V

Vai amonte — Monforte do Alentejo, 95.
Valdoca — Aljustrel, 131.
Vale Favacal — Rorros Novas, 192.
Vale de Ferreiros — Carviçais, Torre de Moncorvo, 205.
Vale da Salgueirada — Torre de Moncorvo, 202.
Vale de Tijolos — Almeirim, 189.
Valência — Espanha, 201.
Valente, 219.
Valeria, 141.
Valeria Saturnia, 133.
Valeriano, 207.
Valerianus Flaccus, P. Valerius, 94.
Valerius Flaccinus, Caius, 94.
Valerius Flaccus, C., 93,94.
Valerius Flaccus, L., 93,94.
Valerius Flaccus, P., 93.
Valerius Valerianus Flaccus, P., 94.
Varrão, 18.
Vasconcelos, Leite de, 39.
Fas, Gonçalo Joaquim Fernandes, 47.
Vegetinus Marcianus Minicianus Myrtilianus, L., 242.
Veiga ou Veiga de Penso — Braga, 40.
Venda da Serra — Escariz, Arouca, 209.
Vero Maximino, Caio Júlio, 14.
Verrii, família de exportadores de ânforas, 172.
Verrius, 172.
Fespasiaao, 120, 211, 220, 241.
Viana, Cunha, 28.
Viana do Castelo, 52, 190, 196, 204, 207.
Vibia Galla, 174.
Fièias, C., 229.
Fiólas Quintilianus, C., 172.
Fiólas Trebonianus, C., 174.
Victor, Quintus Bovius Atimetio, 141.

Victorinus, 175.
Victorinus, M. Pianius, 174.
Vidal-Naquet, P., 216.
Vidigueira, 206, 218, 221.
Vieira, José do Egipto, 45.
F iena — Áustria, 160.
Vila do Bispo, 191.
Vila Nova de Cerveira, 193.
Vila Nova de Famalicão, 196.
Vila Nova de Foz Coa, 190.
Vila Nova de Gaia, 204.
Vila Nova de São Pedro, 232.
Vila Pouca de Aguiar, antes talvez a cidade romana de Cauca, 196, 207.
Vila Real de Santo Antonio, 113.
Vila Velha de Ródão, 201, 208.
Vilela, Sá, 20.
Virchow, 62.
Virgílio, 91.
Viseu, 52, 190, 203.
Vitor o Velho (S.), 69.
Vittinghoff, F., 242.
Vizela, 43.
Volubilis — Marrocos, 95.
Vouga, rio, 139.

W

Woodchester—Inglaterra, 168.
Wormsaae, 27.

X

Xaro, Manuel da Gama, 29, 30.

Y

York — Inglaterra, 168.

Z

Zamora, — Espanha, 232.
Zetho, 11.

INDEX MONVMENTORVM

A — <i>Fontes litterariae</i>	314	147
	338	135
ACÚRCIO, Quinto, liv. III: 19.	342	144
EUSTAQUIO, pág. 1603, vers 50: 20.	378	141,143
GALENO, XIV, 635: 140.	658	36
HOMERO, <i>Odyssea</i> , VIII, 443: 20.	675	134
LUCRECIO, liv. II, v. 78: 18.	685	36
MACROBIO, <i>Sat.</i> , I, 7, 26: 134.	771	134
MATEUS (S.), cap. XVI: 19.	907	95
OVIDIO, <i>Met.</i> , 633-635: 140.	934	136
PÉRSIO, <i>Sat.</i> , VI, v. 61: 18.	1009	134
PLATÃO, <i>Leis</i> , liv. VI, pág. 300 do	1071	134
vol. VIII da edição de Duas-	1246	133
-Pontes: 18.	1964	90
TÁCITO, <i>Hist.</i> , I, 4, 2: 241.	2041	91
TÍTO LÍVIO, <i>Hist.</i> , XXXIX, 55, 9:	2195	136,149
134.	2425	75
VARRÃO, <i>De Re Rustica</i> , liv. III, cap.	2431	75
16: 18.	2601	90
	3421	91
	4598	134
	4755	79
B — <i>Corpora epigraphica</i>	4975, 64	93
	5011	141
	5098	136
CIL	5133	173
	5141	173
II 1-12	5184	242
105	5283	136
160	5396	136,149
175	5489	144
201	5969	136,149
237		
261		
280	III 14 447	219
284		
302	V 3027	140

VI	1455	242	EE VIH	
	1456	242		
	9690	140	30	134
	13 629	141		
	13 630	141		
	13 631	141		
	15 854	140	ILER	
	16614	90	405	149
	35 907	140	675	228
			804	136, 149
IX	1048	141	900	136, 149
	1321	141	2082	226
	5420	141	2369-2379	130
	5469	141	2858	148
			3339	136
X	129	141	3391	149
	1685	141	3638 = 3915	148
	1886	141	4068	144
	2172	141	4074	149
	2711	141	4081	144
			4337	148
XI	6700 ¹³⁶	141	4386	137
	6701 ⁵⁶	141	5676	136, 149
			6151	144
XIII	2819 c	130	6387	242
GP IL			IRCP	
	407	148		
	450	148	190	108

INDEX R E R V M

A

- Academia das Ciências de Berlim*, 237.
- Academia Real das Ciências* — Lisboa, 24, 25.
- Academia Real da Historia Portuguesa*, 24.
- Alfinete de bronze*, 199.
- Anfiteatro* — Bobadela, 206.
- Ânforas com inscrições* — Bética, 172.
- Antas* — Penedos de S. Miguel, 199.
- Antas* — Recuperação, 209.
- Antas* — Seu aproveitamento para capelas, 204.
- Antro ponimos*
Célticos, 141-142, 145.
Etruscos, 141.
Gregos, 142-144.
- Aquedutos*
Al vega, 184.
Quinta da Bolacha, 197.
- Armaria*, 54.
- Arqueologia*—Introdução ao seu estudo, 234-237.
- Arqueologia industrial*
Amora — Seixal, 209.
Torre de Moncorvo, 195, 202.
- Arqueologia subaquática*, 204.
- Arqueologia submarina*, 191.
- Arquivos*
Histórico do Concelho de Abrantes, 180.
Histórico Militar, 185.
- Mitra de Braga, 53.
- Nacional da Torre do Tombo, 87.
- Arte rupestre*
Arronches, 191.
Vila Nova de Foz Côa, 190.
- Assembleia Distrital do Porto*, 193.
- Associação Comercial de Braga*, 48, 56.
- Associação de Defesa do Património Histórico e Cultural de Almeirim*, 189.
- Associação Patriótica Primeiro de Dezembro*, 38.
- Association Internationale d'Epigraphie Grécque et Latine*, 238, 239.
- Atheneu Archiologico* — Braga, 14-31.
- Ateneu Comercial de Braga*, 56.

B

- Basilica* — S. Marta da Falperra, 67, 68, 78.
- Berrões* — Cultura peninsular, 232-234.
- Bibliografia arqueológica*, 38, 43-44, 207, 215-242.
- Bibliotecas*
Municipal de Torres Vedras, 128, 129.
Nacional de Lisboa, 93, 95.
Pública de Abrantes, 180.
Pública de Braga, 53, 54, 56.

C

- Café Viana* — Braga, 77.
- Câmaras Municipais*
 Abrantes, 179, 182.
 Braga, 67, 68, 70, 71, 74-76.
 Bragança, 194.
 Cascais, 200.
 Marco de Canaveses, 193.
- Campanha arqueológica* — Falperra
 1969, 73-74.
- Campos de urnas* — Península Ibérica, 230.
- Cargos civis, eclesiásticos, militares e religiosos*
 Augustais, 144.
 Bispo de Ossónoba, 173.
 Cônsul sufeta, 94.
 Cônsules, 92-95, 137.
 Edis de Roma, 174.
 Flâmine municipal, 173.
 Imperadores romanos — Vide:
 Adriano, Antoninos, Augusto, Aureliano, Caracala, César, Cláudio, Constâncio, Constâncio Cloro, Constante, Constantino o Grande, Diocleciano, Galba, Galieno, Honório, Maximino, Tibério, Trajano, Treboniano, Valente, Valeriano, Vespasiano.
- Legado da XXII Legião Primi-génia Pia Fiel, 242.
- Magistri, 226.
 Magistri argentarii, 174.
 Miles Legio VII Gemina Felix, 12.
 Papa, 16.
 Praeses religionis, 175.
 Prefeitos da Classis Flavia Moesica, 219.
- Quattuor-viri do municipio de Ossónoba, 151, 152, 160, 173, 175.
- Reis
 De Lixus, 169.
 De Tartessus, 231.
 Sevir augustal, 173.
 Tribuno da II coorte de vigiles, 14.
 Tribuno da III Legião Augusta, 242.
 Tribunus pretorianorum, 174.
- Carneiro medieval* — Igreja dos Remédios, Braga, 52-53.
- Carta arqueológica de Portugal*
 Cascais, 195.
 Manique de Baixo, 198.
 Mondim de Basto, 200.
 Vila Nova de Famalicão, 196.
- Castelos* — Faria, 201.
- Castros* — Definição, 61-62.
- Castros* — Localização — Vide: Cepães, Columbeira, Leceia, Mol-des, Monte de Castro, Nevos-Corvo, Nossa Senhora da Assunção de Barboita, Nossa Senhora da Graça de Badim, Orjais, Ovil, Peso, RIBEIROS, Santa Luzia (Viseu), São Martinho (Castelo Branco).
- Vide também : *Citânias; Cidades, Catálogo* — Museu Tavares Proença de Castelo Branco, 224-229.
- Centre Pierre Paris*, 237, 238.
- Centro de Arqueologia de Almada*, 197.
- Centro de Estudos de Etimologia Peninsular da Universidade do Porto*, 67.
- Centro de História da Universidade de Lisboa*, 111, 113.
- Centro di Ricerche per le Officine Lapidarie «Bartolomeo Borghesi»*, 239.
- Cerâmicas*
 Ânforas, 114, 172.
 Calcolítica, 205.
 Campaniforme, 205.

- Comum, 114.
 Dolia, 69, 105-109.
 Muçulmana, 114, 201.
 Paredes finas, 114.
 Tipo Penha, 205.
 Terra sigillata, 114-124. Vide também: *Sigilalas*.
 Vasos pré-históricos, 203.
Circunscrições arqueológicas — 1911, 52.
Cista — Anha, 207.
Citânias — Vide: Britciros, Monte das Caldas, Monte Redondo, Sabroso.
 — Vide também: *Castros*.
Cidades — Vide: Guisande, Santa Marta, Terroso.
 — Vide também: *Castros*.
Classes sociais
 Cidadãos romanos de direito latino, 142.
 Cidadãos romanos não militares, 220.
 Clientes, 140.
 Colonos civis, 221.
 Escravos, 135, 147, 219.
 Indígenas romanizados, 221.
 Libertos, 94, 135, 141-143, 146, 219, 229.
 Libertos de origem grega, 11.
 Peregrinos, 131, 136, 146, 220, 221.
 Servos, 136-137, 146, 218.
 Veterano da XXII Legião Primigénia Pia Fiel, 242.
 Veteranos, 220, 221, 223, 242.
Colégio Militar — Lisboa, 197.
Colégio Teresiano — Braga, 71.
Colóquio Portuense de Arqueologia, 5, Porto, 1966, 71.
Comissão Internacional de Ciências Históricas, 67.
Comissão dos Monumentos Nacionais, 39.
Concílio de Elvira, 173.
Conferência Citiense, 1877, 75.
Congregação do Oratório de Lisboa, 19.
Congresso Histórico de Portugal Medieval, 68, 69.
Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Histórica, Lisboa, 1880, 32, 62, 75.
Congresso Internacional de Epigrafia Grega e Latina, 7, Constança (Roménia), 1977, 238.
Congresso sobre Monumentos Militares Portugueses, 2, Lisboa, 1983, 197.
Conselho de Arte e Arqueologia da 3.^a Circunscrição, 55.
Conservatório Regional de Música de Braga, 70, 71.
Convento de Religiosas dos Remédios — Braga, 10, 13.
Conventus Pacensis, 108.
Conventus Scallabitanus, 90, 135.
Corpos militares
 II coorte de vigiles, 14.
 III Legião Augusta, 242.
 Legio V Macedonica, 219, 222.
 Legio VII Gemina Felix, 12.
 XXII Legião Primigénia Pia Fiel, 242.
Corpos navais
 Classis Flavia Moesica, 219.
Criptopórtico romano — Rua da Praça (Lisboa), 201.
Cuius — Forma arcaica que este pronome revestiu, 90-91.
- D
- Decorações florais* — Mosaico do Oceano — Faro, 156-160, 171.
Depósito votivo — Ourique, 194.
Deuses, divindades e figuras mitológicas
 Afrodite, 140.
 Anfitrite, 163, 166.

Apolo, 174.
 Baal, 134.
 Baco, 164, 165.
 Bandis Vortaeceus, 228.
 Bóreas, 161.
 Circe, 20.
 Deusa advogada das doenças dos olhos, 194.
 Deuses das águas, 155.
 Esculápio, 144.
 Euro, 161.
 Evento, 34.
 Fortuna, 97, 99, 100.
 Frovida, 33-34.
 Hipnos, 140.
 Ikelos, 140.
 ísis, 20.
 Juno, 134.
 Júpiter, 45.
 Júpiter Ótimo Máximo, 228.
 Liber, 227.
 Libera, 227.
 Manes, 131-133, 137, 138, 141, 145, 229.
 Morpheus, 140.
 Navia, 90.
 Nereides, 165, 166.
 Oceano, 151, 154-156, 160-164, 166-171.
 Osiris, 20.
 Phantasos, 140.
 Saturnus, 134, 135, 169.
 Spes, 97, 99, 100.
 Trebarona, Trebaruna, 228.
 Tritões, 163.
 Urano, 134.
 Ventos, 151, 157, 160-167.
 Vénus, 164, 165.
 Vesta, 134.
 Zéfiro, 161.
Dinossauros — Vestígios na praia do Baleai, 204.
Dolia, 69, 105-109.

E

Edificações

Anfiteatro, 206.
 Aquedutos, 184, 197.
 Basílica, 67, 68, 78.
 Criptopórtico romano, 201.
 Edifícios romanos (vestígios), 74, 78, 145, 206.
 Ferraria-forja, 202.
 Fontenário pagão, 68-69.
 Forno romano, 208.
 Fornos quinhentistas, 200.
 Forte, 174.
 Hipocausto, 208.
 Ladrilhos sobrepostos, 34.
 Muralhas fernandinas, 31.
 Muralhas romanas, 65, 77.
 Paredes romanas, 66.
 Piscina, 48, 50, 51.
 Poço-cisterna árabe, 201.
 Ponte militar, 177-185.
 Ponte-represa, 184.
 Pontes romanas, 190, 194, 208.
 Porta ogival, 54.
 Santuário rural, 174, 175.
 Subterrâneos — Braga, 37, 76.
 Teatro romano, 198, 201.
 Templos, 154, 155, 174, 201.
 Termas, 166, 167, 174, 201.
 Villas romanas, 206, 209, 216-224.
Epigrafia — Problemática museológica, 239-240.
Epigrafia, hispânica — Projectos de edição, 237-238.
Epigrafia romana — Localização
 Museu Tavares Proença, de Castelo Branco, 224-229.
 Torres Vedras, 122-149.
Escavações arqueológicas
 Alcáçova de Santarém, 206; Castro de Moldes, 198; Castro de Orjais, 192; Castro de Ovil, 194; Castelo de Castelo Branco, 200; Castelo de Matos (Baião),

- 205; Castelo de Mértola, 207; Corroios, 209; Foz do Enxarrique, 201, 208 ; Freixo (Marco de Canaveses), 193; Gruta de Ourão, 208; Ilha do Pessegueiro, 190, 202; Lavre (Matosinhos), 197; Monção, 198; Monte Mosinho, 199; Requeixada (Arganil), 208; Tomar, 198.
- Escrita do sudoeste peninsular*, 194.
- Escultura*
- Ara romana, 196.
- Busto feminino sem cabeça, 97, 99.
- Busto de Galieno, 173.
- Capitéis jónicos, 32.
- Capitéis romanos, 189.
- Cipos, 31, 65, 197.
- Colunas de pedra, 36.
- Colunas romanas, 10, 198.
- Cupa, 140.
- Estátua, 34, 76.
- Estátua couraçada, 97, 101-102.
- Estátuas romanas de mármore, 44.
- Estatueta da Fortuna-Spes, 97, 99-100.
- Esteias funerárias, 125-147.
- Fuste de coluna, 32.
- Pedestal funerário, 140.
- Sarcófago romano-cristão, 57-58, 77.
- Tampa de sarcófago, 97, 103-104.
- Esculturas zoomorfas*, 232-234.
- Espanha Antiga*—História, 230-232.
- Esqueletos* — Achamen tos, 9, 32, 190.
- Estações arqueológicas*
- Luso-romanas
- Cristelo, 40.
- Falperra, 41, 73-74, 76.
- Paleolítico inferior — Braga, 67, 78.
- Pré-histórica — Cunho, 204.
- Pré-romana — Monte de Castro, 60-64.
- Romana — Monte de S. Mamede, 42.
- Romano-árabe — Lezíria, 111-124.
- Estações militares romanas*
- Calamona — Fenícia, 142.
- Calamona — Palestina, 142.
- Esteias funerárias* — Torres Yedras, 125-147.
- Exército romano* — Sua acção na organização das províncias ibéricas, 240-242.
- Exposições arqueológicas*
- Almeirim 1982, 189.
- Sines, 192.
- F
- Faculdade de Ciências do Porto*, 71.
- Faculdade de Letras de Lisboa*, 190.
- Faculdade de Letras do Porto*, 70.
- Ferraria-forja* — Chapa-Cunha, 202.
- Ferrominas* (empresa), 195.
- Fíbula de cobre*, 63.
- Fontenário pagão* — Pardelhas, 68-69.
- Forno romano* — Casal de Pianos, 208.
- Fornos quinhentistas* — Barreiro, 200.
- Forte* — Trigh Tarhiina, 174.
- Fotografia aérea*, 222, 235.
- Frascos de vidro*, 72.
- G
- Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar*, 177, 180, 183.
- Gabinete de Numismática e Antiguidades da Biblioteca Nacional de Lisboa*, 93.

Gentes

Appuleia, 108.
Bovia, 141, 143, 146.
Iulia, 143.

Gentes patricias

Valerii Flacci, 94.
Valerii Messallae, 94.
Gravuras rupestres, 190.

Grutas

Conteirão do Cadaval, 205.
Ourão — Pombal, 208.
Poço Velho — Cascais, 200.

11

Hipocausto — Beja, 208.
Ilorica Agrippiana — Mosaico no
Forum de Roma, 168.

I

ídolo calcolítico, 113.
Imago — Retrato am monumento
funerário, 90.
Inquisição de Lisboa — Quadrado
mágico num processo, 85-89.
Inscrições epigráficas, 38-39, 65, 78,
90, 122-149, 209, 224-229.
Inscrições sobre ânforas
Verrius, 172.
Instituto de Alta Cultura, 67.
Instituto de Arqueologia da Univer-
sidade Livre do Porto, 210.
Instituto Missionário Espiritano
— Fraião, 71.
Instituto Português do Património
Cultural, 193, 196, 200.
Irmandade da Lapa — Braga, 54.
Istituto Regionale per i Beni Artis-
tici, Culturali e Naturali, 239.

J

Jornais — Braga — Notícias ar-
queológicas, 5-83.
Junta Distrital de Braga, 71, 74.

L

Lápides romanas, 10, 44, 77.
Lápides romanas funerárias, 10-14,
107, 197.
Lápides romanas votivas, 45, 77.
Legendas em frascos romanos de vidro
Fidelis, 72.
Levantamento arqueológico
Cascais, 200.
Fafe, 195, 197.
Portei, 207.
Liceu Sá de Miranda — Braga, 77.
Liga de Defesa e Propaganda dos
Interesses de Braga, 48-50.
Lucernas (lâmpadas) — Braga, 65,
78.

M

Machado de pedra polida (fibrolite),
63.
Mamoas megalíticas, 204.
Marca de cerâmica
Apaña, 130.
Marcas de oleiro
Crestus ou Chrestus, 118, 119.
Flaccus, 95.
Rutini, 69.
Stabilis, 118, 119.
Marcos miliários — Vide: *Miliários*
romanos.
Máscara de bronze, 169.
AI ate ri ais
Brenze, 169, 190, 199, 205, 206,
210, 230, 233.

Calcedonia, 197.
 Cobre, 190, 205, 210.
 Ferro, 192, 195, 197, 202, 203,
 205, 207, 211, 230.
 Prata, 174.
 Yidro, 72.

Medalhas antigas, 32.

Menino Jesus — Iconografia em processo da Inquisição, 87.

Migrações — Império Romano, 125, 145-146.

Miliários romanos, 10, 13, 47, 56, 75.

M inas

Calcedonia, 197.
 Cobre, 190.
 Ferro, 195.
 Prata, 174.

Mithraeum — Santa Maria Capua Vetere, 169.

Moedas, 32, 35-37.

Gregas, 210.
 Portuguesas, 42, 206, 209, 210.
 Romanas, 34-38, 41, 42, 54-57, 63, 205, 207, 210, 211.

Monumentos megalíticos, 203, 211.

Mosaicos romanos, 32-33, 64, 76, 77, 151-175, 194.

Museus

Arqueologia e Etnografia de Setúbal, 192.
 Arqueologia de Madrid, 21.
 Arqueologia e Numismática de Guimarães, 38.
 Arqueológico de Albano Belino — Paço Arquiepiscopal de Braga, 42, 44-47.
 Arqueológico de Braga «D. Diogo de Sousa», 55-56, 64, 65, 75, 77, 78.

Arqueológico Municipal das Carvalheiras — Braga (projectado), 36-37, 48-50, 77.

Arqueológico de Cluny, 21.

Arqueológico da Escola Industrial de Braga, 39.

Arqueológico Municipal Infante D. Henrique — Faro, 153-155.

Arqueológico de Namur, 21.

Arqueológico Provincial — Sevilha, 102.

Arqueológico de S. Miguel de Odrinhas, 195, 196, 199, 203.

Arqueológico da Sociedade de Propaganda de Portugal — Delegação de Braga, 55, 77,

Biscainhos — Braga, 77.

Braga — Biblioteca Pública de Braga (projectado), 53.

Chaves, 210.

Delta do Danúbio, 224.

Etnográfico de Copenhaga, 21.

Évora, 85, 92.

Faro, 151.

Louvre — Paris, 197.

Monográfico de Conímbriga, 87, 153.

Municipal de Bragança, 45.

Municipal de Torres Vedras, 127.

Nacional de Arqueologia e Etnologia — Lisboa, 44, 76, 97, 99, 103, 155, 156, 191, 204.

Pio XII — Braga, 69, 78.

Região Flaviense, 192.

Regional de Beja, 97, 99.

Regional de Sintra, 202.

Saint-Germain, 21.

Sociedade Arqueológica de Pontevedra, 39.

Sociedade Martins Sarmento — Guimarães, 47, 63, 76, 77.

Tavares Proença Júnior — Castelo Branco, 224-226.

Museus — Collecções epigráficas, 239-240.

N

Navios naufragados — Recuperação
«L'Océan», 191.

«S. Pedro de Alcantara», 204.

Necró poles

Vide: Cortes (Monção), Largo da
Sé (Faro), Neves-Corvo, Pene-
dones (Montalegre), Quinta da
Bolacha, Quinta de S. Pedro,
S. André, S. Miguel de Odrin-
has, Valdoca.

Noticias arqueológicas — Jornais de
Braga, 5-83.

O

Objectos de uso

Alfinete de bronze, 199.

Fíbula de cobre, 63.

Frascos de vidro, 72.

Sinetes, 92-95.

P

Paroquia Suévica, 69.

Períodos

Bronze final, 199, 201, 230, 233.

Cal eolítico, 200, 202, 205.

Idade do Ferro, 197, 202, 203, 205,
207, 211, 230.

Idade Média, 201.

Neolítico, 200, 205.

Paleolítico médio, 201-202, 208.

Piscina — Pavimentos, 48, 50, 51.

Pinturas rupestres, 191.

Placa decorada pré-histórica, 199.

Plantas arqueológicas — Abrantes,
185.

Poço-cisterna árabe — Silves, 201.

Ponte militar — Rossio ao Sul do
Tejo, 177-185.

Ponte-represa — Olho de Boi, 184.

Pontes romanas, 190, 194, 208.

Porta ogival — Braga, 54.

Povos

Astures, 233.

Bastulos, 29, 30.

Calaicos, 233.

Carpetanos, 233.

Cartagineses, 231, 232.

Celtas, 25-27, 29, 230.

Fenícios, 230-232.

Gregos, 215, 230, 232.

Helenos, 215.

Iberos, 29.

Iberos Bastarnos ou Bastulos, 30.

Igaeditani, 94.

Ligures, 29.

Lusitanos, 61, 233.

Partos, 89.

Romanos, 184, 185, 215.

Sármatas, 216.

Sicanos, 29.

Sículos, 215.

Turduli Veteres, 230.

Túrdulos, 30.

Turmódigos, 233.

Vaceus, 233.

Vândalos, 242.

Vetoos, 233.

Profissões

Intérprete latino, 175.

Pantomina, 140.

Pronome «cuius» — Forma arcaica
que revestiu, 90-91.

Q

Quadrado mágico — Sua sobrevivên-
cia num processo da Inquisição
de Lisboa, 87-89.

Quius — Forma arcaica do pronome
«cuius», 90-91.

R

Real Associação dos Architectos Cíais e Arqueólogos Portugueses, 38, 40, 45, 47-50, 79.

Real Corpo de Engenheiros, 181, 182.
Regione Emilia-Romagna, 239.

Religiões

Cristianismo, 89.

Judaísmo, 89.

Mitraísmo, 89.

Retrato em monumento funerário (imago), 90.

Rochas — Gravuras e pinturas pré-históricas, 190, 191.

Romanização — Dóbruja, 216-224.

S

Santuário rural—Trigal Tarhuna, 174, 175.

Sé de Braga, 57-58, 64, 65, 75, 77.

Secretaria de Estado da Cultura, 193.

Seminário Carmelita da Falperra — Braga, 71.

Seminário dos Órfãos de S. Caetano — Braga, 33.

Seminário de Santiago — Braga, 71.

Sepulturas — Adiamento, 9, 10, 51-54, 75, 77, 190, 199, 211.

Ser oíço Regional de Arqueologia da 7jona Norte, 196, 200.

Sigilatas

Clara, 107, 108, 114.

Hispanica, 95, 107, 114.

Itálica, 114-118.

Sudgálica, 107, 114, 119-123.

Sinetes, 92-95.

Sociedade Arqueológica de Pontevedra, 39.

Sociedade de Geografia de Lisboa, 38.

Sociedade Martins Sarmiento — Guimarães, 225.

Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, 63.

Sociedade de Propaganda de Portugal, 55, 56.

T

Teatro romano — Lisboa, 198, 201.

Tecnologia arqueológica — Métodos, 235-237.

Tecnologia arqueológica — Roménia, 221-223.

Templos, 154, 201.

Apoio — Roma, 174.

Deuses das Águas — Milreu, 155.

Terceira Ordem do Seráfico Padre S. Francisco d'Assis — Braga, 13.

Termas, 166, 167.

Alba Fucens, 174.

Rua da Prata — Lisboa, 201.

Terra sigillata — Vide: *Sigilatas*.

Tesoure — Sé de Braga, 77.

Tesouro monetário, 207.

Tribos

Arnensis, 135.

Galeria, 12, 90, 94, 135, 140.

Quirina, 14, 94.

U

Unidade de Arqueologia do Centro de História da Universidade de Lisboa, 111, 113.

Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, 190, 194, 195.

Universidad Autónoma de Barcelona, 238.

Universidade de Bolonha, 239.

Universidade de Lisboa, 111, 113.

Universidade Livre do Porto, 210.

Universidade do Minho, 190, 194, 195.

V

Vasos pré-históricos — Soutilha, 203.

Vestígios arqueológicos

Árabes, 202.

Cartagineses, 211.

Gregos, 210, 211.

Medievais, 210.

Paleolíticos, 192.

Pré-romanos, 193.

Proto-históricos, 192.

Romanos, 190-192, 202, 203, 205,
210, 211.

Seiscentistas, 206.

Vias romanas, 179, 211.

Vidros romanos, 72-73.

Villas romanas—Dóbruja, 216-221.

Índices elaborados por:

JOAQUIM TOMÁS MIGUEL PEREIRA

ÍNDICE GERAL

EDUARDO PIRES DE OLIVEIRA — <i>Noticias arqueológicas de Braga em jornais bracarenses</i>	5
MARÍA MANUELA ALVES DIAS — <i>Pequenas notas de historia antiga e epigrafia</i>	85
VASCO DE SOUZA — <i>Vier singulare römische Skulpturen aus Portugal</i>	97
JEANNETTE U. SMIT NOLEN — <i>Nota sobre um dolium da herdade da Machoqwa ira</i>	105
ANA MARGARIDA ARRUDA, ANA CARVALHO DIAS — <i>O sítio romano-árab da Lezíria: 1. A terra sigillata itálica e sudgálica</i>	111
VASCO GIL MANTAS — <i>Três inscrições romanas do concelho de Torres Vedras</i>	125
J. LANCH — <i>La mosaïque d'Océan découverte à Faro (Algarve)</i> . . .	151
JOAQUIM CANDEIAS SILVA — <i>Os «mourôts» do Rossio de Abrantes — afinal, a ponte romana era um cais... do séc. XIX</i>	177
Noticiário Arqueológico, 1983	187
Recensões bibliográficas.....	213
Index Nominvm.....	243
Index Monvmentorvm.....	259
Index Rervm.....	261

(Página deixada propositadamente em branco)

Composto e impresso na Gráfica de Coimbra
Bairro de S. José, 2 — Coimbra
Outubro de 1985 — 750 ex.
Depósito legal n.º 2892/84

(Página deixada propositadamente em branco)

(Página deixada propositadamente em branco)

CONIMBRIGA

REVISTA DO INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA
DA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA (PORTUGAL)

PUBLICAÇÃO ANUAL

COLABORAÇÃO SOLICITADA

PEDIDOS À LIVRARIA DISTRIBUIDORA:
Casa do Castelo, Editora—Rúa da Sofia, 47-49
3000 Coimbra — Portugal

*Solicitamos permuta. On prie de bien vouloir établir Véchange.
Sollicitiamo scambio. We would like exchange. Tauschverkehrr erwünscht.*

ESTE VOLUME FOI SUBSIDIADO PELO
INSTITUTO NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA